



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA BIÊNIO 2016-2017



Corregedora-Geral da Justiça

Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Juízes Auxiliares da Corregedoria

Gladiston Luís Nascimento Cutrim (Coordenador de Planejamento Estratégico)

José Américo Abreu Costa (Infância e Juventude)

Marcia Cristina Coêlho Chaves (Coordenadoria dos Juizados Especiais)

Rosângela Santos Prazeres Macieira (Correições Judiciais)

Rosária de Fátima Almeida Duarte (Serventias Judiciais)

Sara Fernanda Gama (Serventias Extrajudiciais)

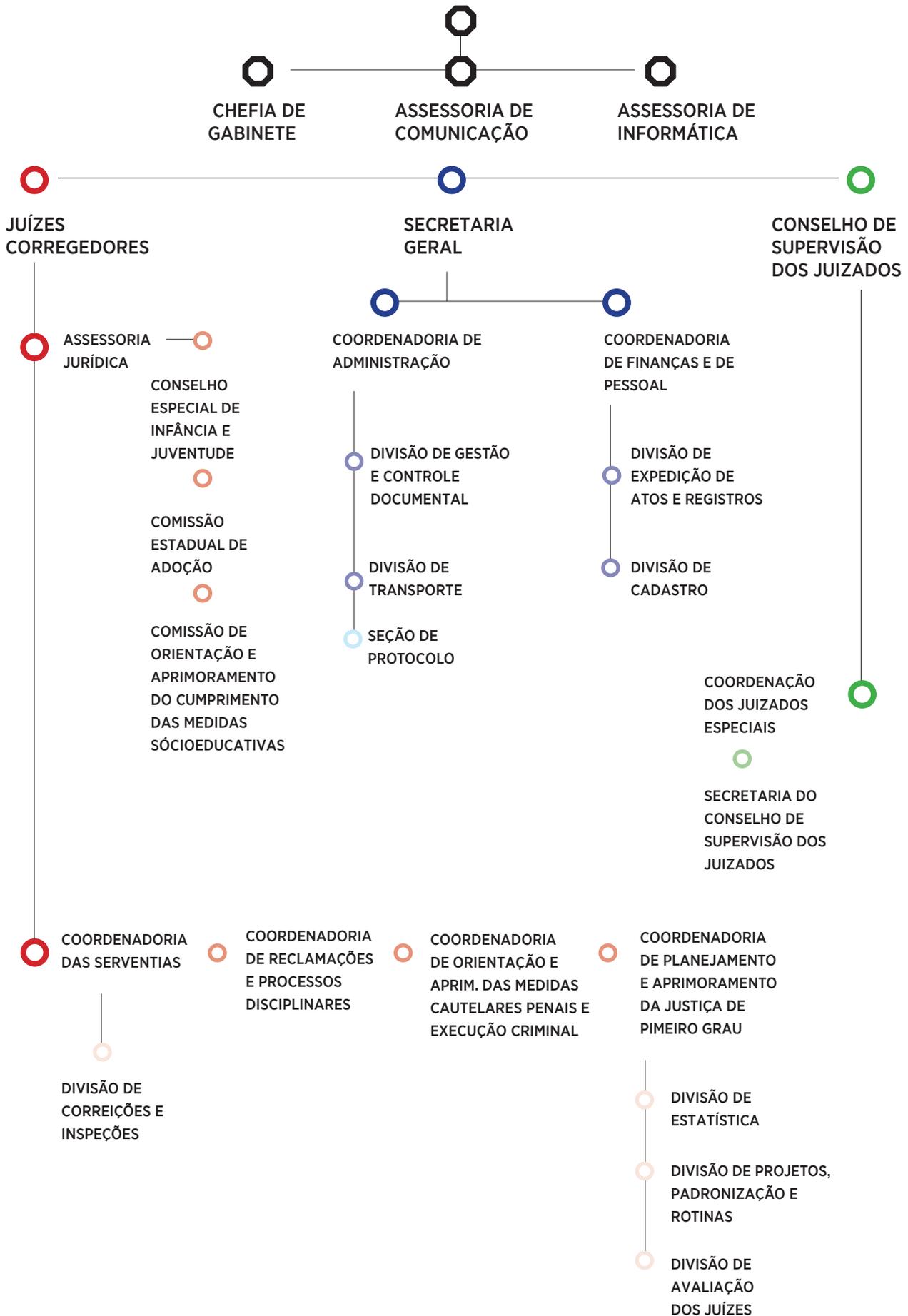
Diretor da Corregedoria

Gustavo Adriano Costa Campos

Juiz Diretor do Fórum de São Luís

Sebastião Lima Bonfim

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA



Palavra da Corregedora



COMPARTILHAR. Esse foi o verbo mais conjugado na Corregedoria Geral da Justiça ao longo do biênio/2016-2017. A partir desse entendimento, foi possível planejar os macro-desafios, gerir, executar, fiscalizar, corrigir, e assim, montar o caminho no difícil embate para aprimorar a Justiça de 1º grau, com a implementação de projetos pensados a partir das boas práticas de magistrados de todo o Maranhão e do Brasil, e que resultaram em avanços significativos para a prestação jurisdicional no Estado.

Iniciamos com o desafio de regulamentar as Audiências de Custódia. Percorremos diversas comarcas, conversamos com juízes criminais, ouvimos os órgãos de Segurança Pública, Ministério Público e Defensoria Pública para trilharmos assertivamente, como ocorreu ao final com a edição do Provimento n.º 11/2016. Nas questões macro, buscamos ser insistentemente proativos, editamos a Medida Protetiva de Urgência Eletrônica – MPUE, que agilizou o trâmite das medidas de urgência; acompanhamos o Sistema Carcerário de perto, inspecionando e designando juízes para atuar em mutirões processuais nas Unidades Prisionais de Ressocialização; mobilizamos juízes para impulsionar processos relacionados a temas específicos, com a realização da Semana da Infância e Adolescência, Semana Justiça Pela Paz em Casa, Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente, Seminário Estadual do Idoso, e apoio ao Movimento “Maranhão Contra a Corrupção”.

Sabíamos dos “gargalos” existentes no 1º Grau, por isso, reformulamos a Comissão Sentenciante Itinerante, criada em 2015, e a partir de uma alteração no foco e metodologia de atuação, obtivemos resultados mais significativos, um aprimoramento qualitativo, como constatamos nas varas onde a comissão atuou.

Sem gerar custos adicionais ao Judiciário, utilizando ferramentas disponíveis, inovamos em agilidade e maior segurança no cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias. Por meio do Termo de Cooperação Técnica (que resultou na elaboração do Provimento 24/2016) os alvarás passaram a ser cumpridos no prazo máximo de 24 horas, com a utilização do sistema Hermes (Malote Digital). As intimações de partes nos juizados especiais e da Fazenda Pública passaram a ser realizadas via aplicativo WhatsApp, recurso seguro e disponível gratuitamente, que agora joga no time da celeridade processual. As correições judiciais ganharam a modalidade virtual, implementadas para dar rapidez, reduzir distâncias e gastos, onde uma equipe

do Núcleo Avançado de Correições Virtuais, localizado na Corregedoria, acessa via sistema, os dados da vara e dos processos a serem correicionados.

Pensamos a 1ª Secretaria Judicial Digital do Maranhão (SEJUD), e conseguimos concretizá-la no âmbito da Fazenda Pública - área crítica com 80 mil ações em trâmite, dos quais 40 mil foram absorvidos pela unidade digital -, que comprovou ser superior em eficiência, com o cumprimento de diversas tarefas de secretaria em tempo recorde. Dessa forma, projetamos reduzir pela metade o acervo de processos eletrônicos nos próximos períodos. Para reduzir os 40 mil processos físicos restantes, conseguimos – fruto da parceria com o TJ – instalar a 6ª e 7ª varas da Fazenda Pública, cada uma com dois juízes titulares. Ampliamos as competências da Central de Inquéritos e Custódia de São Luís e da Central de Mandados do Fórum de São Luís, que passaram a concentrar expedientes de toda a Comarca da Ilha; propusemos ao Tribunal de Justiça, - “nosso aliado de primeira hora, com o apoio efetivo do presidente Cleones Cunha” - a instalação de varas em comarcas como Balsas, Timon, São José de Ribamar e Paço do Lumiar (termos), e a reorganização das competências, por exemplo, em Imperatriz, com a transformação da 3ª Vara Criminal em Central de Inquéritos e Custódia, especializando o Juízo para melhor atender as demandas criminais urgentes da segunda maior comarca do Estado.

Promovemos uma verdadeira revolução na atividade extrajudicial, com a regulamentação de questões importantes que garantem segurança e agilidade dos atos, com vistas a melhoria dos serviços prestados à população; pelo Provimento 27/2016, inserimos mais transparência e segurança jurídica ao processo de transição entre delegatários indicados para preenchimento provisório de serventias extrajudiciais vagas. Abrimos diálogo com cartorários por meio da criação do Núcleo de Aprimoramento Extrajudicial – NAE, de gestão compartilhada com juízes, tabeliães, registradores e servidores da Justiça. O NAE realizou mais de 31 reuniões e nos rendeu ótimas sugestões, trabalhou firme na execução de diversas tarefas, como a Cartilha do Mercado Imobiliário; projeto de inserção na Carteira de Identidade do cidadão, do nome do cartório que emitiu o documento; disponibilização, no Viva Cidadão, de autoatendimento digital de consulta de protestos; a Cartórios Maranhão, responsável pela operacionalização do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis no Estado do Maranhão, e que permite aos usuários apresentar ou solicitar



diversos serviços e/ou documentos, com a comodidade de não se deslocar fisicamente a um cartório, dentre outras.

Dedico um parágrafo a um tema especial, a orientação e acompanhamento da Corregedoria junto aos juízes de Direito em fase de vitaliciamento na carreira. Pensando nas dificuldades que todo magistrado passa quando inicia na magistratura, criamos o projeto “Trocando Ideias” que presta apoio e suporte aos juízes em estágio probatório. Nos encontros periódicos, há debates e palestras com temas escolhidos pelos próprios juízes vitaliciandos. Também são realizadas visitas técnicas aos prédios da CGJ, TJ, e serventias extrajudiciais.

Fomos conhecer a realidade do Judiciário nas comarcas do interior do Estado, e de lá extraímos forças e novas ideias para trabalhar em benefício daquelas que são a porta de entrada da Justiça. Foram centenas de recomendações em relatórios para melhoria estrutural, de pessoal e organizacional direcionadas ao Tribunal de Justiça, muitas das quais atendidas, na medida do que o orçamento permitiu, e outras encaminhadas pela própria Corregedoria. O nosso Plano de Gestão – biênio 2016/2017, foi todo alinhado às ações estratégicas do Tribunal de Justiça, por entendermos a unicidade do Judiciário. Como discorremos, a concretização das ações necessárias para o enfrentamento dos problemas da Justiça de 1º grau, e a redução do índice de congestionamento das unidades judiciais estiveram a todo momento no centro desse trabalho.

Por fim, ressalto que fortalecemos os projetos especiais com a criação do “Construindo a Justiça”, que abriu espaço para que a sociedade possa implementar projetos junto ao Poder Judiciário, bastando apenas, encaminhar uma ideia via página da Corregedoria na internet. Os Casamentos Comunitários jamais tiveram tamanha divulgação e repercussão social como nestes dois anos, foram mais de 10 mil uniões civis em todo o Maranhão. Belas cerimônias realizadas pela CGJ e juízes de Direito que distribuíram não só o amor, mas dignidade e justiça social nos quatro extremos desse Estado.

Conseguimos ampliar o acesso à Justiça, também, via Aplicativo da Corregedoria para aparelhos celulares. O APP CGJ chega em versão 1.0 com uma gama de informações e serviços. Já o Termojúris foi pensado como uma forma de facilitar a visualização e acompanhamento da Justiça de primeiro grau do Estado do Maranhão. Funciona, aparentemente, como um “termômetro”, monitorando, auditando e controlando informações das unidades judiciais, comarcas e polos judiciais, a fim de permitir à Corregedoria e magistrados uma melhor gestão da prestação jurisdicional.

Finalmente, meus agradecimentos ao presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, pelo incondicional apoio nestes dois anos. Minhas homenagens se estendem aos colegas desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão; aos juízes auxiliares da Presidência; aos meus queridos juízes auxiliares da Corregedoria (Gladiston Cutrim, José Américo Abreu Costa, Marcia Coêlho Chaves, Rosária Duarte, Rosângela Prazeres, e Sara Gama); ao diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim; diretor da Secretaria da CGJ, Gustavo Costa Campos; aos meus assessores; cartorários; juízes de Direito da Capital e Interior; secretários de Estado; Ministério Público; Defensoria Pública; Ordem dos Advogados do Brasil; colegas desembargadores corregedores do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça dos TJ’s, na pessoa do desembargador Manoel Pereira Calças (TJSP); à ministra Nancy Andrichi (STJ); vereadores e prefeito do Município de Pedreiras, onde tive a honra de ser juíza, de 1986 à 1992, e retornei para ser homenageada como Cidadã Pedreirense, título que guardo com muito orgulho; parceiros da Universidade Federal do Maranhão; FIEMA; SESI; Cruz Vermelha no Maranhão; Banda do Bom Menino; ao nosso Senhor Jesus, e a todos, que de uma forma ou de outra, contribuíram para o sucesso dessa GESTÃO COMPARTILHADA.

Muito obrigada!

Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Corregedora-Geral da Justiça do Maranhão

ACÇÕES ESTRATÉGICAS



DEFESA DO IDOSO



CGJ E DPE REALIZAM SEMINÁRIO NO FÓRUM DE SÃO LUÍS

A Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com a Defensoria Pública do Estado, realizou o Seminário “Conhecendo a Rede Maranhense de Defesa do Idoso e suas ramificações - O direito do Idoso à Justiça e Direitos Humanos pede passagem”, destinado a juízes de direito, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados e público em geral. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e a corregedora-geral da Justiça, desembargadores Cleones Cunha e Anildes Cruz, prestigiaram o evento.

O evento integra as ações realizadas com os órgãos que fazem parte da Rede de Defesa do Idoso do Maranhão, e tem como objetivo discutir, ouvir e promover um envelhecimento digno e saudável, objeto do “Pacto pelo Envelhecimento Digno e Saudável”.

Durante a abertura, a corregedora Anildes Cruz ressaltou a importância da parceria efetiva pela Corregedoria, Defensoria, e parceiros do Poder Executivo e de entidades não governamentais que lutam pelos direitos e proteção dos idosos. “Já passa da hora de nos integrarmos mais nessa Rede de Proteção, como

forma de multiplicarmos essa corrente positiva de respeito aos idosos”, defendeu a corregedora.

PALESTRANTES – O juiz Gladiston Cutrim, auxiliar da CGJ, coordenou os trabalhos da mesa de debates do evento, que contou com a presença dos juízes Oriana Gomes (8ª Vara Criminal de São Luís) e Alexandre Abreu (15ª Vara Cível de São Luís), na mesa de debates sobre o tema “O direito do Idoso à Justiça e Direitos Humanos pede Passagem” e “Práticas Restaurativas nas Infrações Contra Idosos”.

A juíza Oriana Gomes fez um resgate histórico sobre a concepção de direito dos idosos. Citou o estudioso Norberto Bobbio, que o caracterizava como direito humano, resultado de um processo de consciência e das lutas históricas dos homens dentro de um contexto social específico. A magistrada ressaltou, também, a atuação da 8ª vara criminal no processamento das ações em defesa da pessoa idosa.

O juiz Alexandre Abreu ressaltou a importância de a sociedade e organizações não fomentarem uma “concorrência” entre as redes de proteção (criança, mulher,

idoso, etc).

A coordenadora executiva do Fórum das Entidades Maranhenses de Defesa e Direito da Pessoa Idosa, Maria do Socorro Ramos Ferreira, apresentou todo o funcionamento da Rede de Proteção, pontuando as entidades participantes e suas atribuições. “Cada integrante tem uma atribuição importante para o bom funcionamento dessa Rede, por isso, a necessidade de integração entre as instituições”, explicou.

“Não se discute aqui se uma mulher, criança ou idoso merecem mais proteção, mas sim igualdade de proteção para todos os segmentos”

Alexandre Abreu - Juiz

SÃO LUÍS

JUSTIÇA CONDENA EMPRESAS DE TRANSPORTE MARÍTIMO A GARANTIR GRATUIDADE A IDOSOS COM MAIS DE 65 ANOS

O Estado do Maranhão e as empresas “Servi Porto”, “Internacional Marítima” e “Navegações Pericumã” foram condenados em Ação Civil Pública pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, por não darem condições aos idosos com mais de 65 anos de utilizarem os seus serviços de transporte gratuitamente, como determina a Constituição estadual.



RAPOSA

MUNICÍPIO E ESTADO DEVEM EFETUAR ABRIGAMENTO DE IDOSO

Em decisão, a juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues, titular do Termo Judiciário de Raposa, determina ao Município (Raposa) e ao Estado do Maranhão o imediato e compulsório abrigo de um idoso de 86 anos, “em instituição pública, privada ou conveniada com o Poder Público às expensas dos réus, com recursos compatíveis com as necessidades do idoso”. O prazo para o cumprimento da decisão é de 72 horas, inclusive com a comunicação da efetivação ao Juízo. A multa diária para o não cumprimento é de R\$ 2 mil, limitada a 100 (cem) dias-multa “para evitar-se enriquecimento sem justa causa”.



PEDRINHAS

JUSTIÇA CONDENA A 10 ANOS DE RECLUSÃO FILHO ACUSADO DE TORTURAR A MÃE IDOSA

O bacharel em Direito, Roberto Elísio Coutinho de Freitas, foi condenado a 10 anos de reclusão pela prática de crimes contra a própria mãe, uma professora universitária aposentada, de 84 anos e doente de Alzheimer. Ele também terá que pagar R\$ 2 milhões como efeito da condenação pelos danos causados à vítima. A decisão é da juíza titular da 8ª Vara Criminal de São Luís, Oriana Gomes, na ação penal proposta pelo promotor de Justiça José Augusto Cutrim. A pena deverá ser cumprida em regime fechado no Complexo Penitenciário de



Pedrinhas, onde o acusado já está preso provisoriamente desde maio deste ano.



GRAJAÚ

COMARCA DE GRAJAÚ DOA R\$ 16 MIL EM BENS PARA CASA DO IDOSO E CONSELHO TUTELAR

Numa ação natalina conjunta do Poder Judiciário e do Ministério Público da comarca de Grajaú foi encerrada com a entrega de aproximadamente R\$ 16 mil em mercadorias arrecadadas com recursos originários de transações penais e doadas para a Casa do Idoso (Sociedade São Vicente de Paulo), agentes penitenciários e Conselho Tutelar. Foram doadas cadeiras de rodas, fraldas geriátricas, colchões, eletrodomésticos, computadores, material de limpeza e escritório, dentre outros bens. Parte dos doativos foi entregue no Fórum na presença do juiz da 2ª Vara de Grajaú, Alessandro Arrais Pereira, do

delegado Kairo Clay Mesquita, do chefe dos agentes penitenciários, Johnata Vieira Silva, conselheiros tutelares, servidores e imprensa local.



COROATÁ

JUDICIÁRIO EM COROATÁ DECRETA PRISÃO PREVENTIVA DE HOMEM ACUSADO DE ENGANAR IDOSOS

O juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara da Comarca de Coroatá, decretou prisão preventiva de um homem que aplicava golpes em pessoas idosas no Município. A representação de prisão preventiva foi apresentada na unidade judicial pelo Delegado de Polícia, tendo como acusado Huez Ricardo Trindade, 32 anos, funcionário público e proprietário da promotora de empréstimos Vitória, com sede em Coroatá. Relata que ele aplicava golpes em agências bancárias tendo como vítimas idosos de Coroatá.

IMPROBIDADE

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA APOIA
O “MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO”

“O Maranhão Contra a Corrupção” é uma ação idealizada por juízes e promotores de Justiça do Estado do Maranhão convencidos de que o combate à corrupção é uma importante medida de prevenção a violações de Direitos Humanos. Além de buscar a responsabilização de gestores por atos de improbidade na gestão de recursos públicos, o grupo também concentra esforços em trabalhos e medidas de prevenção. O movimento recebeu apoio integral da Corregedoria Geral da Justiça

Os números finais do mutirão de julgamento de ações penais e de improbidade administrativas, movidas contra gestores e ex-gestores, resultado do trabalho desenvolvido em mais de 70 unidades judiciais, entre comarcas e varas, no período de 7 a 18 de março de 2016, movimentou mais de 1.500 processos.

Foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em

valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de multas aplicadas a gestores e ex-gestores.

As atividades foram direcionadas às ações de crimes contra a administração pública.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reconheceu publicamente o trabalho dos juízes de direito que participaram do “Movimento Contra a Corrupção”, atuando nos julgamentos do “Mutirão de Improbidade e Crimes Contra a Administração Pública”.

Por meio da Portaria nº 1234/2016, a corregedora considerou que esse ato caracteriza “elevado zelo pelo bom funcionamento e aperfeiçoamento da Justiça, amoldando-se, perfeitamente aos princípios constitucionais da eficiência”. A Portaria de elogio foi publicada no Diário da Justiça e passou a integrar os assentos funcionais dos magistrados.

Foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de multas aplicadas a gestores e ex-gestores.

I BALANÇO

COMBATE À CORRUPÇÃO FOI UM DOS DESTAQUES DO JUDICIÁRIO EM 2016

O Poder Judiciário do Maranhão, em 1º Grau, deu ênfase ao combate aos maus gestores municipais em todo o Estado. Na berlinda, processos referentes aos mais diversos crimes praticados por prefeitos, ex-prefeitos, secretários municipais, vereadores, envolvendo convênios fraudulentos, recursos não aplicados em obra a que se destinava, contratação irregular de servidores, falta de prestação de contas, ilegalidade em contratação de transporte e merenda escolar, e outros. Foram centenas de condenações ao longo do ano, em sua maioria, confirmadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Sobre o tema, membros da Magistratura, do Ministério Público do Estado do Maranhão e do Ministério Público de Contas deram início ao Movimento “Maranhão Contra a Corrupção”, que priorizou o julgamento de ações penais e de improbidade administrativa, movidas contra gestores e ex-gestores. Os trabalhos do mutirão aconteceram em todo o Maranhão, envolvendo mais de 70 unidades judiciais, entre comarcas e varas. O mutirão foi idealizado por juízes e promotores e as atividades foram todas direcionadas às ações de crimes contra a administração pública. Os juízes da comissão organizadora foram Glender Malheiros, titular da 1ª vara de João Lisboa, Mirella Freitas, da 2ª vara de Itapecuru-Mirim, Holidice Barros, da 2ª vara de Codó, Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, Marco Adriano Fonseca, da 1ª vara de Pedreiras e Jorge Antônio Leite, da 3ª vara de Bacabal.

Durante o evento, que ocorreu no período de 7 a 18 de março e movimentou mais de 1.500 processos, foram proferidas 216 sentenças, 181 decisões e realizadas 87 audiências. Em valores, foram mais de 10 milhões de reais de condenações de ressarcimento ao erário, além de multas aplicadas a gestores e ex-gestores. Mesmo com esse trabalho, o julgamento de ações de combate à corrupção aconteceram



durante todo o ano. A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reconheceu, publicamente, o trabalho dos juízes de direito que participaram

do “Movimento Contra a Corrupção”, atuando nos julgamentos do “Mutirão de Improbidade e Crimes Contra a Administração Pública”.

I 2017

MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO

MOVIMENTA MAIS DE 1.300 PROCESSOS

O movimento 'Maranhão Contra a Corrupção' divulgou os números finais relativos às duas semanas de trabalho nas comarcas do Estado, apresentando o resultado das atividades nas 78 unidades jurisdicionais que integraram o evento. O mutirão corrupção foi realizado em duas semanas (final de maio e início de junho) com o objetivo de dar andamento a processos relativos a crimes contra a administração pública e de improbidade administrativa. O mutirão teve o apoio institucional da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), órgão responsável pelo controle e fiscalização dos serviços judiciais do primeiro grau. Os números finais apresentados pela coordenação do movimento destacam 243 sentenças e 389 decisões prolatadas, tendo ainda 697 despachos e 45 audiências, resultando em 1.374 atos processuais. Além das sanções inerentes aos casos de improbidade (suspensão de direitos políticos, devolução de dinheiro público, proibição de contratar com o poder público, etc) diversas ações resultaram em penas de reclusão, sendo que os réus ainda poderão recorrer em outras instâncias. Os números foram repassados à CGJ-MA pela juíza Elaine Carvalho, titular da 1ª Vara de Balsas e integrante da coordenação do mutirão.

EXEMPLOS – Na 1ª Vara da Comarca de Zé Doca foi realizado um esforço concentrado de juízes e servidores, resultando no julgamento de dezenas de processos relacionados a ações civis públicas de improbidade administrativa e ações penais por crimes cometidos contra a Administração Pública. Lá, as audiências do mutirão foram presididas pela juíza titular da unidade judicial, Denise Pedrosa Torres, e pelo juiz Douglas Martins, designado pela Corregedoria Geral da Justiça para atuar no mutirão.

O "Movimento contra a Corrupção" é um trabalho conjunto da Justiça estadual, Ministério Público estadual e Tribunal



de Contas do Estado, com participação de juízes federais, procuradores da República, Advocacia Pública Municipal, Estadual e Federal, além de Polícia Civil e Federal. A segunda edição do evento, a primeira ocorreu em 2016, apresentou 3 dias de seminários sobre diversos temas e palestrantes e duas semanas de mutirão.

Outras ações fizeram parte do mutirão, como a realização de palestras em escolas abrangendo temas como o combate à corrupção e improbidade administrativa. Um dos exemplos é Pedreiras, que promoveu durante o mutirão um ciclo de palestras sobre combate à corrupção e noções de cidadania. As palestras aconteceram em escolas das redes pública e privada da comarca, alcançando centenas de alunos.

A segunda edição do evento, a primeira ocorreu em 2016, apresentou 3 dias de seminários sobre diversos temas e palestrantes e duas semanas de mutirão

I DIVULGAÇÃO

CRESCEREMO O NÚMERO DE PUBLICAÇÕES ENVOLVENDO O TEMA IMPROBIDADE

O quantitativo de textos jornalísticos envolvendo ações de improbidade administrativa e combate à corrupção cresceu mais de 100% nos últimos três semestres, conforme registros da Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Para Márcio Rodrigo, assessor-chefe de Comunicação da CGJ, o crescimento ocorreu principalmente a partir do lançamento do Movimento Maranhão Contra a Corrupção, em março de 2016, com a adesão de magistrados de todo o Estado, que passaram a priorizar o julgamento de processos desse tipo em mais de 80 comarcas.

Nos anos de 2014 e 2015, foram publicadas na página da CGJ 23 matérias abordando o combate à corrupção. Em 2016, o número de publicações chegou a 56, após o lançamento do movimento “Maranhão Contra a Corrupção”. Em 2017, até o início do mês de setembro, já foram 43 matérias abordando processos que apuram casos de corrupção. Entre os crimes mais praticados por gestores e ex-gestores públicos estão a malversação (desvio) do dinheiro público; contratação irregular de servidores; contratação de empresas com dispensa de licitação; fraudes em concursos públicos e ausência de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

“Estas sentenças aqui na comarca são o desdobramento do esforço/mutirão de combate à improbidade administrativa ocorrido no primeiro semestre, sendo julgados apenas agora em razão da necessidade de instruir e impulsionar o processo para o julgamento. Por fim, calha dizer que ainda existem vários outros processos de improbidade na comarca, cujos julgamentos também ocorrerão em breve”, esclareceu Marcelo Moraes Rego, titular da Comarca de São Bento.

Recentemente, ele proferiu sete sentenças condenatórias, todas por improbidade administrativa cometidas por ex-gestores



de Palmeirândia (termo judiciário) e pelo atual prefeito de São Bento.

Sobre o trabalho de publicização de sentenças dessa natureza, o juiz Marcelo Farias, da comarca de Lago da Pedra, enfatizou que a Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral de Justiça tem desempenhado um papel fundamental de levar informação à sociedade sobre o combate à corrupção, tanto sobre processos de improbidade administrativa quanto processos que apuram crimes contra a Administração Pública. “O Movimento Maranhão Contra a Corrupção tem se mostrado eficaz em sua luta, justo pelo apoio da democracia e da opinião pública, apesar de ainda haver um longo caminho a ser percorrido nessa peleja”, observou Marcelo Farias.

Elaile Carvalho, juíza da 1ª Vara de Balsas, relata que faz-se essencial a divulgação das sentenças e outras atividades do Judiciário envolvendo o combate à corrupção. “É importante que a população saiba que o Judiciário vem fazendo o seu papel, julgando inúmeras ações de

combate à corrupção. Avalio que o Portal da Corregedoria mudou seu enfoque e vem publicando mais ações do Judiciário voltadas para o combate à corrupção. Assim, a sociedade fica sabendo que existem outros enfoques em relação ao tema e não só a operação Lava a Jato”, disse ela.

A opinião da juíza Elaile é corroborada pelo magistrado Felipe Damous, de Pio XII. Para ele, é de alta importância esse tipo de divulgação, visto que leva até a população o conhecimento sobre o andamento dos processos que tratam do tema, que é de interesse de todos. “É fundamental esse diálogo entre o Poder Judiciário e a comunidade, até como uma prestação de contas e para todos saberem que estamos trabalhando para combater esse mal que é a corrupção, que é o cerne dos demais problemas da sociedade. Vejo que o espaço para essa divulgação tem sido ampliado nos últimos anos, inclusive com a interlocução com outros meios de comunicação, o que permite alcançar um maior número de pessoas”, finalizou Damous.

MEIO AMBIENTE

SEMANA ESTADUAL DE ATENÇÃO
PRIORITÁRIA AO MEIO AMBIENTE

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, apresentou a parceiros institucionais, o projeto da “Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente”. O evento comemorou o “Dia Mundial do Meio Ambiente” - 5 de junho, com o julgamento prioritário de ações relativas aos crimes ambientais na Justiça estadual.

O projeto recebeu a parceria do Ministério Público Estadual; Polícia Rodoviária Federal; IBAMA; do Planejamento Estratégico do TJMA; e do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça.

“A ideia foi unir esforços da Corregedoria da Justiça, do Ministério Público, da Polícia Rodoviária Federal e do IBAMA em torno da iniciativa para agilizar a tramitação das ações judiciais referentes às questões ambientais, na Justiça estadual” frisou a corregedora Anildes Cruz.

Dentre as ações em tramitação foram identificadas questões referentes aos crimes contra a fauna e flora, poluição, agrotóxicos, zona de preservação, saneamento, mineração, caça e pesca.

O juiz Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico da CGJ-MA informou que a proposta da Semana decorreu das discussões do Gabinete de Gestão Integrada do Executivo estadual, acerca das dificuldades encontradas no acesso às ações ambientais que tramitam

no Poder Judiciário.

PROCESSOS - Segundo levantamento da coordenação do Planejamento Estratégico da CGJ-MA, 1.739 processos relacionados à causa ambiental estão em tramitação nas comarcas do Estado, sendo 1.164 criminais e 575 cíveis. Do total, São Luís concentra 310 ações: 196 criminais e 114 cíveis.

Com o apoio de juízes de todo o Estado, foram 361 despachos, 90 decisões e 88 sentenças prolatados; 110 audiências realizadas; 112 processos arquivados; e outros 461 conclusos ao magistrado. A ação teve por objetivo o impulsionamento de processos relativos aos crimes ambientais na Justiça Estadual e está alinhada às metas do Poder Judiciário (2016/2020), que prevê o fomento de ações institucionais e promoção da responsabilidade socioambiental.

Entre as decisões prolatadas durante a Semana, houve proibição de derrubada de babaçu e determinação de recolhimento de animais soltos nas ruas (São Luís Gonzaga) e determinação de desativação de lixões (Coelho Neto e Duque Bacelar). Houve também decisões proferidas em Chapadinha e Itapecuru-Mirim. Foram realizados ainda concurso de redação e plantio de árvores na Comarca de Colinas, além de palestra em escola (Tutóia). Em

São Luís, além dos julgamentos de ações ligadas ao tema, exposições e oficinas realizadas no Fórum Desembargador Sarney Costa integraram as ações da Semana do Meio Ambiente.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - A iniciativa da Corregedoria segue recomendações nº 11/2007 e 27/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que orientam sobre a inclusão de práticas socioambientais nas atividades rotineiras dos tribunais de Justiça. No planejamento estratégico nacional, a Responsabilidade Socioambiental é considerada um “atributo de valor para a sociedade”.

A ação teve por objetivo o impulsionamento de processos relativos aos crimes ambientais na Justiça Estadual e está alinhada às metas do Poder Judiciário (2016/2020)

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

CORREGEDORA PARTICIPA DO I SEMINÁRIO “JUSTIÇA E MEIO AMBIENTE”



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou da abertura do I Seminário “Justiça e Meio Ambiente”. O evento é uma iniciativa do Poder Judiciário do Maranhão, através da ESMAM, CGJ-MA, TJMA e demais parceiros. O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha e o governador do Estado, Flávio Dino, também participaram do evento.

A corregedora Anildes Cruz afirmou que o enfrentamento de questões que envolvem a degradação do meio ambiente deve ser feito conjuntamente, e que somente a união de esforços dos Poderes constituídos poderão resultar em ações positivas como a realização do Seminário “Justiça e Meio Ambiente” e Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente. “Durante a Semana do Meio Ambiente, uma força tarefa do Judiciário priorizará o julgamento ou andamento de

ações referentes a crimes diversos contra a fauna e a flora, poluição, agrotóxicos, saneamento, exploração mineral, entre outros”, pontuou a corregedora.

Durante a cerimônia o governador Flávio Dino fez o lançamento do Fundo Estadual de Interesses Difusos e Coletivos. O governador destacou que os recursos do fundo - oriundos das multas estabelecidas pela Justiça nas ações promovidas pelo Ministério Público - serão destinados aos investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento dos órgãos que atuam na defesa dos direitos difusos e coletivos. O gerenciamento do fundo será incluído no Portal da Transparência do Estado. “Uma gestão participativa, compartilhada com os demais Poderes e a sociedade civil farão o gerenciamento do Fundo de Interesses Difusos e Coletivos”, ressaltou o governador.

“O enfrentamento de questões que envolvem a degradação do meio ambiente deve ser feito conjuntamente. Somente a união de esforços dos Poderes resultarão em ações positivas como a que acontece com a realização do Seminário “Justiça e Meio Ambiente” e Semana Estadual de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente.”

Aniles Cruz corregedora

I SOLIDARIEDADE

CGJ DOA UMA TONELADA DE PAPEL EM BENEFÍCIO DO HOSPITAL ALDENORA BELLO

A Corregedoria Geral da Justiça, através da Divisão de Controle e Gestão Documental (Arquivo), realizou a entrega de mais de uma tonelada de material reciclável ao projeto ECOCEMAR, promovido pela Companhia Energética do Maranhão. A renda dessa doação será abatida na conta de energia do Hospital Aldenora Bello, maior referência no tratamento do câncer no Maranhão.

De acordo com Maykon Nunes, Chefe da Divisão de Controle e Gestão Documental, os papéis rasgados e triturados, dispostos em 14 volumes de grande porte (caixas) foram separados para reciclagem junto à CEMAR. “Esses documentos são ofícios, memorandos, portarias e de outra natureza, confeccionados no período de 2011 a 2015 e que já se encontram disponíveis, anexados, nos processos administrativos no DIGIDOC para consulta, ocorrendo

dessa forma a duplicidade entre papéis físicos e digital”, ressaltou Maykon.

O projeto ECOCEMAR, criado em maio de 2011, consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na fatura de energia elétrica. Atualmente está presente nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar e Imperatriz. Além de organizar um programa de coleta seletiva de resíduos com valor de mercado, os objetivos do programa são: contribuir na preservação do meio ambiente; e oferecer alternativas para o pagamento das faturas. Clientes comerciais ou industriais não podem acumular descontos para sua própria conta de energia, mas podem doar o resíduo de seus processos e direcionar o bônus gerado para uma instituição beneficente ou para qualquer conta contrato residencial. No caso da Corregedoria Geral da Justiça a instituição foi o Hospital Aldenora Bello.



SISTEMA CARCERÁRIO

I UMF



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu o coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça (TJMA), desembargador Fróz Sobrinho. O desembargador apresentou o Plano de Trabalho e Cronograma de Atividades 2016/2017 da Unidade de Monitoramento. Falou das últimas ações realizadas pela coordenadoria; apresentou os programas desenvolvidos - Começar de Novo, APAC, Medidas Sócioeducativas, Mutirão Carcerário Permanente, Saúde Mental, Audiências de Custódia e outros, que representam as linhas de ação desenvolvidas pela Unidade.



I EXECUÇÃO PENAL

CORREGEDORIA PARTICIPA DE VISTORIA DO COPEN NA UPR DE ITAPECURU-MIRIM

O juiz Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico da Corregedoria Geral da Justiça, e membro do Conselho Penitenciário do Maranhão (COPEN), participou de inspeção realizada na Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim (UPR).

Durante a visita da comitiva do COPEN, as condições da estrutura física da prisão foram avaliadas e os presos, entrevistados. As autoridades do sistema de segurança e Justiça percorreram as instalações administrativas e carcerárias da prisão e levantaram informações sobre a assistência aos internos.

Segundo o juiz Gladiston Cutrim, a estrutura física da UPR precisa ser ampliada para dar lugar a mais celas, tendo



em vista que boa parte das instalações são ocupadas pelas atividades administrativas. De outro lado, o magistrado destacou como aspecto positivo a inclusão dos internos em programa educativo pelo

sistema EJA – Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a prefeitura local, e a regularidade do atendimento de enfermagem.

SISTEMA PRISIONAL

MUTIRÃO ANALISA SITUAÇÃO DE PRESOS PROVISÓRIOS DA UPR DE ITAPECURU-MIRIM

A situação processual dos presos da Unidade Prisional de Ressocialização de Itapecuru-Mirim (UPR) foi analisada por um grupo de juízes em mutirão. Ao final dos trabalhos, 26 presos provisórios foram liberados após a regularização do processo, e um dos condenados vai cumprir a pena em regime aberto.

A UPR de Itapecuru tem capacidade para apenas 90 presos mas abrigava 157 internos com problemas de “superlotação, tentativa de fugas, mortes e rebeliões”, segundo constatou o Judiciário. Do total de internos da UPR, 133 estavam presos provisoriamente e 24 cumpriam pena

- vinte em regime fechado e quatro no semiaberto.

O mutirão reuniu 120 processos de presos das comarcas do polo de Itapecuru, que inclui, além da sede, Miranda, Anajatuba, Cantanhede, Pirapemas, Presidente Vargas, Nina Rodrigues e Vargem Grande. Durante os trabalhos os juízes analisaram situações como excesso de prazo da prisão e aplicação de medidas cautelares relacionadas aos presos provisórios, e recebimento de guias de execução e progressão de regime dos presos definitivos que já cumprem a pena.

O mutirão foi realizado pelo Grupo de

Análise de Presos Provisórios (GAPP), criado pela parceria da Corregedoria Geral da Justiça e Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF) e formado pelos juízes Tereza Palhares (1ª Vara de Pinheiro) – coordenadora, Rodrigo Nina (Santa Luzia do Paurá) e Mirella Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim). Os promotores de Justiça Carla Alencar, Flávia Silva e Tiago Carvalho também participaram do mutirão, atuando pelo Ministério Público estadual. Pela Defensoria Pública atuaram Giovana Leite, Thiago Amin, Bruno Santos, Marcus Monteiro e Victor de Assis.



APAC COROATÁ

CORREGEDORA CONHECE TRABALHO DE ASSISTÊNCIA AOS PRESOS

A corregedora Anildes Cruz visitou a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Coroatá. A corregedora conversou com membros da diretoria da instituição, recebeu informações sobre o funcionamento das atividades assistenciais e conheceu as instalações onde condenados participam das atividades de auxílio na recuperação e reintegração social enquanto cumprem penas privativas de liberdade.

A APAC de Coroatá fica localizada no bairro de Trizidela. Segundo informações da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, a APAC de Coroatá tem capacidade para 34 recuperandos, mas abriga, atualmente, 22 internos, que participam de atividades laborais como a produção e comercialização de redes de dormir.



Os juízes Rosângela Prazeres, auxiliar da CGJ-MA; e Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico; Josane Farias Braga (1ª vara), diretora do

fórum de Coroatá, e Francisco Ferreira de Lima (2ª vara) e o diretor da secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, acompanharam a visita.

I SÃO LUÍS

1ª VEP INSPECIONA O CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PEDRINHAS

A juíza titular da 1ª VEP – Vara de Execuções Penais da Comarca da Ilha de São Luís - Ana Maria Almeida Vieira, realizou inspeção no Centro de Detenção Provisória de Pedrinhas (CDP) para entregar a 269 apenados os cálculos de penas, concessão de remição, livramento condicional, progressão de regime e respostas de solicitações feitas em visitas da magistrada às unidades prisionais. Durante a visita, a juíza esteve acompanhada de uma equipe de servidores auxiliares. Cada uma das 36 celas que integram os três pavilhões do CDP foi inspecionada pela juíza Ana Maria. Ela entregou pessoalmente os cálculos de pena, as respostas de solicitações feitas para a Vara de Execuções Penais, e encaminhou demandas para a Defensoria Pública Estadual (DPE), Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

APURAÇÃO - A Lei 7.210/84 de Exe-



cuções Penais (LEP) estabelece que o juiz da execução penal deverá inspecionar - mensalmente - os estabelecimentos prisionais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. “Durante a inspeção eu conversei com todos os presos da unidade escolhida (provisórios, regimes fechado e semiaberto), anotando recla-

mações, checando a situação e resolvendo pendências. Dois meses depois voltamos com as decisões e respostas que incluem revisão de cálculos penais, remição ou progressão de penas”, informou a juíza da 1ª VEP. A magistrada disse ainda que 11 defensores públicos que atuam no Núcleo de Execuções Penais participam desse trabalho de atendimento às demandas dos apenados.



I REINCLUSÃO

CORREGEDORIA PARTICIPA DA SOLENIDADE DE LIVRAMENTO CONDICIONAL DE CONDENADOS

A Corregedoria Geral da Justiça participou, no centro administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão, da cerimônia de Livramento Condicional de presos que tem por objetivo orientar os apenados quanto aos seus direitos e deveres, no período em que estiverem no cumprimento de suas penas, em liberdade.

A solenidade, prevista no artigo 137 da Lei de Execução Penal (LEP), foi

organizada pelo Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão (COPEN), com o apoio da CGJ e da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA. Durante a solenidade, os apenados e seus familiares foram orientados sobre essa nova etapa no processo de execução da pena. O presidente do Conselho Penitenciário, Gerson Lelis, ressaltou a importância da cerimônia para esclarecer e informar todos os direitos e deveres

dos apenados.

O juiz Gladiston Cutrim destacou o compromisso da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, em acompanhar mais de perto a execução penal do nosso Estado, ressaltando a importância do instituto do livramento condicional como porta de entrada para que o egresso ultrapasse as barreiras do preconceito e retome o seu lugar na sociedade e até mesmo na sua família.

I EXECUÇÃO PENAL

CGJ PARTICIPA DE VISTORIA EM
UNIDADES PRISIONAIS DO INTERIOR

O juiz auxiliar da Corregedoria, Gladiston Cutrim, membro do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN), acompanhou visita de representantes da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEAP) a estabelecimentos penais de Codó, Caxias e Timon. Ao final da visita, o magistrado destacou aspectos positivos da vistoria das condições de funcionamento dessas unidades.

Segundo informações do magistrado, na unidade de Codó, há uma obra de construção de presídio em fase terminal, com previsão da instalação da sala de videoconferência para realização das audiências, melhorias na casa do albergado, dentre outras.

Na oportunidade, o juiz da execução penal da comarca de Codó, Holidice Cantanhede, ressaltou o apoio da Corregedoria da Justiça à melhoria da execução penal no Estado: “É visível o esforço e boa vontade da corregedora Anildes Cruz em cobrar do governo do Estado providências no sentido de melhor estruturar e equipar as URP’s e presídios, o que repercute positivamente no trabalho dos juízes, especialmente, os da execução, além de contribuir de forma fundamental para

a redução da violência”, disse.

Na comarca de Caxias, o juiz auxiliar informou que a solicitação de mais um veículo para transporte dos presos para as audiências, encaminhada pela corregedora geral da justiça, desembargadora Anildes Cruz, foi atendida pela SEAP e no prazo máximo de 20 dias serão entregues as viaturas para aquela unidade prisional.

A juíza da execução Marcela Lobo (5ª Vara de Caxias) reafirmou a sua preocupação com a infraestrutura da unidade de Caxias, onde já vem solicitando maior atenção para as reformas necessárias. Outra demanda solicitada e já encaminhada foi a reativação do IML no polo regional de Caxias, informou o juiz auxiliar Gladiston Cutrim: “o pleito facilitará o atendimento das vítimas de violência doméstica da região, dando mais segurança ao trabalho da Justiça”.

Na comarca de Timon a visita foi acompanhada pelo juiz Elismar Marques (3ª Vara Criminal), responsável pela execução penal, além de representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública. Na oportunidade, foi constatada a necessidade de urgência na conclusão da obra da nova unidade prisional, considerando que o

presídio atual já conta com cerca de 500 presos, aproximadamente.

“É visível o esforço e boa vontade da corregedora em cobrar do governo do Estado providências no sentido de melhor estruturar e equipar as UPR’s e presídios, o que repercute positivamente no trabalho dos juízes da execução”.

Holidice Cantanhede juiz

COOPERAÇÃO

CORREGEDORA REAFIRMA IMPORTÂNCIA DE PARCERIA INSTITUCIONAL



A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reuniu-se com o governador do Estado, Flávio Dino, o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, desembargadores das Câmaras Criminais, juízes e a cúpula do Sistema de Segurança Pública do Estado. Todas as ações desenvolvidas pelo Executivo Estadual com vistas à melhoria do sistema de segurança no Maranhão, foram apresentadas durante o encontro.

Durante a apresentação, Flávio Dino ressaltou a importância da parceria entre os poderes e instituições para a melhoria do sistema. O governador apresentou casos em que o mesmo preso aparece com homônimos, sobrenomes diferentes, e até filiação diversa da registrada na última passagem pela polícia, e assinalou que é preciso empreender esforços para melhoria do sistema de identificação dos presos tanto nas delegacias, quanto no Judiciário.

A corregedora Anildes Cruz informou que estavam em ritmo acelerado os trabalhos da comissão interinstitucional que discute o compartilhamento de dados entre os sistemas de informação do Judiciário, Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública (SSP), Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), Instituto Médico Legal (IML), e Departamento Estadual

de Trânsito (DETRAN) e que resultaram na assinatura – ainda em setembro - de termo de cooperação técnica visando a integração dos serviços por intermédio da tecnologia “Web Service”, agilizando a atividade dos agentes de segurança pública. A magistrada disse ainda, que em janeiro deste ano remeteu ofício ao secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, solicitando a inclusão do nome da serventia extrajudicial (cartório de Registro Civil) na carteira de identidade expedida pelo órgão.

“Com todas essas medidas teremos mais segurança na identificação e autuação dos presos de Justiça, facilitando, por exemplo, a consulta e acesso do magistrado ao decidir um processo criminal”, explicou Anildes Cruz.

Na ocasião, a corregedora solicitou ao governador a melhoria no gerenciamento de apresentação de presos nas audiências de custódia e de processos criminais. “Por todas as comarcas que temos visitado há queixas de juízes que deixam de realizar os atos devido a não apresentação dos presos pela SEAP”, cobrou a desembargadora.

Flávio Dino explicou que tem implementado melhorias na área com a realização de seletivos para agentes penitenciários, e novas viaturas para condução de presos.

“Nós encontramos uma realidade de terceirizações e caos, reconheço as dificuldades e garanto que estamos trabalhando para sanar esses problemas”, assinalou o governador.

A desembargadora destacou ainda, que os juízes responsáveis pela execução penal nas comarcas do interior têm reclamado da falta de comunicação prévia nas transferências dos presos das Unidades Prisionais. Ela citou o exemplo da UPR de Coroatá, que em uma só noite recebeu dezenas de presos sem que a juíza fosse informada.

“Com todas essas medidas teremos mais segurança na identificação e autuação dos presos de Justiça, facilitando, por exemplo, a consulta e acesso do magistrado ao decidir um processo criminal”

Anildes Cruz corregedora

I PROPOSTA

CGJ VAI PADRONIZAR MEDIDAS APLICÁVEIS
A PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS

Em atenção à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), apresentou à corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, o modelo de fluxograma processual das medidas terapêuticas em execução penal, nos casos de incidentes de insanidade mental detectados no sistema prisional do Estado do Maranhão. O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), também acompanhou a apresentação do fluxograma.

O trabalho detalha todos os procedimentos e medidas judiciais aplicáveis aos casos de incidente de insanidade mental detectados pela Rede de Atenção Psicossocial, que dão suporte às decisões judiciais.

O modelo apresentado aos desembargadores foi concebido a partir de uma articulação com os órgãos e unidades que integram a rede de atenção à saúde de apenados. Dentre eles, o Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública (DPE), Hospital Nina Rodrigues, Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), Departamento Estadual de Saúde Mental, e Núcleo de Perícias Psiquiátricas do Estado do Maranhão.

A corregedora elogiou o trabalho desenvolvido pelo juiz da 2ª VEP e pela UMF, que objetiva realinhar e otimizar o fluxo de aplicação de medidas terapêuticas a presos com incidente de insanidade mental. “O alcance e a importância dessas medidas se concretizam na plena prestação jurisdicional à sociedade, na medida em que a CGJ vai orientar os magistrados com um procedimento padrão”, ressaltou a desembargadora corregedora.

Segundo o desembargador Froz Sobrinho, a partir desse fluxo é possível



otimizar os procedimentos para atendimento de pessoas internadas com base em incidente insanidade mental, inclusive, com a cooperação da família.

O modelo apresentado será convertido em formato de cartilha e servirá como manual de instrução para uso dos magistrados em processos judiciais que envolvem incidentes de insanidade mental, e que envolvam custodiados do sistema prisional portadores de transtornos de ordem mental.

O juiz Fernando Mendonça, destacou ainda, que a partir desse trabalho será viabilizado um termo de cooperação com as instituições envolvidas. “Estamos sugerindo um modelo de procedimentos para utilização pelos juízes da Execução Penal, que concede atenção integral à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, envolvendo toda a rede de proteção, a família do paciente e a sociedade”, finalizou o titular da 2ª VEP.

Participaram da reunião, o juiz auxi-

liar da corregedoria, Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), Gustavo Adriano Campos (diretor da Secretaria da CGJ) e o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior.

“O alcance e a importância dessas medidas se concretizam na plena prestação jurisdicional à sociedade, na medida em que a CGJ vai orientar os magistrados com um procedimento padrão”

Anildes Cruz, desembargadora

INTEGRAÇÃO

CGJ ASSINA COOPERAÇÃO PARA GARANTIR CELERIDADE DE ALVARÁS DE SOLTURA



Durante reunião realizada na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) - foi assinado Termo de Cooperação Técnica com a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/MA) e Delegacia Geral de Polícia Civil que tem por objeto a troca de informações entre as instituições para facilitar, agilizar e dar mais segurança ao cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias, mediante a utilização do sistema Hermes (Malote Digital). Dessa forma, o

cumprimento dos mandados ocorrerá no prazo máximo de 24h.

O documento foi assinado pela corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, desembargador Froz Sobrinho (Coordenador Geral da UMF), Murilo Andrade (Secretário de Administração Penitenciária), Jefferson Portela (Secretário de Segurança Pública), e pelo delegado-geral Lawrence Pereira.

A Corregedoria disponibilizará, mediante prévio cadastramento, o acesso ao “Malote Digital”, possibilitando o recebimento eletrônico de alvarás de soltura. A execução da cooperação técnica não implica em gastos para nenhuma

instituição parceira, e prevê a comunicação oficial entre as Justiças de 1º e 2º graus e o Poder Executivo por meio da SEAP e SSP.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou grande satisfação de contribuir para o aperfeiçoamento da comunicação entre a Justiça e o Sistema de Segurança do Estado. “O Poder Judiciário, ora representado pela Corregedoria e Tribunal de Justiça, esta unido em busca do bem-estar e segurança da sociedade. O alvará por via eletrônica é mais uma ação positiva da gestão compartilhada por nós trabalhada desde o início do ano”, ressaltou a corregedora.

I ALVARÁ ELETRÔNICO

CORREGEDORIA AGILIZA CUMPRIMENTO DE ALVARÁ DE SOLTURA DE PRESOS

Ordens de soltura e de livramento condicional de presos já podem ser enviadas eletronicamente para a unidade prisional ou policial, agilizando o cumprimento da decisão judicial. A Corregedoria Geral da Justiça regulamentou o uso do “Sistema de Malote Digital” na Justiça de 1º grau, com a finalidade de eliminar ou reduzir os entraves administrativos para restituir a liberdade aos encarcerados no cumprimento dos alvarás de soltura.

De acordo com o **Provimento nº 24/2016**, a entrega de alvarás de soltura, de guias de recolhimento, de decisão de livramento condicional e de retificação de penas na repartição competente pelo

seu cumprimento será feita - preferencialmente -, por meio eletrônico ou oficial de Justiça da vara competente ou da Central de Mandados.

Os alvarás de soltura serão encaminhados de forma eletrônica para a unidade prisional ou policial, ou órgão central de recebimento por meio do “Sistema de Malote Digital”, com assinatura digital, imediatamente após o juiz determinar a soltura do preso, de modo que sua liberação ocorra no prazo de máximo 24 horas – salvo se tiver que permanecer preso por outra causa.

O retorno ao juiz do cumprimento ou não da decisão de soltura também deve ser feita por meio eletrônico, no prazo

máximo de 24 horas do recebimento do documento. Caso a unidade prisional ou policial não possuir internet que possibilite o recebimento eletrônico do documento, o juiz encaminhará a ordem de soltura impressa, por meio de oficial de Justiça. Para o juiz auxiliar Gladiston Cutrim, a utilização do alvará de soltura eletrônico é uma ação esperada por magistrados e servidores há algum tempo. “A medida vai garantir a segurança, e agilidade no procedimento judicial na ocasião da soltura da pessoa presa, garantindo a preservação dos direitos regulamentados na Resolução N.º 108/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”, explicou o magistrado.



I CURSO

TREINAMENTO DE ANALISTAS PREPARA IMPLANTAÇÃO DO ALVARÁ ELETRÔNICO

Especialistas penitenciários jurídicos participaram de um treinamento no Fórum de São Luís, sobre o uso do sistema de “Malote Digital” do Poder Judiciário no cumprimento de alvarás de soltura expedidos por magistrados para liberação de presos. Os doze servidores da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado (SEAP) são responsáveis pela análise dos alvarás de soltura de presos antes de dar efetividade à ordem judicial.

O treinamento foi ministrado pela diretoria de informática do Tribunal de Justiça do Maranhão e assessoria de informática da Corregedoria, com o acompanhamento do juiz Gladiston Cutrim coordenador de planejamento estratégico da CGJ-MA e do supervisor geral de gestão de alvarás da SEAP, Samyr Duarte Kzam.

Uma segunda etapa de treinamento será

ministrada aos servidores das Unidades Prisionais de Ressocialização (UPRs) vinculadas à SEAP e aos servidores das Delegacias Regionais subordinadas a Secretaria de Segurança Pública. A Corregedoria enviou uma Circular a todos os juízes de direito com competência criminal, sobre as providências tomadas para a efetivação do sistema.

Segundo o juiz Gladiston Cutrim, a preparação dos servidores da área da segurança pública que atuam nos órgãos recebedores dos alvarás de soltura é a etapa anterior à implantação e uso do sistema de malote digital para essa finalidade, que tem como meta reduzir o prazo do cumprimento da ordem de soltura de 24h, como geralmente acontece, para duas horas.

“A Corregedoria providenciará junto a Diretoria de Informática a melhoria

do perfil de usuário dos analistas da área da segurança, com o objetivo de agilizar a pesquisa atual de dados referentes à situação do preso. Eles vão passar a utilizar o sistema com um perfil mais adequado, facilitando o trabalho de análise dos dados sobre a situação do preso”.

A capacitação oferecida pelo Judiciário decorreu de cooperação técnica firmada pela Corregedoria Geral da Justiça com a Unidade de Fiscalização do Sistema Carcerário do TJMA, a SEAP, a SSP e a Delegacia Geral de Polícia Civil, que permitiu o emprego do sistema de Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça como meio de comunicação oficial entre a Justiça de primeira e segunda instâncias para cumprimento de ordens judiciais de soltura, conforme a Lei Federal nº 11.419/2006.

AGILIDADE

PRIMEIRO ALVARÁ DE SOLTURA VIA MALOTE DIGITAL FOI CUMPRIDO EM UMA HORA E MEIA

Foi cumprido em uma hora e meia o primeiro alvará de soltura encaminhado à autoridade policial por meio do Sistema Malote Digital, implantado na Justiça estadual de primeiro grau pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).

A decisão judicial partiu do juiz Marcelo Libério, titular do Juizado Cível e Criminal de São José de Ribamar e respondendo pela 1ª Vara Criminal e foi cadastrada no sistema às 9h6min, e lida às 10h29min. O despacho para cumprimento do alvará de soltura foi emitido pela autoridade policial às 12h04min do mesmo dia.

MALOTE DIGITAL – Por meio de Convênio de Cooperação Técnica assinado em setembro deste ano, pelo Poder Judiciário, foi implantado na Justiça estadual o Sistema “Malote Digital”, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, como meio de comunicação oficial entre os sistema de Justiça e Segurança Pública, para fins de cumprimento de alvarás de soltura de presos, no prazo máximo de 24 horas da decisão judicial de livramento, se o acusado não estiver preso por outro motivo.

ALVARÁ DE SOLTURA MALOTE DIGIT@L



VALORIZAÇÃO E DEFESA DA MULHER

MODERNIZAÇÃO

CORREGEDORA INSTITUI A MPUE - MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA ELETRÔNICA



A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, instituiu, o projeto “Medida Protetiva de Urgência Eletrônica”, durante solenidade de lançamento da “V Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa”, no Tribunal de Justiça. A medida vai agilizar o conhecimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher entre as autoridades do sistema de Justiça e segurança pública. Conforme o **Provimento nº 22/2016**, assinado pela corregedora Anildes Cruz, o requerimento da MPUE poderá ser enviado eletronicamente pelo requerente, via Malote Digital, e encaminhado diretamente à secretaria judicial das unidades especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher de São Luís e Imperatriz.

Durante a solenidade, as instituições participantes – Ministério Público esta-

dual, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança do Estado - assinaram com o Tribunal de Justiça do Maranhão o Termo de Cooperação Técnica que viabiliza a adequação do projeto ao sistema Hermes (Malote Digital) do TJMA.

Segundo a corregedora, a ferramenta vai contribuir no combate à violência contra as mulheres, agilizando as medidas protetivas e benefícios das vítimas. “Através do Malote Digital será possível garantir as medidas em menos tempo e aumentar a proteção das vítimas”, avaliou.

PRIORIDADE - A MPUE terá prioridade diante dos demais atos, devendo ser apreciada pelo magistrado competente no prazo máximo de até 48 horas, e a decisão judicial comunicada à autoridade policial, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado, em 24 horas.

O requerimento deve estar acompanhado da versão digitalizada e assinada do registro da ocorrência e o termo com pedido de concessão de medida protetiva especializada, da identificação, endereço e contato da vítima e do agressor.

I OUTUBRO ROSA

FÓRUM DE SÃO LUÍS REALIZA MOSTRA DE MULHERES MASTECTOMIZADAS

Mulheres mastectomizadas e que buscam vencer o câncer de mama integraram a mostra fotográfica no lançamento da campanha Outubro Rosa, promovida pelo Fórum Des. Sarney Costa. A campanha, além de destacar a luta das mulheres contra ao câncer, realiza palestras e arrecadação de materiais de higiene para pacientes atendidos do Hospital Aldenora Bello, Hospital do Câncer e da Fundação Antônio Brunno.

A corregedora geral da Justiça do Maranhão, Anildes Cruz, lembrou, durante o lançamento da campanha, que o movimento Outubro Rosa procura chamar a atenção da sociedade para o problema do câncer de mama e conscientizar as mulheres sobre a importância dos exames preventivos e do diagnóstico da doença que “pode ser tratada com eficiência se detectada precocemente”, ressaltou a cor-



regedora. “Ajudar a combater o câncer de mama é uma missão de todos nós”, concluiu.

O diretor do Fórum, juiz Sebastião Lima Bonfim, destacou que a Mostra Fotográfica Impressões de Mulher faz o registro de pacientes em tratamento no Hospital Aldenora Bello e Hospital do Câncer do Maranhão (Hospital Geral), externando a garra e o amor pela vida,

a luta e a força do recomeço dessas mulheres. O magistrado ressaltou, ainda, que por meio da campanha Outubro Rosa o Fórum de São Luís quer também mobilizar as pessoas e contribuir para a redução do número de casos de câncer de mama no país. Conforme dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), a estimativa de novos casos da doença no Brasil é de 57.960 só em 2016.



I MULHER

CGJ PARTICIPA DA “SEMANA DA MULHER ADVOGADA” NA OAB-MA



A Corregedoria Geral da Justiça participou das atividades em comemoração ao Dia da Mulher, promovidas pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, seção Maranhão. A juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama, representou a desembargadora Anildes Cruz no evento “Semana da Mulher Advogada”. A magistrada traçou um histórico da luta feminina por direitos e garantias sociais, com a palestra “Direito das Mulheres”.

I DADOS 2017

VARA DA MULHER DIVULGA DADOS DE PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O inconfornismo do homem com o fim do relacionamento continua aparecendo como o principal motivador para a prática da violência contra a mulher. É o que revela pesquisa divulgada pela Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís. Os dados mostram também que 51% das vítimas tiveram filhos com o agressor e 72% dos casos de agressões ocorreram dentro de casa. O estudo analisou informações dos processos de Medidas Protetivas de Urgência, em tramitação na unidade judiciária no ano passado.

A divulgação para a imprensa ocorreu no Fórum Desembargador Sarney Costa, com as presenças do presidente do TJMA e da corregedora-geral, desembargadores Cleones Cunha e Anildes Cruz; das juízas Rosária de Fátima Almeida Duarte (auxiliar da Corregedoria e titular da Vara da Mulher) e Suely de Oliveira Santos Feitosa (respondendo pela Vara da Mulher); da titular da 21ª Promotoria de



Justiça, Márcia Haydee de Carvalho; e da representante do Comando de Segurança Comunitária da Polícia Militar, tenente Annyreh Corrêa.

PESQUISA – a juíza Suely Feitosa explicou que a pesquisa foi realizada pela equipe multidisciplinar da Vara da Mulher

(psicólogo, assistentes sociais e comissários da infância e da juventude), com base nas informações constantes em 505 processos de Medidas Protetivas de Urgência, entre ativos e arquivados, distribuídos nos meses de janeiro a junho de 2016, e a análise dos dados ocorreu no período de agosto a dezembro do mesmo ano.



I DIREITOS HUMANOS

CORREGEDORIA RECEBE ENTIDADES DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Entidades representativas de Direitos Humanos da Mulher foram recebidas na Corregedoria, pela desembargadora Anildes Cruz, corregedora geral. Em pauta, o processamento e julgamento de ações que envolvem a Lei Maria da Penha. De acordo com o Centro de Promoção de Cidadania e Defesa de Direitos Humanos Pe. Josimo, processos que tratam do mesmo caso familiar e que envolvem violência doméstica e guarda dos filhos, processados em diferentes varas judiciais, resultam em decisões divergentes.

Para Thiago Viana, representante do Centro de Cidadania, é necessário estabelecer uma conexão nessas ações que tramitam na Vara da Mulher e nas Varas da Família, para evitar decisões conflitantes em um mesmo caso.

A corregedora Anildes Cruz propôs uma discussão que alcance todos os envolvidos no tema, um debate amplo. “Os direitos da mulher e das crianças, reivindicados perante o Poder Judiciário devem ser processados e julgados com os cuidados inerentes à matéria, para que

haja a eficaz e completa prestação jurisdicional”, pontuou a corregedora Anildes Cruz. Representantes da Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Maranhão - ACECTMA; Secretaria Municipal de Educação de São Luís; e Universidade Federal do Maranhão, também participaram do encontro.

Acompanharam a corregedora durante a reunião, os juízes auxiliares da Corregedoria, José Américo Abreu Costa (Infância e Juventude) e Rosária Duarte (Serventias Judiciais).

PAZ EM CASA

CORREGEDORA PRESENTE À V SEMANA 'JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA' EM COROATÁ



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, participou, em Coroatá, das atividades que integraram a V Semana “Justiça pela Paz em Casa”.

O evento organizado pelos juízes Josane Braga (1ª Vara) e Francisco Ferreira (2ª Vara), foi aberto com debates, dinâmicas e palestras sobre autoestima e tipos de violência com as psicólogas Vilma Buna e Marluce Viégas. Também foram repassadas, por profissionais da saúde, informações e orientações de prevenção às mulheres; realizados testes de glicemia, aferição de pressão arterial, testes rápidos de HIV, vacinas, entre outros.

A corregedora Anildes Cruz saudou o público presente ressaltando o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) no combate à violência contra a mulher. “Ações que fortalecem a rede de proteção da mulher e promovidas pela Justiça de 1º grau, a exemplo do que acontece em Coroatá, têm o nosso total apoio”, afirmou a desembargadora.

Além das ações preventivas e de orientação, as mulheres tiveram espaço para momentos de cuidados com a beleza

e autoestima. Um estúdio de maquiagem foi montado para atender o público presente. A corregedora Anildes Cruz fez a entrega de brindes às estudantes sorteadas.

De acordo com a juíza Josane Braga, o evento é o primeiro de muitos que acontecerão na comarca. “O Poder Judiciário precisa levar informação e orientação à sociedade como forma de proporcionar às mulheres, o exercício dos seus direitos como cidadãs”, declarou a magistrada.

O juiz Francisco Ferreira disse que o evento realizado pela comarca através dos magistrados, servidores e com apoio de parceiros, alcançou o objetivo de mobilizar a sociedade e chamar a atenção da população para questão tão importante. Após a fala do juiz foi exibido o filme “A Preciosa”, inserido dentro da temática do evento.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Rosângela Prazeres (Correições Judiciais) e Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), e o diretor da Secretaria da CGJ, Gustavo Campos, acompanharam a corregedora nas visitas aos fóruns do interior do Estado.

“Ações que fortalecem a rede de proteção da mulher e promovidas pela Justiça de 1º grau, a exemplo do que acontece em Coroatá, têm o nosso total apoio”

Anildes Cruz desembargadora

COMARCAS



AÇÕES DA SEMANA DE VALORIZAÇÃO DA MULHER SÃO DESTAQUES EM COMARCAS

As comarcas de Humberto de Campos, Olinda Nova e Santa Inês promoveram diversas ações referentes à II Semana Estadual de Valorização da Mulher. Na agenda, palestras com a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher. Em Humberto de Campos o juiz conversou com estudantes em escolas. Já em Olinda Nova a palestra abordou diversos aspectos da Lei Maria da Penha. O Judiciário de Santa Inês promoveu ações durante três dias no centro da cidade.

PEDREIRAS E TRIZIDELA DO VALE

Com o tema “Mulher é Pra Ser Respeitada”, a 3ª Vara de Pedreiras, sob a titularidade da juíza Larissa Tupinambá Castro, promoveu diversas atividades alusivas à II Semana Estadual de Valorização da Mulher. As ações estão acontecendo na cidade de Trizidela do Vale, termo judiciário da comarca de Pedreiras com uma programação voltada para a valorização e retomada da autoestima

das mulheres e conscientização, como a carreta da mulher com mamografia e preventivo, viva cidadão com emissão de RG, CPF.

COMARCA DE SANTA LUZIA

Palestras sobre violência doméstica e cultura do estupro, panfletagem, distribuição de cestas básicas, júri de crimes cometidos contra a mulher, atendimentos sociais e outras atividades movimentaram a Comarca de Santa Luzia, durante a realização da Semana Estadual da Valorização da Mulher. As juízas Marcelle Adriane Farias Silva (1ª Vara) e Clécia Pereira Monteiro (2ª Vara), titulares, respectivamente da 1ª e 2ª varas da unidade, coordenaram as atividades relacionadas ao evento. A panfletagem nas principais ruas da cidade e os cartazes confeccionados por servidores com frases relativas ao tema e afixados na sede do Poder Judiciário alertavam a população para o objetivo da ação.

“Trizidela e Pedreiras tiveram centenas de mulheres atendidas. A gente sempre contou com o apoio do Tribunal de Justiça e da Corregedoria de Justiça, bem como a parceria fundamental do Estado através da Secretaria da Mulher, trazendo até a comarca as carretas”.

Larissa Tupinambá Juíza

INFÂNCIA E JUVENTUDE

COMARCAS DEVEM ACOLHER CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO



Aelo Provimento nº 10/2016, a Corregedoria determina que o encaminhamento de crianças ou adolescentes para a capital somente será efetivado se houver vaga nas instituições e após autorização do Juízo da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís.

A Corregedoria orienta ainda que deverão ser esgotados todos os meios legais de reinserção no ambiente familiar, após cessadas as causas de afastamento do ambiente familiar biológico. Não sendo possível a reinserção na família de origem, será verificada a possibilidade de inserção da criança ou adolescente em situação de risco em famílias substitutas.

“Nesse caso, o encaminhamento para uma família substituta pode ser feito por meio de cooperação técnica com o Poder Executivo local, para implementação de programas como “Família Acolhedora”, “Apadrinhamento Afetivo” ou semelhantes.

O objetivo é garantir a proteção integral à criança ou adolescente em situação de risco”, explicou a corregedora Anildes Cruz.

ECA - A medida da CGJ-MA considerou a dificuldade das equipes multiprofissionais avaliarem a situação familiar das crianças e adolescentes de outras localidades acolhidos institucionalmente em São Luís, o que impossibilita a verificação da reinserção na família biológica ou em famílias substitutas na sede do domicílio da criança e do adolescente acolhido.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento familiar ou institucional deve ocorrer no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável, de modo a facilitar e estimular o contato da criança e do adolescente com a sua família de origem no processo de reinserção familiar.

“Nesse caso, o encaminhamento para uma família substituta pode ser feito por meio de cooperação técnica com o Poder Executivo local, para implementação de programas como “Família Acolhedora”, “Apadrinhamento Afetivo” ou semelhantes.”

Anildes Cruz, corregedora

I MUTIRÃO

AÇÃO CONJUNTA DO JUDICIÁRIO REALIZA SEMANA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu das mãos da juíza Karla Jeane de Carvalho - titular da 2ª Vara de Coelho Neto e integrante da Coordenadoria da Infância e Juventude - camisa alusiva à Semana da Infância que ocorreu em todo o Estado, com o julgamento prioritário de ações que envolvem violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis.

O evento é realizado pela Coordenadoria de Infância e Juventude do TJMA em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Foram realizadas audiências e julgamentos em 400 processos judiciais, além da promoção de atividades lúdicas.

A juíza Karla Jeane disse que o apoio da Corregedoria tem sido fundamental no desenvolvimento e avanço de ações desse tipo em todo o Maranhão.

Anildes Cruz ressaltou que o Poder Judiciário deve dar especial atenção à proteção que crianças e adolescentes em



situação de risco. “A CGJ está totalmente envolvida com a causa que é muito importante para a sociedade”, destacou a desembargadora.

O desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria, enfatizou que a Semana da Infância é

um incentivo para o julgamento dos processos relacionados a esse tema, e a oportunidade de divulgação das práticas adotadas pelo Judiciário maranhense em prol dessa causa social. Mais de 30 juízes de todo o Estado participaram das ações desenvolvidas.



I PROVIMENTO N. 09/2016

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CRIA DIVISÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) instituiu a Divisão de Proteção Integral (DPI) junto à 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Ilha de São Luís.

A divisão é composta e coordenada por comissários de Justiça, responsáveis pelos procedimentos relativos à proteção integral de crianças e adolescentes, no sentido de evitar qualquer forma de violência, abuso, exploração, discriminação e negligência.

Os comissários são responsáveis, dentre outras atividades: pela emissão de autorização de viagem e hospedagem nacional; fiscalização de transporte intermunicipal e interestadual de crianças e adolescentes; fiscalização de bares, restaurantes, boates e casas de show e inspeção de entidades de acolhimento.

CULTURA E, ainda, por acompanhar o processo administrativo de alvará judicial para participação e presença de

crianças e adolescentes em apresentações folclóricas e artísticas nas cidades da área de abrangência da comarca.

O Provimento nº 9/2016 traz o detalhamento das atividades realizadas pela divisão, bem como do trabalho desempenhado pelos comissários de Justiça.

Pareceres, requerimentos e decisões serão elaborados pelo Conselho Especial da Infância e da Juventude da CGJ-MA e pelo juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude da comarca da Ilha de São Luís.

PROVIMENTO 28/2016

CORREGEDORA REGULAMENTA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA PARA ADOLESCENTES



Provimento nº 28/2016, já em vigor, determina que o adolescente apreendido por ato infracional ocorrido no termo judiciário de São Luís deverá ser apresentado em 24h, pela unidade da FUNAC, ao juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, após ouvido o Ministério Público. Quando a apreensão ocorrer nos finais de semana e feriados, a apreciação deverá ser feita pelo plantão judiciário criminal.

Para o juiz auxiliar da CGJ, José Américo Abreu Costa, a medida regulamentada pela Corregedoria “garante tratamento igualitário entre adultos e adolescentes, no que se refere ao direito de ser ouvido por autoridade judiciária nos casos de flagrante delito”.

INFÂNCIA E JUVENTUDE - As audiências de apresentação de adolescentes apreendidos em flagrante serão realizadas diariamente nas dependências da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, em horários marcados. O juiz apreciará a legalidade da apreensão e tomará as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, que

podem ser o arquivamento dos autos; a remissão (absolvição) ou a aplicação de medida socioeducativa. As audiências de apresentação de adolescentes já são uma prática corrente na 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, onde o primeiro ato do processo e os procedimentos relativos à continuidade da ação acontecem em uma mesma audiência.

“Estamos lidando com a adolescência - uma fase curta da vida - que depende de uma medida protetiva ou socioeducativa da Justiça importante para a reinserção social do adolescente. Com a audiência de apresentação podemos dar uma resposta mais célere acerca da responsabilização do adolescente infrator”, explicou o Juiz José Costa (2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís), que propôs a regulamentação das audiências de apresentação à Corregedoria.

O atendimento ao adolescente em conflito com a lei é feito de forma conjunta pelos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, Delegacia de Polícia do Adolescente Infrator e da unidade de atendimento da Fundação da Criança e o Adolescente (Funac).

“Estamos lidando com a adolescência - uma fase curta da vida - que depende de uma medida protetiva ou socioeducativa da Justiça importante para a reinserção social do adolescente. Com a audiência de apresentação podemos dar uma resposta mais célere acerca da responsabilização do adolescente infrator”

José Costa, juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís

I ADOÇÃO

CORREGEDORIA EDITA PROVIMENTO QUE
INSTITUI NOVO REGIMENTO INTERNO DA CEJA

A Corregedoria Geral da Justiça editou um provimento no qual institui o novo regimento interno da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA). Essa comissão, instituída pela Resolução nº. 25/94 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, tem por finalidade orientar, fiscalizar e aplicar as disposições da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, exercendo as atribuições de autoridade central estadual, relativas à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional.

O provimento leva em consideração as alterações ocorridas no Estatuto da Criança e do Adolescente, introduzidas pela Lei 12.010, de 2009, denominada Lei de Adoção. Considerou, ainda, a necessidade de reestruturar o funcionamento e a organização da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, conforme a legislação nacional e internacional em vigor. Por fim, o provimento considerou a finalidade fundamental e a importância essencial da CEJA para a efetivação das adoções internacionais no país.

O novo regimento, instituído através do provimento da CGJ, relata que compete à Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Maranhão – CEJA/MA, entre outros: Receber, autuar e registrar pedidos de laudo de habilitação à adoção internacional, oriundos de países ratificantes da Convenção de Haia, interessados na adoção de crianças e adolescentes no Estado do Maranhão; E processar os Laudos de Habilitação de pretendentes oriundos de países ratificantes da Convenção de Haia, cuja legislação permita a concessão automática da cidadania estrangeira ao adotando ou que reconheçam imedia-



tamente a sentença brasileira de adoção proferida em conformidade à Convenção.

Cabe à CEJA, ainda, processar os Laudos de Habilitação de pretendentes estrangeiros que residam em países ratificantes da Convenção de Haia em matéria de adoção, que pretendam a adoção de grupos de irmãos ou criança/adolescente portadora (es) de necessidades especiais, bem como processar os Laudos de Habilitação de pretendentes brasileiros casados com estrangeiros que residam em países ratificantes da Convenção de Haia em matéria de adoção.

“Nenhuma adoção internacional será processada no Estado do Maranhão sem prévia habilitação da pessoa ou casal perante a CEJA, sendo indispensável para início

do processo de adoção a apresentação do Laudo de Habilitação perante o Juízo da Infância e Juventude do local onde se encontra a criança ou adolescente a ser adotado (a)”, destaca o regimento.

MUDANÇAS – A lei 12.010, de 2009, tem por objetivo facilitar o acesso para quem quer adotar uma criança e com isso reduzir o número de crianças sem famílias. Essa Lei trouxe inúmeras inovações ao instituto. A partir dela, até pessoas solteiras podem adotar, tanto que sejam mais velhas no mínimo 16 anos do que o adotado e se proponha a passar por uma avaliação da Justiça para provar que podem dar educação, um lar e toda a assistência necessária.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E IMOBILIÁRIA

FAMÍLIAS RECEBEM REGISTRO DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL EM AÇÃO NO BAIRRO DO COROADO



Na abertura, a juíza Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, explicou sobre a situação do Coroado: “O que faremos hoje aqui é entregar o registro de imóveis dessas pessoas que, há 46 anos, compraram aqui seus terrenos, mediante contrato de compra e venda, e construíram suas casas, sendo que nunca conseguiram tirar esse registro. Quase todas essas pessoas, cerca de 99%, pagaram à SURCAP (Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital S/A) e não adquiriram o direito de propriedade. O Provimento 25 de 2015 da Corregedoria Geral da Justiça veio para garantir a essas pessoas a possibilidade de ter averbado o direito de propriedade no 2º Cartório de Registro de Imóveis”.

“As entidades representativas do Coroado se uniram e formaram uma comissão de moradores. O papel do Poder Judiciário é basicamente de orientação, pois a legislação já está aí para ser cumprida. Hoje, são as comunidades que estão procurando o Judiciário. Esse trabalho já foi realizado em diversos bairros de

São Luís, a exemplo de toda a região da Cidade Operária, Vila Janaína, Vila Riód, Santa Clara, Cidade Olímpica, Vila Luizão, Divinéia, Sol e Mar, Sá Viana, Pirapora. Já é um número significativo de bairros que estão tendo esse direito garantido. A situação aqui no Coroado deve estar toda regularizada até abril de 2017”, explicou Luzia. Ela ressalta que a iniciativa beneficia pessoas que já ocupam



as áreas por longos anos, e contempla famílias com renda não superior a cinco salários mínimos que vivam em imóveis com área do terreno não superior a 250 m² e área construída não superior a 70 m².

Neline Soares, moradora, ressaltou que esse movimento no bairro surgiu durante uma edição do Coroado de Natal, uma rede de solidariedade realizada na área há dois anos e que tem como parceira a 2ª Vara de Execuções Penais. “Eu passei mais de quatro anos andando entre SURCAP e cartório e ninguém me dava uma orientação correta. Durante uma edição do coroado de natal eu coloquei essa minha insatisfação. De pronto, o juiz Fernando Mendonça pediu que eu procurasse a juíza Luzia e que ela estaria com essa pasta de legalização fundiária. Luzia Neponucena analisou os contratos que a ela foram entregues e posso afirmar que a comunidade do Coroado deve muito à Corregedoria Geral de Justiça justamente por esse momento ímpar e a comunidade está começando a compreender isto”, disse ela, que mora no bairro desde 1978.

JUSTIÇA SOCIAL

MORADORES DA SANTA EFIGÊNIA RECEBEM TÍTULOS DE REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Os Moradores da Santa Efigênia, em São Luís, receberam, no dia 18 de setembro, os títulos de regularização imobiliária de seus imóveis durante cerimônia realizada no Clube das Mães do bairro. Os juízes da 1ª e 5ª varas da Fazenda Pública, Luzia Madeiro Neponucena e João Francisco Rocha, acompanhados de representantes da Associação de Moradores do Bairro Santa Efigênia e líderes comunitários da área, conduziram a entrega dos títulos, cumprindo determinação da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Os moradores lotaram a associação em busca de um direito que demorou 25 anos para se concretizar. Durante a cerimônia, a juíza Luzia Neponucena informou aos moradores que os títulos de regularização são fruto de uma parceria realizada entre Estado do Maranhão e a



Corregedoria Geral da Justiça, através de provimento assinado em 2015. “Cada um dos senhores e senhoras, a partir de hoje, estão adquirindo a regularização definitiva dos seus imóveis, ou seja, não estamos fazendo regularização fundiária, mas a regularização imobiliária, porque cada beneficiário já tem um documento

de cessão de uso do Estado e todos vão receber seus registros de propriedade”, ressaltou a magistrada.

“Para mim é um momento de felicidade, pois agora tenho a certeza que a casa onde moro é verdadeiramente minha”, comentou emocionada, disse Maria Domingas, moradora.



DIGNIDADE

CGJ E ESTADO ENTREGAM 490 TÍTULOS DE PROPRIEDADE NA CIDADE OLÍMPICA

Num evento que contou com a presença de autoridades do Estado, Município, da Corregedoria da Justiça, lideranças comunitárias e representantes do setor empresarial foram entregues 490 títulos de propriedade.

Representando a CGJ, a juíza Luzia Neponucena, fez um histórico das iniciativas e trabalhos desenvolvidos envolvendo as autoridades presentes no evento e a participação ativa das lideranças comunitárias. “O processo de regularização fundiária desta área começou em 2015 pelo Provimento nº 25/2015 da CGJ, e por meio de um trabalho conjunto envolvendo a Secretaria das Cidades, o



Sinduscon e lideranças locais, resultou nesta entrega de títulos, assegurando os direitos desses cidadãos à moradia digna”, manifestou a juíza.

Também presente no evento, a juíza Oriana Gomes, que à época era juíza

auxiliar da Corregedoria, disse: “Isto é fruto do trabalho da Corregedoria em parceria com o Estado, tanto na gestão anterior quanto atualmente sob o comando desembargadora Anildes Cruz, que concretizou o sonho dos moradores”.

PARCERIA

CGJ E UFMA ENTREGAM TÍTULOS A MORADORES DO ITAQUI-BACANGA

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) entregaram, em Maio (2017), os primeiros 250 títulos de propriedade a moradores dos bairros Vila Embratel, Jambeiro e Sá Viana. O ato ocorreu no auditório central da universidade, com a presença do juiz Gladiston Cutrim, que representou a corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, da juíza Luzia Madeiro Neponucena, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, e da reitora da UFMA, professora Nair Portela.

Ao abrir o evento, Nair Portela ressaltou que a regularização fundiária da área foi iniciada e aprovada na administração do professor Natalino Salgado, ex-reitor, após aprovação do Conselho Superior da UFMA. Para a decisão foi considerado que as famílias estavam numa ocupação consolidada, de boa fé e por muitos anos. “Este ato é o reconhecimento da



universidade para uma luta histórica de justiça social e de extrema importância para centenas de famílias, que buscam seus espaços”, declarou a reitora Nair Portela.

Para juíza Luzia Neponucena, a entrega dos títulos de propriedade transformam a realidade desses moradores, garantindo a essas famílias o direito à moradia. “A partir de agora, o título que receberão finda a condição de clandestinos dentro de suas próprias casas, e lhes dá proprie-

dade e total segurança jurídica”, assinalou a magistrada.

O juiz auxiliar da CGJ, Gladiston Cutrim, ressaltou que a entrega do título de propriedade representa a concretização do sonho de cada família beneficiada com a medida. “Para a corregedora Anildes Cruz é um importante avanço do qual o Judiciário faz questão de estar inserido, em parceria com a UFMA, resultando em promoção de Justiça Social”, enfatizou.



JUNHO 2017

CGJ ENTREGA 116 TÍTULOS NA SANTA EFIGÊNCIA

Cumprindo determinação da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Luzia Madeiro Neponucena, conduziu a entrega de 116 títulos de regularização imobiliária a moradores do Bairro Santa Efigêncina, em São Luís, durante cerimônia realizada na Associação de Moradores do Bairro. Representantes da associação e líderes comunitários da área acompanharam o ato. Durante a entrega, Luzia Neponucena informou aos moradores que a conquista dos títulos é resultado de uma parceria realizada entre o Estado do Maranhão e a Corregedoria Geral da Justiça, por meio de um provimento assinado em 2015.



| RIBAMAR

JUDICIÁRIO DEFLAGRA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE SÃO BRÁS E MACACO

O Poder Judiciário de São José de Ribamar deflagrou em Julho (2017), com a realização de uma audiência pública na Igreja Católica da comunidade São Brás, o Projeto de Regularização Fundiária da área denominada São Brás e Macaco. A juíza Ticiany Maciel Palácio, titular da 2ª Vara Cível e responsável pelo Registro Público, presidiu o ato que contou com a participação do prefeito Luís Fernando, e da juíza Luzia Neponucena, que representou a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

Para a execução do projeto foi firmado um Termo de Cooperação entre o Poder Judiciário, Prefeitura de São José de Ribamar e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), visando à efetivação dos princípios constitucionais da moradia e da função social da posse e da propriedade, a fim de regularizar, por meio de procedimentos judiciais e extrajudiciais, o domínio dos imóveis dessa área.

A regularização segue os moldes da Lei Federal 13.465/2017, e das normas estabelecidas no Provimento n.º 18/2013 da CGJ, que prevê, em seu artigo 3º, a possibilidade de documento do Poder Público aferir a situação consolidada de um núcleo urbano ou rural, incluindo neste caso, uma sentença judicial.

Ticiany Palácio fez um resgate histórico da Ação de Reintegração de Posse que originou o projeto, e da inspeção judicial realizada na área em maio de 2014. “Durante a inspeção foi possível verificar a existência de ocupações antigas e bem estruturadas como o pátio de estacionamento de uma empresa de ônibus, fazendas, sítios, residências, escola comunitária, poço de água da CAEMA, e comércios”, descreve a juíza no Termo de Inspeção.



“Registro a importante parceria do Município de Ribamar, sem o qual não seria viável o processo de regularização; da Universidade Estadual do Maranhão que delimitará toda a área com a utilização de modernas técnicas e uso do GPS; e do Cartório de Imóveis do 1º Ofício de Ribamar, que documentará a realidade de fato, por meio do registro e expedição dos documentos”.

Ticiany Palácio, juíza

PARCERIA

CGJ E PREFEITURA DE SÃO LUÍS ASSINAM TERMO PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A CGJ-MA e a Prefeitura de São Luís assinaram um Termo de Certificação à Regularização Fundiária nas Áreas de Sesmarias de São Luís, que objetiva o levantamento de informações e posterior entrega de títulos de propriedades aos moradores que residem em áreas da Capital em situação de usucapião urbano.

O ato contou com a presença da juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama, representando a corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz; do prefeito Edivaldo Holanda Júnior; do secretário de Urbanismo e Habitação, Mádisson Leonardo; das juízas Luzia Neponucena (1ª Vara da Fazenda Pública) e Diva Mendes (13º Juizado do Maracanã); do cartorário do 2º Registro de Imóveis da Capital, Jurandir Leite; do representante do SINDUSCON-MA, Fábio Nahuz, e representantes comunitários.

A juíza Luzia Neponucena esclareceu que as áreas sob processo de regularização são ocupações consolidadas há muitos anos, e ressalta que as áreas inseridas no termo assinado compreendem núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, conforme dispõe o art. 13, inciso I da Lei nº 13.465/2017, que dispensa a comprovação de pagamento de tributos ou peculiaridade tributária.

A juíza Sara Gama disse que o Judiciário joga um papel importante na defesa da sociedade. “Esse momento mostra a Casa da Justiça a serviço da sociedade, que se faz além dos processos, pois a regularização fundiária é realizada a partir de procedimentos extrajudiciais que requerem a participação efetiva da



“Esse momento mostra a Casa da Justiça a serviço da sociedade, que se faz além dos processos, pois a regularização fundiária é realizada a partir de procedimentos extrajudiciais que requerem a participação efetiva da população, numa conjugação de forças das instituições envolvidas”.

Sara Gama, juíza

população, numa conjugação de forças das instituições envolvidas”, ressaltou a magistrada.

O prefeito de São Luís relatou as tentativas dos gestores municipais em realizar a regularização fundiária no âmbito do município, e parabenizou a Corregedoria por viabilizar esse projeto. “O Poder Judiciário vem fazendo uma verdadeira

revolução nesta área, ajudando muito o município e o Estado, a exemplo do trabalho de regularização imobiliária que vem sendo efetivada na Cidade Olímpica. Por isso agradeço a magistrada Luzia Neponucena pelo esforço despendido nessas ações, e sinto-me honrado em participar de tão importante ato de cidadania”, frisou Edivaldo Holanda Júnior.

GESTÃO E PLANEJAMENTO



APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

CORREIÇÕES VIRTUAIS INAUGURAM NOVO MOMENTO NA JUSTIÇA DE 1º GRAU

A Corregedoria Geral da Justiça implantou o projeto “Correições Virtuais” com objetivo de agregar rapidez e eficiência aos trabalhos da Justiça de 1º grau. A 1ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Criminais de São Luís foram as primeiras unidades correicionadas eletronicamente. Os trabalhos são realizados no anexo administrativo da Corregedoria, na Rua Engenheiro Couto Fernandes, Centro.

A desembargadora conversou com a equipe do Núcleo Avançado de Correições Virtuais, acompanhou o exame da tramitação de processos no Sistema de Gerenciamento Processual Themis Primeiro Grau (Themis PG) e se informou sobre o andamento das atividades.



A medida faz parte do Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça para o biênio 2016-2017. “Com o uso de ferramentas virtuais, estamos inaugurando um novo tempo no trabalho correicional na

Justiça de primeiro grau, modernizando as nossas atividades com maior eficiência na gestão dos recursos humanos e tecnológicos”, destacou a desembargadora Anildes Cruz.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

CORREGEDORIA APRESENTA CUMPRIMENTO DE METAS DURANTE REUNIÃO DE AVALIAÇÃO

O juiz auxiliar Gladiston Cutrim (coordenador de Planejamento Estratégico), apresentou o cumprimento de metas exigidas pelo planejamento estratégico do Poder Judiciário do Maranhão e do CNJ, na II Reunião de Avaliação Estratégia (RAE) do TJMA, realizada no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), e conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha.

O representante da Corregedoria apresentou oito metas executadas pela Corregedoria, destacando os objetivos estratégicos e macrodesafios de cada meta, bem como a apresentação de vinte ações

realizadas no âmbito da competência da Corregedoria, como a instituição da Central Única de Cartórios (Cartórios Maranhão); manutenção e ampliação do Projeto “Casamentos Comunitários”; reativação e modernização do Projeto “Jurado Voluntário”; instituição do Projeto “Construindo a Justiça”; efetivação da “Semana de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente” em todo o Estado, além de mutirões para agilização de processos, destacando a mudança de foco da Comissão Sentenciante Itinerante (CSI).

O juiz apresentou gráficos estatísticos com percentuais de cumprimento das metas sobre celeridade e produtividade

de na prestação jurisdicional e ações planejadas. “Implementar melhorias e aprimorar a gestão da Justiça têm sido o foco de trabalho da desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça. A execução dessas metas passa pelo diálogo direto com juízes, servidores e entidades da sociedade civil organizada”, concluiu Gladiston Cutrim.

EQUIPE – Os técnicos Maycon Wendel Correa Silva (chefe da Divisão de Estatística da CGJ) e Eduardo Henrique (Assessoria de Informática da CGJ) acompanharam o juiz corregedor na reunião.

I CONSTRUINDO A JUSTIÇA

CORREGEDORIA ABRE GESTÃO
ESTRATÉGICA À POPULAÇÃO

A corregedora geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, lançou, em sessão de corte estadual, o projeto “Construindo a Justiça”, com a finalidade de viabilizar a participação popular na administração da Justiça de 1º grau, por meio de ideias para a elaboração e planejamento de projetos de gestão da Corregedoria.

Na apresentação do projeto no pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, a desembargadora destacou que a participação de todo cidadão tem importância fundamental para o desenvolvimento de uma prestação jurisdicional plena, voltada para a sociedade em geral.

“Com esse projeto, pretendemos ampliar o acesso à Justiça, dando oportunidade a qualquer pessoa nos ajudar a construir um Judiciário mais atuante e mais eficiente, capaz de corresponder aos anseios da população”, disse a corregedora.

Alguns desembargadores se manifestaram em apoio ao projeto. O presidente do TJMA, Cleones Cunha, parabenizou a Corregedoria e sua equipe pela iniciativa e expressou o apoio da direção do Tribunal, ressaltando a execução, sem custos, do projeto. “Os desembargadores são parceiros da Corregedoria em suas

ações e projetos”, enfatizou.

Segundo o desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto “se coaduna com o lema de gestão compartilhada” proposto pela Corregedoria. Para o desembargador Tyrone Silva, o projeto é “oportuno, por envolver a sociedade na construção da Justiça”. Froz Sobrinho ressaltou que a proposta “representa a aproximação da Justiça ao cidadão”. Já o desembargador João Santana disse que o projeto “demonstra o compromisso da corregedora com o alcance e a causa da Justiça”.

Os juízes auxiliares da Corregedoria, Márcia Chaves (coordenadora dos juizados especiais), Gladiston Cutrim (coordenador de planejamento estratégico), Sara Gama e o diretor da secretaria, Gustavo Campos, acompanharam a apresentação do projeto no Pleno.

O Provimento nº 8/2016, da CGJ-MA, que instituiu o projeto no âmbito do Judiciário, assegura a participação do cidadão nas ações estratégicas da Justiça estadual, com a ressalva de que não haverá nenhuma compensação financeira pela contribuição.

INTERNET – Para participar, qualquer

pessoa pode acessar o endereço da Corregedoria Geral da Justiça na internet (<http://www.tjma.jus.br/cgj/index>), clicar no banner do projeto “Construindo a Justiça” e preencher um formulário, explicando os principais detalhes da sua sugestão.

Após o preenchimento dos dados, um relatório com a proposta será enviado, automaticamente, para a Divisão de Projetos, Padronização e Rotinas da CGJ-MA, para apresentação e formatação. A ideia será analisada pela Coordenadoria de Planejamento da Corregedoria e, após, submetida à corregedora para deliberação.

O Provimento nº 8/2016, da CGJ-MA, que instituiu o projeto no âmbito do Judiciário, assegura a participação do cidadão nas ações estratégicas da Justiça estadual

I CARTÓRIO DO FUTURO

CGJ CONHECE EXPERIÊNCIA DA SECRETARIA JUDICIAL ÚNICA PARA A FAZENDA PÚBLICA



A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) conheceu o funcionamento da secretaria judiciária única do “Cartório do Futuro”, do Poder Judiciário do Ceará, para fins de implantação de projeto semelhante nas varas da Fazenda Pública de São Luís.

Os juízes Carlos Veloso, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão e Gladiston Cutrim, juiz auxiliar de planejamento da CGJ-MA, visitaram o fórum de Fortaleza (CE), onde foram recebidos pelo juiz José Maria dos Santos Sales, diretor do fórum “Clóvis Beviláqua”, e pelo juiz Demétrio Saker Neto, auxiliar da corregedoria geral da Justiça do Ceará, além de servidores.

A oportunidade serviu para captar informações junto aos servidores e magistrados da Fazenda Pública cearense sobre a experiência na implantação da secretaria única – experiência bem sucedida implantada em janeiro de 2014, por autorização nº 02/2013 – TJCE. A tramitação processual no fórum local é inteiramente eletrônica por meio do sis-

tema SAJ, o que facilitou a implantação da Secretaria Judiciária Única.

Atualmente, a secretaria cearense conta com 47.500 processos. A unificação do serviço permitiu um incremento em 95% da expedição de mandados, cartas, ofícios e alvarás e 74% em arquivamento definitivo de processo, em relação à sistemática anterior à instalação da secretaria judicial única.

AGILIDADE - De acordo com o supervisor da secretaria judiciária única, Francisco Clávio Saraiva Nunes, em tese, a Secretaria Judiciária Única assumiu os expedientes e procedimentos voltados à tramitação processual, enquanto os gabinetes ficaram responsáveis pela produção.

O juiz Carlos Veloso, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão explicou que nos últimos 11 meses, as cinco varas da Fazenda Pública receberam, aproximadamente, 34 mil processos. “De repente fomos pegos com uma avalanche de processos e permanecemos com o

mesmo número de servidores, mesmas práticas desenvolvidas no processo físico, e exatamente por isso que estamos em busca de alternativas para melhorar o atendimento dos processos digitais e assim, consequentemente, melhorar a prestação jurisdicional”, disse o magistrado.

Para o juiz de planejamento, Gladiston Cutrim, a experiência de conhecer de perto o funcionamento da secretaria única do tribunal cearense deixou claro a certeza de ser possível dar maior agilidade na movimentação processual. “A padronização de rotinas e procedimentos facilita o cumprimento das determinações judiciais proferidas pelos magistrados, sem falar o fato de ser uma das formas de amenizar o problema de falta de servidores”.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, determinou a realização do estudo de projeto-piloto para as varas da Fazenda Pública da Comarca da Ilha de São Luís, e sua apresentação para o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

I AVANÇO

CERTIDÕES ELETRÔNICAS
NA JUSTIÇA DE 1º GRAU

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou a expedição eletrônica de certidões negativas de distribuição das ações penais e de improbidade administrativa e para fins eleitorais no âmbito da Justiça de 1º grau do Estado, que até então eram emitidas presencialmente.

A proposta, encaminhada ao Pleno pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora-geral da Justiça, foi aprovada por unanimidade pelos desembargadores na sessão plenária do dia 19 de maio de 2016.

A certidão emitida eletronicamente acusa a existência ou não de ações penais e de improbidade administrativa em tramitação, sobrestadas ou suspensas

no Tribunal de Justiça, considerando os dados fornecidos na consulta, que são de exclusiva responsabilidade do usuário. Evita o deslocamento de interessados aos fóruns judiciais para solicitação do documento. Anteriormente, as certidões eram emitidas de forma presencial nas comarcas. Com o novo sistema, a certidão pode ser emitida de qualquer lugar, imediatamente, e em quantas vias forem necessárias, evitando deslocamento e perda de tempo pelo interessado.

Desde 2014, a Justiça de 2º Grau já utilizava o sistema que agora passa a funcionar no 1º Grau. Na avaliação da corregedora, há uma crescente demanda pela expedição de certidões nas comarcas,

o que justifica estender essa facilidade ao 1º grau da Justiça, gratuitamente. “Verificamos a possibilidade de extensão desse serviço ao usuário da Justiça de 1º grau, pela praticidade do acesso à informação”, justificou a desembargadora Anildes Cruz.

ALTERAÇÃO – para implantação da certidão eletrônica da Justiça de 1º grau, a corregedora Anildes Cruz propôs alteração na Resolução n.º 14/2014, com a inclusão do novo serviço. Desse modo, para emissão da Certidão Única da Justiça Estadual do Maranhão, as buscas serão realizadas nos sistemas: Themis PG, SG, VEP/CNJ e PJE



I APRIMORAMENTO

CGJ DETERMINA A REDISTRIBUIÇÃO
DE PROCESSOS DA ANTIGA 3ª CRIMINAL

Os juízes da 1ª, 2ª e 4ª varas criminais da comarca de Imperatriz deverão encaminhar os procedimentos pré processuais criminais (inquéritos policiais) que não tenham sido concluídos ou relatados e aqueles iniciados após a entrada em vigor da Lei Complementar Estadual n.º 188/2017, em 19 de maio de 2017, à Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz.

A LC n.º 188/2017 transformou a antiga 3ª Vara Criminal de Imperatriz

em Central de Inquéritos e Custódia e definiu que o atual juiz titular dessa unidade passou a ser o titular da Central de Custódia. As 4ª e 5ª varas criminais da comarca passaram a ser as 3ª e 4ª varas criminais, com as mesmas competências.

O juiz da antiga 3ª Vara Criminal encaminhará os processos a que se referem a Lei Complementar n.º 14/1991 (incisos XV, XVI, XVII e VIII do artigo 13-B) para a secretaria de distribuição do fórum. Os processos que estão em grau

de recurso, deverão ser redistribuídos, igualmente a uma das varas criminais da comarca, imediatamente após o retorno dos autos à primeira instância, de acordo com sua competência.

LEI - A medida foi tomada considerando a recente transformação da antiga 3ª Vara Criminal de Imperatriz em Central de Inquéritos e Custódia pela Lei Complementar Estadual n.º 188/2017, de 19 de maio de 2017, e consta no Provimento n.º 21/2017, da CGJ.

COMARCA DA ILHA

IPs NOVOS OU NÃO CONCLUÍDOS DEVEM SER REMETIDOS À CENTRAL DE INQUÉRITOS

Inquéritos policiais novos ou que não tenham sido concluídos ou relatados nos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 188, em 19 de maio de 2017, devem ser encaminhados pelas delegacias à Central de Inquéritos e Custódia.

Assim, os inquéritos policiais instaurados antes dessa data, bem como pedidos correlatos anteriores à alteração da competência da Central de Inquéritos, estabelecida pela lei mencionada, permanecem tramitando nas unidades jurisdicionais onde se originaram.

A decisão, da corregedora Anildes Cruz, responde à consulta feita à CGJ pelo diretor do fórum da comarca de São José de Ribamar, juiz Marcelo Libério, que questionou sobre o procedimento a ser adotado em relação à tramitação dos inquéritos policiais encaminhados pelas delegacias de polícia com a mudança provocada pela Lei 188/2017, que definiu a área territorial da Central de Inquéritos



compreendendo os termos judiciários de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Conforme o artigo 3º da Lei 188/2017, a Central de Inquéritos e Custódia processará os inquéritos policiais da Comarca da Ilha de São Luís, em cuja jurisdição estão incluídos os municípios da Região Metropolitana, decidindo seus incidentes

e medidas cautelares, com exceção dos de competência da 1ª Vara Criminal da capital. Ou seja, as unidades criminais de toda a Ilha de São Luís, com exceção da 1ª Vara Criminal, desde 19 de maio de 2017, não mais processam novos inquéritos policiais, que devem ser remetidos à Central de Inquéritos, de acordo com a nova legislação.



COMARCA DA ILHA

CGJ AMPLIA SERVIÇOS DA CENTRAL DE MANDADOS DE SÃO LUÍS

A Central de Mandados do Fórum da capital passou a concentrar a recepção, distribuição e o cumprimento de expedientes originados nas unidades jurisdicionais dos quatro fóruns da Região Metropolitana: São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar.

Apenas os juizados especiais cíveis e criminais de São Luís e de Ribamar e as duas varas de execução penal e da infância e da juventude de São Luís permanecem com estrutura própria para cumprimento dos expedientes gerados nessas unidades.

A Central funcionará das 7h às 19h. O

atendimento aos oficiais de Justiça será das 7h às 17h30; às secretarias judiciais será das 8h às 16h - para expedientes com tramitação normal -, e das 8h às 17h30, para expedientes urgentes; e das 17h30 até às 19h, para expediente interno. O **Provimento nº 8/2017**, da Corregedoria Geral da Justiça, instituiu a “Central de Mandados da Comarca da Ilha de São Luís”, para receber e distribuir os expedientes, dirigir e supervisionar o cumprimento dos mandados pelos oficiais de Justiça das unidades jurisdicionais da região metropolitana. No Provimento, a corregedora

geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, considerou que a atual divisão do trabalho dificulta o cumprimento das diligências, na medida em que obriga a cada oficial de Justiça cobrir toda a área da Ilha de São Luís, independentemente do termo judiciário ao qual está subordinado.

“A desigualdade na distribuição dos mandados exige uma pronta correção, a fim de que todos os oficiais de Justiça possam colaborar igualmente no desempenho de suas atribuições com uma tramitação processual em tempo adequado”, diz o texto.

I PIONEIRISMO

PODER JUDICIÁRIO INSTALA A PRIMEIRA SECRETARIA JUDICIAL DIGITAL DO MA



O Poder Judiciário do Maranhão instalou, no dia 12 de setembro de 2017, a Secretaria Judicial Única Digital da Fazenda Pública (SEJUD), durante cerimônia realizada no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, com a presença da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Chaves Cruz, e do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha.

A SEJUD é um modelo unificado para tramitação exclusiva de processos judiciais eletrônicos, que absorveu 40 mil ações em trâmite nas cinco primeiras varas da Fazenda Pública durante a fase de implantação – de junho a agosto. Foi criada com o objetivo de reduzir o índice de congestionamento processual das varas, e funciona por meio de uma unidade dividida em três partes: processamento (cumprimento das deliberações do gabinete do magistrado); movimentação (controle de prazos, etc); e atendimento ao público. Os 18 servidores, que trabalham sob a coordenação do juiz Cícero Dias Filho, realizam tarefas relativas a atos ordinatórios, citação, intimação e certidões, remessa e arquivamento de processos, entre outras.

A corregedora Anildes Cruz apresen-

tou um resgate histórico do projeto da Secretaria Digital - previsto no Plano de Gestão da Corregedoria e iniciado pelas varas da Fazenda Pública, em virtude do grande volume de processos, e em atendimento a solicitações feitas por advogados, entidades de classe e jurisdicionados. “A Sejud provou, nesses dois meses de funcionamento experimental, que é capaz de dar celeridade ao cumprimento dos atos judiciais, abreviando a resposta efetiva que a sociedade requer quando ajuíza uma ação”, frisou a desembargadora.

Anildes Cruz ressaltou que a SEJUD arquivou mais de 4 mil ações em dois meses, mantendo um patamar de 43 mil movimentações processuais, contra 12 mil antes de sua implantação. “É o primeiro passo para o futuro que, certamente, se estenderá para as demais unidades do Poder Judiciário do Maranhão”, finalizou a corregedora.

O presidente Cleones Cunha declarou instalada a Secretaria Digital, e frisou que a SEJUD é a concretização de um sonho projetado conjuntamente entre a Corregedoria, Tribunal, juízes e servidores. “A SEJUD já é um sucesso pelo volume de produtividade que vem apresentando, por isso, quero parabenizar a corregedora

Anildes Cruz, e dizer que hoje estamos inovando com o objetivo de melhorar o Judiciário”, finalizou.

A SEJUD foi criada com base na experiência da secretaria digital do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

“A Sejud provou, nesses dois meses de funcionamento experimental, que é capaz de dar celeridade ao cumprimento dos atos judiciais, abreviando a resposta efetiva que a sociedade requer quando ajuíza uma ação”,

Anildes Cruz corregedora da Justiça

AGILIDADE

JUIZADOS CÍVEIS PODEM FAZER INTIMAÇÕES DE PARTES POR WHATSAPP



O Poder Judiciário do Maranhão implementou projeto da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que visa a intimação de partes em processos judiciais no âmbito dos juizados especiais cíveis e da fazenda pública por meio do aplicativo de mensagens “whatsapp”. A adesão das partes à notificação pelo aplicativo de mensagens é voluntária e as que não aderirem a esse procedimento serão intimadas pelos outros meios formais previstos em lei.

Durante cerimônia realizada no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, a corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, recebeu do presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, 33 aparelhos celulares “smartfones” para utilização, exclusiva, no envio das notificações.

PROJETO - A medida, de iniciativa da juíza Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais, foi implementada pela corregedora e pelo presidente con-

siderando que esse aplicativo tem sido utilizado reiteradamente pela Justiça, em vários estados, como meio de dar maior efetividade a atos processuais, como citações e intimações, devido às suas funcionalidades.

Foi considerado, ainda, que, além de caracterizar meio idôneo para efetivação de intimação, o uso do whatsapp implica maior celeridade e menores custos para o desempenho das atividades jurisdicionais e de secretaria, evitando impressões desnecessárias e dispensando o pagamento de qualquer despesa para instalação e manutenção, conforme os critérios de simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade que orientam os processos no âmbito dos juizados especiais (Lei nº 9.099/95).

A Portaria Conjunta nº 11/2017, assinada pelo presidente do TJMA e pela corregedora da Justiça, em 17 de julho de 2017, regulamenta o modo de fazer as intimações e define as responsabilidades

das partes na adesão ao uso do aplicativo.

Para a corregedora Anildes Cruz, a utilização dessa ferramenta digital, a exemplo do que já é praticado em outros estados do país, dará maior efetividade aos atos processuais devido às suas funcionalidades. “Além de ser um meio legal para efetivar a intimação das partes, o uso dessa ferramenta resulta em maior celeridade e redução considerável de custos para o Judiciário maranhense no desempenho das atividades judiciais, dispensando o pagamento de qualquer despesa para instalação e/ou manutenção”, pontuou a desembargadora corregedora.

“A medida representa um grande avanço para a prestação jurisdicional e vai proporcionar celeridade processual, economicidade, eficiência e qualidade do atendimento oferecido à população”, frisou o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha.

A juíza Márcia Chaves, coordenadora dos Juizados Especiais, ressaltou que a



“Antes nós fazíamos as intimações apenas pelo telefone, com adesão da parte interessada. Ainda não usávamos o whatsapp em virtude da ausência de um telefone institucional para tal fim e, também, por não haver uma regulamentação própria”, disse o magistrado.

JUIZADOS DA CAPITAL

Os juizados do Maracanã (13º JECRC), Turu (10º JECRC), Cohama (9º), Renascença II (7º), Olho D'Água (14º) e Vila Palmeira (Juizado Especial do Trânsito) foram os primeiros a receber os aparelhos celulares para serem utilizados na intimação de partes processuais em processos, por WhatsApp - aplicativo de troca de mensagens eletrônicas instantâneas gratuito, via internet. A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, fez a entrega dos aparelhos aos juizes das unidades, acompanhada da coordenadora dos juizados especiais, juíza Marcia Chaves. Em seguida, os aparelhos foram entregues aos juizes do 1º e 3º juizados criminais; 3º e 8º juizados cíveis; Juizado da Fazenda Pública; e ao titular do 11º Juizado Cível e das Relações de Consumo, localizado no Anil.

Durante a entrega, a corregedora Anildes Cruz ressaltou que a medida visa imprimir maior celeridade no trâmite processual. “O uso do whatsapp implica não só maior celeridade, mas a redução de custos para o desempenho das atividades jurisdicionais e de secretaria, evitando impressões desnecessárias e dispensando o pagamento de qualquer despesa para instalação e manutenção, conforme os critérios de simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade que orientam os processos no âmbito dos juizados especiais, conforme prescreve a Lei”, ressaltou a desembargadora corregedora.

JUIZADOS DE CODÓ E BACABAL

O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, representado pela juíza Márcia Chaves, entregou aparelhos “smartphones” nos juizados das comarcas de Codó e Bacabal. Os aparelhos foram recebidos pelos juizes Hólide Barros (titular da 2ª Vara e respondendo pelo Juizado Especial Cível e Criminal) e Marcelo Moreira (titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Bacabal).

iniciativa é reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e atende aos critérios estabelecidos pela Lei nº. 9099/95 (Lei dos Juizados Especiais), por garantir celeridade e economia processual. “É um momento importante para a magistratura do Maranhão, por que as intimações, via Whatsapp, nos Juizados, permitem a celeridade que a Lei exige e a economia para o Tribunal. Ganha o Tribunal de Justiça, ganham os juizados, e isso é o começo de algo que vai se estender para todas as unidades judiciais”, concluiu a magistrada. Os juizados de todo o Estado, instalados em São Luís, Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Codó, Impera-

triz, Pedreiras, Timon, Pinheiro, Santa Inês e São José de Ribamar, receberam os aparelhos.

PEDREIRAS

Ao receber o aparelho celular, o juiz Artur Gustavo, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Pedreiras, considerou a iniciativa valorosa por demonstrar a preocupação da Corregedoria em adotar os meios tecnológicos mais atuais para dinamizar as rotinas processuais e disse que a adoção dessa forma de comunicação vai trazer economia e celeridade nas intimações de audiências, decisões, despachos e sentença.

I FÓRUM DE SÃO LUÍS

JUDICIÁRIO INAUGURA 1º CENTRO DE CONCILIAÇÃO ESPECÍFICO PARA FAMÍLIA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, e a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, inauguraram, no dia 8 de novembro de 2017, no Fórum Des. Sarney Costa, o 1º Centro de Conciliação e Mediação de Família. A unidade realizará audiências de mediação e conciliação pré-processuais e processuais, o que ajudará a desafogar o trânsito processual nas sete unidades judiciais de Família do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha.

A corregedora Anildes Cruz disse esperar que a nova unidade reduza não apenas a quantidade de processos que tramitam e são protocolados nas unidades de família, mas principalmente atue para dar respostas rápidas para problemas sérios no âmbito familiar. Segundo ela, o Centro representa um passo importante para dar maior dinâmica à prestação jurisdicional. “Estamos avançando num aspecto que representa o futuro, e por que não dizer, o presente (da solução de conflitos sociais), que é a conciliação”. Anildes Cruz fez questão de agradecer o apoio recebido do Tribunal de Justiça para a materialização do projeto, citando o presidente Cleones Cunha; o diretor do Fórum, juiz Sebastião Bonfim; o presidente e o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, respectivamente, desembargador José Luiz Almeida e juiz Alexandre Abreu; e as coordenadoras do Centro de Conciliação e Mediação de Família, juízas Joseane Bezerra e Francisca Galiza.

Ressaltando o papel importantíssimo da Mediação e Conciliação da área da família, o desembargador José Luiz Almeida frisou que a conquista no novo centro especialmente para essas questões mais sensíveis exigirão uma equipe ainda mais preparada e imbuídos da vontade de promover a pacificação social. “Sempre digo que falar em mediação e conciliação apenas como uma solução de conflitos pontual é simplificar demais. Temos que ir



mais longe e abraçar esse visão de futuro, pois quanto menos litígio melhor para a sociedade”, comentou o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA.

EFICIÊNCIA O Centro de Conciliação e Mediação de Família já vinha atuando de forma experimental e os resultados produzidos até aqui atestam a sua eficiência. Em 2017, foram realizadas 113 audiências de conciliação em processo já existentes nas unidades, sendo que 90 resultaram em acordo em apenas 23 os processos foram mantidos. Em relação às audiências pré-processuais, vinte foram realizadas e acordo homologados com sucesso. Somente em outubro, o Centro agendou 200 audiências, sendo que 53 não ocorreram por falta de intimação das partes e outras 35 porque as partes, mesmo intimadas, deixaram de comparecer.

“Estamos avançando num aspecto que representa o futuro, e por que não dizer, o presente (da solução de conflitos sociais), que é a conciliação”

Anildes Cruz corregedora da Justiça

SÃO LUÍS

JUDICIÁRIO INAUGURA RESTAURANTE NO FÓRUM

O restaurante do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) começou a funcionar no dia 9 de novembro de 2017. O espaço, que recebeu o nome do oficial de justiça Augusto Wilson Chaves, já falecido, foi inaugurado um dia antes de seu funcionamento, com um almoço para convidados. Ao lado, foi criada uma área de convivência para magistrados e servidores do Judiciário, que ficará aberta no mesmo horário de funcionamento do restaurante, de segunda a sexta-feira, exceto nos dias em que não houver expediente no fórum, das 11h às 15h. Inaugurada também a lanchonete e cafeteria.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, emocionada, agradeceu a homenagem prestada ao seu pai, o oficial de justiça Augusto Wilson Chaves, que deu nome ao restaurante do



fórum. “Ele dedicou quase três décadas e meia de sua vida ao labor da Justiça, cumprindo diligências, ordens judiciais, buscando sempre conciliar e aconselhar as partes notificadas”, afirmou a corregedora. Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Lima Bonfim, a instala-

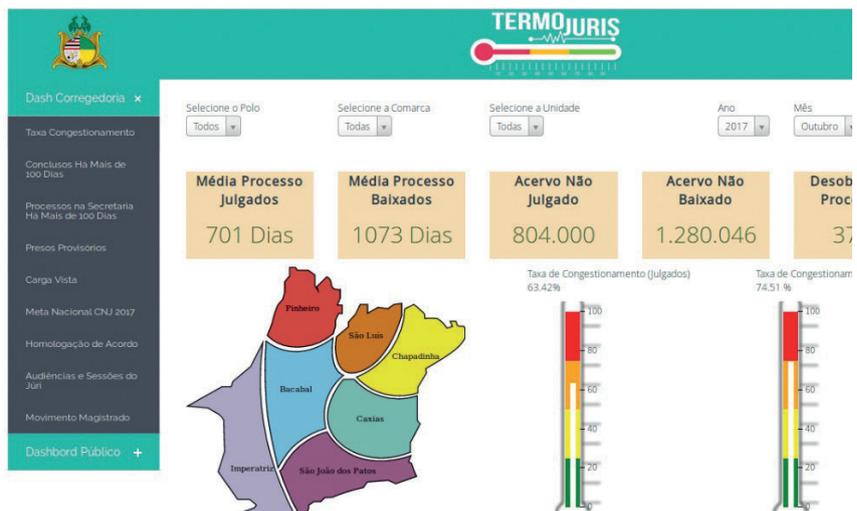
ção do restaurante atende a necessidade do órgão, onde circulam diariamente mais de 5 mil pessoas. “O restaurante é a realização de um sonho de muitos anos da magistratura, hoje, temos um local convidativo e com estrutura para receber todos,” destacou.



TERMOJURIS

CORREGEDORIA VAI ACOMPANHAR A JUSTIÇA DE 1º GRAU

O TermoJuris foi pensado pela CGJ como uma forma de facilitar a visualização e acompanhamento da Justiça de primeiro grau no Maranhão. Funcionando aparentemente como um “termômetro”, o TermoJuris possui o objetivo de monitorar, auditar e controlar informações das unidades judiciais, comarcas e polos judiciais, a fim de permitir à Corregedoria e magistrados uma melhor gestão da prestação jurisdicional. As informações geradas pelo sistema são extraídas de modo online, diretamente do banco de dados unificado que compreende todos os tipos de gerenciamentos processuais atualmente utilizados pelo Judiciário.



TECNOLOGIA

CGJ DISPONIBILIZA APLICATIVO PARA CELULAR COM INFORMAÇÕES E SERVIÇOS

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão como órgão de planejamento, supervisão, coordenação, orientação, controle e fiscalização das atividades administrativas e funcionais judiciais e extrajudiciais da 1ª instância do Poder Judiciário, desenvolve diversas atividades de interesse dos públicos interno (magistrados, servidores, cartorários) e externo (advogados e usuários da Justiça em geral).

Com a gestão da corregedora da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, biênio 2016-2017, o órgão assumiu, também, um papel apoio aos juízes de primeira instância, por considerar que a atividade fiscalizadora e punitiva deve ser precedida do devido suporte aos magistrados. Nesse contexto, foram criadas ferramentas digitais para aprimorar o trabalho do Judiciário, bem como facilitar o acesso às informações, criando um banco de dados disponível na palma da mão.



Por meio de Aplicativo - APP, é possível a partir de agora, obter uma gama de informações e serviços da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que cumpre um dos macrodesafios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ampliando o acesso à Justiça. O aplicativo foi projetado pela Coordenadoria de Planejamento



Estratégico da CGJ. Segundo o juiz Gladiston Cutrim, responsável pela iniciativa, o aplicativo chega em um momento em que quase totalidade da população dispõe de recursos para acessar informações e serviços no celular. “Atualmente, segundo pesquisas da área de tecnologia da informação, as pessoas se conectam, comunicam, solicitam serviços, dentre outros, cada vez mais pelo aparelho smartphone, deixando os computadores

de mesa e notebooks em segundo plano, e por isso, precisamos caminhar nesse sentido, para onde os usuários estão indo”, explicou o magistrado.

As assessorias de Informática e de Comunicação da CGJ foram parceiras do projeto que culminou com o APP CGJ, que chega na versão 1.0.



ASSISTÊNCIA

CORREGEDORIA CRIA SISTEMA DE CADASTRO DE PERITOS

A CGJ criou sistema para receber Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC), destinado ao gerenciamento e à escolha de interessados em prestar serviços de perícia ou de exame técnico nos processos judiciais.

A medida atende aos termos do artigo 156, parágrafo primeiro, do novo Código de Processo Civil (CPC) e Resolução N.º

8/2017 do TJMA, que determina que o juiz seja assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.

O CPTEC foi instituído no âmbito da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que é a responsável pela formação do cadastro de profissionais e de órgãos técnicos e científicos aptos à nomeação pelo juízo.



REGULAMENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA



EFETIVAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NAS COMARCAS

A Corregedoria Geral da Justiça e a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEAP) trataram da logística das audiências de custódia nas comarcas do interior do Estado. A corregedora Anildes Cruz apresentou ao secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, alternativas para o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados nessas audiências. Os juízes

auxiliares da Corregedoria, José Américo Abreu e Rosângela Prazeres, participaram da reunião, propondo a intensificação da parceria do Judiciário para a implantação das melhorias. A discussão dos procedimentos na reunião também contou com a contribuição dos juízes Ana Maria Vieira (1ª Vara de Execuções Penais) e Fernando Mendonça (2ª Vara de Execuções Penais).

As audiências de custódia foram regulamentadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução 213/2015. O procedimento de apresentação de presos em flagrante ou por mandado de prisão é detalhado pelo documento que atribui dois protocolos de atuação: um sobre aplicação de penas alternativas; e o outro, sobre procedimentos para apuração de denúncias de tortura.



I AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

CORREGEDORIA REÚNE COM JUÍZES CRIMINAIS DA COMARCA DA ILHA

A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, reuniu com juízes criminais que atuam na Comarca da Ilha de São Luís para tratar das propostas apresentadas pelos magistrados para o aprimoramento das audiências de custódia e plantão judicial. Foi mais um ato da gestão compartilhada proposta pela corregedora.

“Todas as proposições aqui apresenta-

das são valiosas contribuições dos magistrados que atuam na área criminal para consolidação das audiências de custódia em nosso Estado”, afirmou a corregedora.

O coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA, desembargador Froz Sobrinho, presente ao encontro, apresentou relatório sugerindo

a necessidade, urgente, de intensificar as audiências de custódia.

As audiências de custódia proporcionam ao magistrado o imediato conhecimento do fato, o que reduz, por exemplo, as possibilidades da prática de tortura nas prisões e o número de presos, proporcionando ainda, a comunicação imediata com a família e o defensor do preso.

I IMPERATRIZ E AÇAILÂNDIA

CORREGEDORA DA JUSTIÇA RECEBE DEMANDAS DE JUÍZES DIRETORES

As demandas de 18 comarcas da Região Tocantina foram discutidas durante a primeira visita da corregedora Anildes Cruz a Imperatriz. A desembargadora falou aos magistrados sobre os planos de sua gestão, estratégias e metas traçadas, que priorizam a aproximação do magistrado com a sociedade, ampliando o acesso à Justiça e voltando as ações para o desenvolvimento de projetos em diversas áreas de atuação.

A desembargadora disse que é necessário pensar métodos e práticas em um modelo de gestão em que cada magistrado funcione como gestor da meta traçada visando à melhoria dos serviços judiciários. “Embora não tendo os recursos e estruturas necessárias para uma melhor prestação jurisdicional, não deixamos de distribuir Justiça”, disse a desembargadora. Durante a reunião, o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Marcos Antonio Oliveira (2ª Vara Criminal), expôs algumas demandas relacionadas à manutenção do fórum local, como a necessidade de pintura do prédio e substituição da frota de veículos que servem a comarca, onde está localizada a



maioria das varas, enquanto é concluída a construção do novo fórum.

Em seguida, vistoriou os serviços judiciários e as instalações do fórum da comarca de Açailândia. A corregedora esteve acompanhada do desembargador Fróz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (UMF/TJ), dos juízes auxiliares Rosângela Prazeres e José Américo Abreu Costa, e do juiz vice-presidente da AMMA, Ângelo dos Santos. A desembargadora percorreu as dependências da unidade e avaliou as condições da

estrutura do fórum com a finalidade de implementar o projeto de “audiências de custódia”.

A corregedora foi recebida pelo juiz André Bogéa Santos (2ª Vara Cível), diretor do fórum. Segundo o magistrado, a comarca possui um fórum modelo-padrão, em boas condições, mas necessita de obras de ampliação das dependências para abrigar mais duas varas criadas, mas ainda não instaladas: 2ª Criminal e Vara da Fazenda Pública. O Juizado Especial da comarca fica localizado em prédio alugado.



REGRAS

CGJ REGULAMENTA NOVOS PROCEDIMENTOS
PARA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DE PRESOS

A Corregedoria Geral da Justiça regulamentou os procedimentos para a realização das audiências de custódia para apresentação pessoal do preso em flagrante ao juiz no prazo de 48 horas, de acordo com a convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

O Provimento nº 11/2016, publicado no Diário da Justiça, assegura à pessoa presa em decorrência de cumprimento de mandados de prisão cautelar ou definitiva a apresentação à autoridade judicial para a realização da audiência de custódia e regulamenta esse procedimento nas comarcas da Região Metropolitana de São Luís e no interior do Estado.

Nas comarcas acima de 100 mil habitantes, as audiências de custódia serão realizadas em até 48 horas, após a comunicação da prisão em flagrante. Já nas comarcas com menos de 100 mil habitantes, a implantação da audiência de custódia ocorrerá de forma gradativa, conforme o índice populacional e as condições estruturais.

Depois de São Luís, Imperatriz e São

José de Ribamar, as comarcas de Timon, Caxias, Codó, Paço do Lumiar, Açailândia e Balsas são as que possuem mais habitantes.

Segundo a juíza corregedora Rosângela Prazeres, a regulamentação considerou a dificuldade encontrada pelos juízes das comarcas pequenas do interior em garantir a realização das audiências de custódia devido à estrutura dos órgãos integrantes dos sistemas de Justiça e segurança pública.

PRISÃO EM FLAGRANTE - Nos casos de prisão em flagrante ocorridos em São Luís, as audiências de custódia serão feitas pelos juízes da Central de Inquérito do fórum “Des. Sarney Costa”. Nos demais termos judiciais da região metropolitana - Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar -, as audiências de custódia serão realizadas pelos próprios juízes desses termos, nos dias úteis, durante o expediente forense.

Aos finais de semana e feriados, os autos de prisão em flagrante ocorridos nos termos judiciais de toda a Região Metropolitana serão recebidos

no plantão judicial, junto à Central de Inquéritos de São Luís, para análise da regularidade da prisão e realização da audiência de custódia.

Durante a realização da audiência, o juiz informará o autuado da possibilidade de não responder às perguntas que forem feitas e o entrevistará sobre a sua qualificação, condições pessoais, tais como estado civil, grau de alfabetização, meios de vida ou condições pessoais, como local de residência, lugar onde exerce sua atividade, ainda, circunstâncias objetivas da sua prisão.

Nas comarcas acima de 100 mil habitantes, as audiências de custódia serão realizadas em até 48 horas, após a comunicação da prisão em flagrante.

INTERINSTITUCIONAL

MINISTÉRIO PÚBLICO CONHECE DINÂMICA DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

A sistemática de trabalho dos magistrados e promotores de Justiça na realização das audiências da Central de Inquéritos do fórum de São Luís foi discutida na CGJ com os promotores de Justiça Marco Antonio Amorim, diretor da secretaria de assuntos institucionais do Ministério Público (MPMA) e Reginaldo Júnior Carvalho, assessor especial da Procuradoria Geral de Justiça.

A juíza Rosângela Prazeres, auxiliar da Corregedoria, explicou aos promotores sobre o funcionamento da Central de Inquéritos e a competência para receber os autos de prisão em flagrante do termo judiciário de São Luís, por força do artigo 9, LXV da LC 14/1991, alterada pela LC 163/2014 e a dinâmica das audiências de custódia realizadas pelos juízes da central e plantonistas.

Conforme o **Provimento nº 11/2016** da CGJ-MA, antes de proferir a decisão sobre a legalidade da prisão ou sobre o seu relaxamento ou cumprimento de



medida cautelar pelo preso, o juiz deve ouvir o defensor e o Ministério Público.

Segundo os representantes do MPMA que participaram da reunião, quatro promotores de Justiça (dois titulares e dois substitutos) foram designados para atuar junto à Central de Inquéritos de

São Luís. “Os promotores solicitaram a reunião para entender a dinâmica do funcionamento da Central de Inquéritos de modo a ajustar a pauta das audiências de custódia presididas pelos juízes, visando a participação efetiva dos promotores de Justiça”, explicou a juíza auxiliar.



BALANÇO

CENTRAL DE INQUÉRITOS REALIZOU MAIS DE 1500 AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA EM 2016

A Central de Inquéritos de São Luís realizou em 2016, 1.544 audiências de custódia de presos. Desse total, somente 3,5% tiveram relaxamento de prisão e 1,2% concessão de liberdade. Nas demais situações a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (816) ou aplicada medida cautelar (655). Na unidade judiciária, o preso é ouvido por um juiz, no prazo de 48h, na presença do Ministério Público, Defensoria Pública ou o advogado do preso. A central chega a fazer até 20 audiências por dia. Conforme a coordenadora da Central de Inquéritos, juíza Janaína Araújo de Carvalho, geralmente a audiência de

custódia tem ocorrido antes do prazo de 48h, previsto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa agilidade se dá, de acordo com a magistrada, porque o promotor de justiça, o defensor público ou o advogado e também a equipe da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), responsável pela escolta do preso até o Fórum de São Luís, onde ocorre a audiência, são intimados por meio eletrônico. Destacou também que a escolta tem cumprido as requisições, independentemente da quantidade de presos a serem escoltados.

O Superintendente Estadual de Repres-

são ao Narcotráfico, Carlos Alessandro Assis, entregou aos juízes da Central de Inquéritos uma placa pelos relevantes serviços prestados pela unidade judiciária no combate ao tráfico de drogas no Maranhão. A grande maioria de audiências de custódia realizadas em 2016 pela central foi relativa a pessoas presas por tráfico de drogas. Houve também um número grande de presos por roubo, homicídio, porte ilegal e arma e incêndio. A maioria dos que foram levados à audiência de custódia foi do sexo masculino. Só de setembro a novembro deste ano, foram 308 homens e apenas 24 mulheres.

REFORMULAÇÃO DA COMISSÃO SENTENCIANTE ITINERANTE

REFORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES DA COMISSÃO SENTENCIANTE



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz conheceu as instalações do Núcleo Sentenciante, no Fórum de São Luís. Tomou conhecimento das diretrizes da Comissão Sentenciante que serviram de base para modificações pontuais do Provimento n.º 25/2014.

O Provimento n.º 03/2016 altera o foco e metodologia de atuação da Comissão para obtenção de resultados mais significativos, um aprimoramento qualitativo.

“A experiência exitosa da Comissão Sentenciante da Corregedoria deve ser valorizada. É um trabalho fundamental, que desafoga unidades e melhora a prestação dos serviços da Justiça em varas e fóruns, seja em São Luís ou interior”, ressaltou a corregedora.

O Plano de Ações para impulsionar os processos paralisados nas unidades de maior congestionamento utiliza os trabalhos da Comissão Sentenciante Itinerante. De acordo com o juiz coordenador de Planejamento Estratégico da CGJ, Gladiston Cutrim, as metas inseridas no plano estão inteiramente alinhadas aos objetivos estratégicos do Tribunal

de Justiça do Maranhão.

O projeto tem abrangência em todo o Estado, porém, são priorizadas as unidades com maior taxa de congestionamento. As unidades escolhidas passam por um diagnóstico inicial realizado com base em dados do acervo geral, processos conclusos (e conclusos há mais de 100 dias), Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), taxa de congestionamento e gráfico comparativo de dados com outras unidades judiciais, entre outros aspectos.

Ao término dos trabalhos, é elaborado um relatório final com gráficos comparativos da situação anterior e atual da unidade jurisdicional envolvida, bem como uma breve análise do ambiente organizacional, sugerindo, quando necessário, apoio de outros setores do Poder Judiciário.

A Corregedoria prioriza estratégias para combater a morosidade processual, e garantir maior celeridade na resolução das demandas processuais com a efetiva entrega da prestação jurisdicional à sociedade.

A Corregedoria prioriza estratégias para combater a morosidade processual, e garantir maior celeridade na resolução das demandas processuais com a efetiva entrega da prestação jurisdicional à sociedade

I REFORMULAÇÃO

NOVA COMISSÃO SENTENCIANTE JÁ ATUA EM UNIDADES JUDICIAIS DA CAPITAL



A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), instituída pela Corregedoria através do Provimento n.º 25/2014, desenvolve trabalho que dá suporte às unidades judiciárias. Na atual gestão, a CSI foi reformulada com alterações pontuais efetivadas pelo Provimento n.º 03/2016, que incluiu nas competências da Comissão o desenvolvimento de atividades previstas no Planejamento Estratégico da CGJ, buscando essencialmente a redução do índice de congestionamento nas unidades judiciais escolhidas.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, após reunião com juízes auxiliares e magistrados das Varas Cíveis da capital, determinou o início dos trabalhos da nova Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) pela 1ª, 2ª e 7ª Varas Cíveis.

Em um mês de atuação na 1ª Vara Cível a Comissão recebeu 1.202 (mil, duzentos e dois) processos de diversos assuntos como reparação de dano moral, ação de despejo, execução de título extrajudicial, revisão contratual, e outros.

De acordo com a coordenação, foram impulsionados no mês 915 processos, dos quais 586 despachos, 159 decisões e 170 sentenças.

Ao final dos trabalhos, buscou atuar na estrutura funcional do material humano da unidade judicial. Promoveu para os servidores da 1ª Cível o treinamento Desenvolvimento de Equipes. O treinamento foi ministrado pelo psicólogo Eliandro Araújo, que integra a equipe de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.

A corregedora Anildes Cruz, prestigiou a abertura do evento e destacou que a CGJ optou por uma gestão de continuidade de boas práticas, porém, realizou alterações no foco de atuação da Comissão Sentenciante para obtenção de melhores resultados. “Nesta reformulação há um olhar voltado para o fator humano, por isso, a Comissão Sentenciante, nas unidades em que está atuando, busca estabelecer um ambiente integrado e motivado de trabalho”, ressaltou a desembargadora.

A CSI foi reformulada com alterações pontuais efetivadas pelo Provimento n.º 03/2016, que incluiu nas competências da Comissão o desenvolvimento de atividades previstas no Planejamento Estratégico da CGJ, buscando a redução do índice de congestionamento nas unidades judiciais.

I FATOR HUMANO

COMISSÃO SENTENCIANTE PROMOVE
TREINAMENTO DE SERVIDORES

A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) promoveu, com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça, o treinamento Desenvolvimento de Equipes para servidores da 1ª Vara Cível da Capital, na ESMAM. A atividade encerrou a atuação da Comissão na unidade judiciária. O treinamento foi ministrado pelo psicólogo Eliandro Araújo, que integra a equipe de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.

O palestrante desenvolveu dinâmica de grupo com os servidores abordando temáticas relacionadas às atividades diárias. O psicólogo ressaltou que o trabalho consiste no desenvolvimento de equipes a partir das percepções extraídas das unidades judiciárias nas quais atua a Comissão Sentenciante. “A proposta é trabalhar com os servidores e desenvolver competências das equipes, aprimorando habilidades e realizando o esclarecimento de dúvidas”, explicou. Outro assunto abordado foi o desenvolvimento da equipe com a inserção de temáticas como autoconhecimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, técnicas de gerenciamento com dinâmicas e ampla participação.

A corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz, prestigiou o evento e destacou que a CGJ optou por uma gestão de continuidade de boas práticas, porém, realizou alterações pontuais no foco de



atuação da Comissão Sentenciante para obtenção de melhores resultados. “Nesta reformulação há um olhar voltado para o fator humano, por isso, a Comissão Sentenciante, nas unidades em que está atuando, busca estabelecer um ambiente integrado e motivado de trabalho”, ressaltou a desembargadora. Para a juíza auxiliar da CGJ e coordenadora dos trabalhos da CSI, Rosângela Prazeres, “a reorganização da força de trabalho em relação às demandas só é possível com desenvolvimento humano com foco no objetivo maior da organização”.

“A proposta é trabalhar com os servidores e desenvolver competências das equipes, aprimorando habilidades e realizando o esclarecimento de dúvidas”

Eliandro Araújo psicólogo

CELERIDADE PROCESSUAL

DADOS RETRATAM ATUAÇÃO DA CSI NAS VARAS CÍVEIS DA CAPITAL

O trabalho da Comissão Sentenciante Itinerante, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), está contribuindo para maior celeridade e resolutividade nas demandas processuais da 2ª Vara Cível de São Luís. A comissão, composta por juízes auxiliares, recebeu, em um mês, 1.285 processos daquela vara e analisou 790, proferindo 500 sentenças, 31 despachos e 259 decisões. O objetivo é impulsionar os processos nas unidades judiciais com maior taxa de congestionamento, com a devida entrega da prestação jurisdicional à sociedade.

“Procuramos sanear o processo, resolvendo questões processuais pendentes. Nosso objetivo é proferir a sentença de mérito. Procuramos solucionar o litígio, dando uma resposta ao jurisdicionado”, afirmou o juiz Clésio Coelho Cunha, integrante da comissão. A próxima unidade a receber o apoio da comissão será a 3ª Vara Cível. Depois será a vez da 7ª Vara Cível da capital. Esse mesmo trabalho já foi realizado na 1ª Vara Cível, nos meses de março e abril, quando foram impulsionados 1.426 processos, dos quais 821 despachos, 274 decisões e 331 sentenças.

Na definição das primeiras quatro varas eleitas foram levados em consideração a base de dados do acervo geral, processos conclusos (há mais de 100 dias), Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e taxa de congestionamento apresentados por meio de gráficos comparativos de dados quantitativos, dentre outros aspectos.

Clésio Coelho Cunha destacou a importância do apoio dado pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e pelo diretor do Fórum de São Luís e coordenador da Comissão Sentenciante, juiz Sebastião Bonfim, aos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano. A corregedora Anildes revitalizou e deu novo foco à comissão, criada na gestão anterior, além de disponibilizar assessores e uma equipe de servidores



para compor comissão. O diretor do fórum, conforme destaca Clésio Coelho, vem dando todo o apoio necessário, contribuindo de forma significativa para os resultados alcançados pela comissão.

RECONHECIMENTO Clésio Coelho Cunha afirmou que os resultados alcançados pela equipe têm sido destacados, principalmente por advogados e pelas partes. No início deste mês, a Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão encaminhou à Comissão Sentenciante um documento recebido no setor, em que um manifestante elogia o trabalho desempenhado pelos magistrados da comissão, onde ele afirma que “suas decisões são tecnicamente muito boas”, diz a manifestação. O juiz acrescentou, ainda, que há também uma boa receptividade por parte dos advogados. “E isso é muito importante, pois sem o advogado não se tem justiça”, acrescentou.

ATUAÇÃO o trabalho desenvolvido pela Comissão Sentenciante está alinhado ao Plano de Ação da atual gestão que pretende reduzir as taxas de congestionamento processual na Justiça de 1º grau. Sua atuação depende da anuência do magistrado titular da unidade jurisdicional ou de requerimento prévio, salvo

quando determinado pela corregedora, por indicação de relatório correicional.

A Ouvidoria do TJMA encaminhou à Comissão Sentenciante um documento recebido no setor, em que um manifestante elogia o trabalho desempenhado pelos magistrados da comissão, onde ele afirma que “suas decisões são tecnicamente muito boas”, diz a manifestação.

I CAPACITAÇÃO

CGJ CERTIFICA SERVIDORES DA
3ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

A Corregedoria representada pelo juiz auxiliar José Américo Abreu Costa, certificou os servidores da 3ª Vara Cível, que participaram do Curso “Desenvolvimento de Equipes”, realizado na Esmam. A atitude é uma iniciativa da corregedora Anildes Cruz, que ao designar a Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) determinou a implementação de um cronograma de atividades motivacionais nas unidades judiciais atendidas pela CSI.

O treinamento dos servidores é realizado em parceria com a Diretoria RH do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e é voltado à organização do ambiente de

trabalho, aspectos interpessoais e gestão de competências. O psicólogo Eliandro Araújo, do TJMA, ministrou a palestra e desenvolveu dinâmica de grupo com os servidores abordando temáticas relacionadas às atividades diárias.

O psicólogo ressaltou que o trabalho consiste no desenvolvimento de equipes a partir das percepções extraídas das unidades judiciárias nas quais atuam a Comissão Sentenciante. “A proposta é trabalhar com os servidores e desenvolver competências das equipes, para que ao final estejam sensibilizadas para as atividades que lhe serão submetidas”, explicou.

Outro assunto abordado foi o desenvolvimento da equipe com a inserção de temáticas como autoconhecimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, técnicas de gerenciamento com dinâmicas e ampla participação.

Para o juiz auxiliar da Corregedoria, José Américo Abreu, a produtividade das unidades judiciais passa pela motivação de toda equipe que compõe a unidade judicial. “A gestão compartilhada trabalhada pela corregedora Anildes Cruz passa também pela integração dos servidores das unidades judiciais, com o objetivo de enfrentar as demandas submetidas ao Poder Judiciário”, ressaltou José Américo.



I AVANÇO

COMISSÃO SENTENCIANTE DA CORREGEDORIA
APRESENTA RESULTADOS POSITIVOS

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, conheceu os dados positivos resultantes do trabalho desenvolvido pela Comissão Sentenciante Itinerante (CSI) nas Varas Cíveis da capital. A CSI foi reformulada com o objetivo estratégico de impulsionar os processos nas unidades judiciais com maior taxa de congestionamento. Os juízes Lorena de Sales Rodrigues Brandão, Gustavo Henrique Silva Medeiros e Clésio Coelho

Cunha, integrantes da CSI, apresentaram a metodologia aplicada e gráficos comparativos do trabalho realizado.

Na 1ª Vara Cível, foram impulsionados 1.426 processos, com 821 despachos, 274 decisões e 331 sentenças. Já na 2ª Vara Cível, foram analisados 1.295 processos, sendo 793 sentenças, 63 decisões e 439 despachos. A Comissão Sentenciante Itinerante atuou na 3ª Vara Cível, que possuía um acervo total de 6.139 processos, sendo

4.098 conclusos para despacho. Destes, 2.453 processos estavam conclusos há mais de cem dias. Cerca de 80% desta demanda foi analisada pela comissão.

A corregedora parabenizou todos os membros da Comissão, juízes e servidores, pelo excelente trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses. “O trabalho da CSI representa a busca pela duração razoável do processo e da prestação jurisdicional eficaz”, declarou a corregedora.

I FÓRUM DE SÃO LUÍS

CORREGEDORA INSTALOU GABINETE DE TRABALHO AVANÇADO

A corregedora Anildes Cruz inaugurou gabinete de trabalho avançado no Fórum de São Luís. Trata-se de uma sala onde, pelo menos uma vez por semana, a corregedora cumpre agenda de trabalho. Visitas às unidades judiciais são realizadas periodicamente.

Até abril/2016 a desembargadora Anildes Cruz havia realizado três vistorias para verificação das condições de funcionamento e índices de congestionamento processual.

Entre as unidades visitadas estão a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas da Fazenda Pública, em virtude de reclamações realizadas junto à CGJ-MA. Os magistrados apresentaram dados sobre as unidades e a grande demanda de trabalho nestes locais. Na 1ª Vara da Fazenda Pública, por exemplo, tramitam 9 mil processos para apenas 05 servidores e 01 juíza; na 2ª são 8 mil; na 3ª e 4ª e 5ª Varas, cerca de 7 mil processos cada.

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos; a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Varas Cíveis e 1ª Vara de Execuções Penais, também receberam a vistoria da corregedora.

A corregedora determinou medidas iniciais para a melhoria da prestação jurisdicional; a redistribuição da força de trabalho nas Varas e a recontagem dos autos, já que existe uma divergência entre o número físico de processos e a quantidade existente no sistema.

A Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), da Corregedoria Geral da Justiça, foi designada para atuar - emergencialmente - em algumas dessas unidades visando reduzir o índice de congestionamento processual.

“Encaramos essa realidade cientes de que o número de juízes e servidores destas unidades não são suficientes para suprir a grande demanda de serviços que geram sobrecarga e desorganização nos espaços físicos, além de ocorrerem divergências na contagem manual de processos em relação aos números apresentados pelo sistema”, ressaltou a corregedora.



“Encaramos essa realidade cientes de que o número de juízes e servidores destas unidades não são suficientes para suprir a grande demanda de serviços que geram sobrecarga e desorganização nos espaços físicos, além de ocorrerem divergências na contagem manual de processos em relação aos números apresentados pelo sistema”

Anildes Cruz , Desembargadora

VISITAS INSTITUCIONAIS DA CORREGEDORA-GERAL

DESEMBARGADOR DO TJSP VISITA A CORREGEDORIA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, recebeu a visita do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Ricardo Henry Marques Dip. Na oportunidade, o desembargador paulista e a corregedora da Justiça do Maranhão conversaram sobre as serventias extrajudiciais (cartórios), e assuntos referentes ao tema.

Ricardo Dip esteve em São Luís para proferir palestra no I Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão. O desembargador abordou o tema Registro Civil das Pessoas Naturais e Usucapião Extrajudicial.



INSTITUCIONAL

OUVIDOR AGRÁRIO NACIONAL VISITA A CORREGEDORA-GERAL

O ouvidor agrário nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho, fez visita institucional à corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz. Na oportunidade, tratou da atuação do Poder Judiciário maranhense em casos de conflitos agrários. O promotor Haroldo Paiva de Brito, titular da 38ª Promotoria Especializada em Conflito Agrário do Maranhão, o secretário estadual adjunto de Direitos Humanos, Jonata Galvão, e o ouvidor regional do INCRA, Márcio de Oliveira, também participaram do encontro.

Durante a reunião, o ouvidor Gercino Filho abordou questões relacionadas ao Provimento n.º 29/2009 da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), que dispõe



sobre recomendação aos juízes para que ouçam, nas ações de manutenção e reintegração de posse coletiva envolvendo imóveis rurais ocupados por trabalhadores sem-terra, o Ministério Público, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), Instituto Nacional de Colo-

nização e Reforma Agrária (INCRA), e a própria Ouvidoria Agrária Nacional, que é órgão ligado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculado à Casa Civil, e tem o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários na zona rural.

CGJ ITINERANTE

COMARCAS DE ICATU, MORROS E ROSÁRIO RECEBEM VISITA DA CORREGEDORA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, cumprindo ação prevista no Plano de Gestão para melhoria da Justiça de 1º Grau, com o objetivo de reduzir o índice de congestionamento processual, visitou as comarcas de Icatu, Morros e Rosário, onde foram avaliados itens como a situação estrutural dos fóruns, demandas processuais e condições de trabalho de magistrados e servidores.

Acompanhada da juíza auxiliar CGJ, Rosângela Prazeres (Correições Judiciais), e do diretor da Secretaria da Corregedoria, Gustavo Campos, a corregedora Anildes Cruz conversou com o juiz titular de Icatu, Karlos Alberto Mota, que também respondia pela comarca de Morros.

O magistrado apresentou um acervo de 3.503 processos, dos quais 2.564 em tramitação, 1.477 arquivados e 422 conclusos. Karlos Alberto expôs as rotinas do fórum, ressaltando as boas condições de trabalho, com quadro satisfatório de servidores, mas necessitando de analista judicial. A corregedora chamou atenção para cumprimento das rotinas de alimentação do sistema Themis, para aferição de produtividade, cujos dados são utilizados para promoção e remoção de magistrados.

No fórum de Morros, a corregedora foi recebida pelo secretário judicial da comarca, Emanuel Botelho. Nesta unidade a corregedora detectou alguns problemas estruturais no piso, luminárias, falhas elétricas, dentre outros. Diante da situação, Anildes Cruz determinou a produção de relatório e posterior envio ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha.

A juíza Rosângela Prazeres recomendou ao secretário a contagem manual dos processos para aferir se os números correspondem ao indicado no sistema Themis, com a atualização dos “status” e localização processual.

Em Rosário, a comitiva da Correged-



doria foi recebida pelos juízes titulares Karine Castro (1ª Vara) e José Augusto Sá Leite (2ª Vara). Na unidade tramitam 4.262 processos, dos quais 2.174 na 1ª Vara e 2.088 na 2ª Vara. Os juízes apresentaram a estrutura predial do fórum, apontaram as reformas necessárias em razão de infiltrações e solicitaram equipamentos de informática para a melhoria dos trabalhos judiciais, dentre outras reivindicações.

Nos encontros, a corregedora-geral ratificou a parceria da CGJ na priorização dos julgamentos das ações judiciais, e conclamou os magistrados a participarem desse esforço conjunto. “Precisamos priorizar a celeridade processual e melhorar a prestação jurisdicional aos que buscam os serviços judiciais”, ressaltou a desembargadora Anildes Cruz.

“Precisamos priorizar a celeridade processual e melhorar a prestação jurisdicional aos que buscam os serviços judiciais”,

Anildes Cruz desembargadora

I EM UMA SEMANA

CORREGEDORA VISITOU OITO
COMARCAS NO INTERIOR DO ESTADO

Corregedora Anildes Cruz iniciou visitas pela comarca de Caxias. Participou de seminário promovido pela Esmam

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, visitou oito comarcas do interior do Estado. Caxias, Coelho Neto, Timon, Codó, Timbiras, Coroatá, Cantanhede e Santa Rita, foram as primeiras unidades judiciais a receber a visita da corregedora, que busca acompanhar o desempenho da Justiça de 1º grau, dialogando com juízes e servidores em busca da melhoria na prestação jurisdicional.

Nas visitas, a corregedora encontrou, dentre outros, problemas como a falta de servidores, insuficiência de mobiliário para comportar a demanda processual, aparelhos de ar-condicionado sem manutenção e outros esperando instalação há mais de um ano, e até a necessidade de alugar um outro prédio para funcionamento do fórum, como é o caso da comarca de Timbiras.

Para as questões de trâmite administrativo de competência da Corregedoria

Geral da Justiça (CGJ-MA), os pedidos aos setores responsáveis foram encaminhados imediatamente; os problemas de ordem macro foram inseridos em relatório entregue ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, durante sessão plenária do TJMA, sugerindo a resolução de forma compartilhada.

Nas visitas são vistoriadas as condições estruturais dos fóruns, mobiliário, equipamentos, números de servidores, entre outros. A corregedora adentra as secretarias judiciais, conhece as metodologias de trabalho, os problemas, as reivindicações, dialoga e alerta os juízes acerca do cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Para a desembargadora, é preciso ir além dos relatórios mensais que a Corregedoria recebe, e conhecer de perto a realidade vivida nos fóruns para efetivamente melhorar a Justiça de 1º grau.

“Problemas existem, assim como as boas práticas que almejam a melhoria da prestação jurisdicional, por isso, precisamos corrigir os erros e apoiar as iniciativas que fortalecem o Poder Judiciário junto à sociedade”

Anildes Cruz desembargadora

EM CAXIAS

CORREGEDORA CUMPRIU EXTENSA AGENDA DE COMPROMISSOS E REUNIÕES



Em visita à Caxias, a corregedora Anildes Cruz cumpriu extensa agenda de compromissos e reuniões. A desembargadora participou do III Seminário de Atualização Jurídica promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM); visitou os serviços judiciais do Fórum Des. Artur Almada Lima; as correções ordinárias e extraordinárias realizadas pela Corregedoria; e no final da visita, reuniu com os juízes da comarca para tratar de assuntos jurisdicionais.

Durante a vistoria realizada no fórum local, a desembargadora foi recebida pelos juízes Sidarta Gautama (titular da 1ª Vara e Diretor do Fórum) e Marcela Lobo (titular da 5ª Vara).

Os magistrados apresentaram as instalações e a estrutura do fórum. Rachaduras atingem diversas áreas do prédio (piso, paredes e vidraças), mas segundo o Juiz Diretor, vistoria já realizada pela Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça atesta que são superficiais e não há perigo de desabamento. Por falta de manutenção, elevadores estavam parados há mais de um ano, comprometendo a acessibilidade às varas que estão localizadas no piso superior do fórum. Outro problema, segundo os magistrados, é a falta de isolamento acústico das salas de audiências, fato que compromete o sigilo dos atos.

A corregedora determinou a produção de relatório com anotação de todas as problemáticas encontradas e reivindicações realizadas pelos magistrados, documento que a desembargadora entregou ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, requerendo o encaminhamento das melhorias.

REUNIÃO - No final do dia, a corregedora Anildes Cruz, acompanhada de sua equipe de assessores e juízes auxiliares, reuniu-se com todos os magistrados da comarca para uma conversa e apresentação das ações que a Corregedoria desenvolve nos últimos meses.

Os juízes Sidarta Gautama Farias Maranhão (1ª Vara), Anderson Sobral de Azevedo (2ª Vara), Paulo Afonso Vieira Gomes (3ª Vara), Antonio Manoel Araújo Velozo (4ª Vara), Marcela Santa Lobo (5ª Vara), e João Pereira Neto, do Juizado Especial Cível e Criminal, participaram do encontro.

Entre os diversos temas abordados, os juízes direcionaram suas preocupações para a questão da realização das audiências de custódia e a escolta de presos para as audiências criminais. Sidarta Gautama disse que só há uma viatura da polícia para atender a demanda em Caxias. Segundo os magistrados, a Unidade Prisional de

Ressocialização (UPR) está no limite e sem capacidade para abrigar mais presos, além da falta constante de policiamento no local (agentes penitenciários).

A corregedora enfatizou a importância dos magistrados, na impossibilidade de realizarem as audiências de custódia por motivos alheios ao Poder Judiciário, justificarem por escrito em suas decisões.

A juíza auxiliar, Rosângela Prazeres, ressaltou que no processo de elaboração do Provimento n.º 11/2016, que regulamenta a realização das audiências de custódia por determinação da Resolução n.º 213 do CNJ, a Corregedoria oportunizou através de reuniões e prazos a sugestão e participação de todas as instituições envolvidas, inclusive o Poder Executivo através das Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária. “Todo o trabalho desenvolvido pela Corregedoria em relação às audiências de custódia são de pleno conhecimento do CNJ, a nossa realidade e dificuldades inclusive”, explicou a juíza.

O juiz Gladiston Cutrim entregou aos magistrados relatório das metas do CNJ contendo as taxas de congestionamento de cada unidade judicial, e lembrou aos colegas a importância do acompanhamento dos números e cumprimento das metas estipuladas.

BOAS PRÁTICAS

CORREGEDORA CONHECE TRABALHO JUDICIAL EM COELHO NETO



Em visita realizada dia 17 de agosto/2016, à Comarca de Coelho Neto, a corregedora Anildes Cruz conheceu a metodologia de trabalho desenvolvida na unidade. A juíza Raquel Araújo de Menezes, titular da 1ª Vara, recebeu a corregedora e apresentou toda a estrutura do Poder Judiciário na cidade.

Durante a reunião, a juíza pontuou dados da prestação jurisdicional da 1ª Vara, destacando que nos últimos três anos as duas unidades (1ª e 2ª Varas) têm cumprido as metas e sendo reconhecidas com a Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ). O relatório de atividades do ano de 2015, objeto de apresentação em audiência pública para a sociedade coelho-netense, e os dados de produtividade do período de janeiro a agosto de 2016, também constaram na exposição da juíza.

“Em 2015 tivemos um crescimento de 32,52% de produtividade na realização das audiências em comparação à 2014, conseguindo diminuir o acervo processual em 62,69%, baixando a quantidade de 2402 processos para 1506 ações”, declarou Raquel de Menezes.

Segundo a juíza, o trabalho desenvolvido de forma alinhada com os servidores, resultou em um índice de 112% de operosidade na 1ª Vara em de 2015. Em 2016, apesar da demanda crescente, com a distribuição mensal média de 250 processos, a unidade tem conseguido manter o nível de produtividade, mesmo diante de algumas dificuldades.

“Em 2016 já alcançamos as metas 4 e 6

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); estamos focados em atingir a meta 1, que é um desafio diante da crescente distribuição processual”, finalizou a juíza Raquel de Menezes.

Ainda na apresentação, a magistrada ressaltou os projetos sociais que estão sendo desenvolvidos na comarca. “Justiça e Cidadania - Porque Fazer o Bem Faz Bem” tem por objetivo aproximar o Poder Judiciário da comunidade local mediante a realização de palestras acerca dos direitos e deveres dos cidadãos, e incentivar a realização da cidadania na sociedade local por meio de doações para os beneficiários do projeto.

“Cartilha da Justiça” visa alcançar os estudantes da rede municipal de ensino dos municípios de Coelho Neto, Duque Bacelar e Afonso Cunha. Produzida pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMA, a Cartilha da Justiça visa promover o contato direto entre estudantes e professores do ensino fundamental com o Poder Judiciário, possibilitando um acesso mais fácil às noções de cidadania e de justiça. Por meio de ilustrações com histórias em quadrinhos, a Cartilha aborda temas diversos, como a separação dos poderes, atribuições dos magistrados, promotores, polícia, advogados e defensores públicos. Conciliação, ativismo judicial e meio ambiente também são abordados na publicação.

A corregedora Anildes Cruz fez diversos elogios ao trabalho e resultados obtidos nas duas varas. A desembargadora afirmou que a magistrada Raquel de

Menezes honra e dignifica a magistratura do Maranhão, se referindo ao empenho constante na melhoria da prestação jurisdicional, e no afincamento e determinação na implementação de projetos sociais que ajudam a sociedade de Coelho Neto e dos demais termos judiciários à promoção da cidadania.

“As magistradas da 1ª e 2ª Varas, bem como todos os servidores do fórum estão de parabéns pelo trabalho desenvolvido, sigam viagem na certeza de que os jurisdicionados dos termos estão bem servidos de Justiça”, finalizou a corregedora Anildes Cruz.

PEDIDOS - a juíza Raquel de Menezes apresentou à corregedora e sua equipe de assessores, algumas reivindicações, para a melhoria do trabalho desenvolvido. A disponibilização de policial militar para o fórum; a climatização das áreas internas do prédio, em especial o corredor que serve de espera para as audiências; a troca do disjuntor de energia, para dar fim às oscilações elétricas que atingem o fórum; e a cobertura da garagem.

A corregedora informou que vai cobrar do Poder Executivo através da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária, a regularização dessa situação, que segundo a desembargadora é inadmissível. Quanto aos pleitos administrativos, eles constaram de relatório com pedido formal entregue durante sessão plenária ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha.

I INÉDITO

CORREGEDORA REALIZA ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM CANTANHEDE

Em visita realizada à comarca de Cantanhede, a corregedora Anildes Cruz prestou atendimento ao público, oportunidade em que conversou com uma jurisdicionada, a professora Maria da Piedade, demitida após 23 anos de serviços prestados à Prefeitura de Pirapemas. “A professora deve juntar toda a documentação referente ao período trabalhado, inclusive os atos de nomeação e exoneração, e procurar um advogado para ajuizar uma ação judicial”, orientou a corregedora. Durante a visita, o juiz Francisco Eduardo Girão Braga apresentou as instalações da comarca. O magistrado, que atua há um ano na unidade, entregou relatório descritivo da situação anterior e atual, e os trabalhos



desenvolvidos no período. “Apesar das dificuldades temos avançado, mesmo diante da crescente demanda de 150 processos/mês de distribuição”, explicou o juiz.



I DIÁLOGO

CORREGEDORIA OUVE SOLICITAÇÕES DOS JUÍZES DA COMARCA DE CODÓ

A comitiva da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) passou pela comarca de Codó no dia 18 de agosto/2016, durante a semana de trabalho itinerante realizada pela corregedora Anildes Cruz e juízes auxiliares.

Em reunião no fórum, a corregedora discutiu os juízes Holidice Barros (2ª vara) e Ailton Lima (3ª vara e diretor do fórum), sobre as necessidades da comarca. A principal delas, o reforço de mais dois técnicos e três auxiliares para atuar nas secretarias judiciais das três varas e do juizado locais, que atualmente atendem à demanda de 5.505 processos em andamento.

O juizado possui um acervo de 1.021 processos em tramitação, do total. O juiz da 3ª vara que respondia pela unidade, relatou dificuldade com a lentidão no



sistema de processo judicial eletrônico PJE, que dificulta os despachos.

Os juízes solicitaram, além da nomeação de pessoal, providências para adquirir equipamento de som para o júri,

sistema de monitoramento por câmeras para dar mais segurança ao fórum, serviço de manutenção do sistema de ar-condicionado, além de cursos para qualificação dos servidores.

CELERIDADE

CORREGEDORIA ENCAMINHA INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS EM TIMON



Na comarca de Timon a corregedora Anildes Cruz conversou com os juízes Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes (1ª Cível), Susi Ponte de Almeida (2ª Cível), Rosa Maria da Silva Duarte (1ª Família), Simeão Pereira e Silva (2ª Família), Rogério Monteles da Costa (Juizado Especial Cível e Criminal), Josemilton Silva Barros (1ª Criminal e Diretor do Fórum) e Francisco Soares Reis Júnior (2ª Vara

Criminal). Os magistrados apresentaram toda a estrutura do Poder Judiciário em Timon, e solicitaram a implantação da central de mandados na comarca, com a inclusão do Juizado Especial Cível e Criminal no novo sistema. O funcionamento da central já foi autorizado há cerca de dois anos.

Os juízes foram informados que em decisão assinada pela corregedora, foi

determinada a remessa do processo à Comissão de Assuntos Legislativos do Tribunal de Justiça, para apreciação da minuta do projeto de lei complementar que cria o cargo de Chefe da Central de Mandados. “Temos interesse em melhorar os serviços judiciários de 1º grau, e a chegada desse setor otimizará os trabalhos em Timon”, ressaltou a corregedora Anildes Cruz.



CGJ ITINERANTE

CORREGEDORA-GERAL VISITA COMARCAS DE ITAPECURU, ARARI E VITÓRIA DO MEARIM

As comarcas de Itapecuru-Mirim, Arari, e Vitória do Mearim, receberam a visita da corregedora Anildes Cruz, que acompanha de perto a prestação jurisdicional de 1º Grau, e conversa com juízes e servidores sobre as dificuldades enfrentadas nessas unidades. A juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Rosângela Prazeres, acompanha a corregedora nas visitas institucionais, e apresenta, aos titulares das unidades, relatórios detalhados sobre as taxas de congestionamento processual, acervo, e dados das metas nacionais do

Poder Judiciário. Em Itapecuru-Mirim, logo cedo, a desembargadora reuniu com as juízes das três varas, Laysa Mendes (1ª), Mirella Freitas (2ª), e Edeuly Maia Silva (3ª), responsáveis pelo acervo processual de quase 13 mil ações.

ARARI – A juíza Anelise Reginato, titular da unidade de vara única, relatou à corregedora os esforços no sentido de garantir uma prestação jurisdicional célere e eficaz à comunidade, no entanto, enfrenta dificuldades como a inexistência

de promotor de Justiça na comarca, o que retarda o andamento dos processos.

VITÓRIA DO MEARIM – O juiz Milvan Gedeon Gomes, titular da unidade, apresentou toda a estrutura do fórum à corregedora, para justificar o pedido urgente de reforma no prédio. “Já remeti ofício ao Tribunal de Justiça solicitando uma reforma predial, pois temos problemas elétricos, hidráulicos e no teto, o que causa infiltrações seríssimas na estrutura”, explicou o magistrado.

ICGJ ITINERANTE

CORREGEDORA APRESENTA AO TJMA RELATÓRIO DE VISITA INSTITUCIONAL

A corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, durante sessão administrativa do Pleno do TJMA, apresentou o 1º Relatório de Visita Institucional aos termos judiciários de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, e comarcas de Icatu, Morros, Rosário, Caxias, Coelho Neto, Timon, Codó, Timbiras, Coroatá, Cantanhede e Santa Rita. O presidente Cleones Cunha, recebeu cópia integral do relatório. No documento, composto de textos, dados e imagens, a desembargadora corregedora destaca acervo processual, taxa de congestionamento e estrutura física dos prédios

onde funcionam as unidades judiciais visitadas. “No intuito de acompanhar de perto a realidade da Justiça de 1º grau, em especial as localizadas no interior do Estado, bem como auxiliar os magistrados na solução das dificuldades enfrentadas no exercício das atividades, realizamos itinerância nessas comarcas”, ressaltou a corregedora Anildes Cruz.

O relatório aponta problemas de natureza estrutural e administrativa, insuficiência de servidores, e indicação das taxas consideráveis de congestionamento processual em algumas unidades, dentre outros. Em Coroatá, por exemplo, os

juízes da comarca relataram que nas duas varas tramitam 10.223 processos, que somados ao grande número de presos de outras regiões que se encontram na UPR do município, requerem a necessidade de criação de uma vara especializada em execução penal ou instalação da já criada comarca de Peritoró.

A corregedora ressaltou os problemas existentes na comarca de Timbiras. Ela pediu atenção especial ao caso em virtude de o imóvel que abriga o fórum apresentar estrutura interna precária, sem condições de funcionamento, não comportar o acervo da unidade.



ICGJ ITINERANTE

COMARCAS DE HUMBERTO DE CAMPOS E ICATU RECEBEM A CORREGEDORA-GERAL



A corregedora Anildes Cruz visitou, no dia 14 de setembro/2017, as comarcas de Humberto de Campos e Icatu, de entrada inicial. Nas visitas, a corregedora avalia itens como a situação estrutural dos fóruns, demandas processuais e condições de trabalho de magistrados e servidores. Em Humberto de Campos o magistrado Raphael de Jesus Amorim apresentou, à

desembargadora, as instalações do fórum que passa por uma reforma realizada pelo Tribunal de Justiça. A comarca, que possui dois termos judiciários - Santo Amaro e Primeira Cruz -, possui um acervo com cerca de 4 mil ações e uma distribuição mensal de 120 processos.

A Comarca de Icatu recebeu pela segunda vez a visita da corregedora. Em

Agosto de 2016, a unidade possuía um acervo com 3.503 processos, contra 1.614 ações em trâmite atualmente, dados apresentados pelo juiz Karlos Alberto Mota que ressaltou o trabalho desenvolvido para alcançar a redução da quantidade de processos nos últimos doze meses, desde última visita da desembargadora Anildes Cruz.

ICGJ ITINERANTE

SANTA INÊS, PINDARÉ-MIRIM E BACABAL RECEBEM VISITA DA CORREGEDORA

No dia 31 de maio/2017 a corregedora Anildes Cruz visitou as comarcas de Santa Inês, Pindaré-Mirim e Bacabal, onde discutiu com magistrados e servidores a prestação jurisdicional de 1º Grau.

Em Santa Inês, a corregedora foi recebida pelos juízes Denise Milhomem (1ª vara), Luciany de Sousa Miranda (2ª vara), Kariny Reis (3ª vara), e Alessandro Bandeira Figueiredo (Juizado Especial). Durante reunião no fórum da comarca, os magistrados expuseram a crescente demanda de trabalho, o que tem tornado insuficiente o quadro de servidores para dar cumprimento aos atos processuais nas ações em trâmite.

PINDARÉ-MIRIM - A juíza Ivna Cristina Freire, titular da unidade, solicitou à corregedora a construção de um Salão do Júri para a comarca, em espaço já existente nos fundos do fórum. “Dispensamos toda uma logística de deslo-



camento para a realização de sessões do do Júri na Câmara Municipal, e assim perdemos um dia de trabalho nas outras ações”, justificou a magistrada.

BACABAL - Lentidão no sistema. Essa foi a mais incisiva reclamação dos juízes da comarca - Vanessa Ferreira Lopes

(1ª vara), Daniela de Jesus Ferreira (2ª vara), Jorge Antonio Leite (3ª vara), e João Paulo Melo (4ª vara). “Diversas vezes passamos parte da tarde para realizar uma (01) movimentação no sistema Themis, o que atrasa em demasia a prestação da Justiça em nossa comarca”, informou a magistrada Vanessa Lopes.



ICGJ ITINERANTE

VARGEM GRANDE, URBANO SANTOS E CHAPADINHA RECEBEM A CORREGEDORA

No dia 8 de agosto/2016 a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, visitou os fóruns judiciais de Vargem Grande, Urbano Santos e Chapadinha, onde ouviu demandas de juízes e servidores. Desde o início da gestão, a magistrada acompanha de perto a realidade, gestão e dificuldades das unidades judiciais do interior, colhendo informações e levando orientações e esclarecimentos com o objetivo de aperfeiçoar a Justiça de 1º Grau.

Em Vargem Grande, a desembargadora foi recebida pelo juiz Paulo de Assis Ribeiro, que expôs a crescente demanda

de trabalho, o que vem tornando insuficiente o quadro de servidores para dar cumprimento aos atos processuais. “A comarca de Vargem Grande necessita da instalação da 2ª Vara já criada, e de uma ampla reforma predial do fórum, com melhoria da instalação estrutural e elétrica”, enfatizou o magistrado.

Em Urbano Santos, a corregedora da Justiça foi recebida pela juíza Cintia de Sousa Facundo, titular da comarca. A desembargadora conheceu os serviços judiciais e a estrutura de trabalho da comarca. “Urbano Santos tem uma rotina judiciária bem definida, proces-

sos com trâmite normal de duração e acervo reduzido, o que demonstra uma organização bem definida de trabalho pela magistrada”, avaliou Anildes Cruz.

CHAPADINHA – Os juízes Cristiano Simas (1ª Vara) e Welinne de Souza Coelho (2ª Vara) receberam a corregedora Anildes Cruz, apresentando as instalações forenses. Os magistrados solicitaram a ampliação predial do fórum, e a instalação de um Juizado Especial - em virtude de a comarca sediar unidade de Turma Recursal que é uma das mais produtivas do Estado.

ICGJ ITINERANTE

CORREGEDORA DA JUSTIÇA VISITA COMARCAS DO BAIXO PARNAÍBA

As comarcas de Brejo, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo e Magalhães de Almeida, na região do Baixo Parnaíba, receberam a visita da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, no dia 9 de agosto/2017.

Em Brejo, comarca de entrância intermediária, a juíza titular Maria da Conceição Privado Rêgo solicitou a instalação da 2ª Vara, criada desde 2010. Ao longo de 2017, a comarca de Brejo tem apresentado uma distribuição média mensal de 300 processos, o que sobrecarregaria juíza e servidores. “O fórum já dispõe de toda infraestrutura necessária para instalação da segunda unidade judicial dessa comarca que possui o termo judiciário de Anapurus”, justificou a magistrada.

Em Santa Quitéria do Maranhão, comarca de entrância inicial, o juiz Danilo Mendes de Santana demonstrou preocupação com o aumento da demanda processual. “Só neste ano recebemos 1365 novas ações, fato que eleva consideravelmente o trabalho na comarca”, relatou.



Os servidores e o juiz da comarca de São Bernardo (entrância inicial), Isaac Diego Vieira, apresentaram à corregedora a rotina de trabalho da unidade, que possui um acervo de 2 mil processos.

No fim da tarde, a desembargadora corregedora visitou a Comarca de Magalhães de Almeida, a última da região,

localizada na divisa com o Estado do Piauí. O juiz Isaac Diego Vieira, que também responde pela unidade, apresentou dados da secretaria judicial, acervo processual (1830 ações tramitando), e solicitou o apoio da Corregedoria para o preenchimento de um cargo de técnico judiciário que se encontra vago.



ICGJ ITINERANTE

CORREGEDORA VISITAS COMARCAS DE ARAIOSES, BARREIRINHAS E TUTÓIA

Em Tutóia, o juiz Eduardo Girão solicitou à corregedora a elevação da comarca, de entrância inicial para intermediária, em virtude da crescente busca pelo Judiciário. “Atualmente temos um acervo total com cerca de 6 mil processos, distribuição mensal de 250 novas ações, e uma demanda significativa de ações criminais tanto da sede, quanto oriundas do termo Paulino Neves” justificou o magistrado.

Em AraioSES a corregedora Anildes Cruz foi recebida pelos juízes Marcelo

Vieira (1ª Vara) e Jerusa Mendes (2ª Vara). Os magistrados apresentaram as estruturas do fórum, que atualmente passa por uma reforma, e solicitaram a construção de um salão para a realização de sessões do Tribunal do Júri, pois a pauta de julgamento depende da agenda do Poder Legislativo local, que cede o auditório da Câmara Municipal.

VARA ÚNICA “O fórum, construído para comarca de Vara Única, foi adaptado em 2012 para a instalação da 2ª Vara, no

entanto, o espaço tem se tornado insuficiente”, ressaltou o juiz Marcelo Vieira.

Na comarca de Barreirinhas o juiz de direito Alexandre de Andrade, respondendo pela unidade, ressaltou a grande demanda processual e um acervo total com cerca de 10.500 ações. A juíza Rosângela Prazeres orientou o magistrado a fazer a recontagem manual dos processos para comparação com o sistema, e trabalhar com a equipe, por meio de mutirões, a redução da taxa de congestionamento processual, atualmente elevada.

I CORTESIA

ELEIÇÕES 2016 - CORREGEDORA CONHECE
PLANO DE SEGURANÇA PARA MAGISTRADOS

Em visita de cortesia ao desembargador Raimundo Barros, corregedor regional eleitoral do Maranhão, a corregedora Anildes Cruz conheceu o Plano de Segurança do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA) para o pleito 2016.

O corregedor eleitoral, Raimundo Barros, informou que todas as estratégias de segurança montadas pelo Sistema de Segurança das eleições, incluíram um grande efetivo de policiais, as inteligências integradas das Polícias Militar, Civil, Federal, além do Exército brasileiro. Os agentes de segurança atuaram equipados em todos os municípios maranhenses.



PROJETO TROCANDO IDEIAS

SEIS NOVOS JUÍZES DE DIREITO ENTRAM EM EXERCÍCIO NA MAGISTRATURA DE 1º GRAU

Os seis novos juízes empossados pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, entraram em exercício no dia 12 de dezembro/2016, perante a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

A juíza Talita de Castro Barreto vai atuar na 6ª Zona Judiciária, sediada na comarca de Caxias. A magistrada Urbanete de Angiolis Silva, foi designada para a 5ª Zona Judiciária, na comarca de Açailândia. Já os juízes Ricardo Augusto Figueiredo Moyses, Hugo Alves Albarelli Ferreira, Paulo do Nascimento Junior e Felipe Soares Damous, entraram em exercício no cargo de juiz substituto na 4ª, 3ª, 2ª e 1ª Zonas Judiciárias, respectivamente, com sede na comarca de Imperatriz. Na assinatura dos termos, a desembargadora Anildes Cruz deu as boas vindas e ressaltou os desafios



que os novos juízes vão enfrentar. “A magistratura é para ser amada, por isso, trabalhem observando as exigências do cargo”, enfatizou a corregedora.

O juiz José Américo Abreu Costa, auxiliar da Corregedoria, destacou o contexto atual da atuação do magistrado. “Ao contrário de um passado remoto, o Judiciário não é mais um quartel forense, é

sim um ambiente em que os juízes devem se manter em constante diálogo, com a troca de ideias e compartilhamento de experiências”, ressaltou o juiz corregedor.

Também participaram da cerimônia os juizes auxiliares da CGJ, Gladiston Cutrim, Marcia Chaves, Rosângela Prazeres, e o diretor da Corregedoria, Gustavo Campos.

NOVOS JUÍZES DA JUSTIÇA DE 1º GRAU CONHECEM A ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO EM VISITA À CGJ

Os novos juízes empossados durante sessão plenária do Tribunal de Justiça, conheceram a estrutura da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). Ricardo Moyses, Felipe Damous, Urbanete Silva, Paulo Junior, Talita Barreto e Huggo Ferreira foram recebidos pela corregedora-geral, desembargadora Anildes Cruz, e pelos juízes auxiliares da CGJ, Gladiston Cutrim e Rosângela Prazeres. Os magistrados conheceram as diversas funcionalidades dos Sistemas PJe e Themis-PG, que gerenciam eletronicamente os processos da Justiça de 1º grau. As principais ferramentas dos sistemas foram apresentadas, passo-a-passo, aos novos magistrados do Maranhão.

Foi pontuado também, durante a visita, as demandas requeridas pela Corregedoria, Tribunal de Justiça e Conselho Nacional de



Justiça (CNJ). Apresentação de relatórios, cumprimento de metas estabelecidas, processos de vitaliciamento na carreira, correições e detalhes da execução penal, dentre outros.

Segundo a corregedora Anildes Cruz, que priorizou a realização desse momento para os novos magistrados, o juiz precisa ter um suporte de informações e

orientações necessárias para o exercício da atividade judicante, principalmente, no início da carreira. “A Corregedoria vai continuar orientando e dialogando com o magistrado em busca do cumprimento das normas legais, e da melhoria na prestação jurisdicional e redução dos índices de congestionamento processual nas unidades” observou a corregedora.

I INOVAÇÃO

VITALICIAMENTO DE JUÍZES: PROJETO TROCANDO IDEIAS

Projeto de Vitaliciamento “Trocando Ideias”, objetiva dar suporte aos juízes de direito em fase de vitaliciamento na carreira, prestando o apoio e a orientação para o exercício das atividades judicantes, em diversas áreas.

Por determinação da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, foi implementado um projeto específico para acompanhar o processo de vitaliciamento dos novos juízes, com a participação da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria. “Eles têm uma missão árdua e precisam estar preparados para enfrentar essa enorme responsabilidade, e a Corregedoria, como órgão fiscalizador e principalmente orientador, precisa estar presente nessa adaptação”, disse a corregedora Anildes Cruz.



I ACOMPANHAMENTO

PROJETO ‘TROCANDO IDEIAS’ ORIENTA E APOIA JUÍZES EM VITALICIAMENTO

A Corregedoria efetivou mais uma etapa do projeto “Trocando Ideias”, que visa a dar suporte aos juízes de Direito em vitaliciamento na carreira. O projeto presta apoio e orientação para o exercício das atividades judicantes nas mais diversas áreas.

Nos encontros, realizados trimestralmente, os juízes em processo de vitaliciamento recebem orientação e acompanhamento. As atividades têm a participação da equipe de juízes auxiliares da Corregedoria e de convidados, que contribuem com o debate e esclarecimento das dúvidas existentes do tema escolhido pelos vitaliciandos.

Nessa edição do projeto o tema escolhido foi execução penal. Membros da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF/TJMA) apresentaram dados e abriram a discussão sobre temas como superlotação nas unidades prisionais,



transferência de presos, emissão de cartas de guia, dentre outros. O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF, destacou a experiência da Unidade desde

a sua criação até a atualidade, enfatizando aos vitaliciandos que eles devem pensar como juízes. “Nós somos juízes, e devemos agir como tais na aplicação da lei”.

I SUPORTE

CORREGEDORIA REALIZA 3ª EDIÇÃO DO PROJETO 'TROCANDO IDEIAS'



No 'Trocando Ideias' os juízes discutem temas de grande relevância na atividade judicante dos magistrados do Maranhão, como incentivo ao aprimoramento da prestação jurisdicional nas comarcas onde atuam.

Durante a abertura, a desembargadora Anildes Cruz ressaltou que a troca de ideias e as boas práticas desenvolvidas pelos juízes proporcionam grande aprendizado a todos, por isso, devem ser compartilhadas e difundidas.

"O tempo tem nos exigido um es-

forço conjunto no enfrentamento dos problemas, dessa forma, a capacitação em Gestão Judiciária é para nós, mais uma ferramenta que visa melhorar a prestação jurisdicional, além de multiplicarmos as experiências positivas", concluiu a corregedora.

O presidente em exercício da AMMA, juiz Marcelo Moreira, manifestou a satisfação da associação em sediar um encontro de capacitação de magistrados. "Desejo que todos os objetivos planejados sejam alcançados", ressaltou.

A juíza Raquel Menezes, titular da 1ª vara de Coelho Neto, e o juiz José Augusto, titular da 2ª vara de Rosário, compartilharam, com os demais juízes, experiências desenvolvidas na gestão das unidades judiciais das comarcas onde atuam.

Os juízes auxiliares da CGJ, José Américo Abreu (Infância e Juventude), Marcia Chaves (Coordenação dos Juizados), Rosângela Prazeres (Correições Judiciais), e Sara Gama (Serventias Extrajudiciais), acompanharam a corregedora no evento.



I APRIMORAMENTO

CORREGEDORIA REALIZA A 4ª EDIÇÃO DO PROJETO 'TROCANDO IDEIAS'

O evento aconteceu no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), com a presença de 46 juízes de comarcas de entrância inicial do interior do Estado, dos quais 30 foram empossados em 2015 e 16 em 2016. No 'Trocando Ideias' os juízes discutem temas de grande relevância na atividade judicante do Maranhão, como incentivo ao aprimoramento da prestação jurisdicional nas comarcas onde atuam. Nesta edição, os juízes em vitaliciamento escolheram os temas: Sistema Prisional; Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ); Metas Nacionais e dados estatísticos da CGJ.

Durante a abertura, a desembarga-



dora Anildes Cruz ressaltou o sucesso do projeto idealizado pela atual gestão, que promove a troca de ideias e boas práticas desenvolvidas pelos magistrados. "Essa 4ª Edição nos proporciona

grande aprendizado em temas atuais e relevantes para a melhoria da prestação jurisdicional nas comarcas do Estado, além de multiplicarmos as experiências positivas", ressaltou a corregedora.

TROCANDO IDEIAS

CORREGEDORIA PROMOVE PRIMEIRO ENCONTRO COM NOVOS JUÍZES DE DIREITO

Os cinco novos juízes de direitos empossados no dia 19 de julho/2017 participaram do primeiro encontro do Projeto “Trocando Ideias”, implantado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) para orientar e dar suporte aos juízes de direito no exercício da função, durante o período de estágio probatório para o vitaliciamento na carreira.

Participaram do encontro os juízes substitutos Alexandre Nascimento de Andrade, Martha Dayanne Almeida de Moraes, Alistelman Dias Filho, Fábio Gondinho de Oliveira e Alexandre Sabino Meira, que foram aprovados no último concurso público para a magistratura estadual, homologado em 2015, e entraram em exercício no cargo no



dia da posse.

Conforme a área em que atuam, os juízes auxiliares da CGJ-MA, Rosângela Prazeres (judicial/CNJ), Gladiston Cutrim (planejamento estratégico), Sara Gama (extrajudicial), Rosária Duarte (correições) e Márcia Chaves (juizados especiais),

falaram sobre procedimentos para o vitaliciamento do juiz na carreira e assuntos específicos da atividade judicante, respondendo a perguntas e esclarecendo dúvidas dos juízes. A juíza Marilse Medeiros, secretária-geral da ESMAM, deu as boas-vindas em nome da escola.



VISITA TÉCNICA

JUÍZES CONHECEM ROTINAS CARTORÁRIAS NO 1º OFÍCIO DE PAÇO DO LUMIAR

Por meio de uma visita técnica, os novos juízes conheceram as rotinas cartorárias do 1º Ofício Extrajudicial de Paço do Lumiar. A juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Sara Gama, presidiu o encontro que teve a participação do tabelião registrador, Felipe Truccolo, titular da serventia.

Os juízes substitutos Alexandre Nascimento de Andrade, Martha Dayanne Almeida de Moraes, Alistelman Dias Filho, Fábio Gondinho de Oliveira e Alexandre Sabino Meira conheceram o funcionamento, as especialidades e a prática de inspeção no cartório. Segundo a juíza Sara Gama, a serventia extrajudicial de Paço do Lumiar foi escolhida porque reúne as atribuições de notas, protesto de títulos e registro de imóveis, representando uma realidade aproximada aos cartórios do interior do Estado, que em sua maioria



acumulam atribuições.

“Na visita abordamos diversos assuntos, conhecemos os setores do cartório, falamos de prazos, notas devolutivas, protocolo, sistemas, suscitação de dúvida, tabela de emolumentos, matrículas e transferências de imóveis, dentre outros assuntos, tornando muito produtivo o encontro com os novos colegas da magistratura”, informou Sara Gama.

De acordo com o tabelião, essa é a segunda

visita de juízes em fase de vitaliciamento na carreira que a serventia recebe, e que nas conversas sempre procurar traçar um panorama geral do funcionamento de um cartório, sem deixar de abordar questões específicas e práticas que ocorrem diariamente. Para o juiz Alexandre de Andrade, a visita foi uma experiência com informações enriquecedoras, que certamente contribuirão para as inspeções nas serventias do interior do Estado.

CENTRAL ÚNICA DOS CARTÓRIOS DO MARANHÃO

CORREGEDORIA LANÇA A CENTRAL ÚNICA DOS CARTÓRIOS DO MARANHÃO

A Corregedoria Geral da Justiça lançou, no dia 17 de junho/2016, a Central Única dos Cartórios do Maranhão durante o II Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão, realizado no Centro Administrativo do TJMA.

A Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados, mantida pela Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA), foi criada para centralizar as informações das serventias extrajudiciais do Maranhão, conforme determina o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos Provimentos nº 46, 47 e 48, e Provimento nº 13/2016 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA). A central disponibilizará os serviços de pesquisa eletrônica, certidões online, protocolo eletrônico e indisponibilidade de bens.

Para o juiz Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico), que representou a corregedora Anildes Cruz no evento, a central dos cartórios é fruto de um esforço conjunto da Corregedoria com os cartórios do Maranhão, visando dispor às serventias os meios tecnológicos que possibilitem a melhoria da prestação de serviços aos cidadãos usuários e a busca de informações, agilizando a solicitação de certidões e outros documentos gerados eletronicamente.

“Em janeiro a corregedora e sua equipe aceitaram o desafio de lançar a central dos cartórios com o objetivo de modernizar os serviços cartoriais do Maranhão, e hoje, graças ao modelo compartilhado de gestão adotado pela Corregedoria em parceria com notários e registradores, é possível concretizar esse avanço com a chegada da central”, pontuou Gladiston Cutrim. Na ocasião, a corregedora Anildes Cruz e o juiz Gladiston Cutrim foram homenageados com a concessão de uma placa em reconhecimento ao esforço e trabalho compartilhado junto à classe Notarial e Registral para a implantação



da Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados do Maranhão.

CENTRAL ÚNICA - Para a efetiva prestação dos serviços e segurança dos dados transmitidos, a Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA) contratou a empresa especializada Light Tecnologia da Informação e criou a marca Cartórios Maranhão, responsável pela operacionalização do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis no Estado do Maranhão, previsto pela Lei nº 11.977/2009, que impõe a integração das Serventias de Registro de Imóveis ao universo tecnológico de registro eletrônico. Assim, os usuários poderão apresentar títulos e documentos para registro mediante utilização da Cartórios Maranhão, com a comodidade das ferramentas digitais disponíveis, sem ter

que se deslocar fisicamente ao cartório.

AValiação - Notários de todo o Maranhão prestigiaram o evento de lançamento da Central Única de Cartórios. Ana Lúcia, do Ofício Único da cidade de Jatobá, ressaltou que a Corregedoria e os registradores do Estado dão um grande passo para a modernização dos serviços dos cartórios, principalmente, no quesito regularização fundiária.

Para o substituto do 1º Ofício de São José de Ribamar, Clemilson Moura, a implantação da Central dos Cartórios eliminará excessos burocráticos e agilizará procedimentos. Já para Henrique Vieira, escrevente e representante do titular do 1º Ofício de Paço do Lumiar, a Central de Cartórios dará maior agilidade no atendimento e a população será a maior beneficiada.

ATOS ADMINISTRATIVOS

2016

RECOMENDAÇÃO N.º 01/2016

Dispõe sobre a prestação dos serviços extrajudiciais e práticas preventivas na atuação notarial.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 01/2016

Com o intuito de facilitar e agilizar o cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias, mediante utilização do Sistema Hermes (Malote Digital).

PROVIMENTO N.º 001/2016

Dispõe sobre o recebimento e processamento de informações sobre irregularidades praticadas por magistrados de 1º grau, serventuários da justiça e prestadores de serviço notarial e de registro, no âmbito do Estado do Maranhão;

PROVIMENTO N.º 002/2016

Fixa metas de produtividade e estabelece os grupos das unidades jurisdicionais similares e as com competência exclusiva ou com características especiais conforme Provimento - CGJ 35/2015

PROVIMENTO N.º 003/2016

Altera a redação do Provimento CGJ – 252014, e dá outras providências. Publicado no DJE do dia 04/02/2016.

PROVIMENTO N.º 004/2016

Cancelado.

PROVIMENTO N.º 005/2016

Regulamenta o disposto no § 2º, do art. 144-a, da lei complementar nº 14/91 (código de divisão e organização judiciárias do maranhão), estabelecendo critérios à designação de interinos para as serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão e outras providências. publicado no dje do dia 05/02/2016.

PROVIMENTO N.º 006/2016

Institui o Núcleo Avançado Extrajudicial – NAE, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do

Maranhão.

PROVIMENTO N.º 007/2016

Dispõe sobre utilização do Código de Endereçamento Postal (CEP) como critério definidor de área de abrangência de Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luis da Comarca da Ilha de São Luis/MA e dá outras providências.

PROVIMENTO N.º 008/2016

Institui o projeto construindo a justiça no âmbito da justiça de primeiro grau no Estado do Maranhão.

PROVIMENTO N.º 009/2016

Institui a Divisão de Proteção Integral – DPI - no âmbito da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarcada Ilha de São Luís e dá outras providências.

PROVIMENTO N.º 010/2016

Dispõe sobre o acolhimento institucional na Comarca da Ilha de São Luís de crianças e adolescentes em situação de risco oriundas das Comarcas de Entrâncias Inicial e Intermediária.

PROVIMENTO N.º 011/2016

Regulamenta a realização da audiência de custódia prevista na Resolução N.º 2013 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

PROVIMENTO N.º 012/2016

Regulamenta a alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (LC nº 14/91) efetuada pela Lei Complementar nº 182/2016, quanto ao desmembramento da 1ª Zona de Registro de Imóveis de São Luís e à desacumulação das atribuições entre os serviços notariais e registro de imóveis entre as Serventias Extrajudiciais do 1º e 2º Ofícios listados dos Municípios citados no art. 191 da LC nº 14/91.

PROVIMENTO N.º 013/2016

Institui a “Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados das

Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão - CENTRAL ÚNICA DOS CARTÓRIOS - com as providências necessárias ao respectivo cumprimento”.

PROVIMENTO N.º 014/2016

Cancelado

PROVIMENTO N.º 015/2016

Cancelado

PROVIMENTO N.º 016/2016

Cancelado

PROVIMENTO N.º 017/2016

Dispõe sobre o banco de dados para cadastro de candidato a interinidade de Serventia Extrajudicial.

PROVIMENTO N.º 018/2016

Dispõe sobre a intimação e publicação de editais em meio digital, pelos Tabelionatos de Protesto de Títulos do Estado do Maranhão, quando a pessoa indicada para aceite ou pagamento for desconhecida, sua localização for incerta ou ignorada ou, ainda, houver recusa no recebimento.

PROVIMENTO N.º 019/2016

Dispõe sobre a apresentação de Certidão de Dívida Ativa – CDA e de decisões do Tribunal de Contas da União e do Estado, visando o protesto extrajudicial e dá outras providências.

PROVIMENTO 20/2016

Cancelado.

PROVIMENTO 21/2016

Cancelado.

PROVIMENTO N.º 22/2016

Institui o Projeto Medida Protetiva de Urgência Eletrônica – MPUE, regulamentando a sua tramitação entre o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Maranhão, Autoridades Policiais e as Unidades Especializadas em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

PROVIMENTO 23/2016

Cancelado.

PROVIMENTO Nº 24/2016

Institui e regulamenta, no âmbito da Justiça de 1º grau, o uso do Alvará de Soltura Eletrônico por meio do Sistema Malote Digital e dá outras providências.

PROVIMENTO 25/2016

Cancelado.

PROVIMENTO 26/2016

Cancelado.

PROVIMENTO Nº 27/2016

Regulamenta o procedimento de transição nas serventias extrajudiciais, com a transmissão do acervo e dá outras providências.

PROVIMENTO N.º 28/2016

Disciplina, no âmbito do Termo Judiciário de São Luís, a realização da audiência de apresentação de adolescente apreendido em flagrante por ato infracional.

PROVIMENTO Nº 29/2016

Dispõe sobre a Regularização Fundiária por Interesse Específico, para os imóveis do perímetro urbano de Tutóia – Ma, e dando outras providências.

PROVIMENTO Nº 30/2016

Dispõe sobre a remessa de cópias de peças processuais ao Procurador-geral da Justiça do estado do maranhão, para fins de representação para perda de posto e patente ou de graduação.

PROVIMENTO Nº 31/2016

Destinação final das armas custodiadas em unidades jurisdicionais do Poder Judiciário do Maranhão e em Quartéis da Polícia Militar do Estado.

PROVIMENTO Nº 32/2016

Regulamenta a distribuição processual na Central de Inquéritos do Termo Judiciário de São Luís-Comarca da Ilha.

PROVIMENTO Nº 33/2016

Altera o artigo 1º do Provimento nº 12/2009-CGJ/MA, que proíbe o atendimento de partes e advogados

por via telefônica.

2017

PROVIMENTO Nº 01/2017

Institui as Correções e Inspeções Ordinárias e Extraordinárias digitais no âmbito das unidades judiciárias e serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão.

PROVIMENTO Nº 02/2017

Altera a tabela de substituição dos juízes de direito durante as férias, afastamentos, licenças, vacância, bem como de impedimento e suspeição, constante do Anexo I do PROV – 82013.

PROVIMENTO Nº 03/2017

Fixa metas de produtividade e estabelece os grupos das unidades jurisdicionais similares e as com competência exclusiva ou com características especiais conforme Provimento - CGJ 35/2015.

PROVIMENTO Nº 04/2017

Dispõe sobre a aplicação das disposições da resolução-gp 18/2014 no âmbito da justiça de 1º grau do poder judiciário do estado do maranhão e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 05/2017

Dispõe sobre a definição provisória da Vila Progresso em área de abrangência dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

PROVIMENTO Nº 06/2017

Dispõe sobre a prioridade na tramitação de inquéritos em que figurem indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas, nos termos da Lei no 9.807/1999, atualizada pela Lei no 12.483/2011 e dá e outras providências

PROVIMENTO Nº 07/2017

Altera os provimentos 002/2015 e 13/2016, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 08/2017

Institui a Central de Mandados da

Comarca da Ilha de São Luís e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 09/2017

Dispõe sobre a edição de Relatório anual das atividades desempenhadas pelas serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão.

PROVIMENTO Nº 10/2017

Revogado.

PROVIMENTO Nº 11/2017

Altera a redação do PROV – 122013, que dispõe sobre o pedido de compensação previsto na RESOL-GP – 462013, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 12/2017

Dispõe sobre a definição provisória da Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães na área de abrangência do 8º Juizado Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís/MA.

PROVIMENTO Nº 13/2017

Cancelado.

PROVIMENTO Nº 14/2017

Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara da Comarca de Buriticupu/MA, redistribuição dos feitos e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 15/2017

Dispõe sobre a apresentação de duplicatas mercantis e de prestação de serviços por indicação visando o protesto extrajudicial e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 16/2017

Autoriza o registro de protesto de títulos durante a greve dos bancários e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 17/2017

Altera a redação do parágrafo 1º e revoga o parágrafo 2º, ambos do art. 1º do Provimento nº 13/2016 – CGJ, que instituiu a Central Única de Serviços Eletrônicos das Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão – “Central Única Dos Cartórios”.

PROVIMENTO Nº 18/2017

Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia/MA, redistribuição dos feitos e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 19/2017

Dispõe sobre a prestação de informações de aquisições de áreas rurais por estrangeiros e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 20/2017

Altera a redação do caput do art. 1º do Provimento nº 6/2016 CGJMA, que instituiu o Núcleo Avançado Extrajudicial – NAE, no âmbito do poder judiciário do estado do MA.

PROVIMENTO Nº 21/2017

Dispõe sobre a redistribuição dos processos da antiga 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, atual Central de Inquéritos e Custódia, para as demais Varas Criminais da Comarca e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 22/2017

Dispõe sobre a instalação da 4ª Vara da Comarca de Balsas/MA, redistribuição dos feitos e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 23/2017

Cancelado.

PROVIMENTO Nº 24/2017

Dispõe sobre as atribuições e procedimentos da Secretaria Judicial Única Digital das Varas da Fazenda Pública – 1ª a 5ª Varas da Fazenda Pública e do Juizado Especial da Fazenda Pública do Termo Judiciário da Comarca da Ilha de São Luís.

PROVIMENTO Nº 25/2017

Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, redistribuição dos feitos e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 26/2017

Dispõe sobre a instalação da 4ª Vara da Comarca de Santa Inês/MA, redistribuição dos feitos e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 27/2017

Altera os arts. 1º, 2º e 4º, todos do Provimento nº 6/2016 – CGJ, alterado pelo Provimento nº 20/2017 – CGJ, que instituiu o Núcleo de Aprimoramento Extrajudicial – NAE.

PROVIMENTO Nº 28/2017

Dispõe sobre inventário de bens adquiridos pelas serventias vagas sob interinidade e lançados na prestação de contas mensais.

PROVIMENTO Nº 29/2017

Dispõe sobre a distribuição de processos, após a instalação de novas varas da Fazenda Pública na Comarca da ilha de São Luís, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 30/2017

Altera o artigo 3º do Provimento no 13/2013 – CGJ, que dispõe sobre o procedimento administrativo para solicitação e prestação de contas referentes à alimentação para as sessões do Tribunal do Júri.

PROVIMENTO Nº 31/2017

Regulamenta o procedimento de redistribuição do acervo processual de Comarcas agregadas.

PROVIMENTO Nº 31/2017

Dispõe sobre a instalação da 3ª Vara do Termo Judiciário de Paço do Lumiar da Comarca da Ilha de São Luís/MA, redistribuição dos feitos e dá outras providências.

COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



CORREIÇÕES

CGJ DÁ INÍCIO ÀS CORREIÇÕES GERAIS
NAS COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) determinou correições gerais ordinárias e extraordinárias nas comarcas do interior do Estado, com a finalidade de fiscalizar o andamento dos serviços da Justiça de 1º grau. Os trabalhos começaram pelas comarcas de Magalhães de Almeida, São Bernardo, Urbano Santos e Santa Quitéria.

Durante a correição, o atendimento às partes e advogados pela secretaria judicial, assim como os prazos processuais, não são suspensos, de modo a não comprometer o serviço forense.

O calendário de correições 2016 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico (Edição nº 66/2016), de 13 de abril. A Portaria de nº 1286/2016, assinada pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, traz a lista com as datas e as unidades em que haverá correição e designa as juízas auxiliares da CGJ-MA, Rosângela Prazeres e Rosária Duarte, para presidir as correições.



I JUIZADOS

CORREGEDORIA CORREICIONA
JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO

As correições gerais ordinárias e extraordinárias nos juizados especiais do Estado aconteceram durante todo o ano de 2016.

O 1º Juizado Cível; Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Inês; de Paço do Lumiar; Juizado Especial do Trânsito de São Luís, entre outros, já foram correicionados.

Segundo a juíza Márcia Chaves, as correições fazem análise diária, em média, de 80 processos, dentre físicos criminais e cíveis, e eletrônicos (Projudi e PJe)”.
Além dos processos, a equipe da CG-

J-MA realiza inspeção em todas as dependências dos prédios que abrigam os juizados, visando identificar as suas reais condições, além dos equipamentos que guarnecem a unidade. Após o encerramento das correições serão elaborados relatórios individualizados e circunstanciados por Juizado, dos trabalhos e fatos constatados durante sua realização.

A lista completa das unidades jurisdicionais, com data e tipo da correição – ordinária ou extraordinária – consta no anexo da Portaria nº 1361/2016, assinada pela corregedora geral da Justiça.



I FISCALIZAÇÃO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA REALIZA CORREIÇÃO NA REGIÃO TOCANTINA



A Corregedoria cumpriu programação de correições ordinárias nas comarcas do interior do Estado, localizadas na Região Tocantina. Os trabalhos foram realizados nas comarcas de Amarante do Maranhão e Imperatriz.

Durante a atividade correicional dos serviços judiciais, a juíza auxiliar Rosângela Prazeres e o juiz gestor de Metas e Planejamento Estratégico, Gladiston

Cutrim, colheram informações junto aos advogados e partes sobre a atuação do juiz na unidade e orientaram os serviços forenses.

“Recebemos boas referências quanto ao trabalho desenvolvido na comarca”, informou a juíza Rosângela Prazeres.

O prédio que abriga o fórum está equipado com quantidade suficiente de aparelhos de informática, de modo

a atender a necessidade dos servidores e dos jurisdicionados, mas possui problemas estruturais, como rachaduras e infiltrações, o que influencia na segurança de todos, inclusive da população atendida na unidade. A equipe verificou também carência de servidores naquela vara única, que possui um déficit de três cargos vagos a serem providos por concurso público.



I FISCALIZAÇÃO I

CORREIÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL E TURMA RECURSAL DE CAXIAS

Centenas de processos no Juizado cível e criminal e da Turma Recursal de Caxias passaram por uma correição determinada pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Tramitam no juizado caxiense 1.602 processos, dos quais cem foram revisados durante a correição extraordinária. Na Turma Recursal, o acervo em tramitação é de 554 processos, sendo parte deles

submetidos à correição ordinária.

A corregedora Anildes Cruz, acompanhou pessoalmente os trabalhos da equipe responsável pela correição, presidida pela juíza coordenadora dos juizados especiais do Estado, Márcia Chaves, e auxiliada por servidores da Corregedoria deslocados para atuar nas atividades na comarca.

“No juizado, todos os processos avaliados na correição ordinária realizada

pela Corregedoria em 2015 estão sendo reanalisados pela equipe correicional, dentre outros.

Na turma recursal, vamos correicionar todos os processos. O que nos interessa, na verdade, é avaliar o trabalho da secretaria, verificar o número de recursos julgados por sessão e se os julgadores julgam por tema único ou variados”, informou a coordenadora.

I EM SESSÃO PLENÁRIA

CORREGEDORA APRESENTA RELATÓRIO
DE ATIVIDADES CORREICIONAIS

Em Sessão Plenária do TJMA em 21 de setembro, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, entregou ao presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, relatório de atividades correicionais presenciais dos serviços judiciais no Estado do Maranhão.

Na apresentação do relatório a corregedora Anildes Cruz ressaltou que a atividade correicional sobre os serviços judiciais é uma das principais funções da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). “É de fundamental importância que este Plenário fique ciente do andamento dos trabalhos anuais desta natureza, iniciados no último dia 17 de março”, ressaltou.

A desembargadora corregedora discorreu sobre os trabalhos correicionais realizados em 47 unidades da Justiça comum pela equipe de juízes auxiliares da CGJ, José Américo Abreu Costa, Rosária de Fátima Almeida Duarte e Rosângela Santos Prazeres Macieira, além de servidores designados. Foram correicionadas, em São Luís, a central de inquérito, vara de interesses difusos e coletivos, 1ª, 2ª, 3ª, 5, 7ª, e 9ª varas cíveis; 1ª, 3ª e 4ª varas do Tribunal do Juri, 2ª, 6ª e 7ª varas da Família, 1ª vara da Fazenda Pública, vara especial de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, auditoria militar, e 1ª e 2ª varas criminais de São José de Ribamar.

No interior do Estado as atividades correicionais foram executadas nas comarcas de Santa Quitéria, Urbano Santos, São Bernardo, Magalhães de Almeida, Bacuri, Cururupu, Cedral, Bequimão, Olho D’água das Cunhas, Pio XII, Monção, Pindaré-Mirim, Joselândia, Esperantinópolis, Santo Antônio dos Lopes, Dom Pedro, Amarante do Maranhão, Santa Luzia (1ª e 2ª varas), Zé Doca (1ª e 2ª varas), Imperatriz (vara especial de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, 2ª e 3ª varas cíveis) e Caxias (1ª, 3ª, 4ª e 5ª varas).

Já nos Juizados Especiais, sob a coordenação da juíza Marcia Coêlho Chaves, foram correicionadas 12 unidades judiciais.



Os trabalhos foram iniciados pelo termo de São Luís com o 1º, 11º e 13º juizados especiais cíveis e das relações de consumo, 1º juizado criminal, 1º juizado especial da Fazenda Pública e turma recursal cível e criminal. Os juizados especiais de Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Imperatriz, Açailândia, Santa Inês e Caxias também passaram por correição. A turma recursal cível e criminal com sede na comarca de Caxias também foi correicionada no último mês de agosto. “Friso que todos os relatórios estão sendo criteriosamente analisados e, conseqüentemente, aprovados, conforme delegação do Plenário do Tribunal de Justiça por meio da Resolução n.º 9/2016, que atribui competência exclusiva da Corregedoria, e destaco, que depois de aprovados, cópias destes relatórios serão encaminhados aos juízes das unidades judiciais correicionadas, bem como à Corregedoria Nacional de Justiça, em cumprimento à Resolução n.º 24/2009 do Conselho Nacional de Justiça”, pontuou a desembargadora Anildes Cruz.

A corregedora informou ainda que

restavam 35 unidades judiciais a serem correicionadas em 2016, sendo 24 no interior e 11 na capital, destas, nove realizadas na modalidade virtual.

CORREIÇÃO VIRTUAL - As correições virtuais são realizadas à distância, nas dependências da Corregedoria Geral da Justiça, de onde a equipe do núcleo avançado de correições virtuais acessa os dados da vara e dos processos a serem analisados, por meio de computadores ligados ao Sistema de Gerenciamento de Processos do 1º Grau (Themis PG).

A medida faz parte do Plano de Gestão da CGJ para o biênio 2016-2017, anunciado pela corregedora Anildes Cruz na sessão plenária do Tribunal de Justiça no dia 17 de fevereiro deste ano. “Com o uso de ferramentas virtuais, estamos inaugurando um novo tempo no trabalho correicional na Justiça de primeiro grau, modernizando as nossas atividades com mais eficiência na gestão dos recursos humanos e tecnológicos”, destacou a desembargadora.

2016

CGJ CONCLUI CALENDÁRIO ANUAL DE CORREIÇÕES EM COMARCAS

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) concluiu no dia 1º de dezembro, o calendário de correções gerais ordinárias e extraordinárias nas unidades jurisdicionais do interior do Estado do ano de 2016, iniciado no dia 02 de maio. Na última semana de correções, uma equipe da CGJ-MA, presidida pela juíza Rosângela Prazeres, com o auxílio de cinco servidores, correcionou as comarcas de São Pedro da Água Branca (dia 28), Itinga (29) e Açailândia (30 e 1º/12).

Os trabalhos foram iniciados na comarca de São Pedro da Água Branca, onde foi verificado que o quadro de servidores é reduzido e o prédio do fórum não possui a estrutura necessária para atender às necessidades dos servidores e jurisdicionados. Em Itinga, o número de servidores é razoável e a estrutura, em geral atende às necessidades da demanda. A equipe da Corregedoria verificou as condições de funcionamento do fórum e da secretaria judicial da 1ª Vara Criminal e da 2ª Vara



Cível de Açailândia.

Durante a visita às comarcas a magistrada e os servidores verificaram, dentre outros serviços, a regularidade na tramitação dos feitos, o tempo de duração dos processos; a qualidade do atendimento ao público pela secretaria judicial e as condições prediais e patrimoniais do fórum. “Estamos analisando, em média, 70 processos por unidade judicial”, pontuou

a juíza Rosângela Prazeres.

Os servidores: Sabrina Smith, Lilia Gonçalves, Eurico Rocha, Eryka Martins e Thayana Cruz foram encarregados de auxiliar a magistrada durante os trabalhos correicionais. Após o encerramento são elaborados relatórios individualizados e circunstanciados, por unidade correicionada, dos fatos que forem constatados durante a correição.



CORREIÇÃO

CGJ ANALISA ANDAMENTO DE PROCESSOS NA COMARCA DE BACABAL

Uma equipe da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) realizou correição no Juizado Cível e Criminal e na Turma Recursal da comarca. Foram analisados, em média, 100 processos em cada unidade.

O trabalho de correição foi realizado junto ao sistema de acompanhamento processual eletrônico, por meio da análise do andamento dos processos cadastrados, verificação das pendências encontradas na tramitação e a regularidade na duração dos prazos processuais.



EQUIPE DE CORREIÇÃO

Juízes: José Américo Abreu Costa; Marcia Cristina Coêlho Chaves; Rosária de Fátima Almeida Duarte; Rosângela Santos Prazeres Macieira.

Servidores: Joseane Santos; Patrícia Farias, Ivanara Vieira; Gabriel Fortes; Bruna Menezes; Larissa Araújo; Lília Gonçalves; Eurico Rocha; Josemar Filho; Tatiana Pereira; João Castelo Branco; Erika Martins; Thayana Cruz.



7ª, 8ª e 9ª Varas Criminais de São Luís



3º Juizado Especial Cível da Capital



4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís



8ª Vara Cível da Capital



Turma Recursal de Presidente Dutra



Comarcas de Coroatá e São Mateus



Comarcas no interior do estado



2º Juizado Especial Cível da Capital



8º Juizado Cível da Capital



15ª Vara Cível da Capital



Turma Recursal de Chapadinha



4º Juizado Especial Cível da Capital



Tasso Fragoso, Alto Parnaíba e Porto Franco



10º Juizado Cível de São Luís



Juizado e Turma Recursal de Pinheiro



7ª Vara Criminal da Capital



Comarcas de Arame e Grajaú



Poção de Pedras, Paulo Ramos e São Luís Gonzaga



Governador Nunes Freire, Santa Helena e Turiçu



Juizado de Balsas



9ª Vara Criminal de São Luís



Juizado de Timon

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

CGJ E CARTÓRIOS: MELHORIAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

Titulares das Serventias Extrajudiciais de São Luís, responsáveis pelo Registro Civil das Pessoas, reuniram-se com o diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim, e a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Sara Gama. Na pauta do encontro a divulgação da tabela de plantão dos cartórios e a coleta de informações que visam a melhoria dos serviços prestados à população. Foram discutidos pontos e ideias para melhorar serviços de registro civil de óbito e registro de casamento. Entre as propostas apresentadas, está a elaboração de cartazes informativos para a população.



I GESTÃO COMPARTILHADA

CORREGEDORA PRESENTE NO CICLO DE DEBATES DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, integrou a mesa de abertura do I Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão, realizado nos dias 15 e 16 de abril/2016, no Fórum “Des. Sarney Costa”, em São Luís.

Ao discursar, a desembargadora Anildes Cruz destacou a iniciativa dos notários e registradores pelo debate sobre o aprimoramento e modernização dos serviços notariais e registrais do Maranhão. “Essa atitude demonstra a disposição em prestar um serviço célere e de qualidade nas diversas unidades extrajudiciais do estado”, ressaltou a corregedora. Para Thiago Estrela, presidente da Associação dos Titulares dos



Cartórios do Maranhão (ATC), a presença da corregedora no evento da categoria demonstra a intenção do Poder Judiciário trabalhar de forma compartilhada com os cartórios. “As ações da Corregedoria refletem diretamente no trabalho das serventias”, completou Thiago.

O desembargador Ricardo Dip (TJSP) proferiu a palestra inicial da noite. Com o tema “Usucapião Extrajudicial e o Registro Civil, Dip resgatou a historicidade dos tabeliães e notários ao longo dos séculos até o cenário atual. Pontuou avanços e desafios da modernidade.

I INOVAÇÃO I

CARTÓRIOS JÁ PODEM FAZER INTIMAÇÃO DIGITAL DE DEVEDOR DESCONHECIDO

Cartórios de protesto de títulos do Maranhão podem fazer a intimação via edital digital quando a pessoa indicada para quitar a dívida for desconhecida ou sua localização for incerta ou ignorada, ou, ainda, se houver recusa do pagamento.

A medida se aplica aos casos previstos na Lei nº 9.492/97 que regulamenta os serviços referentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida: se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada, for residente ou domiciliada fora da competência territorial do tabelionato, ou, ainda, ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante.

A intimação por meio eletrônico deve seguir um modelo predefinido pela Corregedoria Geral da Justiça no **Provimento nº 18/2016**, assinado pela desembargadora Anildes Chaves Cruz, corregedora geral da Justiça.

Ao assinar o documento, a corregedora considerou que “os tabelionatos de protesto de vários estados já adotam a publicação de seus editais em sítios eletrônicos, mantidos e custeados pelos tabeliães, com acesso gratuito às pessoas,

em qualquer parte do mundo”. Essa lei estabelece a possibilidade de intimação do devedor de título de crédito via edital, a adoção de sistemas informatizados em microfilmagem, gravação eletrônica de imagem e outros meios de reprodução de documentos relacionados ao protesto de créditos e dispensa a conservação física desses documentos após a digitalização.

PORTAL DO PROTESTO – O edital eletrônico deverá ser publicado pelo tabelião no “Portal de Protesto” (www.protestoma.com.br) ou em endereço eletrônico da internet, na própria serventia e na imprensa local. A versão eletrônica do documento será publicada diariamente, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais e estaduais.



I NAE

CORREGEDORIA CRIA NÚCLEO PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS CARTORÁRIOS

Levando em consideração a necessidade de prestação eficiente dos serviços notariais e de registro, e o modelo de gestão compartilhada adotado pela Corregedoria, o que implica a efetiva participação de todos os envolvidos no planejamento das ações fiscalizadas pelo Poder Público, a corregedora Anildes Cruz, instituiu através do Provimento

n.º 06/2016, o Núcleo Avançado Extrajudicial - NAE, presidido por um juiz auxiliar da CGJ, e composto pelo diretor do FERJ, coordenador das Serventias, dois servidores da Corregedoria, um notário e um registrador. Entre as competências do NAE estão a discussão de ideias relacionadas aos serviços extrajudiciais, com a elaboração de propostas e estratégias de

ações que visem a melhoria dos serviços cartorários no Maranhão. Uma das propostas iniciais busca inserir na Carteira de Identidade do cidadão, o nome do Cartório que emitiu o documento, para evitar a emissão de 2ª via em caso de perda/roubo. Outras 20 propostas de melhoria do serviço extrajudicial, devem ser implantadas até o final da gestão.

RECONHECIMENTO

CGJ RECONHECE EXCELÊNCIA DE SERVIÇOS PRATICADOS POR CARTÓRIOS DE SÃO LUÍS



Em solenidade realizada dia 19 de dezembro/2016, a corregedora geral da Justiça reconheceu os serviços prestados por cinco cartórios extrajudiciais de São Luís que se destacaram pelas boas práticas de gestão administrativa e alcançaram grau de excelência, no ano de 2016.

A corregedora geral, desembargadora Anildes Cruz, entregou uma Portaria de Elogio, acompanhada de um Certificado, para os cartórios: Juliana Pereira Soares (5º Tabelionato de Notas), representada pela substituta Rafaela de Sousa Félix; Pedro Henrique de Cavalcante Lima (6º Tabelionato de Notas), Thyago Ribeiro Soares (2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas); Paulo de Tarso Guedes Carvalho (2º Tabelionato de Protesto de Letras e Outros Títulos de Créditos) e Gustavo Dal Molin de Oliveira (7º Tabelionato de Notas).

Os cartórios homenageados cumpriram as exigências da legislação, conforme suas especialidades, para o bom funcionamento dos serviços extrajudiciais, que foram fiscalizados durante as inspeções extraordinárias realizadas pela Corregedoria durante o mês de agosto de 2016.

Durante a solenidade, a corregedora Anildes Cruz parabenizou os cartórios e enalteceu a importância do trabalho do serviço extrajudicial para a população. “Esse reconhecimento é um incentivo para os cartórios que cumpriram

com rigor a legislação. Que essas boas práticas sirvam de exemplo para que os demais cartórios alcancem suas metas. O jurisdicionado só tem a ganhar com isso”, disse.

BOAS PRÁTICAS - Dois cartórios se destacaram por investimentos nos recursos humanos. O 5º Tabelionato de Notas adotou um Plano de Cargos e Carreira para contratação e gestão de pessoas, com prévio processo seletivo e cursos de formação para aperfeiçoamento do corpo funcional na área notarial e registral. Já 6º Tabelionato de Notas implantou dois programas de atenção à saúde ocupacional dos colaboradores, e cumprimento as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), visando minimizar a exposição dos funcionários aos riscos posturais no desempenho da função.

No 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas foram feitas duas intervenções: a primeira efetivou o acompanhamento em tempo real do ordenamento das notificações, via e-mail. E a segunda, por meio de convênio com a Receita Federal em curso, a emissão imediata do CNPJ, tão logo seja registrada uma empresa no cartório.

No cartório 2º Tabelionato de Protesto de Letras e Outros Títulos de Créditos, foram feitos investimentos na informa-

tização dos serviços, com resultados na agilização das intimações. Em paralelo, estão sendo regulamentadas, junto à Corregedoria, algumas práticas que ainda não estão expressamente definidas no Código de Normas. No 7º Tabelionato de Notas, a Corregedoria constatou eficiência na estruturação e organização dos serviços, notabilizados pelo zelo e responsabilidade, tanto do delegatário, quanto dos servidores.

Os cartórios homenageados cumpriram as exigências da legislação, conforme suas especialidades, para o bom funcionamento dos serviços extrajudiciais, que foram fiscalizados durante as inspeções extraordinárias realizadas pela Corregedoria durante o mês de agosto de 2016.

I SERVIÇO

CGJ INAUGURA AUTOATENDIMENTO DIGITAL NO VIVA CIDADÃO

Durante cerimônia realizada no Viva Cidadão localizado no Shopping da Ilha, a corregedora Anildes Cruz, inaugurou uma máquina de autoatendimento digital (totem) para consulta gratuita de protestos, em parceria com o PROCON, e a Cartórios de Protesto do Maranhão. O ponto de autoatendimento vai possibilitar à população uma consulta rápida, segura e gratuita sobre títulos protestados em todo o território nacional. Anildes Cruz ressaltou que a disponibilização desse serviço é um avanço que vai garantir à sociedade a rapidez e segurança necessárias nas consultas sobre o protesto de títulos em âmbito

nacional. “Ressalto que a concretização dessa ação somente foi possível devido ao Núcleo de Aprimoramento Extrajudicial – NAE, criado por meio do Provimento n.º 6/2016 e presidido pela juíza auxiliar Sara Gama”, pontuou a desembargadora.

Em janeiro de 2017, na CGJ os membros do NAE sugeriram a notificação dos cartórios que ainda não estavam cadastrados na Central de Protestos, para inscreverem suas serventias, e posteriormente, inserir os dados com os protestos ativos dos últimos cinco anos, no Banco Nacional de Protestos.

Segundo a juíza Sara Gama, auxiliar da CGJ e presidente do NAE, a contribui-

ção dos cartórios foi de fundamental importância para a concretização desse serviço disponibilizado ao público. “Hoje cumprimos mais uma etapa do trabalho determinado pela desembargadora Anildes Cruz, no sentido de buscar um serviço cartorário eficiente e adequado, mais próximo da população, em lugar de fácil acesso e com segurança”, explicou.

O presidente do PROCON, Duarte Júnior, parabenizou a Corregedoria Geral da Justiça e a Cartórios de Protestos do Maranhão pela parceria que amplia, dentro do Viva, a quantidade de serviços disponíveis em um só lugar para os maranhenses.



I NASCIMENTO & CASAMENTO

CERTIFICADO DIGITAL VAI POSSIBILITAR A INSERÇÃO DO CPF EM CERTIDÕES

Os cartórios da 3ª e 4ª zonas de Registro Civil das Pessoas Naturais, Idália Nascimento e Enoch Vasconcelos, respectivamente, receberam, da Corregedoria Geral da Justiça, os certificados digitais que permitem o acesso aos sistemas da Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CRC, e que possibilitarão a inserção do número do Cadastro de Pessoa Física, o CPF, nas certidões de nascimento e casamento. Os arquivos digitais foram entregues pelo presidente da Associação de Titulares de Cartórios do Maranhão – ATC, Thiago Estrela, na presença da juíza auxiliar da CGJ, Sara Gama.

A ATC ministrará treinamento aos cartórios da Capital para dar início à implantação do serviço que será realizado por meio da Central Única de Serviços



Eletrônicos Compartilhados (Cartórios Maranhão). “A partir de agora os cartórios que já possuem Certificado Digital mas não têm cadastro na CRC, deverão efetuar seus registros na plataforma, e em seguida, aderir ao convênio que será assinado no dia do treinamento”, esclareceu a juíza Sara Gama.

A Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC é operada por meio de sistema interligado, disponibilizado na rede mundial de computadores, com o objetivo interligar os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais de todo o país, permitindo o intercâmbio de documentos eletrônicos e o tráfego de informações e dados, aprimorar tecnologias para viabilizar os serviços de registro civil das pessoas naturais em meio eletrônico, dentre outros serviços.

INOVAÇÃO

CGJ LANÇA CARTILHA QUE ESCLARECE DÚVIDAS SOBRE REGISTRO IMOBILIÁRIO



A Corregedoria Geral da Justiça lançou, no dia 11 de julho de 2017, no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, a “Cartilha do Mercado Imobiliário”, em parceria institucional com a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (SINDUSCON) e com a colaboração da Associação dos Notários e Registradores do Maranhão (ANOREG). A corregedora da Justiça e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargadores Anildes Cruz e Cleones Cunha prestigiaram o evento.

A publicação, que nasceu de uma sugestão do Núcleo de Aprimoramento Extrajudicial (NAE) criado pela atual gestão da CGJ, esclarece sobre os direitos e deveres, procedimentos, prazos, documentos necessários para a prática de atos notariais e registrais de transações imobiliárias e responde às dúvidas frequentes relacionadas ao registro imobiliário e de condomínio no Estado do Maranhão.

A cartilha tem informações úteis para pessoas físicas e jurídicas sobre o

montante a ser pago, os prazos a serem cumpridos e os documentos necessários para a regularização dessas transações, resumindo as regras previstas na Constituição Federal, Leis e Provimentos e contribuirá para facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços prestados pelos cartórios.

A corregedora Anildes Cruz ressaltou a materialização de um trabalho oriundo da gestão compartilhada implementada na Corregedoria ao longo do biênio 2016/2017, ao reunir diversas instituições parceiras dos setores público e privado. “A cartilha é um avanço na relação entre o Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade em geral, que a partir de agora tem em mãos uma poderosa ferramenta de esclarecimento sobre os procedimentos adotados para o registro imobiliário”, ressaltou a desembargadora.

“O cidadão, que por vezes se vê cheio de dúvidas quanto aos procedimentos cartorários, agora tem todas as informações em um só lugar, facilitando e agilizando o registro imobiliário desejado”, finalizou Anildes Cruz.

“O cidadão, que por vezes se vê cheio de dúvidas quanto aos procedimentos cartorários, agora tem todas as informações em um só lugar, facilitando e agilizando o registro imobiliário desejado”

Anildes Cruz desembargadora

BOAS PRÁTICAS

CORREGEDORA DA BAHIA CONHECE A
EXPERIÊNCIA EXTRAJUDICIAL DO MARANHÃO

A corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Chaves Cruz, recebeu visita da Corregedora das Comarcas do Interior do Estado da Bahia, desembargadora Cynthia Maria Pina Resende. A magistrada baiana veio ao Maranhão conhecer a estrutura, funcionamento e a competência dos cartórios extrajudiciais únicos.

A juíza Sara Gama, auxiliar da Corregedoria do Maranhão, acompanhou as corregedoras nas visitas às serventias extrajudiciais dos municípios de Raposa e Paço do Lumiar, termos judiciários da Comarca da Ilha, onde foram apresentados os serviços notariais e de registro executados nessas unidades cartorárias.

Em Raposa, Gustavo Aníbal, titular da unidade, explicou que o cartório conjuga todas atribuições extrajudiciais em uma única serventia. O tabelião apresentou as rotinas de funcionamento e organização, atendimento ao público, arquivamento,

dentre outros. No cartório de Paço do Lumiar, as corregedoras Cynthia Resende e Anildes Cruz foram recebidas pelo tabelião registrador Felipe Madruga, que apresentou todos os setores do cartório: atendimento ao público; área de Notas, Registro de Imóveis, Controle de Selos, Arquivo, Setor de Protestos, e a sala de controle de dados, que inclui um sistema de computação, disco óptico ou outros meios de reprodução e segurança dos dados.

Anildes Cruz informou à colega da Bahia, que para o adequado e uniforme funcionamento dos serviços extrajudiciais no Estado do Maranhão, a Corregedoria implementou medidas para a modernização das unidades cartorárias, a exemplo da Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados “Cartórios Maranhão”, mantida pela Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC-MA) e criada para centralizar as informações

das serventias extrajudiciais, conforme determina o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A central disponibiliza os serviços de pesquisa eletrônica, certidões online, protocolo eletrônico e indisponibilidade de bens. “Avançamos em pontos importantes do Extrajudicial em virtude do trabalho compartilhado e do diálogo com notários e registradores”, ressaltou a corregedora do Maranhão. A desembargadora Cynthia Resende disse que as realidades da Bahia e do Maranhão são parecidas, por isso, veio conhecer de perto da integração e modernização das serventias executadas pela corregedora Anildes Cruz. “Vimos conhecer de perto a ideia de integração das serventias extrajudiciais que está sendo executada no Maranhão, em face da semelhança, trabalharemos para implantar em na Bahia essa experiência de unificação de cartórios nas comarcas de menor porte”, frisou a corregedora baiana.

INSPEÇÕES JUDICIAIS

CGJ INSPECIONA O 2º TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS DE SÃO LUÍS

A Corregedoria realizou inspeção no 2º Tabelionato de Protesto de Letras e outros Títulos de Créditos de São Luís (Avenida Dos Holandeses, 01. Shopping do Automóvel, Calhau). A inspeção objetivou fiscalizar os serviços prestados pelo cartório e avaliar as condições gerais de funcionamento. Os resultados das inspeções constaram em um relatório que foi encaminhado à corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, para providências.

O trabalho foi presidido pela juíza auxiliar da Corregedoria, Sara Gama, com o auxílio dos servidores Andrea Coelho, Eliana Ferreira, Artur Lima e Rafael Ribeiro.



FISCALIZAÇÃO

CORREGEDORIA INSPECIONA SERVIÇOS CARTORÁRIOS EM TIMON

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) acompanha os trabalhos de competência das serventias extrajudiciais do 1º, 2º e 3º Ofícios de Timon, com objetivo de monitorar e orientar o funcionamento das unidades. Durante a Inspeção Extraordinária, são verificados além dos serviços próprios das atividades cartorárias, as condições gerais de funcionamento desses cartórios e a qualidade dos serviços prestados ao público, conforme o Código de Organização Judiciária do Estado do Maranhão e o Código de Normas da Corregedoria.

O juiz Gladiston Cutrim, auxiliar da Corregedoria, presidiu a inspeção e coor-

denou a comissão destacada para auxiliar o magistrado na fiscalização da serventia. A comissão composta pelos servidores: Acayene Lopes; Eliana Ferreira e Andrea Coelho.

O cartório do 3º Ofício foi o primeiro a ser inspecionado pela equipe da CGJ, com a presença da juíza Susi Pontes de Almeida, titular da 2ª vara cível da comarca (Registros Públicos) e responsável pela fiscalização local da serventia. “A inspeção da Corregedoria é de salutar importância para a melhoria e transparência dos serviços cartorários, que são de relevante valor para a sociedade”, afirmou a magistrada, que acompanhou a instalação e início

da inspeção.

Segundo o juiz Gladiston Cutrim, além de manter o acompanhamento da delegação das serventias, a Corregedoria da Justiça pretende acompanhar de perto o funcionamento, orientando e coletando as boas práticas que podem ser multiplicadas para as demais unidades. “Esse é mais um desafio enfrentado pela corregedora Anildes Cruz, desde o início de sua gestão, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços cartorários no Estado”, explicou.

O resultado da inspeção consta em um relatório detalhado, elaborado pela equipe de CGJ, encaminhado à corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz.

IN LOCO

CORREGEDORA VISITA CARTÓRIOS EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR



A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, verificou ‘in loco’ o cumprimento das recomendações feitas às serventias de 1º e 2º Ofício, após inspeção técnica realizada em 2016. A juíza Sara Gama, auxiliar da Corregedoria e coordenadora das serventias extrajudiciais, acompanhou a visita.

As representantes dos cartórios, Liziane Santos Bosaipo (1º Ofício) e Cristiana Duailibe (2º Ofício), apresentaram relatórios técnicos comprovando o saneamento das impropriedades detectadas.

A corregedora Anildes Cruz elogiou as ações implementadas pelos cartórios nas unidades, e afirmou que é preciso manter, diariamente, o compromisso

de excelência na prestação dos serviços extrajudiciais no Estado.

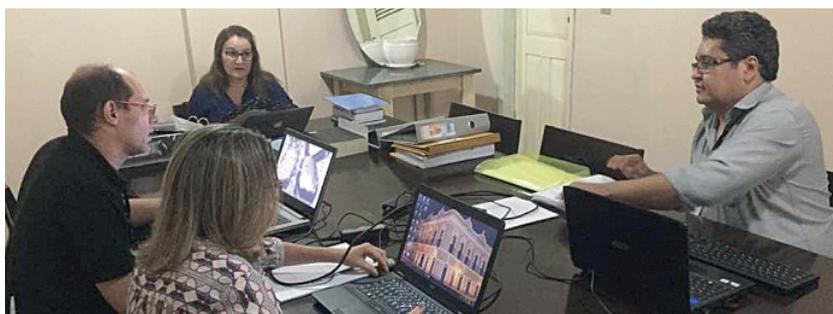
“A Corregedoria tem feito seu papel de receber sugestões, discutir ações, orientar; e de outro lado, inspecionar, fiscalizar e notificar quando necessário, tudo, para manter a qualidade de atendimento à sociedade”, concluiu a corregedora.



FISCALIZAÇÃO

CGJ INSPECIONA CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DE CARUTAPERA

A CGJ-MA fez inspeção extraordinária na Serventia Extrajudicial do Ofício Único de Carutapera, para produzir relatório sobre as condições gerais de funcionamento e a qualidade do atendimento ao público. A inspeção no cartório foi presidida pela juíza Sara Gama, auxiliar da Corregedoria, e executada com a colaboração dos servidores Lourival Ramos; Rita Nóvoa e Acayene Lopes.



VITALICIAMENTO

CORREGEDORA RESSALTA EMPENHO DE JUÍZES EM PROCESSO DE VITALICIAMENTO

Durante a Sessão Plenária do Tribunal de Justiça do Maranhão, 30 juízes de Direito de entrância inicial foram aprovados no processo de vitaliciamento na carreira da Magistratura do Estado do Maranhão, após análise de relatório circunstanciado apresentado pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, relatora dos processos, que na ocasião, ressaltou a dedicação e o empenho dos magistrados avaliados.

Os juízes vitaliciados passaram por avaliações trimestrais a partir da análise quantitativa e qualitativa das atividades exercidas (despachos, decisões e sentenças). “Por meio dos sistemas de gerenciamento processual da Justiça de 1º grau analisamos o número de ações

judgadas, audiências realizadas e não realizadas, nível de congestionamento processual, excesso de prazo, dentre outros detalhes, com o objetivo de acompanhar o desempenho do magistrado e melhorar a prestação da Justiça nas comarcas”, explicou a desembargadora na sessão.

Consta no relatório, além das atividades desenvolvidas, o parecer prévio pelo vitaliciamento, levando em consideração a idoneidade moral, capacidade intelectual e adequação ao cargo dos magistrados. Por meio do projeto “Trocando Ideias”, implantado na atual gestão, os magistrados vitaliciados foram acompanhados pelos juízes auxiliares, através de encontros para discussão e aprofundamento de assuntos escolhi-

dos pelos próprios juízes, como auxílio no exercício da atividade judicante nas comarcas do interior do Estado.

A realização de visitas institucionais a todas as comarcas dos juízes vitaliciados também foi destacada pela corregedora, ocasião em que há a verificado de itens como: a gestão da unidade, relacionamento interpessoal com servidores, atuação do magistrado junto à comunidade local, e ouvidos advogados militantes para obter informações quanto à condução e duração dos processos, e de garantir prestação jurisdicional célere e eficaz.

“Pontuo que, em todas as visitas, nenhuma reclamação foi registrada pelos juízes auxiliares da Corregedoria contra os magistrados em vitaliciamento, quer



RECONHECIMENTO

CORREGEDORA-GERAL PARABENIZA JUÍZES DE DIREITO DURANTE CERIMÔNIA NO TJMA

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, parabenizou os 29 juízes de direito que receberam Certificado de Vitaliciamento, durante Sessão Plenária do Tribunal de Justiça do Maranhão do dia 16 de agosto/2017. A magistrada fez um histórico do acompanhamento e orientação do processo de vitaliciamento na carreira da magistratura, e explicou que, por meio do projeto “Trocando Ideias”, a Corregedoria Geral da Justiça promoveu diversos encontros com o objetivo de discutir e aprofundar temas escolhidos pelos próprios magistrados avaliados, como forma de debater a realidade vivida, diariamente,

nas comarcas do interior do Estado.

“Decidam com suas convicções e vivam a magistratura com plenitude, Justiça, liberdade, diálogo e, principalmente, com a responsabilidade que cabe a um juiz”, frisou a corregedora.

O juiz Raniel Barbosa Nunes – que falou em nome dos juízes vitaliciados – agradeceu pela escolha de seu nome para representá-los nessa importante cerimônia solene de vitaliciamento. Agradeceu também o apoio da família e de amigos. Falou de toda a trajetória desde a solenidade de posse na magistratura e a experiência nas comarcas do interior.



JUIZADOS ESPECIAIS

CEP PODE DEFINIR ÁREA DE
ABRANGÊNCIA DO JUIZADO CÍVEL

O Código de Endereçamento Postal (CEP) pode ser utilizado para definir a área de abrangência de Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, quando as normas em vigor não indicarem o bairro da parte processual. A medida, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), vale para moradores de São Luís.

O Provimento nº 07/2016, editado pela Corregedoria, determina que - caso as disposições normativas do Tribunal de Justiça em vigor não sejam suficientes para definir a qual área de abrangência dos juizados especiais pertence determinada localidade - a solução decorrerá de consulta ao Código de Endereçamento Postal (CEP) que estiver no comprovante de endereço da parte. “Com o surgimento de novos bairros na capital e a existência de dúvidas ou indefinições quanto à área de abrangência dos juizados especiais entre juízes, servidores, advogados e jurisdicionados, resolvemos disciplinar essa maté-



ria”, explica a corregedora Anildes Cruz, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Maranhão.

Quando a consulta ao CEP disponível no endereço eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não for suficiente para sanar a dúvida ou aponte bairro que não pertença à área de abrangência de qualquer juizado especial, a questão será resolvida pela Corregedoria.

Nesse caso, o juizado especial deve diligenciar à CGJ-MA, que expedirá provimento estabelecendo, provisoriamente, a qual área de abrangência pertence o bairro em questão. Se a Corregedoria estabelecer que determinado bairro pertence, provisoriamente, a duas ou mais áreas, a escolha do juizado cabe ao autor da ação.

Quando o CEP for utilizado para resolver a pendência quanto à definição a qual área de abrangência pertence o endereço da parte, essa diligência deverá ser certificada nos autos, antes da publicação da sentença.



I PRESIDÊNCIA

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO
DE INTERPRETAÇÃO DE LEI

O desembargador Tyrone José Silva tomou posse como presidente da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que integra o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão. No ato, a corregedora-geral Anildes Cruz enalteceu a atuação do desembargador, destacando o trabalho e a presteza no cumprimento das funções judicantes a ele confiadas. “É mais uma missão que certamente será bem desempenha-

da pelo desembargador”, afirmou a corregedora. O desembargador Tyrone Silva agradeceu o convite e a confiança para o trabalho. “Prometo corresponder às expectativas da Corregedoria e da sociedade nessa nova função”, ressaltou o desembargador.

A coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Márcia Chaves, destacou o compromisso do desembargador empossado na entrega da prestação jurisdicional.

I ENUNCIADO

JUIZADO ESPECIAL NÃO SEGUIRÁ PRAZO DO NOVO CPC

O desembargador Tyrone Silva, presidente da Turma de Uniformização de Interpretação de Lei, que integra o Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, realizou a primeira reunião da Turma sob sua direção. Segundo o desembargador, a reunião ordinária decorreu em virtude de consultas formuladas pelos presidentes das Turmas Recursais do estado quanto a aplicação do artigo 219 do novo CPC nos Juizados Especiais do Maranhão. O Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE) emitiu Nota Técnica (n.º 01/2016), na qual externou posição pela inaplicabilidade do artigo 219 do CPC/2015 aos Juizados Especiais. O Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil também firmou posicionamento contrário à utilização do prazo deste artigo na Carta de Cuiabá, após o 71º Encontro (Encoge).

O Colegiado maranhense aprovou, por maioria, a não utilização do texto do art. 219 do novo CPC. “No Sistema



dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão a forma de contagem dos prazos processuais será em dias corridos, não se aplicando a regra prevista no artigo 219 do

CPC, ressalvados os casos expressamente previstos em Lei”, discorre o Enunciado n.º 9 aprovado na reunião da Turma de Uniformização.



I ENUNCIADO

AV. LUÍS EDUARDO MAGALHÃES É INCLUÍDA NA ÁREA DO 8º JUIZADO CÍVEL DE SÃO LUÍS

A Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães foi incluída, provisoriamente, na área de abrangência do 8º Juizado Especial e das Relações de Consumo de São Luís, com sede na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Fórum “Des. Sarney Costa” – 4º andar, no bairro do Calhau.

A medida prevista no Provimento n.º 12/2017, considerou as constantes criações, modificações ou extinções das localidades da capital, provocando dúvidas e indefinições acerca das áreas de abrangência dos juizados especiais

entre magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados.

LIMITES - A área de abrangência do 8º JERC compreende os bairros: Renascença I, São Francisco, Conjunto Basa, Sítio Campinas, Ilhinha, Loteamento BEM São Francisco, Ponta D’Areia, Conjunto São Marcos, Ponta do Farol, São Marcos, Loteamento Miragem do Sol, Ipem Calhau, Calhau até o retorno do Shopping do Automóvel, Parque Calhau, Vila Conceição e Rua das Siriemas (Ponta do Farol).



I CONVÊNIOS

CGJ TRATA DE MELHORIAS COM INSTITUIÇÕES QUE ABRIGAM JUIZADOS ESPECIAIS

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio da Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, realizou uma série de reuniões com representantes de instituições educacionais parceiras para tratar da renovação dos convênios que permitem o funcionamento dos juizados em seus estabelecimentos. Até o momento, a juíza coordenadora dos juizados, Marcia Chaves, discutiu o assunto com representantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Faculdade Pitágoras e Faculdade Santa Teresinha (CEST). Segundo Marcia Chaves, as reuniões também servem para abordar detalhes de funcionamento e estrutura dos locais onde estão situados os juizados. “Os convênios que autorizam as parcerias estão vencendo, e nessas conversas, buscamos identificar possíveis melhorias e renová-los com avanços para ambos os lados”, ressaltou a magistrada.



I REGULAMENTAÇÃO

CGJ INCLUI VILA PROGRESSO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO 7º JUIZADO CÍVEL

A Corregedoria Geral da Justiça incluiu a Vila Progresso, localizada próximo ao bairro Recantos dos Vinhais, na área de abrangência do 7º Juizado Especial e das Relações de Consumo de São Luís. A unidade judicial fica localizada na Rua Anapurus nº 01, Loteamento Bela Vista, Renascença II.

A medida, provisória, foi definida pelo Provimento nº 5/2017, que considerou as constantes criações, modificações ou extinções de bairros da capital, gerando dúvidas e indefinições acerca das áreas

de abrangências dos juizados especiais entre magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados.

O Provimento foi assinado pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e passa a vigorar a partir a data da sua publicação.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA – Além da nova área, o 7º Juizado atende os seguintes bairros: Jardim Renascença, Renascença II, Santa Eulália, Loteamento Jaracaty, Alto do Calhau, Parque do

Calhau, Planalto do Calhau, Vila Independência, Cohafuma, Vinhais, Vinhais I, Vinhais II, Vinhais III, Vinhais IV, Vinhais V, Quintandinha, Parque La Ravardiere, Aquarela, Vila Paraíso, Loteamento Boa Vista, Planalto Vinhais I, Planalto Vinhais II, Vila Roseana, Parque Olinda, Belo Horizonte, Vinhais Velho, Jardim Monterrey, Boa Morada, Recanto dos Vinhais, Conjunto Habitacional Vinhais, Conjunto dos Ipês, Vila 25 de Maio, Loteamento Vinhais, Parque Ângela, Vila Menino Jesus de Praga.

I ENCONTRO

JUIZES MARANHENSES PARTICIPAM DO 41º FONAJE EM PORTO VELHO



Os juízes Andréa Lago (1º juizado Especial Criminal), Elaile Carvalho (1ª vara de Balsas), Mario Prazeres Neto (3º juizado cível), Manoel Aureliano Neto (8º juizado cível), Paulo Ribeiro (1ª vara de Vargem Grande), e a coordenadora dos juizados especiais da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), juíza Marcia Chaves, participaram da 41ª edição do Fórum

Nacional de Juizados Especiais (FONAJE), em Porto Velho (RO), no mês de maio de 2017. O FONAJE foi criado em 1997 com a missão de promover um espaço para a troca de ideias e o intercâmbio de experiências visando o aprimoramento dos Juizados Especiais. Participam das discussões além de magistrados do Sistema de Juizados Especiais e Turmas Recursais,

advogados, membros do Ministério Público, servidores públicos e estudantes.

Segundo Marcia Chaves, o encontro ajuda na orientação e interpretação da Lei dos Juizados, além de contribuir na discussão sobre a uniformização de procedimentos e suas aplicações, com o objetivo precípua de contribuir para o fortalecimento dessa Justiça especializada.



I CNJ

PRODUTIVIDADE DAS TURMAS RECURSAIS E JUIZADOS DO MA É DESTAQUE NO CNJ

O relatório anual das metas nacionais de 2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta crescimento na produtividade das Turmas Recursais Cíveis do Maranhão. As turmas do Estado julgaram 2385 processo a mais do que o exigido pela Corregedoria Nacional por meio da Meta 1, que estabelece o julgamento de todos os processos distribuídos em 2016, e, no mínimo, mais um do estoque processual. As Turmas Recursais Cíveis atingiram o percentual de cumprimento de 128,12%. Ao longo de 2016, as turmas recursais receberam 8476 recursos

novos, e julgaram 10861, ultrapassando em 28,12% a meta estipulada. Pela produtividade, as Turmas Recursais Cíveis do Maranhão alcançaram o 1º lugar no ranking Nordeste e 2º em nível Nacional.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz se manifestou sobre os resultados obtidos pelas turmas recursais. “A união de esforços, aliada à organização e competência dos magistrados e servidores dos juizados, foram decisivos para a conquista dessa posição”, ressaltou a corregedora.

A juíza Marcia Chaves, coordenadora

dos juizados especiais, esclarece que a Meta 1 de 2016 consiste num esforço contínuo a ser trabalhado pelo Judiciário, que é julgar maior quantidade de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Os juizados cíveis alcançaram o índice de 104,08% (Meta 1), julgando, em 2016, mais de 56 mil ações. Com o resultado, alcançaram a 4ª posição da região Nordeste, e o 11º lugar Nacional. Os juizados criminais se destacaram no cumprimento da Meta 4. O índice alcançado pelos juizados foi de 116,88%.

RELATÓRIO SETORES



DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DOS JUÍZES

A Divisão de Avaliação dos Juízes é responsável pela avaliação, consolidação, encaminhamento e arquivo das informações dos juízes de direito, conforme Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça, possuindo como principais atividades as que seguem:

1. Manter atualizado o cadastro do juiz em estágio probatório, que inclui pasta individual, ficha de avaliação, relatórios mensais e trimestrais e outros elementos úteis fornecidos à Corregedoria Geral da Justiça;

2. Acompanhar o juiz corregedor em visitas às unidades em que atuam juízes em estágio probatório;

3. Fazer apresentação em reunião do Projeto Trocando Ideias, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça, dirimindo dúvidas acerca dos processos de vitaliciamento, promoção e remoção de magistrados;

4. Encaminhar aos juízes corregedores as informações e gráficos comparativos para compor os processos individuais de vitaliciamento de juiz. Ressalte-se que em 2017 foram vitaliciados 30 (trinta) juízes e que ainda têm 22 (vinte e dois) sendo avaliados;

5. Identificar as divergências de informações contidas nos relatórios de vitaliciamento e repassar aos juízes corregedores;

6. Arquivar as informações colhidas junto à Escola Superior da Magistratura, no que concerne ao aproveitamento do juiz em todas as atividades promovidas durante o estágio probatório e outras informações de cursos promovidos pela Escola;

7. Cadastrar títulos/cursos recebidos/realizados por juízes

DADOS RELATIVOS ÀS ATIVIDADES DESEMPENHADAS - BIÊNIO 2016/2017

Nº	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	Número total de processos recebidos	883
2	Número de processos instruídos, relativos a Promoção de magistrados	293
3	Número de processos instruídos, relativos a Remoção de magistrados	183
4	Número de processos instruídos, relativos a Impugnação de perfis funcionais de magistrados	04
5	Número de processos de Vitaliciamento de Juiz	47
6	Número de processos de Certificados sobre Cursos Realizados por Magistrados	165
7	Número de processos de Produtividade de Magistrado Vitalício	81
8	Outros processos movimentados pelo setor	110
9	Número de processos arquivados no setor	28
10	Número de Certidões criadas	153
11	Número de Despachos criados	401
12	Número de Ofícios criados	376
13	Número de Memorandos criados	292
14	Outros documentos criados	14
15	Número total de documentos criados	1.236
16	Número de documentos arquivados no setor	3.646
17	Número de Relatórios Mensais de Atividades Recebidos e Validados	75
18	Acompanhamento em visitas da Corregedoria em unidades em que atuam juízes em estágio probatório	36
19	Participação em reuniões do projeto "Trocando Ideias"	05

no Promeritus (sistema de gerenciamento de promoção e remoção de magistrado);

8. Instruir o processo de promoção, remoção e acesso ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

9. Elaborar e publicar, com base nas informações recebidas, o perfil funcional dos juízes;

10. Prestar informação em expedientes, quando a matéria for da competência desta divisão;

11. Analisar as informações

fornecidas pela Divisão de Estatística relacionadas à produtividade dos juízes, sugerindo aos setores competentes as providências cabíveis;

12. Receber e registrar os relatórios mensais encaminhados pelos juízes de direito que atuam em Varas de Execução Penal.

Por fim, apresentamos em anexo os dados correspondentes às atividades desenvolvidas por esta Divisão no biênio 2016/2017.

ESTRUTURA E ATIVIDADES DO GABINETE DO DIRETOR DA SECRETARIA DA CGJ

A Secretaria Geral é responsável pela supervisão, coordenação e direção das atividades administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, além de supervisionar e acompanhar o desempenho das unidades internas e dos servidores da Corregedoria Geral da Justiça com a finalidade de cumprir os objetivos e metas;

Dos processos no sistema Digidoc, que tramitam nesta Diretoria, temos:

a) Diárias – análise do pedido, com elaboração de parecer do Diretor Geral, decisão com autorização de diárias e portaria de concessão de diárias, com 416 processos em 2016;

b) passagens de competência da CGJ – toda tramitação ocorre pelo gabinete (análise da requisição, elaboração de parecer, decisão e portaria, até seu encaminhamento para o Tribunal de Justiça);

c) Fatura – Após tramitado na Coordenação de Finanças e

Pessoal, o processo de fatura segue para conhecimento e deliberação da diretoria, com posterior envio à Diretoria Geral do TJMA;

d) Adiantamento de Pronto Pagamento – É feita a análise da requisição com elaboração de parecer e decisão sobre o pedido. Trata da requisição pecuniária, feita pelo magistrado ou alguém por ele autorizado, para aquisição de material de consumo ou contratação de serviço de terceiros;

e) Adiantamento de Alimentação do Júri – É feita a análise da requisição com elaboração de parecer e decisão sobre o pedido. Trata da requisição pecuniária, feita pelo magistrado ou alguém por ele autorizado, para aquisição de material de consumo ou contratação de serviço de terceiros;

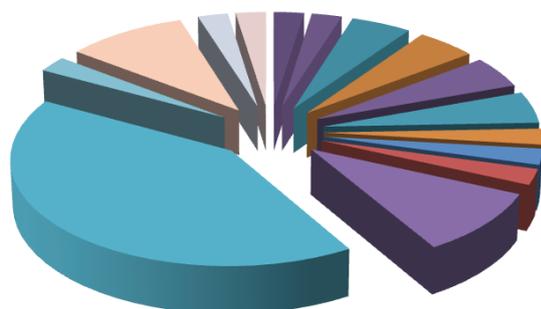
f) Processos Diversos que necessitam o conhecimento e deliberação do Diretor da CGJ. Devida à função de supervisão, coordenação e direção das atividades administrativas da CGJ, chegam processos sobre assuntos variados para que a Diretoria se manifeste ou dê o devido encaminhamento;

1) Atividades além do sistema Digidoc

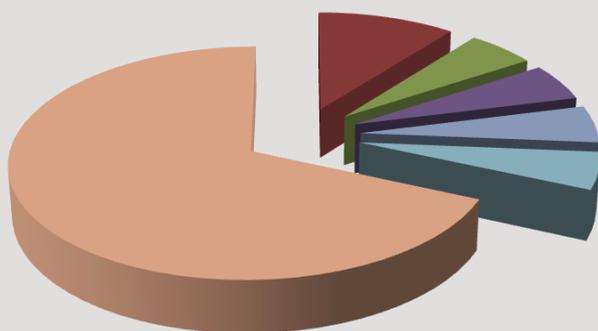
Além do acompanhamento dos processos acima elencados, o Gabinete do Diretor da Secretaria da CGJ dá suporte, acompanha e supervisiona os projetos da CGJ, como por exemplo: Ação Global, Casamento Comunitário, Pai Presente e Encoge. Esses acompanhamentos são feitos por todos os servidores do Gabinete.

Quantidade de Processos Trabalhados no setor no ano de 2016

Tipo Assunto	Jan	Fev	Març	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Total Resultado	60	306	296	207	297	211	217	318	228	138	137	58	2473



- EXONERAÇÃO
- FÉRIAS DE SERVIDOR - CGJ
- FÉRIAS DE SERVIDOR - JUSTIÇA DE 1º GRAU
- FISCALIZAÇÃO
- FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DO JURI
- FREQUÊNCIA DE SERVIDOR
- HORÁRIO ESPECIAL
- INDICAÇÃO DE CONCILIADOR
- INDICAÇÃO DE PREPOSTO
- INDICAÇÃO DE SUBSTITUTO AUTOMÁTICO
- INDICAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA
- INDICAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO/SUBSTITUIÇÃO CGJ
- INFORMAÇÃO SOBRE SERVENTIAS
- INFORMAÇÕES TÉCNICAS - OBRAS DE ENGENHARIA
- INFORMATIVO
- INFORMATIVO CGJ
- INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO
- LAVAGEM DE TAPETE
- LEILÃO
- LICENÇA - INTERESSE PARTICULAR
- LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR
- LICENÇA PATERNIDADE
- LICENÇA PRÊMIO DE MAGISTRADO
- LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR
- LOTAÇÃO DE SERVIDOR - CGJ
- MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS CGJ
- MUDANÇA DE HORÁRIO
- PAGAMENTO DE FATURA CGJ
- PAGAMENTO DE FATURA TJ
- PASSAGEM AÉREA
- PEDIDO DE CASAMENTO COMUNITÁRIO
- PERMUTA DE SERVIDORES
- RECURSO ADMINISTRATIVO
- RELATÓRIO MENSAL DE REGISTRO CIVIL
- RELOTAÇÃO DE SERVIDOR
- RESERVA DO AUDITÓRIO DO TJ
- RESOLUÇÕES PARA REFERENDAR
- RESPOSTA A OFÍCIO - CRPACGJ
- RESPOSTA A OFÍCIO - CSERVCJ
- RESPOSTA A OFÍCIO - CSERVCJ - MATÉRIA EXTRAJUDICIAL
- RETIFICAÇÃO DE ATO OU PORTARIA
- REVISÃO DE PROVENTOS
- SOLICITAÇÃO / INFORMAÇÃO DE JUIZADO ESPECIAL OU TURMA RECURSAL
- SOLICITAÇÃO DE 2ª VIA DE CERTIDÃO REGISTRO CIVIL
- SOLICITAÇÃO DE CADASTRO BACENJUD / RENAJUD / INFOJUD / INFOSEG
- SOLICITAÇÃO DE SERVIDOR
- SOLICITAÇÃO REFERENTE A CONCURSO - NOTÁRIOS
- SUBSTITUIÇÃO/PAGAMENTO
- SUBSTITUIÇÃO/PAGAMENTO - MAGISTRADO
- SUSPENSÃO DE FUNCIONAMENTO DE FÓRUM
- TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
- TITULARIDADE DE JUIZ



- AÇÃO DE AUDITORIA
- ACESSO À INFORMAÇÃO - LEI NO. 12.527/2011
- ADIANTAMENTO CGJ (ALIMENTAÇÃO DO JÚRI)
- ADIANTAMENTO CGJ (EXCEPCIONAL)
- ADIANTAMENTO CGJ (PRONTO PAGAMENTO)
- ADITIVO DE CONTRATO
- AFASTAMENTO DE MAGISTRADO
- ANOTAÇÕES FUNCIONAIS
- AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
- AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
- CERTIDÃO DE EXISTÊNCIA DE SERVENTIA EXTRAJUDICIAL ESPECÍFICA
- CERTIDÃO PARA FINS DE CONCURSO
- COMPROVAÇÃO DE DESLOCAMENTO
- COMUNICADO
- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
- CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORIA
- CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA
- CÓPIA DE ATO
- CRIAÇÃO DE VARA
- DEVOLUÇÃO DE PROCESSO - CGJ
- DIÁRIA DE DESIGNAÇÃO - MAGISTRADO
- DIÁRIAS - CGJ
- DIÁRIAS - TJ
- DISPOSIÇÃO DE SERVIDOR
- EMISSÃO DE CARTÃO CORPORATIVO TJ

Quantidade de Processos Trabalhados no setor no ano de 2017

Tipo Assunto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Total
Total Resultado	31	328	192	93	223	123	145	743	252	2130



- AÇÃO DE AUDITORIA
- ACESSO À INFORMAÇÃO - LEI NO. 12.527/2011
- ADIANTAMENTO CGJ (ALIMENTAÇÃO DO JÚRI)
- ADIANTAMENTO CGJ (EXCEPCIONAL)
- ADIANTAMENTO CGJ (PRONTO PAGAMENTO)
- ADITIVO DE CONTRATO
- AFASTAMENTO DE MAGISTRADO
- ANOTAÇÕES FUNCIONAIS
- AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL
- CERTIDÃO DE EXISTÊNCIA DE SERVENTIA EXTRAJUDICIAL ESPECÍFICA
- CERTIDÃO PARA FINS DE CONCURSO
- COMUNICADO
- COMUNICADO DE REGISTRADOR
- CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA
- CÓPIA DE ATO
- CRIAÇÃO DE VARA
- DIÁRIA DE DESIGNAÇÃO - MAGISTRADO
- DIÁRIAS - CGJ
- DIÁRIAS - TJ
- DISPOSIÇÃO DE SERVIDOR
- EXONERAÇÃO
- FÉRIAS DE SERVIDOR - CGJ
- FISCALIZAÇÃO
- FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DO JURI
- FREQUÊNCIA DE SERVIDOR
- HORÁRIO ESPECIAL
- INDICAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO/SUBSTITUIÇÃO CGJ

ASSESSORIA JURÍDICA DOS JUÍZES CORREGEDORES/CGJ

Art. 20. A Assessoria Jurídica dos Juizes Corregedores tem como finalidade, dentre outros, prestar assistência de natureza jurídica, administrativa, de pessoal e em outras matérias que dizem respeito ao bom funcionamento dos serviços, competindo-lhe, ainda:

Processos

Processos	2016	2017
recebidos/entradas	3821	2824
encaminhados/saídas	3667	2756
total	13068	

Fonte: Digidoc. Período: 01/01/2016 a 30/09/2017.

Documentos em Números

documentos	2016	2017
criados	3242	3012
total	6254	

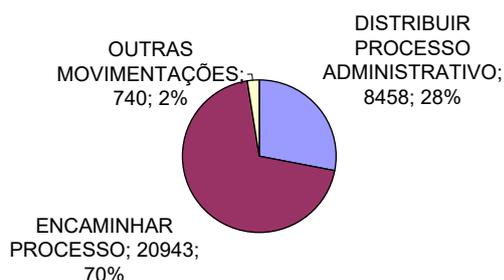
Fonte: Digidoc. Período: 01/01/2016 a 30/09/2017.

Documentos	2016	2017	total
despachos	1852	1686	3538
decisões	672	841	1513
declarações	1	1	2
informações	3	4	7
memorandos	1	6	7
ofícios	66	81	147
pareceres	420	265	685
relatórios	219	121	340
portarias	6	3	9
termos	1	1	2
outros	1	3	4
total	6254		

Movimentações no DIGIDOC Gabinete dos Juizes Corregedores Período: de 01/01/2016 a 25/10/2017

Movimentação	Quant.
Aceitar requisição de processo administrativo	29
Aceitar requisição sem processo	4
Aceitar requisição vinculando-a a um processo	2
Apagar anexo de processo	3
Apensar este processo em outro	1
Arquivar	19
Arquivar com conclusão	1
Atender requisição sem documento	2
Autorizar requisição do subordinado	62
Cancelamento de documento	17
Cancelamento de movimentação	408
Colocar processo em diligência	1
Desapensar processo	1
Desarquivar	3
Distribuir processo administrativo	8.458
Distribuir requisição de documento	4
Encaminhamento de requisição	12
Encaminhar processo	20.943
Foi apensado um outro processo a este	1
Negar requisição	5
Reverter documento administrativo para requisição	1
Sobrestar processo	163
Um processo foi desapensado deste	1
Total	30.141

Movimentações no DIGIDOC Gabinete dos Juizes Corregedores Período: de 01/01/2016 a 25/10/2017 Total: 30.141



Tipo Assunto	Total
AÇÃO DE AUDITORIA	2
ACESSO À INFORMAÇÃO - LEI NO. 12.527/2011	13
AFASTAMENTO DE MAGISTRADO	15
AFASTAMENTO DE SERVIDOR	1
APELAÇÃO EM SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA - CGJ	1
ATENDIMENTO AO PRESO	136
AUTORIZAÇÃO PARA EXPEDIÇÃO DE EDITAL	3
CARTA PRECATÓRIA VIA MALOTE DIGITAL	4
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO	1
COMUNICAÇÃO - EXTRAVIO/FURTO DE SELOS	1
COMUNICAÇÃO DE DECISÃO CONTRA SERVIDOR DO 1º GRAU/REGISTRADOR	4
COMUNICADO	21
COMUNICADO DE DESIGNAÇÃO DE SERVENTUÁRIO SUBSTITUTO	3
COMUNICADO DE REGISTRADOR	350
CONSULTA - EMOLUMENTOS	1
CONSULTA DE REGISTRADOR	2
CONSULTA SOBRE SECRETARIA JUDICIAL	4
CONVOCAÇÃO DE MAGISTRADO PARA O SEGUNDO GRAU	7
CORREIÇÃO	89
CORREIÇÃO CGJ - SERVENTIAS JUDICIAIS	487
CORREIÇÃO EM SERVENTIAS JUDICIAIS	58
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA EM JUIZADO ESPECIAL / TURMA RECURSAL	14
CRIAÇÃO DE VARA	9
CUMPRIMENTO DE DECISÃO	2
CUMPRIMENTO DE DECISÃO/PAD	1
DESIGNAÇÃO DE JUIZ - CELEBRAÇÃO CASAMENTO	9
DIÁRIAS - CGJ	4
DIÁRIAS - TJ	4
DÚVIDA PROCESSO REGISTRAL - CGJ	1
EXONERAÇÃO	4
FÉRIAS DE JUIZ	2
FÉRIAS DE SERVIDOR - CGJ	5
FÉRIAS DE SERVIDOR - TJ	1
FISCALIZAÇÃO	40
FISCALIZAÇÃO EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL	1

Tipo de assunto	Total
FLUXO - EXTRAJUDICIAL	3
IMPUGNAÇÃO	2
INDICAÇÃO DE CONCILIADOR	8
INDICAÇÃO DE SECRETÁRIO JUDICIAL SUBSTITUTO	138
INDICAÇÃO DE SECRETÁRIO JUDICIAL TITULAR	115
INDICAÇÃO DE SUBSTITUTO AUTOMÁTICO	17
INDICAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	1
INDICAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO/SUBSTITUIÇÃO CGJ	1
INDISPONIBILIDADE DE BENS	8
INFORMAÇÃO FUNCIONAL	5
INFORMAÇÃO SOBRE SERVENTIAS	17
INFORMAÇÕES SOBRE CARTA PRECATÓRIA	2
INFORMATIVO	44
INFORMATIVO CGJ	802
INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTO PENAL	48
INSPEÇÃO EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL	19
INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL - CGJ	4
INSPEÇÃO ORDINÁRIA EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL - CGJ	5
INSTALAÇÃO DE VARA	3
LEILÃO	11
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR	14
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE (SEM PORTARIA)	6
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE <input checked="" type="checkbox"/> MAGISTRADO	2
LICENÇA PRÊMIO DE MAGISTRADO	49
LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR	1
LICENÇA SAÚDE SEM PORTARIA - FÓRUM DE SÃO LUÍS	1
LOTAÇÃO DE SERVIDOR - CGJ	1
MANIFESTAÇÃO / INFORMAÇÃO / COFCDAS	1
NOMEAÇÃO DE MAGISTRADO	1
OCORRÊNCIA EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO	13
OUVIDORIA - MANIFESTAÇÃO	47
PADRONIZAÇÃO E ROTINAS DO PRIMEIRO GRAU	1
PASSAGEM AÉREA	3

Tipo de assunto	Total	Tipo de assunto	Total
PEDIDO DE CASAMENTO COMUNITÁRIO	7	RECURSO ADMINISTRATIVO	4
PEDIDO DE INTERINIDADE - CGJ	11	RECURSO DISCIPLINAR	10
PEDIDO DE PREFERÊNCIA EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL VAGA	6	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL	6
PERMUTA DE MAGISTRADOS	1	RELOTAÇÃO DE SERVIDOR	2
PERMUTA DE SERVIDORES	28	REMOÇÃO DE MAGISTRADO	48
PRESTAÇÃO DE CONTAS - INTERINOS/ SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	9	REMOÇÃO DE SERVIDOR	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SELOS - RESOLUÇÃO-GP 132016	3	RENÚNCIA DE DELEGAÇÃO	1
PROCEDIMENTO CNJ - CGJ	111	RENÚNCIA DE DELEGAÇÃO - CGJ	14
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	13	REPRESENTAÇÃO - DIRETORIA DO FÓRUM DE SÃO LUIS	1
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE DELEGATÁRIO	10	REPRESENTAÇÃO CONTRA MAGISTRADO	76
PRODUTIVIDADE MAGISTRADOS VITALÍCIOS	1	RESIDÊNCIA FORA DA COMARCA	5
PROJETO DE LEGISLAÇÃO	3	RESOLUÇÃO 156 - CNJ - EXONERAÇÃO	1
PROJETO DE LEGISLAÇÃO - SERVENTIA EXTRAJUDICIAL	6	RESPOSTA A OFICIO - CRPACGJ	14
PROMOÇÃO DE MAGISTRADO	116	RESPOSTA A OFICIO - CSERVCJ - MATÉRIA EXTRAJUDICIAL	2
RECLAMAÇÃO CARTA PRECATÓRIA	353	SINDICÂNCIA	4
RECLAMAÇÃO CONTRA AUXILIAR / TÉCNICO / ANALISTA JUDICIÁRIO	35	SINDICÂNCIA OU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	3
RECLAMAÇÃO CONTRA JUIZADO ESPECIAL	3	SOLICITAÇÃO / INFORMAÇÃO DE JUIZADO ESPECIAL OU TURMA RECURSAL	1
RECLAMAÇÃO CONTRA MAGISTRADO	45	SOLICITAÇÃO DE 2ª VIA DE CERTIDÃO REGISTRO CIVIL	69
RECLAMAÇÃO CONTRA OFICIAL DE JUSTIÇA	28	SOLICITAÇÃO DE BUSCA DE REGISTRO CIVIL	1
RECLAMAÇÃO CONTRA REGISTRADOR / SERVENTIA	121	SOLICITAÇÃO DE SERVIDOR	2
RECLAMAÇÃO CONTRA SECRETÁRIO JUDICIAL	30	SOLICITAÇÃO REFERENTE A CONCURSO - NOTÁRIOS	4
RECLAMAÇÃO SOBRE CONDUTA FUNCIONAL	1	SUBSTITUIÇÃO/PAGAMENTO	13
RECLAMAÇÃO/MOROSIDADE PROCESSUAL	26	SUSPEIÇÃO/IMPEDIMENTO DE MAGISTRADO	7
RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO	3	SUSPENSÃO DE FUNCIONAMENTO DE FÓRUM	29
RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO X LICENÇA SAÚDE	5	SUSPENSÃO DE PRAZO PROCESSUAL	2
		TITULARIDADE DE JUIZ	2
		VITALICIAMENTO DE JUIZ	47
		Total Geral	4038

Fonte: Digidoc. Período: 01/01/2016 a 30/09/2017.

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

Tem como competências:

- Planejar e sugerir o desenvolvimento de softwares para auxiliar os trabalhos e atividades da Corregedoria, de acordo com as políticas definidas pela Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça;
- Dar suporte e apoio para bom uso das ferramentas de informática disponíveis no âmbito da Corregedoria e conduzir grupos de trabalho para encontrar as melhores soluções de informática, de acordo com as novas tecnologias relacionadas com esta área;
- Exarar pareceres acerca de matérias que envolvam a área de informática, em todos os seus aspectos;
- Administrar os sistemas do CNJ sob sua responsabilidade, dando suporte aos magistrados e acompanhando os relatórios enviados;
- Elaborar, em parceria com os demais setores, os relatórios necessários para correições, inspeções e visitas do corregedor-geral da Justiça às unidades jurisdicionais ou serventias;
- Organizar o esquema de trabalho e controlar a respectiva frequência dos servidores lotados no setor;
- Exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

1.1 Alvará de Soltura Eletrônico (Malote Digital)

Agilizar e dar mais segurança ao cumprimento dos alvarás de soltura expedidos pelas autoridades judiciárias, mediante a utilização do sistema Hermes (Malote Digital). Dessa forma, o cumprimento dos mandados ocorrerá no prazo máximo de 24h.

1.2 Produtividade de Magistrados

Criação, evolução e Administração Operacional do ambiente do BI, juntando as bases de dados dos sistemas do 1º grau. Consultas do provimento da produtividade de magistrados.

1.3 Justiça em Números

Criação, evolução e Administração Operacional do ambiente do BI, juntando as bases de dados dos sistemas do 1º grau. Variáveis do Justiça em Números.

1.4 Termojuris

Centralizar dados estatísticos das unidades judiciais no Site da Corregedoria, por meio de um hotsite personalizado, facilitando a

publicidade, gestão e o acompanhamento de cada unidade judicial no Estado do Maranhão.

1.5 Construindo a Justiça

Desburocratizar as ações do judiciário e garantir a participação de todos na elaboração de ideias e outros projetos de relevante valor para o cidadão.

1.6 Sistema de senhas para inscrição no Casamento Comunitário

SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento, versão Livre. É desenvolvido pela DATAPREV, totalmente baseado em tecnologias de software livre e de código aberto.

Gerenciar filas e fluxo de atendimento em quaisquer tipos de empresas ou organizações que prestam serviço de atendimento presencial às pessoas.

1.7 Jurado Voluntário

O Projeto Jurado Voluntário foi instituído pela Corregedoria Geral da Justiça para auxiliar os juízes na formação da lista anual de jurados que compõem o Conselho de Sentença nas sessões de julgamento do Tribunal do Júri, visando possibilitar um incremento qualitativo na aplicação da justiça com o recrutamento voluntário, em razão da participação de pessoas que demonstrem real preocupação com a correta distribuição da Justiça.

1.8 App para dispositivos móveis

Um aplicativo móvel ou aplicação móvel, conhecido normalmente por seu nome abreviado app, é um software desenvolvido para ser instalado em um dispositivo eletrônico móvel, um telefone celular, um smartphone. Para acesso a dados da justiça do 1º grau.

Suporte/Atendimentos:

- Gestor
- Digidoc
- Documentos
- Processos Tramitados
- Requisições atendidas
- Relatórios de dados de apoio à correições

Participações:

- Encontro com magistrados em estágio probatório
- Casamentos Comunitários (inscrições e eventos).

COORDENAÇÃO E SECRETARIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

O Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais (Coordenação e Secretaria dos Juizados Especiais) é órgão da Corregedoria Geral de Justiça e tem como objetivo exercer a coordenação administrativa dos Juizados Especiais e Turmas Recursais, buscando melhorias relacionadas ao funcionamento desse sistema, no Estado do Maranhão.

ATIVIDADES REALIZADAS - 2016

1) CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

A Coordenadora dos Juizados, Dra. Marcia Cristina Coêlho Chaves, realizou correições ordinárias nos seguintes juizados:

1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís, localizado na Rua do Egito, s/n, Centro.

Período: 14 a 16 de março de 2016.

7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís, localizado na Rua Anapurus nº 01, Loteamento Bela Vista, Renascença II .

Período: 03 a 05 de outubro de 2016.

11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís, localizado na Av. Casemiro Junior, n. 260 – Anil.

Período: 12 a 14 de setembro de 2016.

1º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário da São Luís, localizado a Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, 5º Andar, Fórum Des. Sarney Costa – Calhau.

Período: 25 a 27 de julho de 2016.

Juizado Especial de Trânsito da Comarca da Ilha de São Luís, localizado Avenida dos Franceses, s/n, DETRAN, Vila Palmeira.

Período: 07 a 09 de novembro de 2016.

Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca da Ilha de São Luís, localizado à Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, Fórum Des. Sarney Costa – Calhau.

Período: 27 a 29 de abril de 2016.

Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de Paço Lumiar, localizado à Rua 15, S/N, Maiobão.

Período: 06 a 08 de junho de 2016.

Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar, localizada à Avenida Gonçalves Dias, s/nº, Centro.

Período: 18 a 20 de abril de 2016.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Açailândia, localizado à Rua Santos Dumont, nº 234, Centro.

Período: 09 a 11 de maio de 2016.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Santa Inês, localizado Rua do Bambu, n.º 689, Centro

Período: 30 de maio a 01 de junho de 2017.

1º Juizado Especial Cível da Comarca de Imperatriz localizado à Avenida Perimetral nº 16 Parque do Buriti – Faculdade Santa Teresinha.

Período: 24 a 27 de outubro de 2016.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de São Luís, localizado à Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, 5º Andar, Calhau.

Período: 31 de agosto a 02 de setembro de 2016.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Caxias, localizado à Avenida Norte Sul, s/n, Campo de Belém.

Período: 15 a 19 de agosto 2016.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Bacabal, localizado Rua Manoel Alves de Abreu s/n.º Centro.

Período: 26 a 30 de setembro de 2016.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz, localizado à Rua 15 de Novembro, nº 51 – Centro.

Período: 24 a 27 de outubro de 2016.

O trabalho de correição apontou aumento substancial de judicialização de demandas nos juizados especiais, gerando mais trabalho para juízes e servidores. Por outro lado, a crescente demanda trouxe o sentimento de preocupação em ofertar-se prestação jurisdicional célere e efetiva. Entretanto, ainda são necessárias ações voltadas para as boas práticas nas secretarias, de modo a agilizar as suas atividades, pois que o retrabalho obstrui a rápida entrega da prestação jurisdicional.

2) CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário da São Luís, localizado BR 135, KM 06, Bairro Maracanã.

Período: 22 a 23 de junho de 2016.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Bacabal, localizado à Rua Manoel Alves de Abreu s/n.º Centro.

Período: 26 a 30 de setembro de 2016.

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Caxias localizado à Avenida Norte Sul, s/n, Campo de Belém.

Período: 15 a 19 de agosto de 2016

Juizado Especial Criminal da Comarca de Imperatriz, localizado à Rua Iracema Nº 709, Nova Imperatriz.
Período: 12 a 13 de maio de 2016.

Nas correições extraordinárias, verificou-se êxito das unidades correicionadas, uma vez que as falhas apontadas foram corrigidas.

3) FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS-FONAJE

1º SEMESTRE - XXXIX FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS- FONAJE 2016

Essa edição aconteceu em Maceió/AL, no período de 08 a 10 de junho de 2016, com a participação da juíza coordenadora, Dra. Marcia Cristina Coêlho Chaves.

2º SEMESTRE - XL FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS- FONAJE 2016

O evento, aconteceu em Brasília/DF, no período de 16 a 18 de novembro de 2016, com a ampla participação de juizes, que receberam o apoio da CGJ, com a disponibilização de passagens aéreas e diárias, sorteadas. Convém ressaltar que foram contemplados juizes de juizados especiais autônomos e membros de Turmas Recursais, a seguir discriminados:

1. Dr. José Eulálio Figueiredo de Almeida
2. Dr. Clênio Lima Corrêa
3. Dr. Adinaldo Ataídes Cavalcante
4. Dr. Luís Pessoa Costa

4) A Coordenação dos Juizados Especiais recebeu, tramitou e confeccionou documentos e processos conforme discriminação abaixo:

Foram criados 2523 documentos, dentre os quais 119 Pareceres e 339 Portarias (designação de juizes). As designações geram a tarefa de cadastramento no sistema Menthorh, que é de competência da secretaria dos juizados. Portanto, foram realizados mais de 339 cadastros.

Tramitaram na Coordenação e Secretaria dos Juizados Especiais, 1229 processos.

ATIVIDADES REALIZADAS – 2017:

1) CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da comarca de São Luís, localizado na Rua do Egito n.º 139, Centro.

Período: 13 a 15 de setembro de 2017.

2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da comarca de São Luís, localizado na Cidade Universitária Paulo VI, UEMA – São Cristóvão.

Período: 20 a 22 de junho de 2017.

4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da comarca de São Luís, localizado na Avenida 13, Centro

Social Urbano – CSU.

Período: 18 a 20 de abril de 2017.

5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da comarca de São Luís, localizado na Avenida dos Portugueses, nº 1966 – Campus Universitário do Bacanga.

Período: 19 a 21 de setembro de 2017.

8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da comarca de São Luís, localizado na Av. Professor Carlos Cunha s/nº - Fórum Desembargador Sarney Costa, 4º andar Calhau

Período: 08 a 10 de maio de 2017.

10º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da comarca de São Luís, localizado Avenida São Luís Rei de França, nº 32, Faculdade Pitágoras - TURU

Período: 29 a 31 de agosto de 2017.

12º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da comarca de São Luís, localizado Avenida Tales Neto n.º 436 A, João de Deus.

Período: 13 a 14 de junho de 2017.

2º Juizado Especial Criminal da comarca de São Luís, localizado Avenida Casemiro Júnior n.º 260 – Anil.

Período: 05 a 07 de julho de 2017.

3º Juizado Especial Criminal da comarca de São Luís, localizado Avenida Professor Carlos Cunha, s/n, 5º Andar, Fórum Des. Sarney Costa – Calhau.

Período: 09 a 11 de outubro de 2017.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Balsas, localizado Av. Jamildo, nº 125 – Potosi.

Período: 07 a 09 de agosto de 2017.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Codó, localizado Avenida João Ribeiro n.º 3132 – São Sebastião.

Período: 25 a 27 de setembro de 2017.

2º Juizado Especial Cível da comarca de Imperatriz, localizado à Rua Arthurus s/nº, Parque Sanharol, em frente a FACIMP.

Período: 16 a 18 de outubro de 2017.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Pedreiras, localizado à Praça José Sarney, s/nº Centro.

Período: 21 a 23 de novembro de 2017.

Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Timon, localizado Rua Elizete de Oliveira Farias s/nº - Parque Piauí.

Período: 04 a 07 de abril de 2017.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Balsas, localizada Avenida Dr. Jamildo, s/nº., Potosi.

Período: 09 a 11 de agosto de 2017.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Chapadinha, localizada à Avenida Coronel Pedro Mata, s/nº. Centro.

Período: 31 de maio a 02 de maio de 2017.

Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Presidente Dutra, localizada, Rua Presidente Castelo Branco, s/nº. Centro.

Período: 29 a 31 de maio de 2017.

Houve a constatação de aperfeiçoamento das secretarias judiciais, quanto aos procedimentos da tramitação processual, o que resultou em celeridade e prestação jurisdicional mais eficaz.

Em 2017, todas as Turmas Recursais foram correicionadas.

2) CORREIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Bacabal, localizado Rua Manoel Alves de Abreu s/n.º Centro.

Período: 27 a 29 de outubro de 2017.

3) FÓRUM NACIONAL DE JUIZADOS ESPECIAIS – FONAJE.

1º SEMESTRE - XLI Fórum Nacional dos Juizados Especiais - FONAJE 2017:

O evento, ocorreu em Porto Velho/RO, no período de 17 a 19 de maio de 2017. Além da Juíza Coordenadora, Dra. Marcia Cristina Coêlho Chaves, participaram do Fórum, com integral apoio da CGJ, os juízes abaixo relacionados.

1. Dr. Paulo de Assis Ribeiro
2. Dra. Elaile Silva Carvalho
3. Dr. Mario Prazeres Neto
4. Dra. Andréa Furtado Permultter Lago

2º SEMESTRE - XLI Fórum Nacional dos Juizados Especiais- FONAJE 2017:

Evento ocorrerá em Curitiba, no período de 08 a 10 de novembro de 2017.

4) DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA AUDITUS PARA CORREIÇÕES EM JUIZADOS ESPECIAIS E TURMAS RECURSAIS:

O sistema AUDITUS, criado inicialmente para inspeções cartorárias, foi adaptado, a pedido da Coordenação dos Juizados Especiais, para correições em juizados especiais e turmas recursais, seja aquela levada a efeito pela Corregedoria, seja aquela realizada pelo juízo. O seu desenvolvimento teve início em 2016, mas com efetividade em 2017.

Todas as correições estão sendo realizadas diretamente no sistema, facilitando as análises e a conclusão do relatório final, inclusive evitando erros por transferência de informações. Foram adotadas providências para segurança do juiz que coordena a correição, ou seja, todas as análises são revistas e corrigidas tão somente na senha do magistrado, ficando o diagnóstico sinalizado, após correção.

5) Institui, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública do Estado do Maranhão, o procedimento de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp.

Projeto de autoria da Coordenação dos Juizados Especiais, com base em experiências satisfatórias no âmbito nacional – Portaria – Conjunta nº .

Aprovado pela Sra. Corregedora Geral e, em parceria com o tribunal de Justiça, foram adquiridos aparelhos telefônicos para os 33 (trinta e três) juizados do Estado do Maranhão, os quais foram distribuídos e estão em pleno funcionamento.

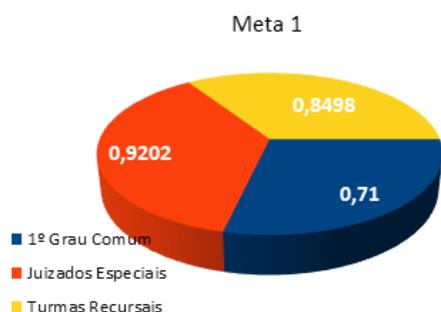
6) A Coordenação dos Juizados Especiais recebeu, tramitou e confeccionou documentos e processos conforme discriminação abaixo.

Foram criados 2180 documentos, dentre os quais 152 Pareceres e 317 Portarias. As designações geram a tarefa de cadastramento no sistema Menthorh, que é de competência da secretaria dos juizados. Portanto, foram realizados mais de 317 cadastros.

Tramitaram na Coordenação e Secretaria dos Juizados, 1078 processos. Os dados mencionados acima têm data de aferição de 19.09.17.

METAS NACIONAIS DO CNJ

META 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



Instância	Percentual de cumprimento
1º Grau Comum	71%
Juizados Especiais	92,02%
Turmas Recursais	84,98%
Geral	76,24%

Período: janeiro de 2016 a agosto de 2017.

Nota: essa meta pode ser abordada em qualquer uma das seções abaixo (a escolha): Metas Nacionais do Poder Judiciário; ou Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual 2016 - 2020: corresponde à meta 7.

META 2: Identificar e julgar, até 31/12/2017: No 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013; Nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014.

Instância	Percentual de julgamento	Percentual de cumprimento
1º Grau Comum	79,38%	99,22%
Juizados Especiais	95,15%	95,15%
Turmas Recursais	99,01%	99,01%

Período: janeiro a dezembro de 2016.

Instância	Percentual de julgamento	Percentual de cumprimento
1º Grau Comum	58,55%	73,19%
Juizados Especiais	58,25%	58,25%
Turmas Recursais	87,13%	87,13%

Período: janeiro a agosto de 2017.

META 4: Identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Instância	Percentual de julgamento	Percentual de cumprimento
1º Grau Comum	54,12%	77,32%
Juizados Especiais	81,81%	116,88%

Criminais

Período: janeiro a dezembro de 2016.

Instância	Percentual de julgamento	Percentual de cumprimento
1º Grau Comum	44,95%	64,22%
Juizados Especiais	94,99%	135,71%

Criminais

Período: janeiro a agosto de 2017.

Nota: essa meta pode ser abordada em qualquer uma das seções abaixo (a escolha): Metas Nacionais do Poder Judiciário; ou Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual 2016 - 2020: corresponde à meta 3.

META 6-2017: Julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 2º grau.

Instância	Percentual de julgamento	Percentual de cumprimento
1º Grau Comum	40,49%	67,49%

Período: janeiro a dezembro de 2016.

Instância	Percentual de julgamento	Percentual de cumprimento
1º Grau Comum	23,56%	39,28%

Período: janeiro a agosto de 2017.

I METAS ENASP

I META DE PERSECUÇÃO PENAL

Meta: Julgar as ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31 de dezembro de 2012 (denúncia recebida) e que não tenham sido julgadas até 31 de outubro de 2016.

Ações penais em tramitação

P1.1 Estoque inicial de ações penais em tramitação: 2557

P1.2 Total de ações penais em tramitação julgadas: 533

P1.3 Total de ações penais do estoque inicial de ações em tramitação que se encontram suspensas: 152

Percentual de cumprimento TJMA: 20,8%

Percentual de cumprimento Tjs de médio porte: 10,1%

Posição no ranking (Tjs de médio porte): 3º lugar (em números percentuais)

Posição no ranking (Tjs de médio porte): 4º lugar (em números absolutos)

Ações penais suspensas

P2.1 Estoque inicial de ações penais suspensas: 1463

P2.2 Total de ações penais suspensas julgadas: 24

P2.3 Total de ações penais do estoque inicial de ações suspensas que deixaram a suspensão: 109

Percentual de cumprimento TJMA: 1,6%

Percentual de cumprimento Tjs de médio porte: 3,5%

Posição no ranking (Tjs de médio porte): 7º lugar (em números percentuais)

Posição no ranking (Tjs de médio porte): 5º lugar (em números absolutos)

Fonte: CNJ (<http://www.cnj.jus.br/metasenasp/relatorio/processometro>). Consulta em 09/10/2017.

Período: novembro de 2016 a setembro de 2017.

MÊS NACIONAL DO JURI

Período: 01 a 30/11/2016

Total de Processos Pautados: 199

Total de júris realizados: 151 (76%)

Total de processos pautados em que o homicídio envolveu violência contra a mulher: 16

Total de júris realizados em que o homicídio envolveu violência contra a mulher: 16

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA

I ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Divisão de Estatística é responsável pelo levantamento dos dados estatísticos das unidades jurisdicionais e juízes, competindo-lhe, ainda:

I - atualizar, periodicamente, os sistemas de dados estatísticos relativos à Justiça de Primeiro Grau;

II - contribuir com dados e análises estatísticas para a definição de indicadores e metas de desempenho da Corregedoria Geral da Justiça e das unidades jurisdicionais;

III - elaborar, mensalmente, relatório comparativo entre as metas previstas e as realizadas pela Corregedoria Geral da Justiça, pelas unidades jurisdicionais de Primeiro Grau e pelos juízes, demonstrando, analiticamente, a evolução dos dados estatísticos;

IV - construir e calcular indicadores de desempenho e estatístico relativos às atividades da Corregedoria Geral da Justiça, das unidades jurisdicionais e dos juízes de direito, fazendo projeção para o período seguinte;

V - estabelecer critérios para o cálculo da mediana e do desvio padrão referente à produtividade das unidades jurisdicionais;

VI - controlar os dados estatísticos do movimento forense das unidades jurisdicionais enviados pela Divisão de Avaliação dos Juízes, encaminhando-os para análise dos juízes corregedores e do corregedor-geral da Justiça;

VII - providenciar o arquivamento da documentação relativa aos trabalhos da Divisão;

VIII - receber e registrar os relatórios encaminhados pelos juízes de direito, remetendo aos setores respectivos;

IX - prestar informação em processos quando a matéria se relacionar a sua área de atuação;

X - atender ao público, interno e externo, quanto a solicitações de informações estatísticas;

XI - apresentar os dados necessários para elaboração dos relatórios e estatísticas anuais;

XII - receber e registrar os relatórios e estatísticas advindos dos juizados especiais da capital e do interior e das turmas recursais;

XIII - organizar o esquema de trabalho e controlar a respectiva frequência dos servidores lotados no setor;

XIV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Entre as atividades realizadas pela Divisão de Estatística/CGJ, cabe destacar:

1) realizar mensalmente o cadastro de dados das Metas Nacionais do CNJ;

2) realizar mensalmente o cadastro de dados das Metas ENASP e gerenciar os eventos relacionados a essas metas, por exemplo, Mês Nacional do Júri;

3) realizar mensalmente o cadastro de dados do Módulo Mensal de Produtividade do Justiça em Números;

4) intermediar junto ao CNJ em assuntos relacionados às Metas Nacionais, Metas ENASP e Módulo Mensal de Produtividade, sobretudo, quanto aos dados estatísticos;

5) calcular anualmente as metas de produtividade das unidades jurisdicionais publicadas pela Corregedoria Geral de Justiça;

6) emitir relatórios de produtividade dos magistrados nos processos de promoção e composição das Turmas Recursais;

7) receber e registrar os Relatórios Anuais de Atividades;

8) receber e registrar dados dos Relatórios Trimestrais de Presos Provisórios;

9) receber e registrar dados das Sessões do Tribunal do Júri designadas;

10) receber e registrar dados das Sessões do Tribunal do Júri realizadas.

PROCESSOS

A) Processos em Números

Processos	Total
Total de processos tramitados	1079
Total de movimentações	2206
Média de movimentação por processo	2,04
Tempo médio do processo no setor	0,09 dia

Fonte: Digidoc. Período: 01/01/2016 a 09/10/2017.

B) Processos por Assunto

Assunto	Total
Afastamento de magistrado	12
Atendimento ao preso	2
Certidão de distribuição em juizado especial	1
Certidão para fins de concurso	1
Comunicação de reuniões do tribunal do júri CGJ	319
Comunicação de tribunal do júri	214
Comunicado	1
Correição	1
Correição CGJ - serventias judiciais	1
Diárias - CGJ	3
Diárias - TJ	4
Documentação pessoal de magistrado	1
Férias de servidor - CGJ	1
Fiscalização	5
Gratificação judiciária (GAJ)	1
Informação funcional	1
Informativo	1
Informativo CGJ	54
Mapa estatístico	15
Ocorrência em sistema de informação	3
Passagem aérea	3
Procedimento CNJ - CGJ	4
Produtividade magistrados vitalícios	84
Projeto de resolução	1
Reclamação contra magistrado	1
Reclamação/morosidade processual	1
Relatório de realização de júri	73
Relatório mensal das secretarias judiciais	4
Relatório trimestral de presos	209
Relatórios / Mentorh	1
Remoção de magistrado	1
Representação contra magistrado	3
Revisão de proventos	1
Solicitação de informações pelo CNJ	1
Substituição/pagamento	3
Vitalicamento de juiz	48
Total Geral	1079

DOCUMENTOS

Documentos em Números

Documentos	Total
Criados	152
Recebidos	1019

Fonte: Digidoc. Período: 01/01/2016 a 09/10/2017.

Relatórios recebidos, registrados e arquivados

Relatório	Total
Annual de Atividades	41
Presos Provisórios	182

Período: 01/01/2016 a 09/10/2017.

Tribunal do júri

Sessões do Tribunal do Júri	Total
Designadas e comunicadas à CGJ	1244
Realizadas e comunicadas* à CGJ	351

* Relatório Circunstanciado e/ou Ata. Período: 01/01/2016 a 09/10/2017.

Relatórios remetidos pelo setor

Relatório	Total
Produtividade de magistrado (promoção por merecimento)	1082
Produtividade de magistrado (composição de Turmas Recursais)	102

Período: 01/01/2016 a 09/10/2017.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

I ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Coordenadoria Administrativa da CGJ desenvolveu, no Biênio 2016/2017, as seguintes atividades:

- Pintura externa do prédio da CGJ e dependências internas e externa da Divisão de transporte da CGJ;

- Troca de layout e móveis dos seguintes setores:

Coordenadoria Financeira e Pessoal

Divisão dos Juízes Vitalícios

Chefia de Gabinete

Secretaria da Diretoria

Salas dos Juízes Corregedores

Coordenadoria de reclamações e processos disciplinares

Coordenadoria das Serventias

- Troca de 05 aparelhos de ar-condicionado, das salas dos juízes corregedores, respectivamente, 01 ar-condicionado na sala da secretaria da diretoria, 01 ar-condicionado Recepção dos Juízes Corregedores da CGJ, Coordenadoria Financeira.

- Intermediação de atendimentos às solicitações de reparos e manutenções em aparelhos de ar-condicionado do prédio da CGJ.

- Intermediação dos atendimentos de reparos e trocas de lâmpadas e tomadas no prédio da

CGJ.

- Troca de 34 computadores antigos em diversos setores da CGJ.

- Organização estrutural para o evento das inscrições do casamento comunitário na Ação Global (disponibilização de computadores e layout).

- Organização estrutural para o evento do Projeto Casamentos Comunitários (sonorização, decoração, assentos, acessibilidade).

- Apoio às comarcas na realização dos Casamentos Comunitários quanto ao fornecimento de materiais de suporte como camisas temáticas, capas temáticas para os processos e envio de arte para confecção dos banners

- Controle das alimentações para os tribunais dos júris, conforme requisições recebidas das varas dos júris, junto a empresa fornecedora Celebre Eventos.

- Assistência na instalação do portal de detector de metais na porta de entrada

COORDENAÇÃO DAS SERVENTIAS DA CGJ

1. TIPOS E QUANTITATIVO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E PROCESSADOS NO ANO DE 2016 ATÉ O MÊS DE SETEMBRO DE 2017 (FONTE: DIGIDOC)

ASSUNTOS PROCESSUAIS QUE TRAMITAM NA COORDENADORIA DAS SERVENTIAS	
1	APELAÇÃO EM SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA - CGJ
2	CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
3	CERTIDÃO DE EXISTÊNCIA DE SECRETARIA DE DISTRIBUIÇÃO
4	COMUNICADO DE DESIGNAÇÃO DE SERVENTUÁRIO SUBSTITUTO
5	COMUNICADO DE REGISTRADOR
6	CONSULTA SOBRE SECRETARIA JUDICIAL
7	CONSULTA DE REGISTRADOR
8	DESISTÊNCIA DE INTERINIDADE
9	INDICAÇÃO DE SECRETÁRIO JUDICIAL TITULAR
10	INDICAÇÃO DE SECRETÁRIO JUDICIAL SUBSTITUTO
11	INFORMAÇÃO SOBRE SERVENTIAS
12	PEDIDO DE INTERINIDADE/CGJ
13	PEDIDO DE PREFERÊNCIA EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL VAGA
14	PROCEDIMENTO CNJ - SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS
15	RENÚNCIA DE DELEGAÇÃO - CGJ
16	RETORNO DE INTERINIDADE/TITULARIDADE - SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS
17	SOLICITAÇÃO DE 2ª VIA DE CERTIDÃO DE REGISTRO CIVIL
18	INDISPONIBILIDADE DE BENS
19	INFORMATIVO CGJ
20	SUSPENSÃO DE FUNCIONAMENTO DE FÓRUM
21	RELATÓRIO MENSAL DE REGISTRO CIVIL
22	PEDIDO DE CASAMENTO COMUNITÁRIO
23	RESPOSTA OFÍCIO - CSERVCGJ

QUANTITATIVO DE PROCESSOS – FONTE DIGIDOC		TOTAL
1	PROCESSOS ABERTOS NO ANO DE 2016 (NOVOS PROCESSOS)	2191
2	PROCESSOS ABERTOS ATÉ O MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2017 (NOVOS PROCESSOS)	1989
3	PROCESSOS ARQUIVADOS NO ANO DE 2016	2025
4	PROCESSOS ARQUIVADOS ATÉ O MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE 2017	2051

PROCESSOS ABERTOS X PROCESSOS ARQUIVADOS	
TOTAL DE PROCESSOS ABERTOS (2016-2017)	4180
TOTAL DE PROCESSOS ARQUIVADOS (2016-2017)	4076

I ATRIBUIÇÕES DAS SERVENTIAS

1. Das inspeções realizadas nas serventias extrajudiciais da capital e interior

- a) Recepcionar as Portarias de inspeção encaminhadas a esta Coordenação pela Divisão de Correições;
- b) Fazer o controle dessas comunicações, por meio de anotações no Sistema Auditus a fim de fornecer informações para fundamentar processos administrativos;
- c) Recepcionar os relatórios de correições: encaminhados a esta Coordenação pela Divisão de Correições;
- d) Fazer o controle desses relatórios, por meio de anotações no Sistema Auditus a fim de fornecer informações solicitadas para fundamentar processos administrativos;
- e) Cumprir diligências internas e externas elencadas nos Despachos;
- f) Atendimento via telefone aos secretários judiciais, aos delegatários, bem como ao público de forma geral.

Obs: No tocante às inspeções foi realizado curso de capacitação da equipe responsável, ministrado pela tabeliã Juliana Pereira Soares, titular do 5º Tabelionato de Notas de São Luís. Tal curso foi idealizado pela Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz e da Dra. Sara Fernanda Gama, juíza auxiliar da Corregedoria.

2. Dos Plantões de Óbito (Escala Bimestral)

- a) Elaborar bimestralmente Escala de Platão de Óbito da Capital regulamentando os plantões noturnos e aos finais de semana dos registradores das Zonas de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Luís/MA;
- b) Após assinada escala é publicada no DJE, bem como é disponibilizada na página do Poder Judiciário;
- c) Por fim é encaminhada cópia da referida tabela às cinco zonas de registro civil da capital, ao Telejudiciário, bem como ao setor Administrativo do Fórum (local de funcionamento dos plantões de óbito).

2. Das serventias extrajudiciais da capital e interior

3.1 Comunicados de registrador (que compreende qualquer dúvida no que tange às atividades notariais e registrais)

- d) Fazer contato telefônico com os registradores sanando dúvidas existentes, orientando, bem como fiscalizando os atos registrais e notariais diariamente;
- e) Encaminhar e-mail solicitando informações, bem como reafirmando procedimentos e enviando relatórios, formulários e senhas de acesso aos Sistemas (sentinela – auditus, notarium, malote digital, regestaweb e justiça aberta – cnj).
- f) Encaminhar e-mail aos assessores gestores das correições retratando todos os procedimentos adotados pela Divisão, bem como enviar informações obtidas no RH, Divisão de estatística e Chefia de Gabinete.

- g) Receber e Encaminhar qualquer expediente referente aos serviços extrajudiciais;
- h) Protocolização via *Digidoc*, de todos os eventos acima demonstrados para inclusão nas metas do planejamento estratégico deste Tribunal de Justiça;

3.2 Dos procedimentos para processamento dos pedidos

- a) Receber processos e certificar com consideração prévia seguido de conclusão ao gabinete dos Juízes Auxiliares da Corregedoria;
- b) Cumprir despacho (confeccionar ofício, portaria, informativo)
- c) Aguardar decurso de prazo ou respostas solicitadas;
- d) Certificar e concluir os autos;
- e) Cumprir despacho (arquivamento; reiteração e/ou conclusão)

3. Dos pedidos do público em geral (CENTRAL DE BUSCAS – responsável pela emissão de 2ª via de registro de nascimento, casamento, óbito, junto às serventias)

- a) Receber as requisições, analisar, aprovar como processo (autuação), certificar com consideração prévia seguido de conclusão ao gabinete dos Juízes Auxiliares da Corregedoria;
- b) Cumprir despacho (confeccionar ofício);
- c) Aguardar decurso de prazo ou respostas solicitadas;
- d) Certificar e concluir os autos;
- e) Cumprir despacho (arquivamento; reiteração e/ou conclusão)

4. Elaboração/Comunicação de Provimentos

- a) Determinação em decisão (quando se trata de alteração do Código de Normas, ou regulamentação de matéria específica), previamente com orientação da Assessoria Jurídica bem como da Chefia de Gabinete da Corregedoria.

5. Elaboração de Ofícios Circulares

- a) Determinação em decisão (quando se trata de comunicação, ou solicitação de providências para todas as serventias do Maranhão bem como aos Juízes de Registros Públicos do Maranhão)

6. Alimentação e manutenção

- a) Dossiês funcionais das Serventias Extrajudiciais – Sistema Auditus;
- b) Sistema Justiça Aberta - CNJ;
- c) Regesta Web (Nascimento, Casamento e óbito);
- d) Malote Digital;
- e) Notarium (liberação de acesso e dilação do prazo para inclusão do relatório).

Obs: O módulo de casamento no regestaWeb foi disponibilizado às serventias extrajudiciais desde o mês de agosto de 2017.

7. Casamento Comunitário

a) Organização e realização do Projeto Casamento Comunitário, juntamente com a Coordenação Administrativa, Secretaria da Diretoria da CGJ e cartórios de Registro Civil da Capital. Fase compreendida desde o planejamento, organização, treinamentos até o resultado final proposto com a solenidade da oficialização do casamento. Ressalta-se ainda que o projeto envolve ainda os casamentos realizados nas demais comarcas do Estado, visto que é dado apoio e orientações para realização dos procedimentos no que tange as serventias extrajudiciais.

Obs¹: Também é de competência desta Coordenadoria das Serventias receber os informativos de realização de casamento comunitário nas comarcas de entrância intermediária e inicial.

Obs²: As inscrições para a edição do casamento comunitário iniciam-se com a participação desta Coordenadoria das Serventias junto à Ação Global, evento realizado pela Globo e pelo Sesi no mês de maio de cada ano.

Obs³: Que no ano de 2016, teve como quantitativo de casais participantes 1000 casais, e no ano de 2017 com 900 inscritos.

8. Das indicações de Secretário Judicial titular, substituto e conciliadores das comarcas da capital e do interior

É da competência da Coordenadoria das Serventias receber as requisições, analisar, aprovar como processo (autuação), confeccionar ofício caso haja ausência de documentação exigida e solicitar vida funcional do indicado à Coordenadoria de Direitos e Registros do TJ/MA;

Após, certificar as informações e fazer conclusão ao juiz corregedor competente (confeccionar certidão);

Por fim, confeccionar Portaria em caso do indicado ser substituto e encaminhar à Diretoria de Recursos Humanos para confecção de Ato caso a indicação verse sobre Secretário Judicial Titular.

9. Acompanhamento/Suporte na instalação das Unidades Interligadas

Também é de responsabilidade da Coordenadoria das Serventias orientar e acompanhar a instalação das unidades interligadas/postos avançados de registro civil de nascimento nos hospitais/maternidades dos municípios do Estado do Maranhão. Tal serviço é feito em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado – SEDIHPOP.

10. Elaboração/Comunicação de Provimentos

A Coordenadoria das Serventias auxilia na elaboração/publicação/divulgação de Provimentos referentes a temas relacionados com as serventias extrajudiciais. Nos anos de 2016 e 2017 foram editados e publicados os seguintes

provimentos que regulamentaram as atividades notariais e registrais:

9.1) Prov – 52016: Regulamenta o disposto no §2º do art. 144-A, da Lei Complementar nº 14/1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), estabelecendo critérios objetivos para a designação de interinos para as serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão.

9.2) Prov – 62016: Criou o Núcleo Avançado do Extrajudicial – NAE, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Tal núcleo é responsável por discutir ideias exclusivamente relacionadas aos serviços extrajudiciais, apresentando ações que visem a melhoria destes serviços.

9.3) Prov - 122016: regulamentou o art. 191 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, em relação à desacumulação dos serviços notariais nas serventias extrajudiciais de 1º e 2º ofícios trazida pela Lei Complementar nº 182/2016.

9.4) Prov – 132016: Instituiu a Central Única de Serviços Eletrônicos Compartilhados das Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão – Central Única dos Cartórios (Cartórios Maranhão).

9.5) Prov – 172016: Criou o Banco de Dados para cadastro de candidatos a interinidade de Serventia Extrajudicial do Estado do Maranhão, a ser organizado e atualizado pela Coordenadoria das Serventias da CGJ.

9.6) Prov – 262016: Dispôs sobre a regularização fundiária por interesse específico para os imóveis localizados no perímetro urbano do município de Tutóia-MA, e dando outras providências.

9.7) Prov – 272016: Regulamentou o procedimento de transição nas serventias extrajudiciais, com a transmissão, com a transmissão do acervo e dá outras providências.

9.8) Prov – 72017: Alterou os Provimentos nº 002/2015 e 13/2016, tratando da delegação de competência ao DETRAN/MA para gerir e administrar o sistema eletrônico de transmissão de dados das transferências de propriedade de veículos automotores.

9.9) Prov – 92017: Dispôs sobre a edição e aprovação do modelo de relatório anual das atividades desempenhadas pelas serventias extrajudiciais do Maranhão, em cumprimento ao artigo nº 145, II, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão.

9.10) Prov – 152017: Regulamentou a apresentação de duplicatas mercantis e de prestação de serviços por indicação, visando o protesto extrajudicial e deu outras providências.

9.11) Prov – 162017: Autorizou, em caráter facultativo, o registro de protesto de títulos de crédito durante o período em que os bancos estiverem em greve, desde que estejam funcionando os serviços de autoatendimento e correspondentes bancários, em conformidade com o estabelecido no art. 12 da Lei 9.492/1997.

9.12) Prov – 172017: Alterou a redação do parágrafo 1º e revoga o parágrafo 2º, ambos do art. 1º do Provimento nº 13/2016-CGJ, que instituiu a Central Única de Serviços Extrajudiciais do Estado do Maranhão – Central Única dos Cartórios.

9.13) Prov – 192017: Dispôs sobre a prestação de informações de aquisições de áreas rurais por estrangeiros, principalmente

reiterando a importância da utilização do Sistema *Notarium*.

9.14) Prov – 202017: Alterou a redação do *caput* do art. 1º do Provimento nº 6/2016-CGJ/MA, que instituiu o Núcleo Avançado do Extrajudicial – NAE, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, passando a constar que ficou criado o Núcleo de Aprimoramento do Extrajudicial – NAE.

9.15) Prov – 272017: Alterou os arts. 1º, 2º e 4º, todos do Provimento nº 06/2016-CGJ, alterado pelo Provimento nº. 20/2017-CGJ, que instituiu o Núcleo de Aprimoramento do Extrajudicial – NAE, ampliando a sua composição para constar um juiz de direito e um servidor, dando outras providências.

9.16) Prov – 282017: Dispôs sobre inventário de bens adquiridos pelas serventias extrajudiciais vagas (sob interinidade) e lançados nas prestações de contas mensais.

11. Disposições finais

Também é de competência desta Coordenadoria das Serventias:

12.1 - Acompanhamento diretamente das alterações ocorridas nas serventias e comarcas no tocante à indicação de secretário titular e substituto, bem como suspensão de ex-

pediente, a ser certificada;

12.2 - Acompanhar as reorganizações do Código de Organizações Judiciárias do Maranhão, bem como Regimento interno e demais disposições legais que ressoem na Coordenação das Serventias, como provimentos;

12.3 - Subsidiar respostas enviadas ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ e encaminhar informações para processamento de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares movidos em face de registradores titulares ou interinos;

12.4 – Receber os processos de prestações de contas mensais (balancetes) de interinos das serventias extrajudiciais vagas do Maranhão.

12.5 - Por fim, ressalta-se que atualmente o quadro de servidores desta Coordenadoria é composto pelo Coordenador das Serventias (Rafael Duarte Ribeiro), 01 (um) analista judiciário, 01 (um) técnico judiciário, 04 (quatro) auxiliares judiciários, sendo um deles o ocupante da Função Gratificada de Secretário da Coordenadoria das Serventias, 03 (três) servidores comissionados, todos comprometidos com o cumprimento das especificidades procedimentais, de competência desta Coordenação.

COORDENAÇÃO DE TRANSPORTE

O presente relatório, síntese das atividades realizadas pela Divisão de Transporte da CGJ no biênio 2016 e 2017, relativo à gestão da desembargadora Corregedora Anildes Bernardes Chaves Cruz, objetiva a verificação e a efetividade deste setor, instrumento de gestão cultivado desde o início da atual administração. Sendo assim, é de suma importância a necessidade de apresentação de relatórios de abastecimentos, manutenções da frota CGJ e atendimento de solicitações de veículos, visando o maior nível de transparência nas deliberações desta Divisão, entre outros. Propondo dar continuidade da política de gestão pela equipe desta Divisão em prol da melhoria contínua dos serviços administrativos, aptos para receber críticas para correção de erros e aperfeiçoamento com experiências e sugestões.

2. Distribuição de Pessoal

A distribuição de servidores e funcionários terceirizados lotados nesta Divisão, 2016/2017, conforme tabelas abaixo e relatórios em anexo.

Motoristas 2016	Quantidade
Efetivos	11
Terceirizados	55
Total	66

Motoristas 2017	Quantidade
Efetivos	11
Terceirizados	60
Total	71

3. Distribuição da Frota Oficial

A distribuição de veículos oficiais e locados disponíveis à Corregedoria Geral da Justiça/MA, 2016/2017, conforme tabelas abaixo e relatórios em anexo..

Veículos 2016	Quantidade
Oficiais	72
Locados	06
Total	78

Veículos 2017	Quantidade
Oficiais	77
Locados	05
Total	82

3. Distribuição da Frota Oficial

A distribuição de veículos oficiais e locados disponíveis à Corregedoria Geral da Justiça/MA, 2016/2017, conforme tabelas abaixo e relatórios em anexo..

4. Relatório de Custo com Combustível e Manutenção

Os custos com combustível e manutenção mensais foram extraídos por meio de emissão de relatório do sistema Ecofrotas (anexo), disponibilizado pela Divisão de Transportes do TJ/MA, considerando-se a frota sobre responsabilidade da referida Divisão, conforme tabelas abaixo e relatórios em anexo..

Tipo	Custo 2016
Combustível	662.756,95
Manutenção	505.745,56
Total Anual	1168.502,51
Tipo	Custo 2017
Combustível	527.175,24
Manutenção	445.198,71
Total Anual	972.373,95
Total Biênio	R\$ 2.140.876,46

5. Relatório das Atividades

A Divisão de Transportes da CGJ/MA, gerencia atualmente 70 (setenta) colaboradores entre efetivos e terceirizados, desenvolvendo a função de motorista, bem como uma frota de veículos oficiais composta de 82 (oitenta e duas) unidades, distribuídas entre veículos de passeios, utilitários, motocicletas e vans. Gerencia também o fornecimento de combustível, peças e serviços de manutenção junto a fornecedores credenciados do Tribunal de Justiça-MA.

As instalações da Divisão são satisfatórias, visto que na atual gestão foram providenciadas reformas de extrema necessidade estrutural, elétrica, hidráulica, reorganização do layout nas dependências (incluindo sala da administração e da chefia), tornando-as mais iluminadas, arejadas, adquirindo equipamentos, móveis e eletrodomésticos, melhorando assim, o ambiente físico de trabalho da mesma.

Desenvolve-se de maneira inteligente a distribuição de motoristas com o objetivo de servir aos magistrados e servidores no

âmbito da Corregedoria Geral de Justiça, visando atendimento das solicitações de veículos com efetividade. O controle de solicitações de veículos com motoristas procede-se através do Sistema Interno do Tribunal de Justiça – Frotas, o qual contém cadastro da frota da Corregedoria Geral de Justiça e de seus motoristas. Ressalte-se que o Frotas é alimentado diariamente, e que, tal procedimento visa não somente a eficácia no atendimento das solicitações, mas também o controle de eventuais infrações de trânsito, além de otimizar a produtividade e qualidade dos serviços prestados por esta Divisão (relatórios em anexo).

Quanto ao abastecimento e manutenção dos veículos oficiais são controlados pelo Sistema Good Card – Ecofrotas, inclusive quantitativos em números de manutenções e valores por veículo, informações que somente a Divisão de Transportes do Tribunal de Justiça detém, porém disponibilizado a esta Divisão de Transportes da Corregedoria Geral de Justiça quando solicitado.

6. Considerações Finais

Este relatório é um dos principais instrumentos de informações gerenciais da Divisão de Transportes, objetivando contribuir na estrutura do relatório de gestão relativo à administração da Desembargadora Anildes Bernardes Chaves Cruz, frente à Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão.

Frisa-se que todos os procedimentos técnicos e de gestão acima mencionados e adotados pelo Chefe desta Divisão e demais colaboradores são essenciais à efetividade e excelência nos serviços prestados, ocasião em que colocamos-nos à disposição para dirimir dúvidas e demais esclarecimentos.

DIVISÃO DE CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

A Divisão de Correições e Inspeções é responsável pela correição, inspeção, controle, orientação e disciplina dos serviços judiciais e extrajudiciais, no que tange ao cumprimento da lei e das normas internas editadas pelo Poder Judiciário, especialmente durante a realização das correições gerais, solicitando, quando necessário, informações quanto às fiscalizações efetivadas pelo Fundo Estadual de Reaparelhamento da Justiça – FERJ nas secretarias judiciais e serventias extrajudiciais, tomando as providências cabíveis.

Também é de competência da Divisão lavrar, com autorização do corregedor-geral ou dos juízes corregedores, auto de infração, quando constatada, nas correições e inspeções, a ocorrência de suposta infração praticada por servidores, serventuários e agentes delegatários e seus respectivos auxiliares, no exercício de suas funções, ou em razão delas. Controlar os prazos determinados para a solução de irregularidades encontradas em correição e inspeções, bem assim dizer se estas foram sanadas, dentre outras atividades sob sua responsabilidade.

Ações da divisão das CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

1. Das inspeções realizadas nas serventias extrajudiciais da capital e interior

a) Recepcionar as Portarias de inspeção;
a) Fazer o controle dessas comunicações, por meio de anotações no Sistema Atende para posterior autuação a fim de fornecer informações quando solicitadas geralmente pelos Juízes Auxiliares da Corregedoria;

b) Recepcionar os relatórios de correições anotando e anexando nos sistemas Atende, Auditus e Promeritus;

c) Fazer o controle desses relatórios, por meio de anotações nos Sistema Atende, Auditus e Promeritus a fim de fornecer informações solicitadas para fundamentar processos administrativos;

d) Cumprir diligências internas e externas elencadas nos Despachos;

e) Atendimento via telefone aos

TIPOS E QUANTITATIVO PROCESSUAIS DISTRIBUÍDOS 2017

DESCRIÇÃO	
CORREIÇÃO CGJ - SECRETÁRIA JUDICIAL	3.810
CORREIÇÃO (ENCAMINHADOS PELA PRESIDÊNCIA DO TJ)	544
CORREIÇÃO EM SERVENTIA JUDICIAL	390
INSPEÇÃO ORDINÁRIA EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL	475
INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL - CGJ	117
CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA EM JUIZADO ESPECIAL / TURMA RECURSAL	84
RELATÓRIO DE INSPEÇÃO EM SERVENTIA EXTRAJUDICIAL	78
VITALICIAMENTO DE JUÍZES	175
REGISTROS FEITOS NO ATENDE	701
TOTAL	6.374

JANEIRO A OUTUBRO DE 2017
FONTE: DIGIDOC E ATENDE

magistrados, secretários judiciais, aos delegatários, bem como ao público de forma geral.

2. Das correições realizadas nas serventias extrajudiciais da capital e interior

a) Recepcionar as Portarias de inspeção;

f) Fazer o controle dessas comunicações, por meio de anotações no Sistema

Atende para posterior autuação a fim de fornecer informações quando solicitadas geralmente pelos Juízes Auxiliares da Corregedoria;

g) Recepcionar os relatórios de correições anotando e anexando nos sistemas Atende, Auditus e Promeritus;

h) Fazer o controle desses relatórios, por meio de anotações no Sistema Atende, Auditus e Promeritus a fim de fornecer informações solicitadas para fundamentar processos administrativos;

i) Cumprir diligências internas e externas elencadas nos Despachos;

j) Atendimento via telefone aos magistrados, secretários judiciais, aos delegatários, bem como ao público de forma geral.

3 Das Correições ordinárias e extraordinárias do Corregedor (Anual)

a) Acompanhar ao sorteio das unidades jurisdicionais a serem correccionadas no caráter das correições ordinárias e extraordinárias, no início do ano.

b) Elaborar e Publicar portaria geral do corregedor regulamentando as correições do ano;

c) Comunicar ao Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) do calendário de correição;

d) Notificar aos magistrados das unidades a serem correccionadas;

e) Após notificação fazer ofício do juiz auxiliar da corregedoria responsável contendo as orientações às unidades a serem correccionadas.

f) Fazer contato telefônico com os secretários judiciais sanando as dúvidas existentes e orientando para o dia da correição.

g) Encaminhar e-mail ao secretário reafirmando todos os procedimentos e reenviando relatórios e formulários em Word.

h) Encaminhar e-mail aos assessores gestores das correições retratando todos os procedimentos adotados pela Divisão, bem como enviar informações obtidas no RH, Divisão de estatística e Chefia de Gabinete.

i) Receber relatórios das mãos dos assessores para cumprimento das diligências (confeção de ofícios)

j) Encaminhar para conhecimento do Presidente do TJMA e para solicitar providências quando se faz necessário intervenção estrutural, tecnológica etc

k) Após aprovação é feita publicação dos relatórios na página da CGJ e ofício ao CNJ encaminhando os relatórios aprovados;

4. Dos procedimentos para processamento dos pedidos

a) Receber processos e certificar com consideração prévia seguido de conclusão ao gabinete dos Juizes Auxiliares da Corregedoria;

b) Cumprir despacho (confeccionar ofício, portaria, informativo)

c) Aguardar decurso de prazo ou respostas solicitadas;

d) Certificar e concluir os autos;

e) Cumprir despacho (arquivamento; reiteração e/ou conclusão)

5. Elaboração de Provimento e Ordem de Serviços

a) Determinação dos Juizes Auxiliares da Corregedoria (regulamentação de matéria específica), com orientação da Assessoria Jurídica bem como da Chefia de Gabinete da Corregedora.

6. Elaboração de Ofícios Circulares

a) Determinação em decisão (quando se trata de comunicação, ou solicitação de providências para todas as serventias e/ou magistrados do Maranhão)

7. Alimentação e manutenção

a) Inspeções em Serventias Extrajudiciais – Sistema Auditus e Sistema Atende;

b) Correições em Unidades Judiciais – Sistema Auditus e Sistema Atende;

c) Sistema Promeritus;

d) Malote Digital;

e) Sistema Digidioc.

8. Disposições finais

Destaca-se que a Gestão da Corregedoria Geral da Justiça, Des^a Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz (2016-2017) editou o Provimento nº 01/2017, no qual dinamizou a realização das correições e inspeções, pelos magistrados, tornando a atividade fiscalizadora totalmente informatizada, por meio do Sistema Auditus.

No biênio 2016-2017 foram correccionadas 154 (cento e cinquenta e cinco) unidades jurisdicionais, de forma ordinária e extraordinária, além, da modalidade virtual. Sendo 55 (cinquenta e cinco) da Comarca da Ilha de São Luis foram correccionadas e 99 (noventa e nove) das Comarcas do interior do Estado, contemplando todos os Polos Judiciais, dessa

forma a Corregedoria deu cumprimento às disposições legais e contribuiu com as unidades de 1º Grau orientando na melhoria das atividades jurisdicionais e garantindo a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Ressalta-se que às correições realizadas pela Corregedoria Geral da Justiça nas unidades dos Juizados Especiais, da Comarca da Ilha de São Luís e das Comarcas do interior não estão computados no quantitativo demonstrado, por serem de competência da Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Com relação às inspeções nas serventias extrajudiciais, durante o biênio 2016 – 2017 foi reestruturada a metodologia das inspeções nas serventias extrajudiciais com promoções de capacitações e discussões com os servidores que atuaram nas 27(vinte e sete) serventias inspecionadas pela corregedoria, sendo 13(treze) serventias na Comarca da Ilha de São Luís e 14(catorze) distribuídas pelos polos de Imperatriz, Caxias e Pinheiro.

Sob a supervisão da Dr^a Sara Fernanda Gama foi instituído um questionário modelo, no qual contemplou uma abordagem ampla e embasada acerca da matéria de registros públicos servindo de parâmetro tanto para os delegatários e magistrados, assim contribuindo significativamente para a melhora das atividades registras desenvolvidas no Estado do Maranhão.

RECLAMAÇÕES E PROCESSOS DISCIPLINARES

QUANTITATIVO DE PROCESSOS DILIGENCIADOS NA COORDENADORIA NO BIÊNIO DE 2016/2017.

Representações/Reclamações/Sindicâncias contra Magistrados:

2016			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
15	6	144	165
2017			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
82	6	80	168
Processos remanescentes de gestões anteriores 2011/2012			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
1	0	3	4
2013			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
2	0	5	7
2014			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
4	0	17	21
2015			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
5	1	72	78
Total de processos movimentados no biênio 2016-2017 - 443			

* dados atualizados em 25/09/2017

REPRESENTAÇÕES/RECLAMAÇÕES/SINDICÂNCIAS/PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES CONTRA SERVIDORES DO 1º GRAU:

2016			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
04	10	65	79
2017			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
29	08	38	75
Processos remanescentes de gestões anteriores 2011			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
01	01	00	02
2014			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
02	00	05	07
2015			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
03	06	29	38
Total de processos movimentados no biênio 2016-2017 - 201			

* dados atualizados em 25/09/2017

Representações/Reclamações/Sindicâncias/Processos

Administrativos Disciplinares contra Delegatários de Serventias Extrajudiciais:

2016			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
25	5	40	60
2017			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
119	7	13	139
Processos remanescentes de gestões anteriores			
2008			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
0	0	1	1
2009			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
0	0	1	1
2010			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
0	1	0	1
2011			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
2	0	3	5
2012			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
2	0	3	5
2013			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
1	0	2	3
2014			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
8	0	14	22
2015			
Tramitando	Encaminhados a outro setor	Arquivados	Total
17	0	39	56
Total de processos movimentados no biênio 2016-2017 - 292			

* dados atualizados em 25/09/2017

COORDENAÇÃO FINANÇAS E PESSOAL

A Corregedoria Geral da Justiça é, de acordo com seu Regimento Interno disposto na Resolução nº 18, de 15 de abril de 2013, por natureza, órgão de planejamento, supervisão, coordenação, orientação, controle e fiscalização das atividades administrativas e judiciais da 1ª instância e extrajudiciais do Poder Judiciário, com jurisdição em todo o Estado do Maranhão.

As atividades da Corregedoria são dirigidas pelo desembargador corregedor-geral da Justiça eleito para um período de 2 (dois) anos. No biênio 2016/2017, a Corregedora-Geral da Justiça eleita é a Des. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz. Juntamente com a corregedora-geral da Justiça tomaram posse os membros do corpo administrativo.

Dentro deste corpo administrativo e integrando o quadro da Secretaria Geral da Corregedoria, encontra-se a Coordenadoria de Finanças e Pessoal da CGJ e suas Divisões, quais sejam: Divisão de Expedição de Atos e Registros e Divisão de Cadastro vêm apresentar o relatório de gestão (2016/2017), indicando as atividades desenvolvidas tanto na execução orçamentária, quanto na produção e cadastramento dos atos funcionais de magistrados de 1º Grau e servidores lotados na CGJ.

Em relação à Coordenadoria, o relatório foca na questão financeiro-orçamentária da Corregedoria, com o controle do orçamento e sua execução, em especial os gastos fixos mensais, bem como na tramitação processual dos pleitos administrativos submetidos a esta Coordenadoria, com destaque para o pagamento de diárias, inclusive de designação de magistrados, alimentação para sessão do Tribunal do Júri e liberação de valores para pronto pagamento.

Para a Divisão de Expedição de Atos e Registros, o relatório focaliza na produção dos atos (portarias, certidões, informações, ofícios, memorandos e termos de exercício de juízes de direito) dos servidores da CGJ e juízes de 1º Grau.

Já a Divisão de Cadastro tem seu relatório voltado para os atos produzidos (certidões), bem como cadastramento e

atualização dos dados pessoais no sistema informatizado MENTORH.

Com essa visão inicial, segue-se para o relatório de atividades de 2016/2017.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COORDENADORIA DE FINANÇAS E PESSOAL DA CGJ

A execução dessas atividades, em regra, é realizada através dos sistemas internos do Tribunal de Justiça, tais como: DIGIDOC, SCO, SISRH e MENTORH.

No primeiro (Digidoc) ocorre a tramitação processual dos pleitos administrativos submetidos à Coordenadoria de Finanças e Pessoal da CGJ, bem como das suas Divisões. Nos outros dois são executadas as operações financeiras, tais como dotações orçamentárias e acompanhamento do orçamento da CGJ. No MENTORH são cadastradas todas as informações pessoais de magistrados de 1º grau e servidores da CGJ.

Abaixo seguem algumas das atividades desenvolvidas e acompanhadas através desses sistemas:

a) Cartão Corporativo

Natureza das solicitações:

– Realização de despesas de Pronto pagamento, Alimentação do Júri e Excepcional;

– Fundamento legal: Resolução nº 27/2008 – TJ.

Outras ações

– Solicitação de cartões corporativos, junto a Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça, para atendimento das demandas da CGJ;

– Encaminhamento dos cartões corporativos aos seus portadores e devolução do Termo de Recebimento e Responsabilidade à Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça.

b) Análise de Faturas

Natureza dos processos

– Pagamento das faturas dos serviços prestados pela Oi Fixo, Cemar, Caema e SAAEs.

Outras ações

– Manutenção de relacionamento com as empresas fornecedoras de serviços

para a Corregedoria Geral de Justiça;

– A Portaria Conjunta nº 07/2008 – TJ disciplinou o uso dos serviços postais e de telefonia fixa no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão, ficando a Coordenadoria responsável pela solicitação às Comarcas de justificativas para as variações/distorções observadas nas faturas apresentadas pelos fornecedores de serviços.

c) Diárias

Diária CGJ (normal)

– Informar a dotação orçamentária nos processos de diárias oriundos da Diretoria da Secretaria da CGJ, devolvendo-os posteriormente para processamento junto à Diretoria Financeira do TJ (empenho e pagamento da diária).

Diária de designação de magistrado

– Pagamento de diárias para magistrados designados para responder cumulativamente por outra unidade jurisdicional, de acordo com o Ato da Presidência nº 01/2009.

d) Execução orçamentária

Acompanhamento da execução orçamentária

– Acompanhamento da movimentação e saldos orçamentários, encaminhamento de relatórios (Demonstrativo por natureza de despesa – SCO) à Diretoria da Secretaria Geral da CGJ.

e) Atendimento ao público interno

Informações disponibilizadas

– Data das liberações dos recursos solicitados pelo cartão corporativo;

– Esclarecimentos sobre a forma de realizar a prestação de contas do cartão corporativo;

– Data das liberações de diárias solicitadas;

– Orientações gerais acerca da utilização do cartão corporativo.

f) Cadastro de informações pessoais

– Cadastramento de informações pessoais;

– Pesquisa e elaboração de certidões sobre a vida funcional;

Segue, abaixo, resumo quantitativo da tramitação de processos (Adiantamento, Diária CGJ, Diária de Designação,

Pagamento de Fatura CGJ), de acordo com informações extraídas do Sistema Digidoc:

PROCESSOS (DIGIDOC)	2016 (jan. a dez.)
Processos Abertos	1.031
Processos Recebidos/ Entradas	615
Processos Encaminhados/ Saídas	611
TOTAL	2.257
PROCESSOS (DIGIDOC)	2017 (jan. a set.)
Processos Abertos	848
Processos Recebidos/ Entradas	1.235
Processos Encaminhados/ Saídas	387
TOTAL	2470

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO DE ATOS E REGISTROS DA CGJ

A Divisão de Expedição de Atos e Registros da CGJ está subordinada à Coordenadoria de Finanças e Pessoal da CGJ.

A principal forma de exteriorização no cumprimento das atribuições da Divisão de Expedição de Atos e Registros da CGJ dá-se com a expedição de documentos administrativos, tais como: portarias, certidões, informações, ofícios, memorandos e termos de exercício de juízes de direito.

As demandas são tratadas a partir das solicitações direcionadas a esta Divisão, requisitadas pelo sistema Digidoc (sistema de elaboração e tramitação de documentos e processos administrativos), bem como diretamente pelas autoridades superiores.

A Divisão tem como principais clientes os magistrados de 1º Grau e servidores desta Corregedoria. O público externo é a Justiça Eleitoral-TRE, advogados e

a população em geral.

O atendimento é feito pessoalmente, por telefone, Digidoc (sistema de elaboração e tramitação de documentos e processos administrativos) ou por e-mail, consistindo na prestação de informações como afastamento, designação, férias de magistrados e servidores, sendo mais frequentes as requisições de envio de portarias de afastamento e designação de magistrados à Justiça Eleitoral e comarcas.

Segue, abaixo, resumo quantitativo dos procedimentos, de acordo com informações extraídas do Sistema Digidoc:

PROCESSOS (DIGIDOC)	2016 (jan. a dez.)
Processos Abertos	2.191
Processos Recebidos/ Entradas	1.376
TOTAL	3.567
PROCESSOS (DIGIDOC)	2017 (jan. a set.)
Processos Abertos	2.195
Processos Recebidos/ Entradas	1.081
TOTAL	3.276
EXPEDIENTES	2016 (jan. a dez.)
Informação	431
Memorando	23
Ofício	14
Portarias	3.791
Certidão	11
Edital	05
Termo de Exercício	18
TOTAL	4.293

EXPEDIENTES	2017 (jan. a set.)
Informação	332
Memorando	35
Ofício	52
Portarias	3.535
Certidão	05
Edital	03
Termo de Exercício	14
TOTAL	3.773

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE CADASTRO DA CGJ

A divisão é responsável pelo registro funcional dos Juízes de 1º Grau e servidores da Corregedoria Geral da Justiça, de acordo com o art. 41, da Resolução nº 18, de 15 de abril de 2013. Subordinada à Coordenadoria de Finanças e de Pessoal.

No setor são confeccionados os documentos administrativos, tais como certidões solicitadas pelos Juízes de Direito e partes interessadas; informações; ofícios e memorandos.

As solicitações são protocolizadas a esta Divisão, por meio do sistema Digidoc (sistema de elaboração e tramitação de documentos e processos administrativos), bem como diretamente pelas autoridades superiores.

Vale ainda mencionar que, esta Divisão elaborou relatórios, extraídos do sistema MENTORH, relativos às férias, designações, dentre outros assuntos, como forma de subsidiar e agilizar a prestações de informações aos Juízes de 1º grau, servidores e demais clientes institucionais.

O cadastramento de documentos referentes a magistrados e servidores, consiste no registro das portarias encaminhadas pela Divisão de Expedição de Atos e Registros, para serem lançadas no sistema informatizado de recursos humanos - MENTORH.

No tocante ao Arquivo, o acervo é composto por 300 pastas funcionais de magistrados de 1º Grau. Após a fase de cadastramento no Mentorh e conferência, os documentos são arquivados em suas respectivas pastas. Além disso, são arquivados outros documentos enviados pelos demais setores da Corregedoria, pelos magistrados e pelo Tribunal de Justiça.

Quanto ao público interno, este é composto pelos servidores desta Corregedoria, magistrados e demais servidores da Justiça de 1º Grau. O público externo, em geral, é formado por advogados e jurisdicionados interessados em obter informações acerca da lotação de magistrados.

Segue, abaixo, resumo quantitativo dos procedimentos, de acordo com informações extraídas dos Sistemas Digidoc e Mentorh:

PROCESSOS (DIGIDOC)	01/01/2016 A 28/09/2017
Processos Abertos	68
Processos Recebidos/ Entradas	286
Processos Arquivados	231
Processos Encaminhado/ Saída	125
TOTAL	710

EXPEDIENTES	01/01/2016 A 28/09/2017
Certidão	89
Informação	19
Memorando	49
Ofício	46
Documentos arquivados	10.326
TOTAL	10.529

SISTEMA MENTORH (Portarias cadastradas)	01/01/2016 A 28/09/2017
Divisão de Expedição de Atos e Registros	7.326
Juizados	635
TOTAL	7.961

PASTAS FUNCIONAIS ATUALIZADAS (Sistema MentoRh)	01/01/2016 A 28/09/2017
Férias	53
TOTAL	53

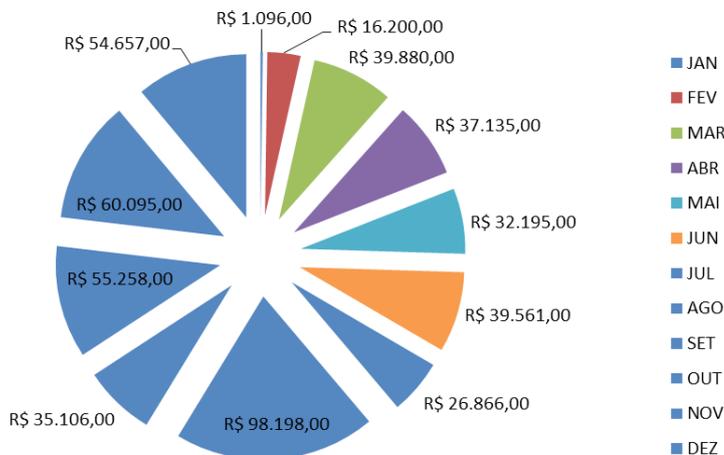
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento anual da Corregedoria Geral da Justiça elaborado em parceria com a Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça disponibilizou para o ano de 2016 o valor de R\$ 18.768.051,00 e para o ano de 2017 o valor de R\$ 20.527.984,00, alocados no Projeto Acesso a Justiça (CGJ).

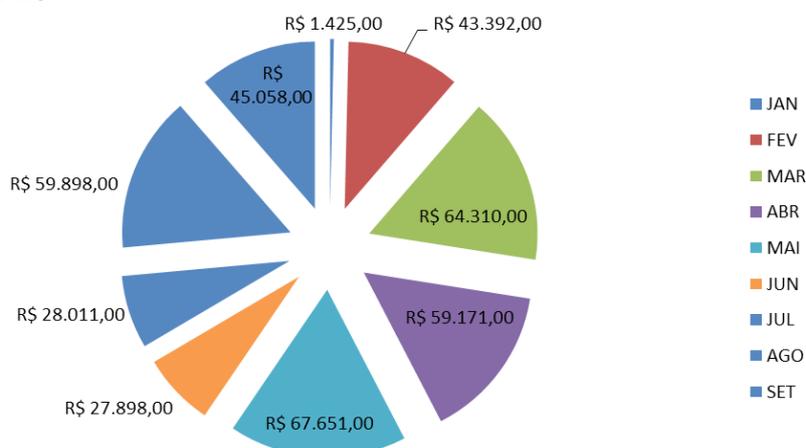
Nesse sentido, serão apresentados os gráficos dos gastos realizados pela Corregedoria Geral da Justiça no âmbito de todo o 1º Grau nos anos de 2016 e 2017 (Jan a Set) incluindo gastos com diárias e com as despesas permanentes de caráter continuado, prestados à Corregedoria Geral de Justiça pelas prestadoras de serviços: CAEMA, SAAEs, CEMAR, CORREIOS E OI FIXO.

Registre-se, por fim, que os valores apresentados nos gráficos levaram em consideração o mês em que o serviço foi prestado ou consumido, independente do período de análise ou pagamento.

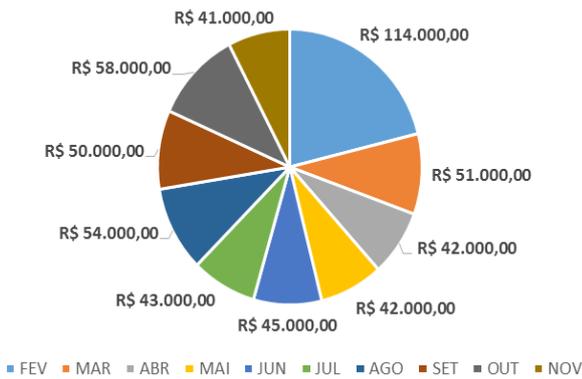
I DIÁRIAS I 2016



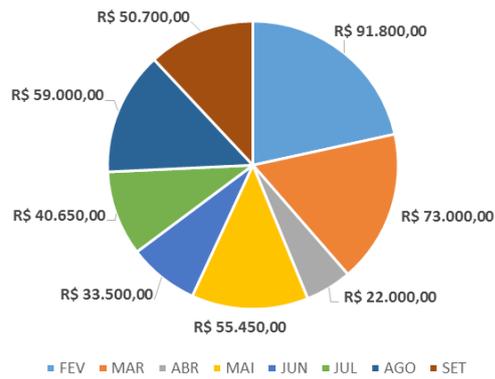
I 2017



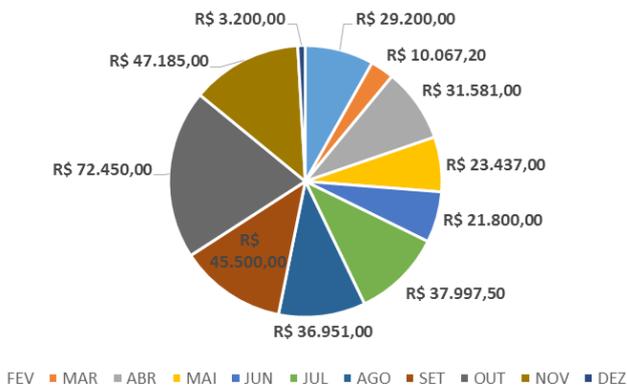
PRONTO PAGAMENTO
2016



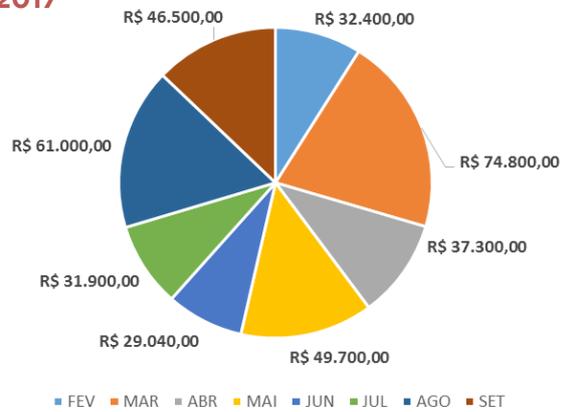
2017



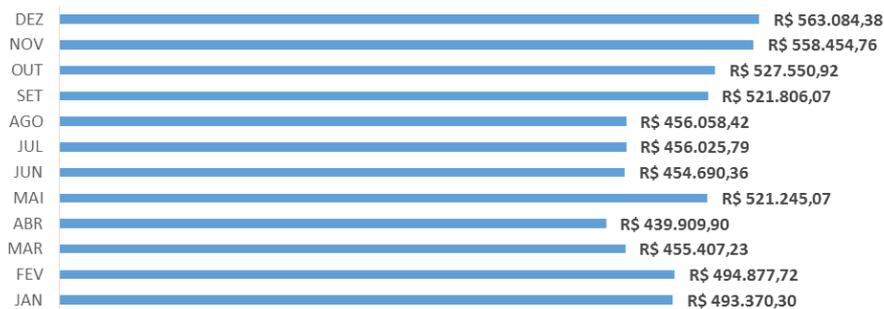
ALIMENTAÇÃO DE JÚRI
2016



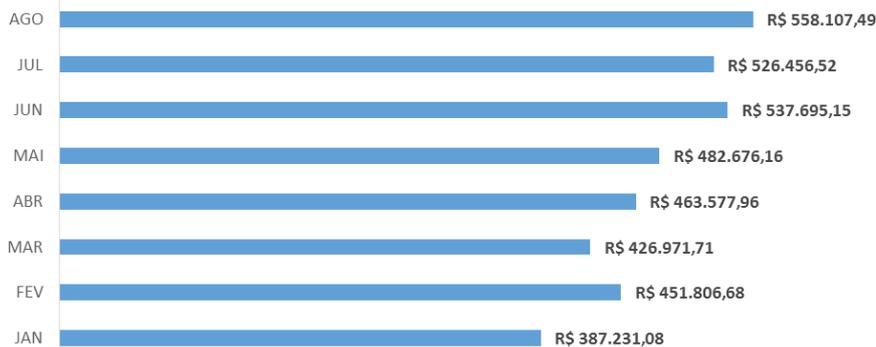
2017



CEMAR
2016



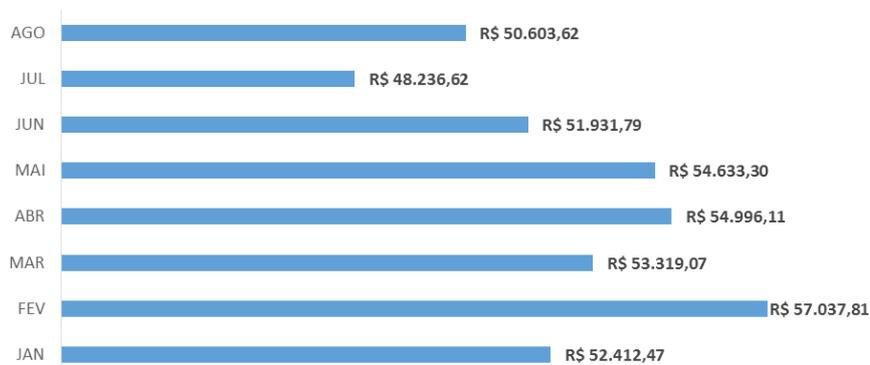
2017



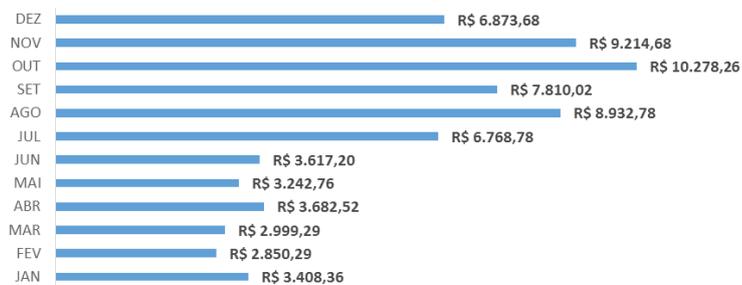
CAEMA 2016



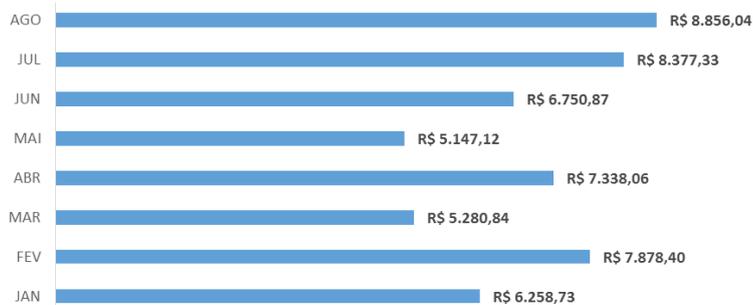
2017



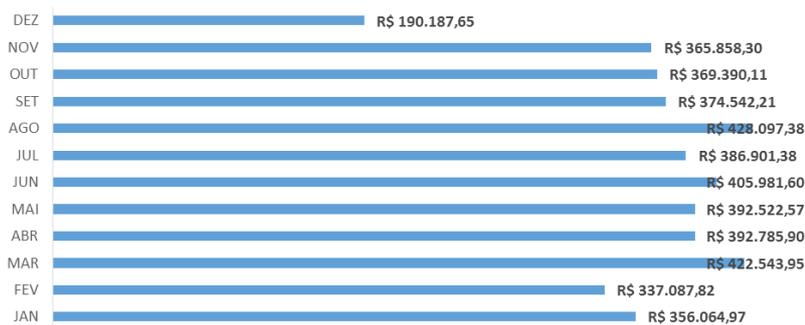
SAAEs 2016



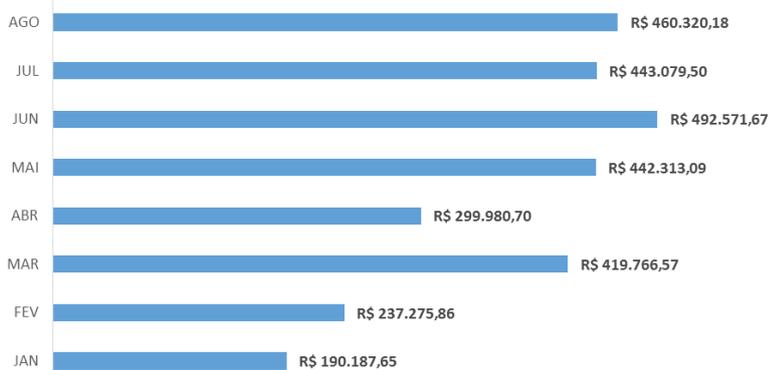
2017



CORREIOS 2016



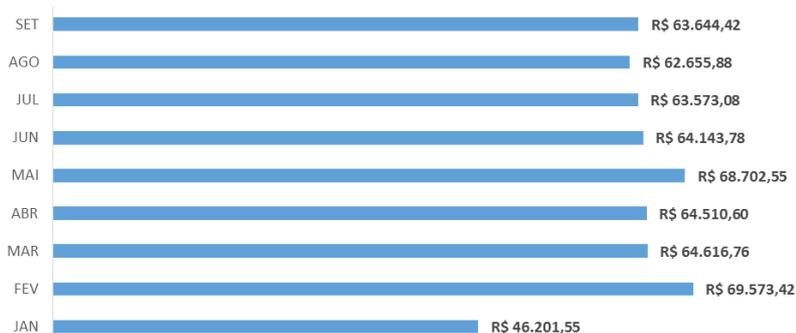
2017



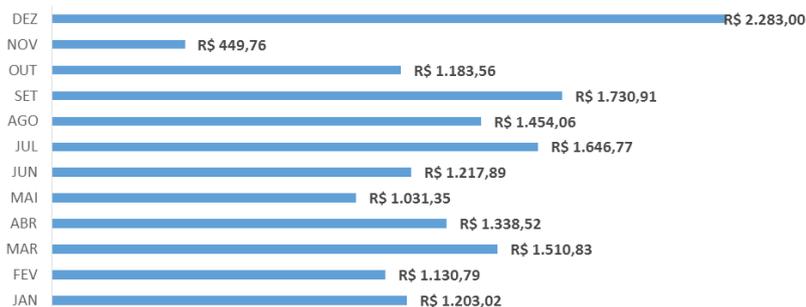
OI FIXO 2016



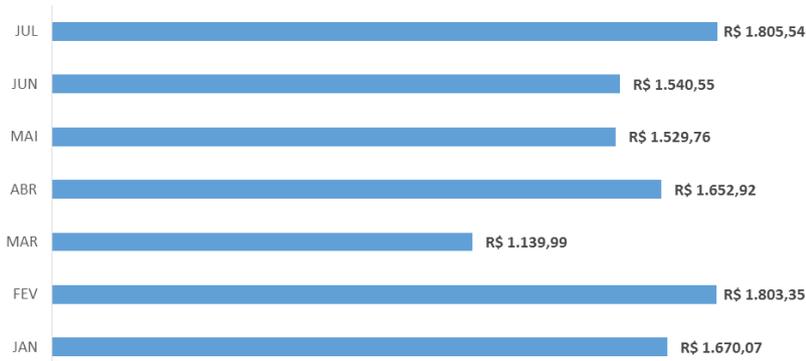
OI 2017



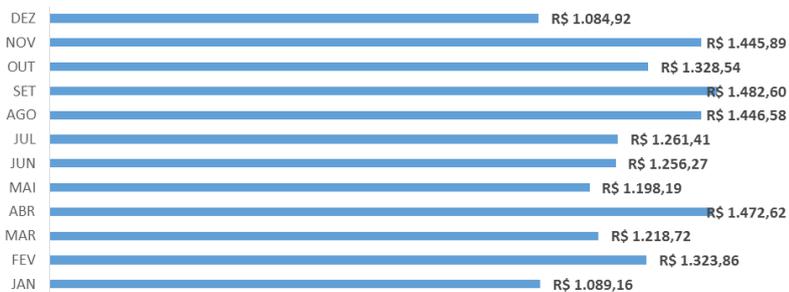
OI FIXO PIAUI 2016



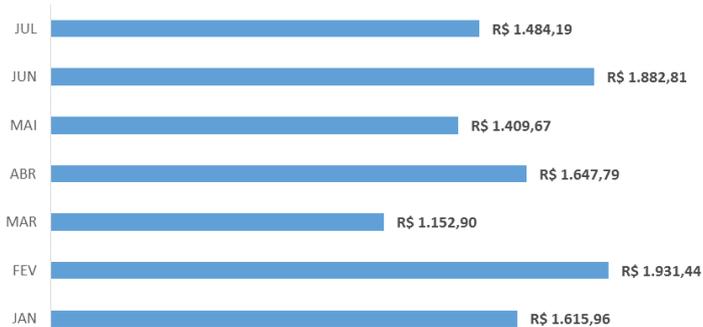
2017



OI FIXO TIMON 2016



2017



ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Tribunal de Justiça, por meio da Resolução GP nº 49/2016, publicada em 13/09/2016, estabeleceu a remessa mensal das prestações de contas dos interinos/interventores das Serventias Extrajudiciais do Maranhão apresentadas ao FERJ, bem como os relatórios técnicos fundamentos com as análises preliminares realizadas pelo fundo de reaparelhamento, para esta Corregedoria Geral de Justiça, visando dar maior efetividade à fiscalização e à melhoria dos Serviços Notariais e de Registros deste Estado.

A norma em tela vem estabelecer rotinas padronizadas e garantir um período único e mensal para apuração das Prestações de Contas que deverão estar em consonância com a escrituração do Livro Diário Auxiliar no Sistema Integrado de Arrecadação do SIAFERJ-WEB, conforme o disposto no artigo 1.º do Provimento n.º 12/2014-CGJ/MA, publicado no DJe de 22 de setembro de 2014, conforme o disposto a seguir:

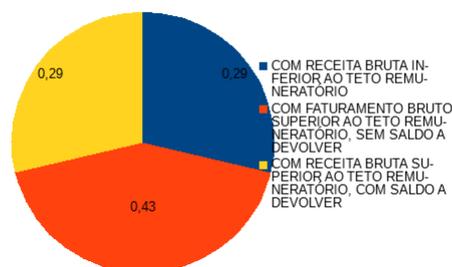
“Art. 3º A prestação de contas apresentada pelos interinos/interventores das Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão será recebida pelo FERJ, que emitirá relatório técnico fundamentado e remeterá os autos à Corregedoria Geral de Justiça, a fim de subsidiar a decisão da Corregedora-Geral da Justiça acerca das regularidades das contas.”

Tendo em vista que compete à Corregedoria Geral da Justiça orientar e disciplinar os serviços prestados nas Serventias Extrajudiciais do Estado do Maranhão, na forma do parágrafo 1º, do artigo 236, da Constituição Federal, além da necessidade do cumprimento da resolução supracitada, em 20/02/2017, por meio da Portaria CGJ 737/2017 e Portaria GP n.º 49/2017 foram relatados 03 (três) servidores desta Corregedoria e 01 (um) servidor da contadoria do Fórum Desembargador Sarney Costa para analisar as prestações de contas recebidas nesta Corregedoria.

Os trabalhos de análise de prestações de contas de interinos/interventores iniciaram-se com aproximadamente 574 (quinhentos e setenta e quatro) processos administrativos, das 82 (oitenta e duas) serventias extrajudiciais, no exercício da interinidade e ou intervenção, no território maranhense. Frisa-se que, atualmente, este número registra-se em 90 (noventa) serventias.

No balanço de gestão desta CGJ 2016/2017, em referência às prestações de contas das Serventias Extrajudiciais, a Supervisão de Análise e Prestação de Contas desta Corregedoria apresentou dados consolidados em **101 (cento e uma) decisões proferidas acerca da regularidade das prestações de contas**, as quais foram analisadas de forma criteriosa, sistemática e registradas em arquivos que foram anexados **àquelas**, no período de 20/02/2017 a 31/08/2017, conforme gráfico abaixo:

101 Decisões proferidas no período



* **29 (vinte e nove) decisões referem-se às Serventias Extrajudiciais cuja receita bruta foi inferior ao teto remuneratório.** Logo, não houve valores a serem recolhidos ao Tribunal de Justiça. No entanto, a análise concentrou-se em invalidar/desconsiderar despesas que não possuem validade fiscal e contábil, o que reflete diretamente no ganho remuneratório do interino, determinando as declarações a serem realizadas no livro diário, bem como a faixa de alíquota aplicável da tabela progressiva do imposto de renda que incidirá sobre os seus rendimentos;

* **43 (quarenta e três) decisões referentes às Serventias Extrajudiciais com faturamento bruto superior ao teto remuneratório, não obstante, sem saldo a devolver,** pois comprovaram a ocorrência das despesas inerentes as atividades serventuárias de forma válida, resultando em uma remuneração bruta menor que o teto remuneratório (90,25% do subsídio dos ministros do STF é de R\$ 30.471,11 - trinta mil, quatrocentos e setenta e um reais e onze centavos, em cumprimento ao Provimento 45/CNJ); e,

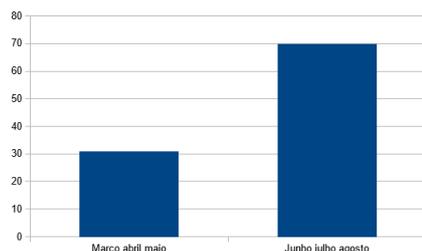
* **29 (vinte e nove) decisões referentes às Serventias Extrajudiciais com receita bruta superior ao teto remuneratório e com saldo a devolver,** haja vista que a remuneração bruta do interino ultrapassou o teto remuneratório, mesmo após a contabilização de todas as despesas efetivamente comprovadas nos moldes da legislação. Frisa-se que essas decisões, as quais têm em anexo o resumo conclusivo das prestações de contas por serventia, resultaram-se no montante a ser recolhido ao Tribunal de Justiça de **R\$ 1.970.578,93 (um milhão, novecentos e setenta mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa e três centavos).**

Convém registrar que a pecúnia supramencionada, refere-se exclusivamente aos valores complementares apurados após a análise efetuada pela Supervisão de Análise e Prestação de Contas desta Corregedoria, não incorporando por sua vez, os valores repassados pelos interinos de forma voluntária, cujos comprovantes de recolhimento foram juntados pelos interinos/interventores no ato da apresentação da prestação de contas.

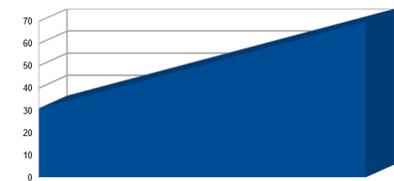
As decisões supracitadas, proferidas no período de março a agosto de 2017, demonstram um crescimento da produtividade no período, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Observando o quantitativo das decisões proferidas, conforme o gráfico, percebe-se o contínuo crescimento da produção de decisões proferidas em análises de prestações de contas de tabeliões interinos/interventores no período.

Na demonstração por trimestre, observa-se um crescimento muito expressivo (aproximadamente de 126%) do primeiro para o segundo trimestre



Decisões proferidas por trimestre



trabalhado. Vale ressaltar que parte da modesta produtividade do primeiro trimestre em referência deve-se ao fato de se estar ainda implantando os serviços.

Com o advento da Resolução-GP 33/2017, publicada em 23.08.2017, a Presidência do TJMA, no uso de suas atribuições legais, determinou que as atividades, antes delegadas ao FERJ, quais sejam, de recebimento das prestações de contas dos interinos/interventores, bem como a emissão de relatórios, análises e demais atividades relacionadas à execução, fossem integralmente incorporadas as atividades desta Corregedoria.

No quadro ao lado, de forma comparativa, encontram-se relacionadas as atividades realizadas durante a vigência da Resolução GP 49/2016 e as novas demandas advindas com a publicação da Resolução GP 33/2017, cujos trabalhos em curso vem sendo executados sem o incremento do fator humano.

Descrição das Atividades de Análise de Prestação de Contas das Serventias Extrajudiciais desta Corregedoria

Resolução-GP 49/2016 (vigente até 22/08/2017)	Resolução -GP 33/2017 (em vigor a partir de 23/08/2017)
<p>1- Receber os processos de prestações de contas (com Demonstrativo de Resultado Mensal - DRM e os documentos comprobatórios de despesas em anexo) das serventias extrajudiciais em interinidade/intervenção, enviadas pelo FERJ, por meio do sistema DIGIDOC, a partir de 13/09/2016, criando pastas organizadas em diretórios da rede;</p> <p>Obs.: este setor recebia os processos pelo DIGIDOC com os anexos e relatórios técnicos conclusivos do FERJ.</p>	<p>1- Receber as prestações de contas dos interinos/interventores, por malote digital e/ou por e-mail, isto é, baixar toda a documentação anexa, criando pastas organizadas em diretórios da rede;</p> <p>Obs.: aproximadamente 90 processos/mês, com vários anexos para baixar.</p>
<p>2 - elaborar arquivos padronizados descrevendo de forma detalhada, por tipo de conta, a receita e as despesas mensais de cada serventia;</p>	<p>2 - cadastrar no sistema DIGIDOC as prestações de contas recebidas e seus anexos, transformando-os em processos;</p>
<p>3 - manter as informações dos investimentos realizados pelas serventias em interinidade/intervenção em pastas organizadoras, tais como: especificações do bem, data de aquisição, valor, contratos de locação entre outros;</p>	<p>3 - esclarecer dúvidas dos interinos/interventores por telefone e quando na visita destes ao setor;</p>
<p>4 - realizar análise das prestações de contas, desconsiderando, para fins de registro na consolidação dos cálculos do DRM, comprovantes que não possuem valor fiscal e contábil, expondo o motivo de cada exclusão, conforme o artigo 2º da Resolução-GP-492016;</p>	<p>4 - elaborar arquivos padronizados, descrevendo de forma detalhada, por tipo de conta, a receita e as despesas mensais de cada serventia;</p>
<p>5 - confrontar os valores da receita bruta e de dispêndio com selos declarados no DRM, com os valores efetivamente realizados pela serventia, contidos no Sistema Integrado do Ferj - SIAFERJ;</p>	<p>5 - manter as informações dos investimentos realizados pelas serventias em interinidade/intervenção em pastas organizadoras, tais como: especificações do bem, data de aquisição, valor, contratos de locação entre outros ;</p>
<p>6 - Identificar, através do resultado obtido, se consta valor excedente ao teto remuneratório a ser recolhido em favor do FERJ, conforme previsão da Resolução 02/2001 do Tribunal de Justiça;</p>	<p>6 - realizar análise das prestações de contas, desconsiderando, para fins de registro na consolidação dos cálculos do DRM, comprovantes que não possuem valor fiscal e contábil, expondo o motivo de cada exclusão, conforme o artigo 2º da Resolução-GP-492016;</p>
<p>7 - elaborar minuta de decisão acerca da regularidade da prestação de contas;</p>	<p>7 - confrontar os valores da receita bruta e de dispêndio com selos declarados no DRM, com os valores efetivamente realizados pela serventia, contidos no Sistema Integrado do Ferj - SIAFERJ;</p>
<p>8 - cadastrar as decisões no sistema DIGIDOC e acompanhar o andamento dos processos;</p>	<p>8 - identificar, através do resultado obtido, se consta valor excedente ao teto remuneratório a ser recolhido em favor do FERJ, conforme previsão da Resolução 02/2001 do Tribunal de Justiça;</p>
<p>9 - preparar a minuta de decisão em resposta aos recursos interpostos pelos interinos/interventores;</p>	<p>9 - elaborar minuta de decisão acerca da regularidade da prestação de contas;</p>
<p>10 - encaminhar as decisões ao FERJ, para prestar as informações aos tabeliões interinos/interventores, bem como recolher assinatura dando ciência da decisão;</p>	<p>10 - cadastrar as decisões no sistema DIGIDOC e acompanhar o andamento dos processos;</p>

Resolução-GP 49/2016 (vigente até 22/08/2017)	Resolução -GP 33/2017 (em vigor a partir de 23/08/2017)
11 - salvar na respectiva pasta da serventia o boleto de recolhimento do valor excedente ao teto remuneratório encaminhado pelo Ferj;	11 - preparar a minuta de decisão em resposta aos recursos interpostos pelos interinos/interventores.
12 - inexistindo o recolhimento por parte do interino/interventor, encaminhar o(s) processo(s) concluso ao gabinete dos juízes corregedores para manifestação a respeito de possível perda de interinidade, em caso de caracterização de evidência de quebra de confiança;	12 - encaminhar informações aos tabeliões interinos/interventores sobre as decisões, bem como recolher assinaturas de comprovação da ciência da decisão;
13 - dar baixa/arquivar no sistema os processos concluídos.	13 - salvar as informações na respectiva pasta da serventia do boleto de recolhimento do valor excedente ao teto remuneratório encaminhado pelo Ferj.
	<p>14 - inexistindo o recolhimento por parte do interino/interventor, encaminhar o(s) processo(s) concluso ao gabinete dos juízes corregedores para manifestação a respeito de possível perda de interinidade, em caso de caracterização de evidência de quebra de confiança e má gestão;</p> <p>15 - dar baixa/arquivar no sistema os processos concluídos.</p> <p>16 - notificar via malote digital os interinos/interventores sobre a obrigatoriedade do recolhimento de valores excedentes ao teto remuneratório.</p> <p>17 - encaminhar os processos ao FERJ, em caso de inexistir o recolhimento, para pré-inscrição do débito do interino/interventor em dívida ativa, tendo em vista ser esse órgão no âmbito da Justiça estadual incumbido desse procedimento;</p> <p>18 - receber processos oriundos do FERJ, com a certificação de inserção do tabelião interino/interventor na dívida ativa estadual;</p> <p>19 - emitir parecer que subsidiará a decisão da Corregedora-Geral da Justiça, mediante um pedido de autorização de despesa da serventia, manifestando se a hígidez financeira atual comporta o investimento em tela;</p> <p>20 - comunicar periodicamente o Ferj quanto a regularidade nas prestações de contas das serventias sob interinidade/intervenção em cumprimento ao que determina o § 1º do artigo 2º e o parágrafo único do artigo 4º da Resolução GP 33/2017</p> <p>21 - manter atualizados os contratos de locação das serventias, bem como os documentos dos imóveis e das partes envolvidas nos contratos.</p>

COLÉGIO
PERMANENTE DE
CORREGEDORES-GERAIS
DE TJ'S - CCOGE



I ENCOGE



O desembargador José Bernardo Rodrigues representou a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, no 71º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil (ENCOGE), em Cuiabá. O juiz Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico, e o diretor da CGJ-MA, Gustavo Costa Campos, participaram dos debates em torno da temática do encontro. As novidades e implicações apresentadas com a chegada do Novo CPC tomaram a maior parte dos debates.



I BRASÍLIA-DF

72º ENCONTRO NACIONAL DOS CORREGEDORES DA JUSTIÇA / ENCOGE

O 72º ENCOGE – Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça aconteceu em Brasília, nos dias 11 e 12 de agosto/2016. O encontro abordou a temática “Os Impactos do Novo Código de Processo Civil e as Corregedorias-Gerais da Justiça: tendências e resoluções”. A corregedora Anildes Cruz, participou do encontro acompanhada da juíza auxiliar, Rosária Duarte e do diretor geral da CGJ-MA, Gustavo Campos. “Os tribunais não podem ser ilhas isoladas, mas devem constituir-se em arquipélago em prol do bom funcionamento - jurisdicional e administrativo - e de ações otimizadas”, disse a ministra Nancy Andrigli, então corregedora nacional da Justiça, em mensagem dirigida aos participantes. Dentre outros temas, os participantes discutiram a “Re-



gulamentação das modificações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil: Atos Normativos do CNJ”; “Regulamentação das Modificações do Novo Código de Processo Civil pelas Corregedorias-Gerais

de Justiça dos Estados”; “Os impactos do Novo CPC no foro extrajudicial: reflexos na normatização administrativa”, e “As corregedorias-gerais da Justiça e a unificação do sistema de execução penal”.

REPERCUSSÃO

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DA CGJ – 2016.1

A corregedora Anildes Cruz apresentou durante o 72º Encoge, o Relatório Semestral de Atividades da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), 2016/1. Durante o encontro, a corregedora Anildes Cruz entregou cópia do relatório à ministra Nancy Andrighi. Na oportunidade, parabenizou a corregedora nacional pela exitosa e marcante gestão. “A vossa passagem pela Corregedoria Nacional estabelece um marco nas relações institucionais entre as Corregedorias estaduais, e nos deixa um legado positivo de ações”, disse Anildes Cruz.

A presidente do CCOGE, desembargadora Maria Erotides Kneip, da Corregedoria-Geral de Mato Grosso, também recebeu um exemplar do relatório das mãos da corregedora Anildes Cruz, que ressaltou o trabalho e empenho da presidente na realização das duas últimas edições do Encoge, a 71ª em Cuiabá, e a 72ª em Brasília-DF. Constam na publicação todos os doze Provimentos editados pela corregedora no primeiro semestre, e destacadas as principais ações da gestão e das coordenações que integram a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, e todo o trabalho desenvolvido pelo órgão nos primeiros seis meses de sua gestão.

ABERTURA - Na abertura do evento a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, fez o discurso em tom de despedida dos trabalhos realizados à frente do órgão do Conselho Nacional de Justiça. Ela realizou um rápido balanço citando dados e pontuando, por exemplo, as mais de 20 mil decisões e despachos proferidos, 11 mil processos arquivados; mutirões nas Justiças estaduais que recolheram aos cofres públicos a ordem de 5 bilhões, dos quais 1 bilhão somente no Distrito Federal, dentre outras ações positivas. Nancy Andrighi finalizou apresentando o ministro João Otávio Noronha, que a sucedeu no cargo a partir do dia 24 de agosto/2016.



RECONHECIMENTO

CORREGEDORA ANILDES CRUZ É ELEITA PARA A COMISSÃO EXECUTIVA DO CCOGE

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, foi eleita para compor a nova comissão executiva do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE). A eleição aconteceu, por aclamação, ao final do 73º Encoge – Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça, realizado em São Paulo (SP).

A nova composição do Colégio é formada pelos desembargadores Manoel de Queiroz Pereira Calças (TJSP) como presidente; desembargador André Leite Praça (TJMG), vice-presidente; desembargador José Cruz Macedo (TJDF), 2º vice-presidente; e a desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, como secretária. O corregedor-geral do Espírito Santo, desembargador Ronaldo Gonçalves de Souza, foi conduzido ao cargo de tesoureiro. O mandato dos eleitos tem a duração de um ano.



A desembargadora Anildes Cruz, única mulher a compor a nova diretoria, agradeceu a confiança dos colegas para o mandato, e afirmou que as ações do CCOGE externadas nas ações e debates promovidos pelo Encoge, contribuem para as mudanças necessárias no Judi-

ciário brasileiro frente à nova realidade social dada. “O Encoge tem essa missão de tornar a prestação jurisdicional e extrajudicial uniforme, ampla, célere e eficaz, daí a importância de discussões e debates atuais promovidos por esse encontro”, ressaltou Anildes Cruz.



ORIENTAÇÃO

CORREGEDORES APROVAM A CARTA DE SÃO PAULO DURANTE O 73º ENCOGE

Os corregedores gerais das justiças estaduais de todo o país, lançaram, no dia 25 de novembro/2016, a Carta de São Paulo após três dias de discussões e debates durante o 73º Encoge – Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça, realizado na capital paulista. A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça maranhense, contribuiu com a redação do documento. Entre os pontos destacados está a intensificação do controle de assiduidade e disponibilidade dos juízes, garantindo a presença física do magistrado durante o período de expediente forense. Registro civil para nascimentos advindos



de técnicas de reprodução assistida; rígido controle do excedente da remuneração dos interinos em cartórios; atendimento

prioritário pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o desenvolvimento e suporte do Projeto PJe, dentre outros.

74º ENCOGE

CORREGEDORES DISCUTEM ‘A INOVAÇÃO NA ATIVIDADE CORREICIONAL’

O 74º Encontro Nacional de Corregedores-Gerais da Justiça (ENCOGE) foi realizado no Plenário Ministro Pedro Soares Muñoz do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), em Porto Alegre. A desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça do Maranhão e secretária do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE), participou do evento, que debateu “A Inovação na Atividade Correicional”. Os juízes auxiliares da CGJ-MA, Gladiston Cutrim, Marcia Chaves, e Rosângela Prazeres, acompanharam a corregedora.

A corregedora-geral do TJRS, desembargadora Íris Helena Medeiros Nogueira, anfitriã do evento, deu boas-vindas aos participantes. “Este encontro é uma oportunidade de estreitamento das relações e de atualização de procedimentos. Os desafios do Poder Judiciário exigem das Corregedorias a capacidade de projetar ações, aliando criatividade e inovação ao



avanço tecnológico”, ressaltou a corregedora gaúcha. Para a corregedora Anildes Cruz, a missão das Corregedorias é fazer chegar a prestação jurisdicional à população.

“Atender aos anseios da população, que nos procura depois de esgotadas todas as alternativas, fazendo a Justiça chegar aos que dela precisam”, ressaltou.



DIRETRIZES

CORREGEDORES-GERAIS DE TJS APRESENTAM CARTA DE PORTO ALEGRE

No encerramento do 74º ENCOGE, os Corregedores apresentaram a Carta de Porto Alegre. No documento, foram estabelecidas diretrizes e orientações referentes aos assuntos tratados durante o Encontro, tais como: questões envolvendo o monitoramento de ações repetitivas, uso predatório da jurisdição, a importância das videoconferências, estímulo à auto-composição dos litígios, entre outros. A Carta também apresenta a posição das Corregedorias envolvendo projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional.



I 74º ENCOGE

CORREGEDORA ANILDES CRUZ APRESENTA RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Durante o encontro, a corregedora Anildes Cruz entregou o arquivo eletrônico do Relatório Anual de Atividades da CGJ-MA ao ministro João Otávio de Noronha. Na oportunidade, parabenizou a corregedor nacional pela gestão firme e atuante que vem exercendo frente ao Órgão. O presidente do CCOGE, desembargador Manoel de Queiróz Pereira Calças, da Corregedoria-Geral de São Paulo, também recebeu o arquivo eletrônico do relatório da CGJ-MA das mãos da corregedora Anildes Cruz, que ressaltou o trabalho e empenho do presidente na realização das duas últimas edições do ENCOGE, a 73ª em São Paulo, e a 74ª em Porto Alegre-RS.



I MINAS GERAIS

75º ENCONTRO DE CORREGEDORES DOS TJS É ABERTO EM BELO HORIZONTE

Com palestra inaugural do corregedor-nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, na Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais, foi aberto o 75º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - ENCOGE. A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, participou do evento acompanhada dos juízes auxiliares José Américo Abreu Costa e Rosária Duarte.

O encontro foi aberto pelo presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, pelo corregedor, desembargador André Leite Praça, que é vice-presidente do CCOGE, e pelo corregedor de São Paulo e presidente do colegiado, desembargador Manoel de Queiróz Pereira Calças.



DEMANDAS REPETITIVAS

JUIZES AUXILIARES DA CGJ PARTICIPAM DE GRUPOS TEMÁTICOS DURANTE O 75º ENCOGE

Os juízes auxiliares da CGJ-MA, José Américo Abreu Costa e Rosária Duarte, participaram das discussões em dois grupos temáticos no 75º ENCOGE, no Palácio da Justiça, em Belo Horizonte, que aconteceu em junho/2017. O juiz José Américo participou do grupo que discutiu as Demandas Repetitivas e Uso Predatório da Justiça; Ações de Inteligência/Relacionamento com Agentes Externos (Polícia, AGE, AGU, Receita Federal e outros); e Investigação Patrimonial de Magistrados/Servidores. Já a juíza Rosária Duarte debateu os temas Destino de Armas e Bens Apreendidos; Portaria nº 15/2017 do CNJ – Fortalecimento das Redes de Enfrentamento à Violência Doméstica e Instrumentos de Controle da Prescrição Criminal/ Combate à Impunidade.



73º ENCOGE

CORREGEDORES DE TODO O PAÍS DISCUTEM PROPOSTAS PARA A MAGISTRATURA



73º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça (Encoge), discutiu a relação do juiz com a imprensa e mídias sociais, ética, inovações do novo Código de Processo Civil (CPC) e registro civil após reprodução assistida.

I COMISSÃO EXECUTIVA

DESEMBARGADORA ANILDES CRUZ ENCERRA PARTICIPAÇÃO NA DIRETORIA DO CCOGE



A corregedora-geral da Justiça do Maranhão e Secretária do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE), desembargadora Anildes Cruz, encerrou sua atuação na Diretoria Executiva da entidade, com a participação na 76ª Edição do Encontro de Corregedores-Gerais, realizado no período de 25 a 27 de outubro de 2017, na cidade de Salvador (BA). O encontro abordou o tema: “A Corregedoria, o Magistrado e a Sociedade no século XXI”.

Durante o evento, a desembargadora agradeceu o apoio e confiança dos colegas corregedores de todo o Brasil, e a parceria do desembargador corregedor do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) e presidente do CCOGE, Manoel Calças, que foi nominado como “grande defensor das causas da Justiça estadual brasileira”. “Saímos deste encontro, mais uma vez, enriquecidos com as discussões de temas tão importantes, que além de reforçar o papel do corregedor na administração da Justiça, desmistifica a ideia de que as corregedorias servem apenas para punir; presa a regimentos;

provimentos; ou a regras correlatas que disciplinam a condução da magistratura de 1º grau”, pontuou Anildes Cruz.

Ainda segundo a corregedora, o papel das corregedorias está além do trabalho burocrático, da administração, orientação, planejamento ou fiscalização. “É preciso estreitar as relações com os juízes, compartilhando a troca de informações, ideias e soluções, e assim, aprimorar as boas práticas necessárias ao aperfeiçoamento do Judiciário de 1º grau, que é a porta de entrada de atendimento à sociedade brasileira”, finalizou a magistrada.

Em tom de despedida do CCOGE, a desembargadora do Maranhão fez um resgate do trabalho realizado à frente da Corregedoria da Justiça. “Ao longo desses dois anos de atuação como corregedora-geral do TJ Maranhão, busquei dar o máximo de mim em prol da Justiça estadual, foram dias de muito trabalho, sempre ouvindo juízes, cartorários e servidores do Poder Judiciário”, lembrou emocionada.

Anildes Cruz agradeceu publicamente a equipe de juízes auxiliares que atuaram ao longo da atual gestão no planejamento

e coordenação de áreas específicas da CGJ-MA: Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico); José Américo Abreu Costa (Infância e Juventude); Marcia Chaves (Juizados Especiais); Rosângela Prazeres (Correições Judiciais); Rosária Duarte (Serventias Judiciais); e Sara Gama (Serventias Extrajudiciais).

“Ao longo desses dois anos de atuação como corregedora-geral do TJ Maranhão, busquei dar o máximo de mim em prol da Justiça estadual, foram dias de muito trabalho, sempre ouvindo juízes, cartorários e servidores do Poder Judiciário”

Anildes Cruz desembargadora

Casamento Comunitário



MAIOR DO ANO / 2016

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA CELEBRA O MAIOR CASAMENTO COMUNITÁRIO DO ANO, COM 924 CASAIS



Assim que as portas do Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foram abertas, às 8h da manhã do dia 12 de novembro/2016, começaram a chegar os primeiros noivos para o maior casamento comunitário do ano, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça. A cerimônia reuniu 924 casais numa cerimônia que durou pouco menos de uma hora e reuniu mais de cinco mil pessoas, entre nubentes, familiares, servidores do Poder Judiciário e convidados.

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, em mensagem aos noivos, disse que a expressiva responsabilidade social do projeto Casamentos Comunitários adentra em outra dimensão: “Casamento é comunhão de vida, é construção de famílias, consolidação de relacionamentos afetivos, enfim, a legitimação de uma união duradoura”, declarou.

“Ver esse centro de convenções cheio e a alegria no rosto dos senhores e senhoras, são provas do reconhecimento público a

essa louvável iniciativa do Judiciário, que deve receber não apenas da nossa, mas das futuras administrações do Tribunal e da Corregedoria, dos juízes e servidores, a devida atenção e continuidade”, finalizou a desembargadora corregedora.

HOMENAGEM - O ex-corregedor e ex-presidente do TJMA, desembargador Jorge Rachid Maluf, foi homenageado em vídeo institucional por ter instituído o projeto “Casamentos Comunitários” e outros de cunho social que são praticados há anos pela Justiça estadual, com milhares de beneficiários. O magistrado foi representado na solenidade pelo advogado Jorge Rachid Mubárack Maluf Filho.

Cerca de 50 magistrados de todas as comarcas do Estado participaram da cerimônia celebrando os casamentos. Os juízes auxiliares da Corregedoria, Rosângela Prazeres, José Américo Abreu Costa, Sara Gama e Gladiston Cutrim atuaram como concelebrantes.

“Ver esse centro de convenções cheio e a alegria no rosto dos senhores e senhoras, são provas do reconhecimento público a essa louvável iniciativa do Judiciário”

Anildes Cruz, desembargadora

HOMENAGEM



O ex-corregedor e ex-presidente do TJMA, desembargador Jorge Rachid Maluf, foi homenageado em vídeo institucional por ter instituído o projeto “Casamentos Comunitários” e outros de cunho social que são praticados há anos pela Justiça estadual, com milhares de beneficiários. O magistrado foi representado na solenidade pelo advogado Jorge Rachid Mubárack Maluf Filho.



ALCANCE SOCIAL

CANTANHEDE PROMOVE CASAMENTO COMUNITÁRIO COM MAIS DE 130 CASAIS

A Comarca de Cantanhede realizou uma grande cerimônia de casamento comunitário. O evento, coordenado pelo juiz titular Eduardo Girão, uniu 134 casais e ocorreu na Praça da Cruz, no centro da cidade.

Além do juiz Eduardo Girão (que presidiu a cerimônia), o casamento contou com a participação dos magistrados Samir Mohana, titular de Santa Rita, e Luiz Emílio Bittencourt, da Comarca de Olinda Nova do Maranhão. Após a abertura oficial, os magistrados realizaram a união do casal mais idoso, formado por Sabino Bispo de Lima e Maria dos Milagres Andrade, ambos de 73 anos de idade. Na sequência, aconteceu a união do casal mais jovem formado por Raimundo Sousa Santos (22 anos) e Ana Raquel Pinto Sousa (14).



I DIREITO SOCIAL

CASAMENTO COMUNITÁRIO CELEBRA A
UNIÃO DE 120 CASAIS NO FÓRUM DE SÃO LUÍS

O Fórum “Desembargador Sarney Costa” foi o palco da realização de uma cerimônia do Projeto “Casamento Comunitário” gratuito oferecido pelo Poder Judiciário, reunindo 120 casais, organizado pela 3ª Vara da Família de São Luís.

A cerimônia foi realizada no pátio interno do Fórum, decorado para a ocasião pelas igrejas evangélicas da capital, que inscreveram a maioria dos noivos participantes e ofereceram um café da manhã aos casais e familiares. Os noivos se inscreveram para o projeto gratuitamente, dois meses antes do evento,

junto às suas igrejas e deram entrada nos proclamas junto ao 3ª Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais, no bairro do João Paulo.

A cerimônia foi celebrada, conjuntamente, pelos juízes de direito Sebastião Bonfim, diretor do fórum; Joseane Bezerra (3ª Vara da Família), André Ewerton Martins (1ª Vara Criminal de Açailândia), Nelson Moraes Rego (Auditoria Militar) e pela juíza de paz Ana Paula Carvalho, com participação do Daniel Morais Sousa, chefe da Central de Mandados e pastor da Assembleia de Deus, que compuseram a mesa diretora da solenidade.



I ELOGIOS

CORREGEDORIA ELOGIA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA
DE JUÍZES NO CASAMENTO COMUNITÁRIO DE SÃO LUÍS

Por meio da Portaria nº 4335/2016, a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, elogiou a participação voluntária dos juízes de direito na celebração do casamento comunitário de São Luís.

Cerca de 50 juízes oriundos de diver-

sas comarcas do Estado participaram como concelebrantes da cerimônia de Casamento Comunitário realizada pela Corregedoria Geral da Justiça no dia 12 de novembro, no campus universitário da UFMA, em São Luís.

Os magistrados atuaram voluntaria-

mente – sem ônus para o Poder Judiciário – da cerimônia, que teve como anfitriã a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e como presidente da mesa de honra o desembargador Cleones Cunha, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

SOLENIIDADE

CASAIS DE QUATRO MUNICÍPIOS PARTICIPAM DE CASAMENTO COMUNITÁRIO EM BACABAL

A comarca de Bacabal realizou cerimônia de Casamento Comunitário com a participação de 62 casais residentes na sede e nos termos judiciários de Bom Lugar, Lago Verde e Conceição do Lago Açu. O evento aconteceu dia 1º de dezembro, no Templo Central da Igreja da Assembleia de Deus, na cidade de Bacabal, e teve início com a celebração da união dos casais mais velho e mais jovem presentes.

A solenidade foi presidida pelo juiz titular da 3ª Vara de Bacabal, Jorge Sales Leite, com a participação de juízes convidados Marcelo Silva Moreira (Juizado Especial), Vanessa Ferreira Lopes (1ª Vara) e Daniela Bonfim Ferreira (2ª Vara) como concelebrantes. “É um evento é benéfico e gratuito e serve para regularizar o estado civil dos nubentes e proporciona maior dignidade para as famílias, além de aproximar o Judiciário a comunidade na construção de uma sociedade mais justa, participativa e fraterna, um verdadeiro



encontro com a cidadania”, declarou o juiz Jorge Leite. O casamento foi possível com a parceria dos cartórios extrajudiciais do

2º, 3º e 4º officios da comarca de Bacabal, que habilitaram os casais interessados em participar do projeto.



INÉDITO

COMARCA DE TUTÓIA REALIZA CASAMENTO COMUNITÁRIO À BEIRA MAR

A Praia da Barra foi cenário da primeira cerimônia do projeto Casamentos Comunitários realizada à beira mar, pela comarca de Tutóia. O juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, anfitrião da festa, conduziu o casamento que contou com a participação de 110 casais da sede e do termo judiciário de Paulino Neves. A vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria das Graças Duarte, e o idealizador do projeto, desembargador Jorge Rachid, prestigiaram o evento. A cerimônia, iniciada às 17h20, ao entardecer, teve a participação de outros sete juízes concelebrantes.





153 CASAIS DIZEM SIM EM CASAMENTO DE ANAJATUBA

A comarca de Anajatuba sediou uma grande cerimônia de Casamento Comunitário, com a presença de 153 casais da comunidade. A solenidade foi presidida pela juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha, titular da comarca, com a participação dos juízes de paz Cildilene Cristina Silva e Guilherme Morais Gazzinelli.

Para a juíza Jaqueline Rodrigues, o projeto casamentos comunitários é “de relevante valor social, visto que possibilita a união de casais que necessitam do reconhecimento oficial do Estado para obtenção de garantias e direitos”.

Durante a cerimônia os noivos foram presenteados com brindes sorteados após a solenidade.



SÃO JOSÉ DE RIBAMAR CELEBRA CASAMENTO

Em cerimônia de casamento comunitário realizada pela 3ª vara da Família do termo judiciário de São José de Ribamar no dia 7 de dezembro/2016, na quadra poliesportiva do Instituto Filadélfia, no Bairro Jardim Tropical I, o juiz Márcio Matos Costa celebrou a união de 100 casais. Os noivos foram habilitados para o casamento no cartório extrajudicial do 2º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais daquele município.

Em clima de alegria e expectativas, os casais e familiares lotaram o local do evento, após terem atendido as exigências legais para a cerimônia. O magistrado de São José de Ribamar realizou, sozinho, todas as 100 uniões.



300 NOIVOS PARTICIPAM DE CASAMENTO EM CAXIAS

O Poder Judiciário de Caxias viveu mais um momento de conagração com a população, durante uma cerimônia do Projeto “Casamentos Comunitários”, destinado à oficialização da união civil de casais da comunidade.

A solenidade foi realizada no Balneário Veneza, um dos cartões postais da cidade, que foi decorado especialmente na ocasião solene, para receber, além dos 300 casais, seus familiares, autoridades municipais e convidados em geral.



CASAMENTO COMUNITÁRIO UNIU 72 CASAIS EM COROATÁ

Uma cerimônia de casamento comunitário realizada na Comarca de Coroatá, oficializou a união de 72 casais. O evento, promovido pela 2ª Vara da unidade, foi capitaneado pelo titular da Vara, juiz Francisco Ferreira de Lima. A juíza Josane Braga, titular da 1ª Vara da Comarca, ajudou na celebração que contou com a presença do desembargador Jorge Rachid, idealizador do projeto Casamentos Comunitários. O evento contou com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJMA).

Nas palavras do juiz Francisco Ferreira de Lima, a cerimônia foi simples, porém muito bonita.



COMARCA DE ALTO PARNAÍBA REALIZA CASAMENTO

A juíza Nuza Maria de Oliveira Lima, titular de Alto Parnaíba, coordenou uma etapa do projeto 'Casamentos Comunitários' na comarca. A cerimônia contou com a participação de 55 casais. Este foi o segundo casamento comunitário organizado pelo Poder Judiciário na comarca e aconteceu na sede do Clube Recreativo de Alto Parnaíba. A solenidade teve início às cinco horas da tarde. O fórum contou com a parceria com os cartórios do 1º e 2º ofício na inscrição dos interessados. Durante o casamento, os casais participantes receberam brindes, além de um bolo decorado especialmente para a ocasião.



CASAMENTO REÚNE 190 CASAIS EVANGÉLICOS

Cento e noventa casais participaram de uma cerimônia do Casamento Comunitário Evangélico realizada em São Luís, na quadra do Colégio Cintra - Anil. O evento foi organizado pela Igreja Apostólica da Palavra de Deus com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Celebraram os 190 casamentos comunitários os juízes: Joseane Bezerra (3ª Vara da Família), Rosária Duarte (juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça), Brígido Lages (7ª Vara Cível), Diva Mendes (13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo) e Ana Paula Carvalho (juíza de Paz).



CASAMENTO EM RAPOSA UNE 105 CASAIS À BEIRA-MAR

O entardecer na praia da Raposa foi cenário de cerimônia de casamento comunitário, quando 105 casais formalizaram suas uniões perante o Poder Judiciário. A juíza Rafaella Saif, anfitriã da festa, conduziu o casamento com o apoio de outros 15 juízes. A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e o idealizador do projeto Casamentos Comunitários, desembargador Jorge Rachid, prestigiaram o evento.

A solenidade, realizada no Espaço 77, contou com o apoio da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Cartório Extrajudicial local, e das importantes parcerias do Município, empresas e voluntários.



CERIMÔNIA REÚNE CASAIS NA COMARCA DE ARARI

A Comarca de Arari sediou uma cerimônia de "Casamento Comunitário" gratuito com 92 casais, no templo central da Assembleia de Deus. A cerimônia foi presidida pela juíza Anelise Nogueira Reginato, da Vara única de Arari, auxiliada pelas juízas Mirella Freitas (comarca de Itapecuru-Mirim) e Karyne Reis (comarca de Santa Inês), que celebraram as uniões ao lado da titular da comarca de Arari.



SANTA RITA CELEBRA UNIÃO CIVIL DE 85 CASAIS

A comarca de Santa Rita celebrou a união civil de 85 casais numa cerimônia de Casamento Comunitário no Centro de Convenções José Gonçalo, na BR 135. Dentre os noivos beneficiados pelo projeto, José Cecílio, 90 anos, e Leonildes Menezes, 70 – os mais idosos –, formavam um dos casais especiais da cerimônia, e receberam a Certidão de Casamento das mãos do juiz titular, Samir Mohana Pinheiro.

A solenidade contou com o apoio do Cartório Extrajudicial de Santa Rita, que inscreveu e habilitou os casais interessados em participar do casamento comunitário, e da Prefeitura Municipal, na estrutura do evento.



JUÍZES UNEM 141 CASAIS NO BAIRRO SÃO RAIMUNDO

Uma cerimônia de casamento comunitário organizada pela 3ª Vara da Família da Capital em parceria com a Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Madureira, uniu 141 casais do Bairro São Raimundo, em São Luís. Ao abrir a cerimônia, a juíza Joseane Bezerra passou a palavra ao magistrado Brígido Lages, que falou aos nubentes sobre a construção e o valor da família na sociedade. “Valores morais e princípios éticos têm suas origens na família, que se inicia com o casamento, que é um compromisso estabelecido entre um homem e uma mulher, o que inclui fidelidade, respeito, compreensão e tolerância”, frisou o juiz.



CEDRAL CELEBRA CASAMENTO COMUNITÁRIO COM 94 CASAIS

A comarca de Cedral celebrou uma cerimônia de casamento comunitário para 94 casais. A solenidade foi organizada pelo Judiciário da comarca, sob a presidência da juíza de direito Marcia Daleth Gonçalves Garcez, titular da comarca, que contará com a colaboração de uma equipe de juízes designados para auxiliar na celebração dos matrimônios: Thadeu de Melo Alves (Bacuri), Douglas Lima da Guia (Cururupu), Rafael Felipe de Souza Leite (Mirinzal), Rodrigo Costa Nina (Santa Luzia do Paruá), Tereza Palhares Nina (1ª Vara de Pinheiro), Júlio Cesar Prazeres (auxiliar da comarca da Ilha de São Luis).

CASAMENTO REÚNE 49 CASAIS EM ESTREITO

Uma cerimônia de casamento comunitário promovida pela 2ª vara da comarca de Estreito reuniu 49 casais para a oficialização da união. Comandada pelo titular da vara, juiz Frederico Feitosa, a cerimônia foi realizada na quadra do Colégio Transamazônico, no município.



JUIZ CELEBRA A UNIÃO DE 126 CASAIS EM COROATÁ

Os casais da comarca de Coroatá e do termo judiciário de Peritoró que aguardavam uma oportunidade para oficializar a união perante a Justiça participaram de solenidades do projeto Casamentos Comunitários promovido pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) por meio do juiz Francisco Ferreira Lima, titular da 2ª Vara da comarca. Em Coroatá, o auditório do Complexo Educacional do Ensino Fundamental recebeu 85 casais e familiares para o tão esperado momento.



SÃO VICENTE FÉRRER JUDICIÁRIO UNE 121 CASAIS

O Poder Judiciário em São Vicente Férrer realizou uma cerimônia de casamento comunitário com a participação de 121 casais, dos quais 21 oriundos do termo judiciário de Cajapió. O titular da comarca, juiz Bruno Barbosa Pinheiro, presidiu a solenidade com o auxílio dos magistrados Luiz Emílio Bittencourt (Olinda Nova do Maranhão), Ricardo Augusto Figueiredo Moyses (Cândido Mendes), e Ivis Monteiro Costa (São João Batista).



CASAMENTOS COMUNITÁRIOS

CGJ RECONHECE APOIO E PARCERIA DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL

Os cartórios de Registro Civil da Capital e do Interior foram homenageados pela parceria e apoio ao projeto “Casamentos Comunitários” em todo o Estado. Durante solenidade realizada na Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), a desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral, ressaltou a efetiva contribuição para o sucesso das centenas de edições realizadas nos últimos dois anos, que uniram cerca de 10 mil casais.

Os registradores são responsáveis pelo atendimento, inscrição, formalização do processo de habilitação, encaminhamento de documentação à CGJ e ao Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), e expedição das certidões de casamento.

Representaram os oficiais de Registro Civil do Estado, na ocasião, Maurício Carvalho Santos (Interino da 1ª Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais de São Luís); Rosseline Privado Rodrigues (Titular da 2ª Zona); Idália Alves do Nas-



cimento Abraão (Interina da 3ª Zona); e Daniel Ribeiro Alves (funcionário da 4ª Zona), representando o titular Enoch Ribeiro de Vasconcelos.

No ato, a corregedora-geral ressaltou o envolvimento e o atendimento das serventias extrajudiciais aos casais que buscam oficializar a união civil por meio do projeto da CGJ. “O sucesso do casamento comunitário perpassa, também,

pelos oficiais de Registro Civil da Capital e do Interior, que com presteza atendem grande demanda oriunda da Corregedoria e dos juízes de Direito ao longo da atual gestão”, reconheceu Anildes Cruz.

A registradora Rosseline Rodrigues retribuiu os agradecimentos da Corregedoria, e ressaltou que a atual gestão da CGJ tem sido parceira das serventias extrajudiciais.

I SÃO LUÍS/2017

CGJ CELEBRA CASAMENTO COMUNITÁRIO COM A UNIÃO CIVIL DE 890 CASAIS



O Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi palco para a maior cerimônia de Casamento Comunitário realizada em 2017 no Estado, com a participação de 50 juízes e união civil de 890 casais, no dia 21 de outubro. O evento, coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), foi aberto pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, e pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz. O idealizador do projeto, desembargador Jorge Rachid, prestigiou o evento.

Ao declarar aberta a cerimônia, o presidente Cleones Cunha parabenizou os noivos e falou sobre a importância do companheirismo, respeito e fidelidade na relação conjugal. “A maioria dos casais presentes já são casados de fato, com filhos, mas estão hoje aqui para dizer perante um juiz que ambos se gostam e querem continuar juntos, só que a partir de agora de forma legalizada perante a Justiça, evitando problemas futuros” ressaltou o presidente do TJMA.

“Um dos atos mais importantes na trajetória da vida se concretiza hoje para todos vocês, e isso é motivo de grande alegria para nós magistrados e servidores do Poder Judiciário. O vínculo conjugal traz proteção legal para fins de herança, previdência social, e outros; mas impõe deveres mútuos como a fidelidade, assistência, sustento, guarda e educação dos filhos”, frisou a corregedora-geral aos nubentes.

Os noivos foram recepcionados com uma decoração especial, tapete vermelho, espaço para fotos, brindes, e apresentações musicais da Banda do Bom Menino, sob a regência do maestro Luís Carlos. Colaboradores da Corregedoria e dos cartórios parceiros da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, e 5ª zonas de Registro Civil de São Luís trabalharam fazendo a triagem dos casais que chegavam ao espaço.

Ao discursar, a reitora da UFMA, professora Nair Portela, felicitou os casais e exaltou o evento como parte importante das comemorações da UFMA em seu quinquagésimo primeiro aniversário. “A Universidade completa 51 anos e dá

boas-vindas a todos vocês. Desejamos muita felicidades, conquistas e realização de sonhos aos casais e queremos dar boas-vindas a também aos parceiros e juízes aqui presentes, em que destes, muitos se graduaram pela UFMA. Temos muito orgulho disso”, disse a reitora.

“Um dos atos mais importantes na trajetória da vida se concretiza hoje para todos vocês, e isso é motivo de grande alegria para nós magistrados e servidores do Poder Judiciário.”

Anildes Cruz, desembargadora

Comunicação



1351 MATÉRIAS

ASSCOM DA CGJ RECONHECE RECORDE DE PUBLICAÇÕES COM A ENTREGA DE MEDALHAS



A Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça (ASSCOM CGJ-MA) alcançou a marca recorde de 1351 matérias publicadas no ano de 2016. Cerca de 85% das comarcas do Estado tiveram informações divulgadas no Portal do Poder Judiciário no período. O trabalho, desenvolvido em conjunto pela ASSCOM-CGJ e Núcleo do Fórum de São Luís, por meio da gestão da desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, foi reconhecido com a entrega de medalhas.

A corregedora Anildes Cruz foi agraciada com a medalha da ASSCOM, em reconhecimento ao apoio e atuação transparente e inovadora durante seu primeiro ano à frente da Corregedoria. Os juízes auxiliares da CGJ, Gladiston Cutrim, José Américo Abreu Costa, Marcia Chaves, Rosângela Prazeres, Rosária Duarte e Sara Gama, o juiz Sebastião Bonfim, diretor do fórum de São Luís, e o diretor da Corregedoria, Gustavo Campos, também foram homenageados.

Os servidores receberam as medalhas por categorias: Maior Produtividade: Mi-

chael Mesquita, Marta Barros e Valquíria Santana; Assuntos Especiais: Helena Barbosa; Cobertura de Gabinete: Edgar Ribeiro; Assuntos Administrativos: Jodeilse Mafra. Pela categoria Fórum de São Luís, Nonato Reis, Josy Lord e Priscilla Costa receberam o reconhecimento.

Pela categoria Parceria Institucional, dedicada àqueles que contribuíram diretamente com o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela ASSCOM-CGJ, foram agraciados: Ribamar Pinheiro (Fotografia Institucional); Carlos Eduardo Sales (Diagramação); Jônata Soares (Edição de Vídeo); Paulo Lafene (Edição de Áudio); e Andréa Collins, Danielle Limeira e Juliana Mendes, pelo compartilhamento de informações e textos relacionados ao Poder Judiciário.

DADOS - De acordo com dados estatísticos obtidos no sistema de gerenciamento do Portal do Poder Judiciário, no ano de 2013 foram divulgadas 842 matérias na página da Corregedoria, número que atingiu a marca de 967 em 2014. Já em 2015 foram produzidos 1016 textos. Até o dia 31 de dezembro de 2016 foram

publicados 1351 textos de autoria própria da Assessoria de Comunicação e Núcleo do Fórum.

As veiculações externas - aquelas reproduzidas pelos veículos da imprensa geral - alcançaram o patamar superior a sete mil inserções positivas, sendo 3359 na internet e 1035 na TV.

Para o assessor-chefe da ASSCOM-CGJ, Márcio Rodrigo, os números são fruto de diversos elementos que, trabalhados de forma integrada e compartilhada, resultaram em um excelente trabalho da equipe. “A gestão atuante e positiva da corregedora Anildes Cruz, aliada à parceria dos juízes da capital e do interior do Estado foi fundamental para tamanha produção de conteúdo em 2016”, avaliou o assessor.

Ainda de acordo com o assessor, o comprometimento e dedicação da equipe foram determinantes para a obtenção do recorde de publicações. “Encontramos um ambiente bem organizado fruto de um bom trabalho realizado pelos chefes anteriores, o que nos ajudou muito”, finalizou Márcio Rodrigo.

I MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO

JUIZES RECONHECEM ATUAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CGJ



Juízes integrantes do movimento denominado “Maranhão Contra a Corrupção” registraram elogios ao trabalho desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça (ASSCOM-CGJ) nos últimos dois anos, no apoio e divulgação da atuação judicial em ações relacionadas ao combate à corrupção no Estado. Magistrados representantes do Movimento entregaram ofício à corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Chaves Cruz, e ao assessor-chefe da ASSCOM-CGJ, Márcio Rodrigo, parabenizando pelo crescimento significativo de matérias jornalísticas abordando o tema Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública. No documento, subscrito por 47 juízes de Direito de comarcas do interior e da Capital, o movimento elogia “a atenção dispensada e excelente trabalho jornalístico envolvendo a publicação de matérias relativas a improbidade administrativa e combate à corrupção”. Para os magistrados, a publicação dessas decisões é fundamental para o fortalecimento da democracia e para legitimação do Poder Judiciário, além de contribuir para evolução ética da administração pública e da própria sociedade.

Os juízes Douglas de Melo Martins

(Vara de Interesses Difusos e Coletivos); Ângelo dos Santos (Presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão); José Américo Costa (Auxiliar da CGJ), José Jorge Figueiredo dos Anjos (3ª Vara da Fazenda Pública); Marcelo Oka, Lidiane de Souza e Alistelman Mendes Filho, da Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), representaram o “Maranhão Contra a Corrupção” na ocasião.

Para Douglas Martins, são notórios o envolvimento e compromisso da atual geração do Poder Judiciário com a priorização das demandas envolvendo o tema corrupção, e o apoio da Corregedoria nos últimos dois anos, por meio da Comunicação, tem sido fundamental para levar ao conhecimento da sociedade o trabalho desenvolvido pelos juízes maranhenses. “Por questão de Justiça há de se reconhecer o trabalho da Assessoria de Comunicação da Corregedoria ao longo desse período e as escolhas feitas pela sua administração, que deu repercussão social a um trabalho invisível dos juízes”, frisou Douglas Martins à corregedora.

A corregedora Anildes Cruz agradeceu o reconhecimento e disse estar feliz pela integração ocorrida entre Assessoria de Comunicação e magistrados de todo o Estado. “Estou surpresa com a homenagem, e grata por saber que os juízes estão

interagindo e divulgando um trabalho tão importante para a sociedade”, ressaltou.

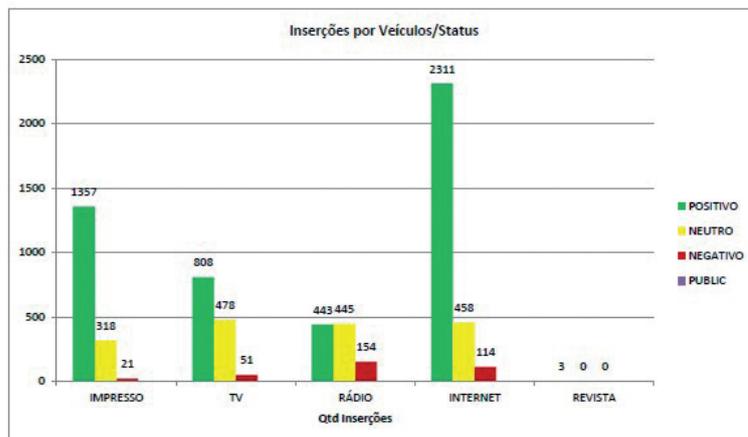
DIVULGAÇÃO - De janeiro de 2016 até o dia 19 de outubro de 2017, foram publicadas na página da CGJ 111 matérias abordando o combate à corrupção. Nos anos de 2014 e 2015, foram publicadas apenas 23. Para Márcio Rodrigo Santos, o crescimento superior a 100% na divulgação do tema ocorre, principalmente, pela criação do movimento “Maranhão Contra a Corrupção” que impulsionou processos, e o compromisso pautado da Equipe ASSCOM-CGJ de cobrir esse trabalho, interagindo com os juízes de todas as regiões do Estado, e aglutinando elementos que, pensados de forma integrada e compartilhada, resultaram em um excelente trabalho da equipe da assessoria.

EQUIPE - Além do assessor-chefe, atuam na ASSCOM-CGJ os servidores Edgar Ribeiro, Michael Mesquita, Marta Barros (aposentou recentemente); Helena Barbosa e Jodeilse Mafra. Valquíria Santana, Nonato Reis, Josy Lord e Priscilla Costa integram o Núcleo de Comunicação do Fórum de São Luís, que é parceira da asscom nas demandas jornalísticas oriundas do Fórum Des. Sarney Costa.

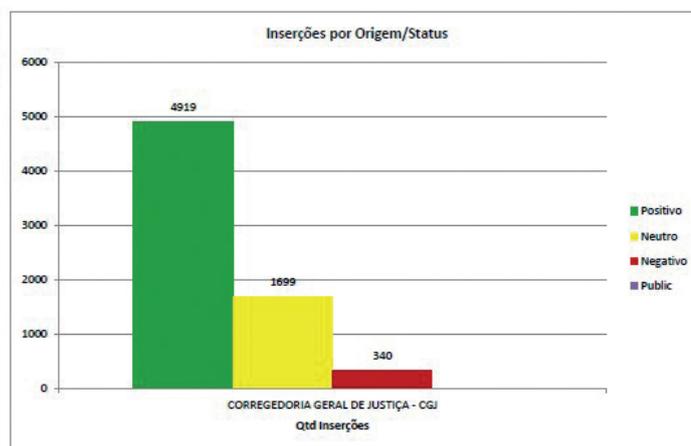
EXTERNA 2016

GERAL

MÍDIA	IMPRESSO	TV	RÁDIO	INTERNET	REVISTA	TOTAL
POSITIVO	1357	808	443	2311	3	4919
NEUTRO	318	478	445	458	0	1699
NEGATIVO	21	51	154	114	0	340
PUBLIC						0
TOTAL	1696	1337	1042	2883	3	6958



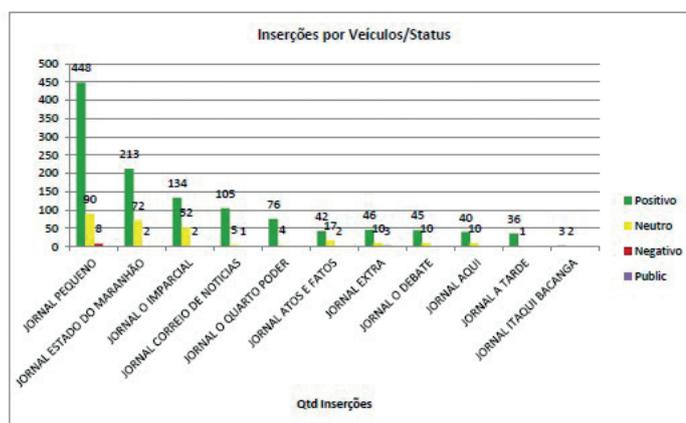
Categoria/Status	Positivo	Neutro	Negativo	Public	TOTAL
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - CGJ	4919	1699	340	0	6958
TOTAL	4919	1699	340	0	6958



IMPRESSO

SÃO LUÍS

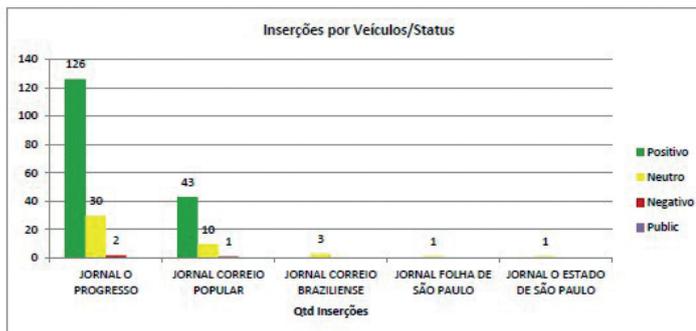
Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	Public	TOTAL
JORNAL PEQUENO	448	90	8	0	546
JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	213	72	2	0	287
JORNAL O IMPARCIAL	134	52	2	0	188
JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	105	5	1	0	111
JORNAL O QUARTO PODER	76	4	0	0	80
JORNAL ATOS E FATOS	42	17	2	0	61
JORNAL EXTRA	46	10	3	0	59
JORNAL O DEBATE	45	10	0	0	55
JORNAL AQUI	40	10	0	0	50
JORNAL A TARDE	36	1	0	0	37
JORNAL ITAQUI BACANGA	3	2	0	0	5
TOTAL	1188	273	18	0	1479



IMPRESSO REGIONAL/NACIONAL

REGIONAL/ NACIONAL

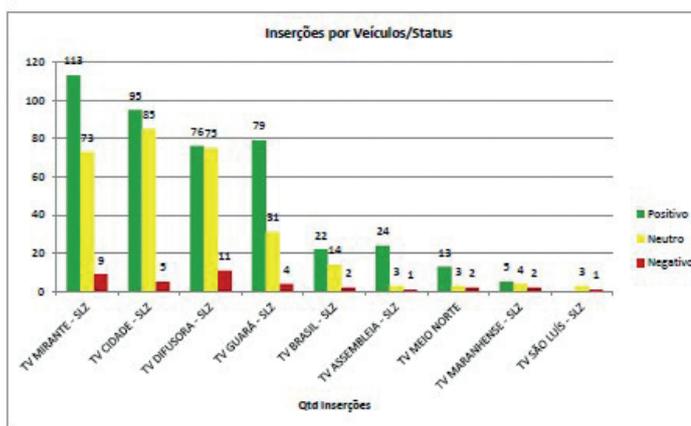
Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	Public	TOTAL
JORNAL O PROGRESSO	126	30	2		158
JORNAL CORREIO POPULAR	43	10	1		54
JORNAL CORREIO BRAZILIENSE		3			3
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO		1			1
JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO		1			1
TOTAL	169	45	3	0	217



TELEVISÃO

SÃO LUÍS

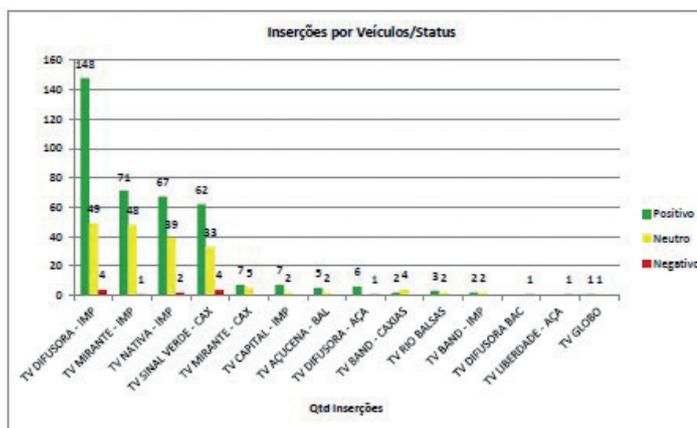
Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	TOTAL
TV MIRANTE - SLZ	113	73	9	195
TV CIDADE - SLZ	95	85	5	185
TV DIFUSORA - SLZ	76	75	11	162
TV GUARÁ - SLZ	79	31	4	114
TV BRASIL - SLZ	22	14	2	38
TV ASSEMBLEIA - SLZ	24	3	1	28
TV MEIO NORTE	13	3	2	18
TV MARANHENSE - SLZ	5	4	2	11
TV SÃO LUÍS - SLZ		3	1	4
TOTAL	427	291	37	755



TELEVISÃO REGIONAL/NACIONAL

REGIONAL/ NACIONAL

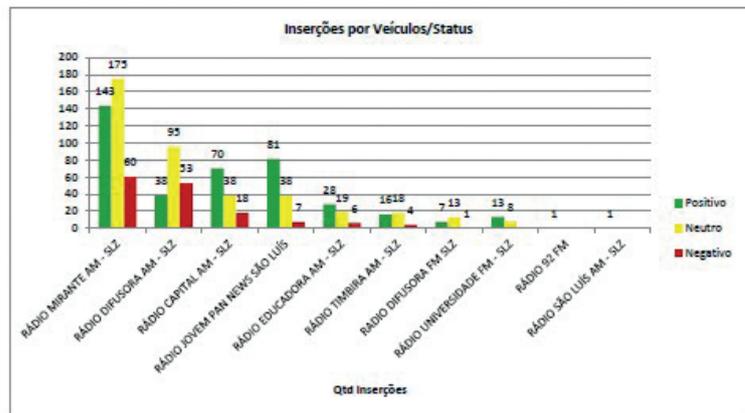
Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	TOTAL
TV DIFUSORA - IMP	148	49	4	201
TV MIRANTE - IMP	71	48	1	120
TV NATIVA - IMP	67	39	2	108
TV SINAL VERDE - CAX	62	33	4	99
TV MIRANTE - CAX	7	5		12
TV CAPITAL - IMP	7	2		9
TV AÇUCENA - BAL	5	2		7
TV DIFUSORA - AÇA	6		1	7
TV BAND - CAXIAS	2	4		6
TV RIO BALSAS	3	2		5
TV BAND - IMP	2	2		4
TV DIFUSORA BAC			1	1
TV LIBERDADE - AÇA			1	1
TV GLOBO	1	1		2
TOTAL	381	187	14	582



RÁDIO

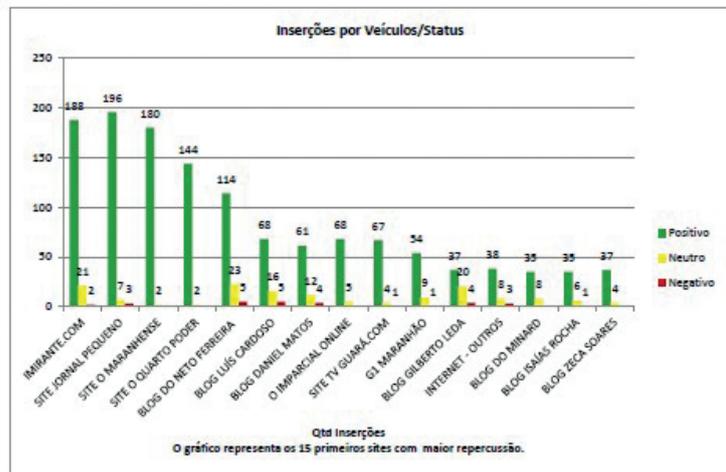
SÃO LUÍS

Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	TOTAL
RÁDIO MIRANTE AM - SLZ	143	175	60	378
RÁDIO DIFUSORA AM - SLZ	38	95	53	186
RÁDIO CAPITAL AM - SLZ	70	38	18	126
RÁDIO JOVEM PAN NEWS SÃO LUÍS	81	38	7	126
RÁDIO EDUCADORA AM - SLZ	28	19	6	53
RÁDIO TIMBIRA AM - SLZ	16	18	4	38
RADIO DIFUSORA FM SLZ	7	13	1	21
RÁDIO UNIVERSIDADE FM - SLZ	13	8		21
RÁDIO 92 FM	1			1
RÁDIO SÃO LUÍS AM - SLZ	1			1
TOTAL	398	404	148	951



INTERNET

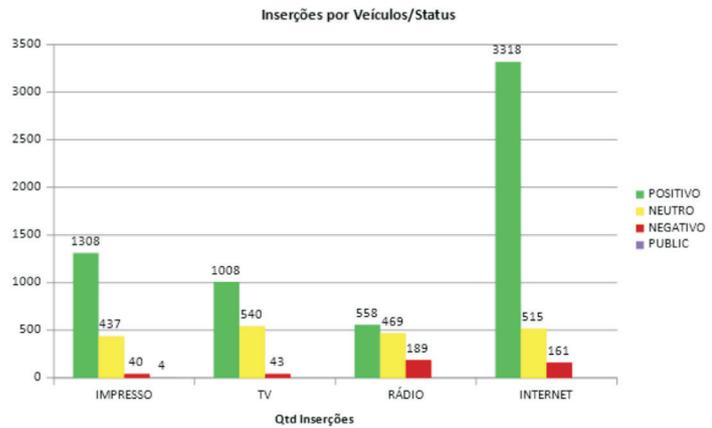
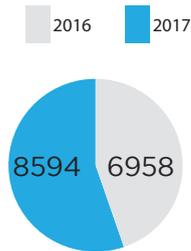
Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	TOTAL
IMIRANTE.COM	188	21	2	211
SITE JORNAL PEQUENO	196	7	3	206
SITE O MARANHENSE	180	2		182
SITE O QUARTO PODER	144	2		146
BLOG DO NETO FERREIRA	114	23	5	142
BLOG LUÍS CARDOSO	68	16	3	89
BLOG DANIEL MATOS	61	12	4	77
O IMPARCIAL ONLINE	68	5		73
SITE TV GUARÁ.COM	67	4	1	72
G1 MARANHÃO	54	9	1	64
BLOG GILBERTO LEDA	37	20	4	61
INTERNET - OUTROS	38	8	3	49
BLOG DO MINARD	35	8		43
BLOG ISAIAS ROCHA	35	6	1	42
BLOG ZECA SOARES	37	4		41
BLOG DO JURACI FILHO	31	8	1	40
BLOG ATUAL 7	25	9	3	39
BLOG MARCELO VIEIRA	30	7	2	39
SITE CNU	37	1	1	39
BLOG DOMINGOS COSTA	20	8	9	37
BLOG LUÍS PABLO	19	13	4	36
SITE MARANHÃO HOJE	30	5		35
BLOG BACABEIRA EM FOCO	30	2		32
BLOG GENIVALDO ABREU	25	4	1	30
SITE IDIFUSORA	26	3		29
SITE ASMOIMP COM DUDUZÃO	21	5	2	28
BLOG DIEGO EMIR	16	7	4	27



EXTERNA 2017

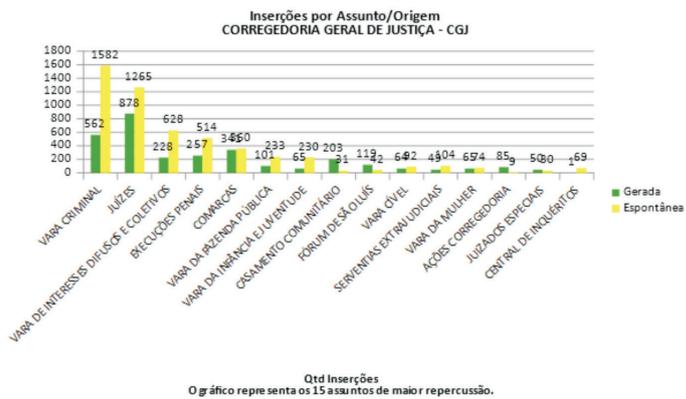
GERAL

MÍDIA	IMPRESSO	TV	RÁDIO	INTERNET	REVISTA	TOTAL
POSITIVO	1308	1008	558	3318	2	6194
NEUTRO	437	540	469	515	2	1963
NEGATIVO	40	43	189	161	0	433
PUBLIC	4					4
TOTAL	1789	1591	1216	3994	4	8594



ANÁLISE QUALITATIVA

Assunto/Origem	Gerada	Espontânea	TOTAL
VARA CRIMINAL	562	1582	2144
JUIZES	878	1265	2143
VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	228	628	856
EXECUÇÕES PENAIS	257	514	771
COMARCAS	341	360	701
VARA DA FAZENDA PÚBLICA	101	233	334
VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	65	230	295
CASAMENTO COMUNITÁRIO	203	31	234
FÓRUM DE SÃO LUÍS	119	42	161
VARA CÍVEL	64	92	156
SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	49	104	153
VARA DA MULHER	65	74	139
AÇÕES CORREGEDORIA	85	9	94
JUIZADOS ESPECIAIS	50	30	80
CENTRAL DE INQUÉRITOS	1	69	70
CORREGEDOR (A)	43	14	57
CONVÊNIO	18	35	53
AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	3	38	41
CORREIÇÕES	33	1	34
EVENTOS	31		31
VARA DA FAMÍLIA	9	8	17
PROCESSO SELETIVO	13		13
COMISSÃO SENTENCIANTE	5		5
TURMAS RECURSAIS	5		5
FALECIMENTO	4		4
VARA ESPECIAL DA MULHER	1	2	3

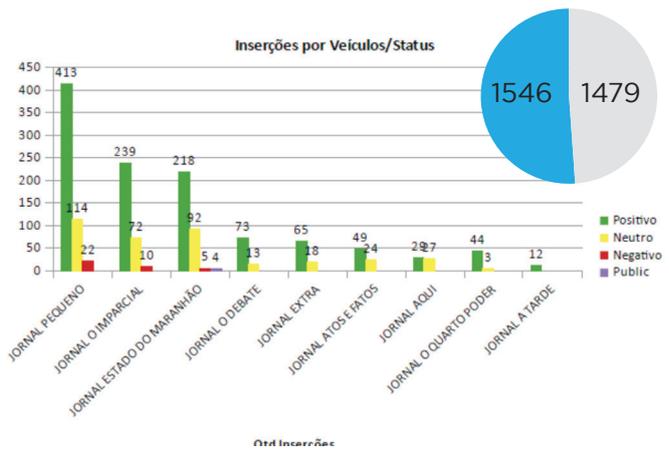


IMPRESSO

2016 2017

SÃO LUÍS

Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	Public	TOTAL
JORNAL PEQUENO	413	114	22		549
JORNAL O IMPARCIAL	239	72	10		321
JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	218	92	5	4	319
JORNAL O DEBATE	73	13			86
JORNAL EXTRA	65	18			83
JORNAL ATOS E FATOS	49	24			73
JORNAL AQUI	29	27			56
JORNAL O QUARTO PODER	44	3			47
JORNAL A TARDE	12				12
TOTAL	1142	363	37	4	1546

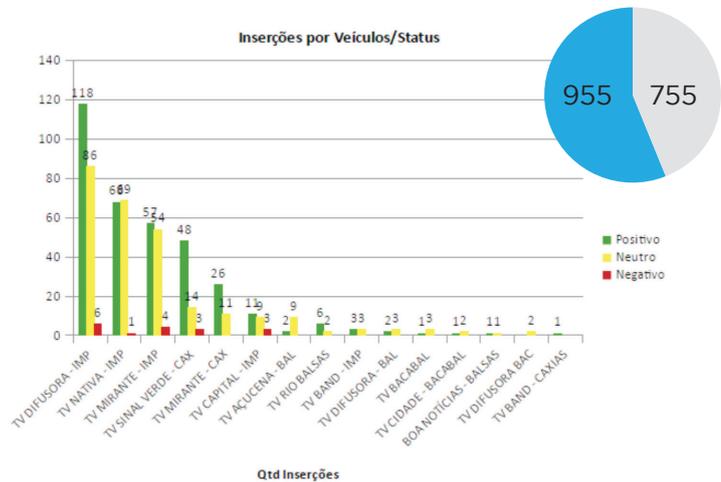


TELEVISÃO

2016 2017

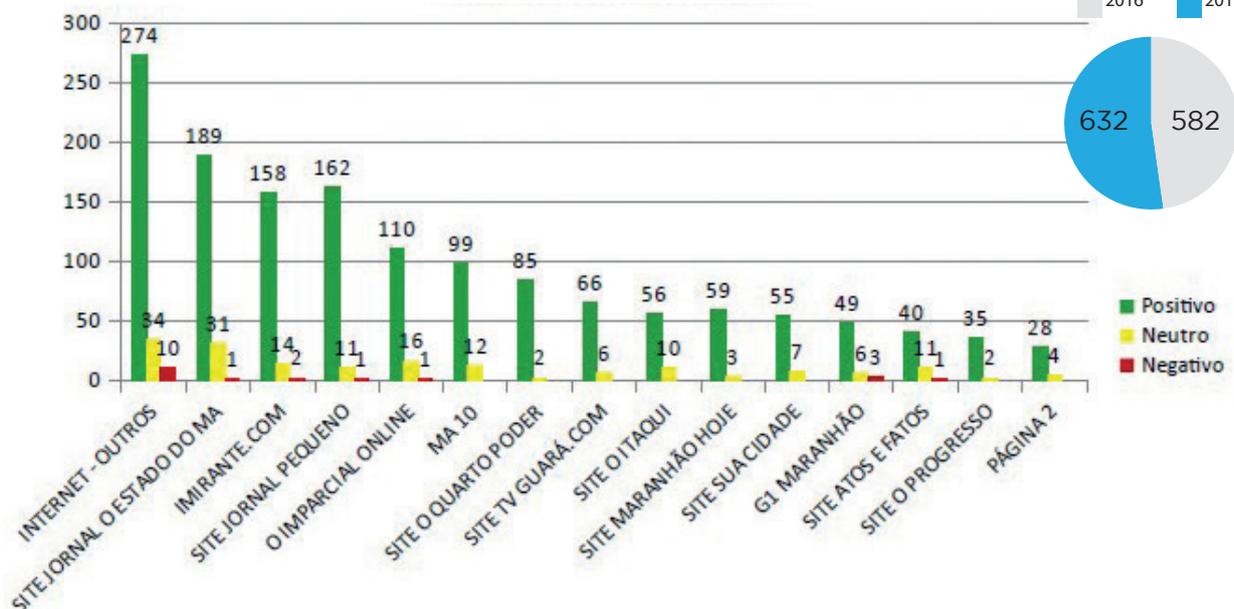
REGIONAL

Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	TOTAL
TV DIFUSORA - IMP	118	86	6	210
TV NATIVA - IMP	68	69	1	138
TV MIRANTE - IMP	57	54	4	115
TV SINAL VERDE - CAX	48	14	3	65
TV MIRANTE - CAX	26	11		37
TV CAPITAL - IMP	11	9	3	23
TV AÇUCENA - BAL	2	9		11
TV RIO BALSAS	6	2		8
TV BAND - IMP	3	3		6
TV DIFUSORA - BAL	2	3		5
TV BACABAL	1	3		4
TV CIDADE - BACABAL	1	2		3
BOA NOTÍCIAS - BALSAS	1	1		2
TV DIFUSORA BAC		2		2
TV BAND - CAXIAS	1			1
TV CAPITAL - BAL	1			1
TV DIFUSORA - AÇA	1			1
TOTAL	347	268	17	632



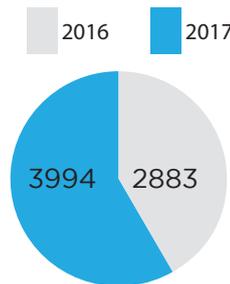
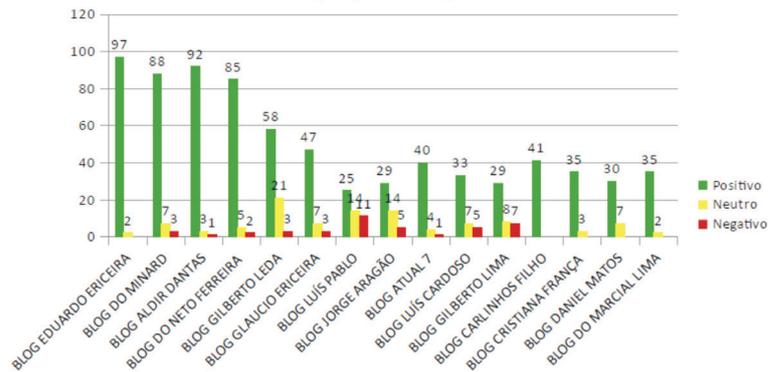
TELEVISÃO REGIONAL/NACIONAL

2016 2017



INTERNET

Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	TOTAL
INTERNET - OUTROS	274	34	10	318
SITE JORNAL O ESTADO DO MA	189	31	1	221
IMIRANTE.COM	158	14	2	174
SITE JORNAL PEQUENO	162	11	1	174
O IMPARCIAL ONLINE	110	16	1	127
MA 10	99	12		111
SITE O QUARTO PODER	85	2		87
SITE TV GUARÁ.COM	66	6		72
SITE O ITAQUI	56	10		66
SITE MARANHÃO HOJE	59	3		62
SITE SUA CIDADE	55	7		62
G1 MARANHÃO	49	6	3	58
SITE ATOS E FATOS	40	11	1	52
SITE O PROGRESSO	35	2		37
PÁGINA 2	28	4		32
SINAL VERDE DE CAXIAS	23	1		24
SITE O MARANHENSE	21			21
SITE AGORA SANTA INÊS	17	1		18
SITE CORREIO POPULAR	14	3		17
ICURURUPU	16			16
SITE DIÁRIO DE BALSAS	14	2		16
SITE FOLHA DO MARANHÃO	12	2	1	15
SITE MARANHÃO DE VERDADE	11			11
PORTAL CN1	8	2		10
PORTAL GADITAS	10			10
MALAGUETA NOTÍCIAS	8	1		9



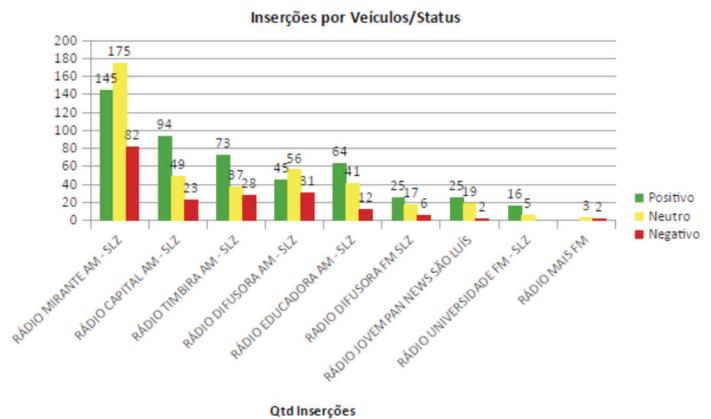
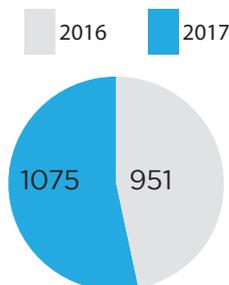
RÁDIO



Análise Qualitativa
Visibilidade nos veículos - Quantidade
Período: 01/01/2017 até 31/08/2017

SÃO LUÍS

Veículo/Status	Positivo	Neutro	Negativo	TOTAL
RÁDIO MIRANTE AM - SLZ	145	175	82	402
RÁDIO CAPITAL AM - SLZ	94	49	23	166
RÁDIO TIMBIRA AM - SLZ	73	37	28	138
RÁDIO DIFUSORA AM - SLZ	45	56	31	132
RÁDIO EDUCADORA AM - SLZ	64	41	12	117
RADIO DIFUSORA FM SLZ	25	17	6	48
RÁDIO JOVEM PAN NEWS SÃO LUÍS	25	19	2	46
RÁDIO UNIVERSIDADE FM - SLZ	16	5		21
RÁDIO MAIS FM		3	2	5
TOTAL	487	402	186	1075



INTERNA 2016

Mês	Autoria própria	Autoria de terceiros
Janeiro	71	3
Fevereiro	83	5
Março	104	8
Abril	111	6
Maio	124	3
Junho	127	5
Julho	116	6
Agosto	133	7
Setembro	122	6
Outubro	128	5
Novembro	142	6
Dezembro	90	2
TOTAL	1351	62

Recorde de matérias publicadas

INTERNA 2017

Mês	Autoria própria	Autoria de terceiros
Janeiro	70	9
Fevereiro	80	2
Março	120	1
Abril	101	3
Maio	133	1
Junho	122	2
Julho	105	2
Agosto	135	1
Setembro	100	4
Outubro	127	1
Novembro	9	
Total	1102	26

Apurado: até dia 04/11/2017.

GPJ

2016

Indicador
Percentual de incremento de inserções positivas
Meta
Aumentar em 5% o número de inserções de matérias positivas em mídias externas em relação ao ano anterior
Fórmula
$(\text{Total de inserções positivas no ano atual} - \text{Total de inserções positivas no ano anterior}) / \text{Total de inserções positivas no ano anterior}$
Período de Apuração
Início: 01 de Janeiro de 2016. Fim: 19 de Dezembro de 2016.
Origem dos Dados
GERENCIADOR – CLIPPING

Resumo do Resultado Final
Total de inserções positivas no ano atual
-
Total de inserções positivas no ano anterior
-
-
-
Esperado
5%
Realizado (%)
36%

* Valores financeiros/orçamentários em milhões



O resultado alcançado corresponde a seis vezes o índice da meta estipulada pelo TJ.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARABENIZA A UNIDADE POR CUMPRIR AS METAS DA GPJ/2016.

MÍDIAS SOCIAIS

FACEBOOK

2016	1. Total de curtidas	2. Usuários envolvidos	3. Alcance total	4. Alcance orgânico	5. Alcance viral
Jan	107.525	46.531	302.076	67.238	243.066
Fev	102.940	32.961	374.152	184.495	200.257
Mar	114.720	55.266	870.435	559.695	322.582
Abr	115.394	44.228	497.759	228.084	288.679
Mai	123.145	36.955	371.564	182.392	200.261
Jun	122.503	46.532	375.128	122.585	262.913
Jul	130.082	43.985	482.969	223.614	279.510
Ago	132.852	49.902	533.690	269.584	285.158
Set	131.177	77.734	676.730	224.091	483.248
Out	134.089	58.208	497.650	200.599	334.338
Nov	131.684	41.791	371.577	155.679	230.417
Dez	148.302	87.341	640.708	189.876	479.754
Totais	1.494.413	621.434	5.994.438	2.607.932	3.610.183

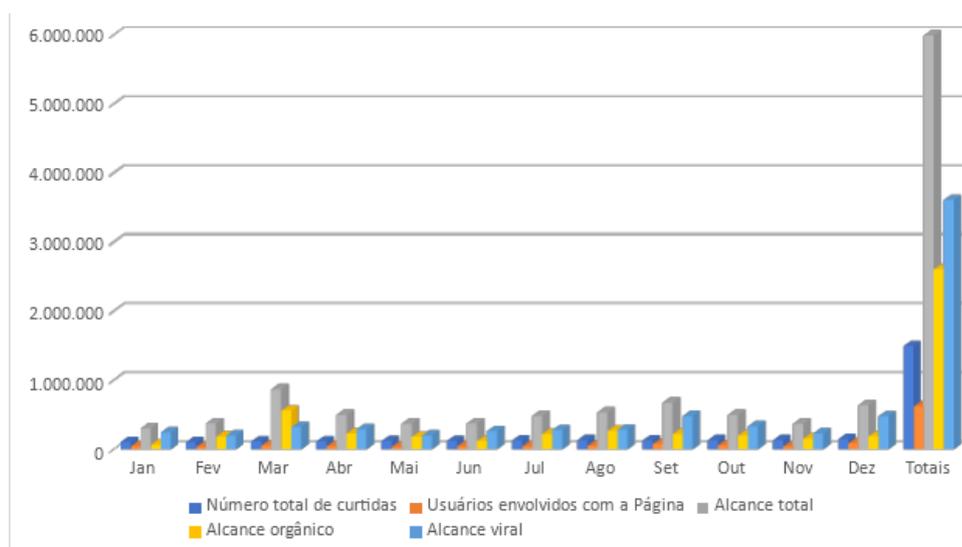
1. Número total de pessoas que curtiram a Página.

2. Número de pessoas que se envolveram com a Página. O envolvimento inclui qualquer clique.

3. Número de pessoas que viram qualquer conteúdo associado à sua Página.

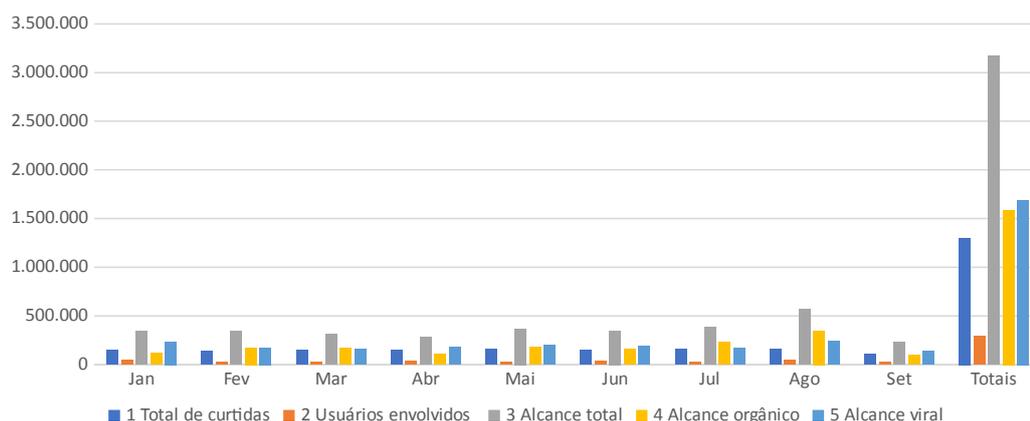
4. Número de pessoas que visitaram a Página, ou viram a Página ou uma das publicações no Feed de Notícias. Isso pode incluir pessoas que curtiram a Página e pessoas que não curtiram.

5. Número de pessoas que viram a Página ou uma das publicações dela a partir de uma história compartilhada por um amigo. Essas histórias incluem curtidas na Página, publicações na Linha do Tempo da Página, curtidas, comentários ou compartilhamento de uma das publicações da Página, respostas a perguntas que você publicou, respostas a um dos seus eventos, menções da Página, marcações da Página em uma foto ou check-in no local.



2017	1. Total de curtidas	2. Usuários envolvidos	3. Alcance total	4. Alcance orgânico	5. Alcance viral
Jan	146.038	42.598	342.479	116.199	234.312
Fev	134.053	29.455	341.182	173.715	174.589
Mar	149.879	25.016	313.343	167.023	160.983
Abr	146.691	31.113	280.334	111.133	178.690
Mai	153.696	29.990	369.105	181.335	199.569
Jun	150.540	32.060	349.168	163.407	192.416
Jul	157.102	30.609	381.990	229.441	164.264
Ago	159.643	46.414	567.544	348.158	244.290
Set	104.173	28.833	227.805	96.682	140.118
Totais	1.301.815	296.088	3.172.950	1.587.093	1.689.231

1. Número total de pessoas que curtiram a Página.
2. Número de pessoas que se envolveram com a Página. O envolvimento inclui qualquer clique.
3. Número de pessoas que viram qualquer conteúdo associado à sua Página.
4. Número de pessoas que visitaram a Página, ou viram a Página ou uma das publicações no Feed de Notícias. Isso pode incluir pessoas que curtiram a Página e pessoas que não curtiram.
5. Número de pessoas que viram a Página ou uma das publicações dela a partir de uma história compartilhada por um amigo. Essas histórias incluem curtidas na Página, publicações na Linha do Tempo da Página, curtidas, comentários ou compartilhamento de uma das publicações da Página, respostas a perguntas que você publicou, respostas a um dos seus eventos, menções da Página, a foto ou check-in no local.



TWITTER 

2016	1. Impressão	2. Engajamentos
Jan	2.981	67
Fev	5.659	71
Mar	9.406	98
Abr	10.759	87
Mai	18.091	125
Jun	8.042	193
Jul	6.757	110
Ago	11.974	233
Set	9.451	206
Out	8.393	159
Nov	9.070	183
Dez	10.514	260
Totais	111.097	1.792

1. Número de vezes que usuários viram as postagens no Twitter
2. Número de vezes que as pessoas interagiram com algum pôster. Inclui tudo clique na postagem.

2017	1 Impressão	2 Engajamentos
Jan	3.575	135
Fev	11.419	192
Mar	11.797	214
Abr	6.741	118
Mai	8.875	187
Jun	9.543	193
Jul	6.394	131
Ago	8.500	180
Set	4.223	155
Totais	71.067	1.505

Obs. Dados apurados até 30/09/2017.

1. Número de vezes que usuários viram as postagens no Twitter
2. Número de vezes que as pessoas interagiram com algum pôster. Inclui tudo clique na postagem.

INSTAGRAM 



Criado em março/2017

EXPEDIENTE

ASSCOM CGJ

Márcio Rodrigo
Edgar Ribeiro
Helena Barbosa
Michael Mesquita
Marta Barros
Jodeilse Mafra

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO DO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Nonato Reis
Valquíria Santana
Priscilla Costa
Josy Lord

FOTOS

Asscom CGJ
Núcleo do Fórum
Ribamar Pinheiro

PROJ. GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO

Carlos Eduardo Sales

CONTATOS

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão
asscom_cgj@tjma.jus.br
www.facebook.com/cgjma
www.twitter.com/CGJ_MA
(98) 3198-4636/ 3198-4624.

2016 . 2017

